

Cooperativismo, Extensão Rural e Processos Participativos

CLEITON SILVA FERREIRA MILAGRES
DIEGO NEVES DE SOUSA
(Organizadores)

Cooperativismo, Extensão Rural e Processos Participativos



Palmas-TO
2016



Reitor

Márcio Antônio da Silveira

Vice-reitora

Isabel Cristina Auler Pereira

Pró-reitor de Pesquisa e pós-graduação

Waldecy Rodrigues

Diretora de Divulgação Científica

Michelle Araújo Luz Cilli

Conselho Editorial

Airton Cardoso Cançado (Presidente)

Christian José Quintana Pinedo

Dernival Venâncio Ramos Junior

Etiene Fabbrin Pires

Gessiel Newton Scheidt

João Batista de Jesus Felix

Jocyleia Santana dos Santos

Salmo Moreira Sidel

Temis Gomes Parente

Projeto Gráfico, Revisão de Texto & Impressão

ICQ Editora Gráfica e Pré-Impressão Ltda.

Designer Responsável

Gisele Skroch

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins - SISBIB

C778

Cooperativismo, Extensão Rural e Processos Participativos / Cleiton Silva Ferreira Milagres, Diego Neves de Sousa – Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins / EDUFT, 2016.

336 p.:il.

ISBN: 978-85-63526-86-1

1. Cooperativismo. 2. Extensão rural. 3. Participação. I. Título. II. Milagres, Cleiton Silva Ferreira. III. Sousa, Diego Neves de.

CDD 334.68

Copyright © 2016 por Cleiton Silva Ferreira Milagres e Diego Neves de Sousa

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO I	13
PREFÁCIO II	15
PARTE I	
Cooperativismo e economia solidária: ação coletiva, educação e desenvolvimento	17
1. O atual modelo de captação de leite é adequado?: Compreendendo a articulação agroindustrial no modelo federado de cooperativas	19
Diego Neves de Sousa	
Nora Beatriz Presno Amodeo	
Alex dos Santos Macedo	
2. Planejamento participativo em cooperativas de economia solidária	37
Alan Ferreira de Freitas	
Alair Ferreira de Freitas	
3. A inserção da temática economia solidária na agenda das políticas públicas de geração de trabalho e renda no Brasil ...	59
Fernanda Abreu Nagem	
4. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário	75
Cleiton Silva Ferreira Milagres	
Nora Beatriz Presno Amodeo	
Diego Neves de Sousa	

5. A importância dos trabalhos de educação cooperativista para a extensão rural 97
Nora Beatriz Presno Amodeo
Paloma Rosa Ferreira
Diego Neves de Sousa

PARTE II

Extensão Rural: da transmissão à participação na transferência de tecnologia 121

6. O extensionista rural e o seu papel de indutor de mudanças 123
Renata Rauta Petarly
7. Panorama dos estudos de extensão pesqueira no Brasil 137
Diego Neves de Sousa
8. Tudo é macaco, mas cada um deles funciona diferente: as contradições da política de extensão indígena - O caso dos Jaminawa, Acre 151
Eliana Ferreira de Castela
Sheila Maria Doula
9. A *Web* como fonte de informação científica e de interação entre pesquisa e extensão rural 191
Priscila Estevão
José Benedito Pinho
Diego Neves de Sousa
10. Agricultura familiar no estado de Mato Grosso do Sul: a experiência do Assentamento Juncal 245
Angelita de Oliveira Almeida
Dalva Miriam Coura Aveiro
Mariana Coura Aveiro
Eva Nara de Souza

PARTE III	
Processos Participativos: percepções e metodologias de intervenção no campo	267
11. O uso de técnicas participativas na interação social entre indivíduos: algumas reflexões sobre o processo de intervenção no contexto rural brasileiro	269
Cleiton Silva Ferreira Milagres	
12. Processos participativos de elaboração de diagnósticos situacionais: a metodologia DRP aplicada a extensão universitária ...	281
Alan Ferreira de Freitas	
Alair Ferreira de Freitas	
Marcelo Miná Dias	
13. O poder dos mapas e as abordagens participativas: O uso da cartografia social na representação territorial dos assentamentos rurais	301
Cleiton Silva Ferreira Milagres	
José Ambrósio Ferreira Neto	
14. Uso de técnica participativa para diagnosticar a saúde de peixes de cultivo: A experiência do Projeto Divinópolis, Tocantins	317
Patricia Oliveira Maciel	
Diego Neves de Sousa	
Adriano Prysthon da Silva	
Manoel Xavier Pedroza Filho	

Apresentação

Esta publicação é o resultado da intercooperação realizada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão intitulado “Cooperativismo, Extensão Rural e Processos Participativos” da Universidade Federal do Tocantins (UFT) com integrantes de outras instituições de ensino e pesquisa do país, tais como: Embrapa Pesca e Aquicultura, Embrapa Gado de Leite, Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), além do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins (SESCOOP/TO).

Por meio do Edital EDUFT 01/2013, a Universidade Federal do Tocantins abre caminho para que docentes, pesquisadores, técnico-administrativos, graduando e pós-graduando publiquem seus resultados de estudos, de pesquisas e de extensão universitária e, ainda, permite que o conhecimento presente no cenário acadêmico seja transmitido para a sociedade.

Esta obra é uma coletânea de artigos que apresenta resultados de estudos realizados por diversos pesquisadores, em sua maioria, vinculados ao Grupo de Pesquisa da UFT, tendo como perspectiva maior a elaboração de trabalhos com temas multidisciplinares, que perpassam sob as áreas do conhecimento. A união envolvendo essa rede de pesquisadores contribui na construção de interfaces disciplinares que enriquecem o componente crítico

da teoria e da prática das diferentes áreas que se relacionam com as ciências agrárias, especificamente no campo da extensão rural.

O livro envolve 15 (quinze) artigos, sendo 06 (seis) deles de autoria e co-autoria de professores da Universidade Federal do Tocantins, 05 (cinco) de pesquisadores e analistas Embrapianos e 04 (quatro) de integrantes de outras instituições de ensino e pesquisa no Brasil.

O conteúdo, em síntese, foi dividido em 3 partes: Parte I – Cooperativismo e Economia Solidária: Ação Coletiva, Educação e Desenvolvimento; Parte II – Extensão Rural: Da transmissão à Participação na Transferência de Tecnologia e; Parte III – Processos Participativos: Percepções e Metodologias de Intervenção no Campo.

O livro apresenta artigos com diversos procedimentos metodológicos, desde as pesquisas bibliográficas até estudos de casos, com o uso de fontes primárias e secundárias, compondo uma teia de saberes que interligam conceitos como ruralidades, trabalho associativo e participação, que, por sua vez, se interligam enquanto perspectiva teórica e enfatizam a dimensão na qual os estudos rurais podem ser evidenciados. As abordagens que compõem cada uma das três partes do livro retratam de forma específica, num primeiro momento, as práticas cooperativas e a sua organização social. A segunda parte relata sobre os caminhos trilhados pela extensão rural e os processos de intervenção social nas comunidades e, por último, apresenta o uso das metodologias participativas junto a públicos assistidos no meio rural.

Quanto à aplicação prática, esta publicação vai ao encontro de cursos de graduação e pós-graduação da UFT, podendo inclusive ser utilizada como livro-texto no curso de Gestão de Cooperativas (disciplina: Estudos de Caso). Como bibliografia complementar, é oportuna a utilização da presente obra nos cursos das Ciências Agrárias: Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia e Engenharia Florestal (disciplinas: Extensão Rural, Administração Rural e Sociologia Rural); nos cursos das Ciências Sociais Aplicadas: Administração (disciplina: Gestão de Cooperativas) e aplicável em outros cursos, de diferentes áreas de conhecimento e de atuação que desenvolvam temas interdisciplinares que abordem a organização social, o trabalho de ação coletiva, as ruralidades, o

processo de ensino-aprendizagem e os diagnósticos participativos no campo.

Esperamos que esta publicação venha a inspirar ideias, novas reflexões e ações na elaboração de projetos de pesquisa e extensão universitária, assim como ofereça aos leitores, artigos e relatos de experiências que contribuam com a discussão apresentada, extrapolando suas respectivas áreas de conhecimento, clarificando conceitos e concepções que envolvam a temática da gestão de cooperativas, da extensão rural e dos processos que envolvem a participação.

Boa leitura e bons estudos!

Os organizadores

Prefácio I

O agronegócio brasileiro não é constituído somente da grande agroindústria. A agricultura familiar e os pequenos e médios produtores movimentam uma parcela considerável da produção nacional, colocando o cooperativismo em uma posição importantíssima no desenvolvimento rural do país.

O setor agrário é o que possui o maior número de cooperativas registradas, 1.528, e o maior número de empregados, 151.838, de acordo com dados de 2012 da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). São mais de 960 mil cooperados que respondem por boa parte da geração de riquezas deste País. Somente no Estado de Minas Gerais, as cooperativas agrárias foram responsáveis por 31% do produto interno bruto estatal em 2010. No mesmo ano, elas responderam por 44,7% da produção mineira de café e 43,7% do leite. Significativamente essa participação se repete em muitos estados e ainda tem muito a crescer.

Além disso, o cooperativismo rural e a economia solidária impactam sobremaneira no crescimento econômico do país e, acima de tudo, no desenvolvimento social de milhões de brasileiros que vivem do campo e produzem boa parte dos alimentos que colocamos em nossa mesa.

Esta publicação atesta a importância do tema e demonstra a contribuição que a pesquisa acadêmica pode oferecer para o fortalecimento e expansão desse importante braço do agronegócio brasileiro, além de fortalecer e enriquecer os diversos estudos sobre os trabalhos de extensão das ciências agrárias.

Estamos num momento de aprimoramento da extensão rural no Brasil com a recente criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) para apoiar as instituições estaduais que atuam nesse serviço. É o momento oportuno para contribuir para com a frutificação de todo esse trabalho.

Acredito que, o cooperativismo rural, aliado à extensão rural atuante e eficaz, apoiados por pesquisa científica de qualidade, formam um tripé poderoso para eliminar a pobreza no campo, melhorando continuamente a qualidade de vida de parcela significativa de nossa população que de lá tiram o seu sustento.

Vamos crescer, vamos avançar!

Carlos Magno Campos da Rocha
Chefe Geral da Embrapa Pesca e Agricultura
Agrônomo (UFV), Mestre em Ciências Animais
(University of Kentuck)

Prefácio II

Produzir um livro com artigos interdisciplinares e perceber uma nítida inter-relação entre eles, faz do Cooperativismo, da Extensão Rural e dos Processos Participativos uma obra de relevância para o campo das Ciências Agrárias.

A presente obra, dividida em três partes, discute vários temas relacionados com o meio rural, enfatizando principalmente estudos que retratam o trabalho de ação coletiva, a organização social e o uso das metodologias em que a participação exerce primordial função.

Na primeira parte os artigos retratam as práticas cooperativas e o papel que essas organizações exercem no campo agropecuário, de crédito rural e da economia solidária. Os estudos apontam para a importância de se compreender as dinâmicas sociais existentes na organização social e produtiva local dos cooperados e como essas podem contribuir para o fortalecimento da sociedade cooperativa, tanto no ambiente econômico quanto social.

Já na segunda parte, os artigos se relacionam com a área da extensão rural e apontam para uma discussão que vai além dos estudos que apresentam técnicas ditas convencionais, em que prevalece a ênfase na geração e na difusão da tecnologia, e parte para uma abordagem a qual abre espaço para um debate que envolve a participação dos atores locais no processo de intervenção.

Finalmente, a terceira parte da obra, é composta por artigos que ressaltam e fundamentam a importância das abordagens participativas na interação social entre os indivíduos.

A quantidade de experiências retratadas nesta obra chama a atenção do leitor para os inúmeros trabalhos de pesquisa e extensão que as universidades têm realizado pelo país, contribuindo principalmente com estudos para o meio rural e servindo de base para pesquisas futuras em inúmeras instituições, principalmente para o Sistema OCB-SESCOOP que tem por objetivo organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional e a promoção social dos trabalhadores e dos cooperados das cooperativas em todo o território nacional.

Maria José Andrade Leão de Oliveira

Superintendente do Sistema OCB-SESCOOP/TO
Tecnóloga em Cooperativismo (UFV) Contadora (UNITINS)
Especialista em Gestão de Cooperativas (Faculdade Católica/FUNIVERSA),
Gestão Pública e Sociedade (UFT/UNICAMP)

PARTE I
COOPERATIVISMO E
ECONOMIA SOLIDÁRIA:
AÇÃO COLETIVA, EDUCAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO

1.

O atual modelo de captação de leite é adequado?: Compreendendo a articulação agroindustrial no modelo federado de cooperativas

Diego Neves de Sousa
Nora Beatriz Presno Amodeo
Alex dos Santos Macedo

Introdução

As cooperativas trazem em si uma grande especificidade na forma de organização, já que atuam simultaneamente como empresas e associações, as quais devem ser igualmente priorizadas para se conseguir uma gestão de êxito (AMODEO, 2006).

Embora existam diversos estudos que analisam a gestão empresarial das organizações cooperativas, uma abordagem ainda pouco estudada refere-se à investigação dos elementos que contribuem simultaneamente para o fortalecimento da gestão social e empresarial.

Uma gestão que enfatiza a perspectiva empresarial é importante para atingir os objetivos econômicos dos seus sócios, mas, também, é de vital importância sua complementação com uma gestão social igualmente enfatizada, a fim de promover uma participação efetiva e eficaz dos associados, implementar a gestão democrática da organização, aprimorar os fluxos de comunicação, bem como divulgar e vivenciar seus princípios, promovendo, dessa maneira, a realização de uma adequada gestão cooperativa.

Entende-se a gestão social cooperativa como um campo de conhecimentos, métodos e práticas que tem como objetivo o

desenvolvimento do relacionamento dos cooperados com a cooperativa; desenvolvimento dos sentimentos de pertencimento, identidade, fidelidade e confiança entre os associados e a cooperativa (AMODEO, 2006). Neste contexto, Sousa *et al* (2010) mostram que a gestão social é o principal gargalo encontrado na gestão de cooperativas.

Segundo Draheim (1955), um dos fatores que evidenciam a orientação social das cooperativas está relacionado ao conjunto de relações existentes entre agentes que compõem determinado segmento da sociedade que, por sua vez, tendem a configurar um enraizamento social. Sendo assim, a rede de cooperação existente entre os diferentes indivíduos envolvidos na cooperativa, constitui-se antes mesmo da criação do empreendimento econômico e pressupõe que, para seu fortalecimento, haja um eficiente processo de comunicação, que permita maior entendimento e envolvimento entre cooperados e cooperativa, capaz de proporcionar mecanismos de controle e tomada de decisão para atuar no mercado.

Com o apoio de uma eficaz comunicação cooperativa-cooperado permite-se articular adequadamente a cadeia de valor promovendo-se melhores resultados econômicos. Neste prisma, gestão social e gestão empresarial seriam duas faces da mesma moeda, ou seja, são complementares e imprescindíveis para uma gestão cooperativa de êxito, como assevera Amodeo (2006). Para que isso se concretize, a cooperativa necessita estar bem gerida de tal modo que os dois tipos de gestão sejam igualmente promovidos, para cumprir com os objetivos das organizações cooperativas.

A comunicação é uma ferramenta estratégica para viabilizar melhorias na gestão cooperativa que apresenta desafios específicos quanto as técnicas utilizadas, sobretudo para evitar o surgimento de barreiras que impeçam o desenvolvimento de fluxos de informação entre os públicos envolvidos no empreendimento cooperativo. Por ser considerada um dos maiores problemas encontrados na gestão cooperativa, passa a ser – portanto – tarefa da educação cooperativista encontrar instrumentos de comunicação mais eficientes e adequados à realidade do cooperativismo, como forma de promover melhores resultados.

Segundo Frantz (1983), a realização de um trabalho de comunicação atrelada ao de educação cooperativista é um significativo instrumento a serviço das cooperativas para a eliminação de conflitos, à medida que oferece aos associados mais possibilidades de articular seus interesses. Além disso, a educação cooperativista tem exatamente o papel de atuar simultaneamente na gestão social e empresarial das cooperativas, com o objetivo de promover melhorias tanto no que se refere ao aumento da participação dos cooperados, quanto na profissionalização da gestão, a fim de fortalecer a sua específica estrutura organizacional. Essa característica do processo comunicativo, por meio da educação cooperativista, pode ser utilizada na capacitação dos sócios, promovendo a participação dialógica, educativa e a busca de equilíbrio entre os interesses dos públicos envolvidos na organização.

No caso das cooperativas agrárias, a informação direcionada aos produtores rurais associados tende, muitas vezes, a ser controlada pelos dirigentes, já que os cooperados não se reconhecem como donos do empreendimento econômico e os dirigentes, por serem os representantes legais da organização, têm maiores possibilidades de controlar as informações e alinhá-las aos próprios interesses. Esta situação aumenta o risco de comportamentos oportunistas, pois os associados se não tiverem informações acerca da cooperativa e não a sentirem próxima de seus interesses, logo não reconhecerão seu poder de controle e conseqüentemente, não se comprometerão com ela. A fidelização, portanto, depende em parte de como se mantém esta relação nos processos de comunicação.

Nesta perspectiva, para Benecke (1990), o conflito de interesses entre o gestor e os associados é explicitado pela forma como é conduzida a gestão da cooperativa. Se os associados não dão instruções corretas ao gestor sobre como gerir o empreendimento, poderá ocasionar problemas como os representados a seguir: os associados, considerados como donos e usuários da cooperativa, podem atuar segundo o que consideram favorável a si próprios; quanto aos gestores, pela estrutura democrática da cooperativa, não será permitido perseguir seus próprios interesses, caso sejam diferentes aos dos associados. Verifica-se, ainda,

que a deficiente realimentação de informações e de comunicação tem dificultado também o fluxo de informações das Cooperativas Singulares com a Cooperativa Central. Além das inúmeras mudanças no mercado, cada vez mais marcado pela competição, as cooperativas estão sendo pressionadas a se unirem a outras, (obedecendo ao princípio da intercooperação) a fim de manterem e/ou expandirem sua participação nos negócios, formando em conjunto uma organização de segundo grau, denominada Central. Este modelo é conhecido como Federado. Dessa forma, a busca por maior eficiência e eficácia é que tem provocado a predominância de estruturas verticalizadas de produção.

Neste sentido, Gimenes (2004) salienta que o cenário da atual economia mundial apresenta-se para as cooperativas sob a forma de uma permanente contradição, qual seja, a de manter uma empresa competitiva, capaz de enfrentar multinacionais de grande porte que conquistam seus mercados e, concomitantemente, atender às necessidades dos seus associados, mas nem sempre conseguindo fazer as duas coisas eficientemente.

Formam-se, assim, estruturas verticalizadas, que permitem eficiência de escala e de escopo, onde as decisões nas organizações superiores (Cooperativa Central) estão sustentadas por instâncias de decisão também das bases (Cooperativas Singulares filiadas à Central e seus associados). Geralmente, os critérios de decisão das Centrais requerem complexos conhecimentos sobre o funcionamento do sistema agroindustrial, enquanto o conhecimento das cooperativas e produtores está focado nas questões atinentes à produção primária. Assim, existem dois raciocínios distintos que devem ser harmonizados, o global e o local, ou melhor, o da produção industrial e da produção primária, para a qual a comunicação passa a ter papel fundamental.

Desse modo, a Cooperativa Central precisa gerir economicamente seus negócios sob a lógica do sistema agroindustrial, vinculando estrategicamente às Cooperativas Singulares, bem como viabilizando de forma adequada à gestão social, com consulta, participação e decisão junto ao quadro de associadas. O fim último seria o bem-estar do produtor cooperado. No entanto, observa-se na prática a predominância de interesses econômicos da

Central sobre os dos associados, acerca da indústria e do mercado de seus produtos, assim, a parceria firmada pela e/ou com a Central se converte num fim em si mesma.

Geralmente, a Central gerencia uma agroindústria sofisticada, que concorre no mercado com as principais multinacionais do segmento, o que demanda não só capital, mas também, o planejamento de estratégias globais, decisões bem informadas e, principalmente, produtores que forneçam matéria-prima de qualidade e sob as condições que a Central necessita para atender seus clientes, mercado este cada vez mais exigente e em transformação. Entretanto, os produtores se relacionam com as Cooperativas Singulares e não diretamente com a Central, o que exige delas um papel essencial nessa articulação, com especial atenção ao processo de transmissão das mensagens.

Em conformidade com o modelo de gestão característico das cooperativas, o importante é que se busque realizar a decodificação da mensagem direcionada entre administração da cooperativa e quadro social organizado – e também no sentido inverso –, em instâncias democráticas de discussão, com o intuito de auxiliar na tomada de decisões estratégicas, que atendam, de fato, às reais necessidades dos associados, bem como às intenções competitivas da cooperativa. Isto pode ser possível com práticas de comunicação que assegurem um eficaz caminho de ida e volta da informação, atendendo aos interesses da organização e dos públicos, denominadas de comunicação simétrica.

Face aos avanços das novas ferramentas comunicacionais no ambiente organizacional, impulsionadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs, além das exigências do modelo de governança cooperativo, uma forma adequada de relacionar e gerir o modelo federado de cooperativas precisa ser pensada, entendendo como se estruturam os fluxos de informação na gestão desse arquétipo. Nesse sentido, a comunicação passa a cumprir um papel essencial na articulação dos diferentes níveis da organização (produtores - Cooperativas Singulares - Central), para que nessa estrutura federada, atue de forma articulada e não concorra por recursos ou se enfrente diretamente, tirando a potencialidade competitiva da integração vertical cooperativa.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é analisar a percepção dos técnicos e políticos das cooperativas pesquisadas acerca da articulação agroindustrial entre Cooperativa Central – Cooperativas Singulares – produtores rurais.

Procedimentos metodológicos

Metodologicamente, foi realizado um estudo de caso de um modelo federado de cooperativas de leite, utilizando-se de fontes primárias, com o apoio da técnica de entrevistas, além de fontes secundárias. O estudo foi qualitativo de caráter exploratório-descritivo.

De acordo com Marconi & Lakatos (2007), o estudo de caso é construído por meio de um levantamento mais profundo de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos, além disso, reúne o maior número de informações detalhadas, valendo-se de diferentes técnicas de pesquisa com o objetivo de apreender uma determinada situação e descrever a complexidade de um fato.

As fontes primárias foram obtidas por meio de dois grupos de informantes: os políticos e os comunicadores da Cooperativa Central e das Cooperativas Singulares.

O processo de amostragem das Cooperativas Singulares filiadas à Cooperativa Central foi de caráter intencional atendendo aos seguintes critérios:

- Selecionaram-se apenas as cooperativas sócias da Central localizadas no Estado de Minas Gerais (de 31 foi para 29);
- Dentre as selecionadas eliminaram-se aquelas que tinham uma produção de leite abaixo de 100.000 litros ao dia (de 28 foi para 10), pois se pressupôs que as maiores teriam melhor estrutura departamental, incluso a área de comunicação;
- A partir do universo de 10 Cooperativas Singulares, selecionados segundo os critérios definidos nos itens a e b, obteve-se o tamanho da amostra de 6 cooperativas, considerando a fórmula estatística desenvolvida por Martins (2002, p.45):

$$n = z^2 \cdot p \cdot q \cdot N / z^2 \cdot p \cdot q$$

Onde:

N = tamanho da população = 10

z = nível de confiança estabelecido¹ (95%) = 1,96

p = proporção que o fenômeno se verifica = 0,50

q = proporção que o fenômeno não se verifica = 0,50

d = erro máximo permitido = 0,05 (5%)

Objetivando a preservação das Cooperativas Singulares selecionadas, aos dados informados, não serão atribuídas as respectivas identificações.

Durante a pesquisa de campo em dezembro de 2010, foram realizadas dez entrevistas semiestruturadas, com encarregados da área de comunicação da Central (2), das cooperativas da amostra (2) e com presidentes ou representantes das mesmas na Central (6). Das pessoas entrevistadas, oito eram homens e duas mulheres e, estas duas informantes eram funcionárias da área de comunicação. Na mencionada amostra, houve predominância masculina no que se refere aos informantes, já que todos os dirigentes de cooperativas eram homens.

Todos os informantes possuíam nível superior completo, seis eram presidentes de Cooperativas Singulares e a metade deles atuava no Conselho Administrativo ou no Conselho Fiscal da Itambé. Os outros quatro informantes eram comunicadores, sendo que dois trabalhavam na Central e os demais nas Cooperativas Singulares, as quais contavam com um departamento de *marketing* ou assessoria de relacionamento com o produtor. Assim, das seis cooperativas analisadas, apenas duas possuíam uma área de comunicação instituída, fato que explica por que não se realizaram entrevistas com comunicadores nas outras quatro cooperativas.

Para garantir que a identidade dos entrevistados não fosse revelada foi feita a opção de identificar os presidentes de cooperativas com letras e os comunicadores com letras das respectivas

¹ O intervalo de confiança é estabelecido antes de iniciar uma pesquisa. Geralmente, o parâmetro fica em torno de 95% de nível de confiança. Isso quer dizer que se a pesquisa fosse realizada 100 vezes em 95 dela o resultado ficaria dentro da margem de erro (MARTINS, 2002).

cooperativas, acrescido de números. Assim, no decorrer do estudo, se faz referências às seis Cooperativas Singulares (A, B, C, D, E, F), da Cooperativa Central (G), e dos comunicadores (A-1, E-2, G-1 e G-2).

Quadro 01 – Perfil dos Informantes

Identificação do informante	Cargo do informante	A cooperativa trabalha com outros produtos, além do leite?	Observações da cooperativa
A	Presidente de Cooperativa Singular e Conselheiro Fiscal da Central	Sim	Realiza OQS
A-1	Assessor de comunicação	Sim	
B	Presidente de Cooperativa Singular e Conselheiro Administrativo da Central	Não	Gestão Virtual
C	Presidente de Cooperativa Singular	Sim	Realiza OQS
D	Presidente de Cooperativa Singular e Conselheiro Administrativo da Central	Não	Realiza OQS
E	Presidente de Cooperativa Singular	Sim	
E-1	Gerente de Marketing	Sim	
F	Presidente de Cooperativa Singular	Sim	
G-1	Coordenador da assessoria de relacionamento com o produtor da Central	Não	
G-2	Jornalista da assessoria de relacionamento com o produtor da Central	Não	

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

O tempo das entrevistas variou entre vinte minutos a aproximadamente uma hora de duração, de acordo com o interesse e o volume de informações que cada um dos informantes apresentou ao responder as treze questões semiestruturadas do roteiro, as quais estavam organizadas em dois blocos. O primeiro bloco de perguntas buscava caracterizar e analisar a realidade da comunicação organizacional no Sistema encabeçado pela Central. E o segundo bloco objetivou entender como se dá a articulação agroindustrial na integração vertical de cooperativas. Para tanto, a entrevista explorou temas afins como os benefícios da associação, facilidades e dificuldades do modelo federado de cooperativas, educação cooperativista e assistência técnica.

Resultados e discussão

Diante das mudanças ocorridas na última década, na coleta do leite, a Cooperativa Singular não mais responde pelo mercado de leite no modelo federado de cooperativas. Neste momento é de responsabilidade da Cooperativa Central tanto coletar o leite nas propriedades quanto fixar o seu preço.

Sobre o preço do leite, é importante que não haja grande disparidade dos valores praticados pela cooperativa no mercado em relação aos seus concorrentes. O produtor rural demanda sempre esta informação, pois quer fazer comparação com as demais empresas de laticínios do mercado local, para verificar se está se beneficiando com a entrega do seu leite à Central. Segundo o informante E, quando o produtor percebe que o preço do leite está abaixo do estipulado pelo mercado, não manifesta descontentamento diretamente com a Cooperativa Singular, mas salienta que a cooperativa se encontra numa situação pior, após a filiação à Central. Tal desapontamento do presidente diz respeito à perda de poder da cooperativa, ao deixar de ser intermediária no processo, ficando à margem das decisões críticas.

A opinião dos informantes sobre o papel da Cooperativa Singular na articulação produtor-singulares-central é que as Cooperativas Singulares, devido a sua proximidade com seus associados,

fornecem-lhes informações, assistência técnica, facilitam-lhes o acesso a insumos a preços diferenciados e assessoram-lhes na resolução de seus problemas.

Nós somos o mensageiro [Cooperativa Singular], a instituição que orienta que norteia o produtor a partir do momento que a gente recebe as informações dos produtos, sobre as tendências. Estamos lá no meio do caminho entre o produtor e a Central para levar essas informações. No caminho inverso, a gente tá trazendo as reivindicações dos produtores até a Central que enriquece a relação no sistema (Relato do informante C).

A cooperativa local precisa existir para o produtor, pois está mais próxima dele, mas não precisa ter tantas cooperativas de pequeno porte soltas numa mesma região (Relato do informante A).

É preciso que as cooperativas se agrupem estrategicamente, de forma que o produtor esteja mais próximo, ficando amparado por uma organização forte, em especial, no momento em que houver algum problema na gestão. Em outras palavras, se a Central estiver distante e não existir uma organização mais próxima à qual o produtor possa recorrer para solucionar algum problema, provavelmente ficará insatisfeito com o sistema cooperativo. No entanto, não se justificaria a existência de tantas Cooperativas Singulares, pois acarretariam maiores custos para si e para o próprio sistema. Deve-se mencionar aqui que as melhorias na infraestrutura e meios de transporte, assim como nas comunicações, encurtaram distâncias e superaram o isolamento de muitos lugares.

A título de exemplo, uma das cooperativas pesquisadas adota o modelo de gestão virtual, que lhe permite ter custos enxutos que, por sua vez, não oneram significativamente o produtor e contribuem para potencializar a verticalização produtiva. Um

ponto negativo deste formato organizacional é que os associados, talvez tenham menores possibilidades de participar nas instâncias da cooperativa, por maiores dificuldades de se identificar com a mesma e desenvolver seu senso de pertencimento, até pela falta de sede e pessoas com as quais interagir.

Deste modo, coloca-se em discussão se o modelo federado seria o mais adequado. Foi unânime a opinião dos entrevistados no que concerne à predominância na Central da gestão empresarial sobre a gestão social, o que contraria a dupla natureza cooperativa. Essa dificuldade também é sentida pelo comunicador A-1 ao explicar que “a grande dificuldade na gestão cooperativa é conseguir realizar ao mesmo tempo uma boa gestão empresarial com uma excelente gestão social”. Para mais esclarecimentos Sousa *et al.* (2010) explicam que uma gestão que enfatiza a perspectiva empresarial é importante para atingir os objetivos econômicos dos seus sócios, mas também é de vital importância sua complementaridade com a gestão social, a fim de promover uma participação efetiva e eficaz dos associados, implementar os valores organizacionais, divulgar e vivenciar seus princípios, realizando, assim, a adequada gestão cooperativa.

Em se tratando do relacionamento da Central com os produtores, na percepção dos informantes A e B pode ser observada uma considerável evolução, principalmente com a nova gestão da Central que implantou o setor de comunicação direcionado ao produtor de forma consistente, possibilitando o envolvimento e maior fluxo de informações entre dirigentes e cooperados. “Isso é que deve ser feito para que o produtor se sinta dono do sistema, mas não é uma tarefa fácil”, diz o informante A.

Os informantes, quando questionados em relação às estratégias adotadas para que o produtor entenda as exigências do mercado, como forma de fornecer leite com padrão adequado, explicaram que o principal ponto de discussão é a respeito da qualidade do leite conduzida nas capacitações realizadas por meio dos técnicos durante o serviço de assistência técnica nas propriedades rurais. Entretanto, os presidentes ponderam que realizam este trabalho apenas com os produtores que querem entrar neste nicho de diferenciação do produto, deixando de lado os que não têm

interesse nessa orientação. Na concepção do informante G-1, o consumidor educa a cadeia produtiva porque “dá os sinais”, a Central interpreta-os e junto às Singulares trabalham o perfil produtivo do cooperado. O trabalho é embasado nos dados obtidos por meio de levantamento de diferentes mecanismos, como pesquisa de satisfação do consumidor, junto a supermercados e da atenção dispensada às tendências do mercado, na qual os técnicos realizam visitas internacionais às fábricas agroindustriais para conhecer novos processos e produtos.

Além disso, reconhecem que tanto a Central quanto a Singular têm muito a investir na área de comunicação para transferência de tecnologia, tendo em vista a dificuldade de acesso e aceitação de novos conhecimentos técnicos pelos produtores rurais. Segundo os relatos, os produtores não acreditam que o seu investimento em melhores tecnologias possa ser futuramente compensado.

No caso das cooperativas A, D e F, que implementam programas de Organização do Quadro Social, pode se constatar a evolução graças aos mesmos. A percepção é de que a informação é transmitida mais rapidamente, através das reuniões nas comunidades, contando com a participação de algum técnico extensionista da cooperativa. Isso permite que o técnico esteja mais próximo e sinta as necessidades das comunidades, assim como permite a troca de saberes com os produtores rurais nesse processo de intervenção para o desenvolvimento.

Dos presidentes das Cooperativas Singulares entrevistados, metade (três) criticou de algum modo o atual modelo federado de cooperativas, seja pelo seu sentimento de exclusão do processo de captação de leite, pela perda de vínculo com o produtor ou pelo custo de manutenção do modelo. A primeira crítica está ligada à exclusão da Cooperativa Singular na captação de leite. Conforme salienta o informante C, a Central tirou autonomia e participação na coleta de leite.

Ficamos só com a parte ruim do negócio. Nesta hora eu me rebelo porque se o caminhão não vai buscar o leite do produtor, ele liga para gente, como presidente, e não para o técnico da captação da Central (Informante C).

Outra opinião a este respeito manifesta também a preocupação quanto à recente estrutura de captação do leite. O entrevistado revela que esta mudança aponta para resultados negativos para a Cooperativa Singular, devido à perda do vínculo com o produtor, sendo agora uma relação quase que meramente comercial. Também não vê diferenças impactantes no ganho do produtor antes e depois da mudança, somente a Cooperativa Singular perdeu por não ser mais intermediária do processo. Apesar das críticas de parte dos presidentes, estes manifestam que o atual modelo está adequado, porém precisa efetuar alguns ajustes no sentido de introduzir maior harmonia e equilíbrio nas relações entre produtores, Cooperativas Singulares e a Central.

Já a última crítica refere-se às maiores despesas do que resultados gerados, a partir de sua filiação e entrega de leite à Central. É relatado por um dos entrevistados o caso do gasto de energia. O valor que a cooperativa F recebe pelo leite, entre R\$14.000,00 e R\$15.000,00, não seria suficiente para pagar a conta de energia elétrica da estrutura utilizada pela mesma no mês. Acrescenta ainda que eles têm duas funcionárias destinadas a atender e resolver assuntos ligados a Central. Ele questiona o valor recebido pela Singular por realizar essas tarefas. Afirma que o retorno é muito pequeno para a cooperativa, ainda mais considerando que de 40% a 50% do seu tempo é destinado para resolver os problemas oriundos da Central.

É o produtor ligando e reclamando que a fazenda está sem luz, que o carreteiro não foi buscar o leite, que o tanque dele estragou e que temos que mandar um caminhão para buscar a produção dele (Relato do informante F).

Neste sentido, o mesmo presidente admite que as Cooperativas Singulares necessitariam que melhor remuneradas pelo trabalho que desempenham. Relata que existem cooperativas que não recebe nem R\$2.000,00 ao mês por todo o trabalho de articulação com a Central.

Isto tem que ser mudado, tem que se estudar uma forma das cooperativas serem remuneradas por isto, tanto é que se você fizer uma análise hoje dos balanços das cooperativas, talvez 50% das cooperativas estão com problemas e que mais cedo ou mais tarde vão fechar (Relato do informante F).

Esses apontamentos, de fato, podem acabar distanciando a Cooperativa Central dos cooperados. Assim, geram-se algumas consequências, como o não sentimento de pertencimento e o reconhecimento da Central por parte dos cooperados como sendo sua. Ou seja, eles não se sentem donos da Central podendo ocasionar infidelidade, ou seja, enviar sua produção a outra agroindústria que não seja do sistema federado. Segundo relato do informante A-1 “é um perigo quando as Centrais ficam muito grandes e estão muito distantes do produtor”. A Central deve ter orientação para o mercado, visando satisfazer seus consumidores, mas sem perder de vista o ativo mais importante da cooperativa – os seus associados – através de esforços de comunicação e fidelização (CHADDAD, 2007).

Alguns presidentes chegam ao consenso de que a cooperativa só poderá sobreviver quando tiver como suporte o laticínio, a fábrica de ração e o posto de gasolina, ou seja, é necessário ter rendas extras. O informante D acredita que o leite não representa muito para a cooperativa, pois disponibilizam assistência técnica para que os produtores aumentem a qualidade e produtividade do seu leite, mas que diretamente isto não os favorece economicamente, somente à Central e aos produtores rurais, dado o investimento realizado e a falta de retorno, por parte da Singular. Ele ameniza seu relato ao se posicionar a favor das vantagens da Central coletar o leite. Afirma que, no caso de sua cooperativa, que continua industrializando parte do leite, se fosse iniciar agora a captação, iria escolher os produtores que apresentassem determinados requisitos, isto é, seriam selecionadas as propriedades de acordo com o volume e qualidade da produção e da localização geográfica. Deste modo, caso isso ocorresse, a cooperativa estaria

indo contra os princípios e valores cooperativos que as qualificam e as diferenciam das demais organizações, pois estaria diferenciando os associados e, até, excluindo os de pequeno porte.

Em síntese, o modelo federado de cooperativas é considerado pelos entrevistados o mais adequado para o momento, mas seriam precisos ajustes. Nesta direção, o primeiro ponto diagnosticado foi o distanciamento entre Central e produtores. A solução proposta foi criar uma assessoria na Central para tratar exclusivamente a comunicação com o produtor. O segundo ponto foi entender o que o consumidor de lácteos deseja, para então articular esses interesses com os envolvidos no processo. A solução proposta foi capacitar os produtores para que desenvolva a matéria prima (leite) segundo o que consideram o mais adequado para o mercado.

Portanto, a Central teria a difícil tarefa de articular os interesses do complexo agroindustrial do leite, juntamente com os interesses das Cooperativas Singulares e dos produtores quanto à produção *in natura* do leite. Isto é, as decisões da Central devem levar em consideração antes de tudo as decisões da base e as suas efetivas demandas. Devido a este fator, a Central precisa trabalhar junto aos seus produtores e suas cooperativas associadas, sobre o papel que cada um tem no processo todo, uma vez que eles também são donos e fornecedores, ao mesmo tempo, por isso a importância de participar ativamente dos negócios da Cooperativa Singular, e na própria Central, o que trará conseqüentemente benefícios para todo o sistema.

Considerações

O modelo federado de cooperativas requer uma forma adequada de estruturar os fluxos de informações, frente à dificuldade em articular os interesses da produção primária de grande número de produtores, da organização produtiva por parte das Cooperativas Singulares, juntamente com os interesses agroindustriais da Central. Encontram-se nesta articulação diferentes processos de comunicação simultâneos e relacionados que precisam

harmonizar interesses, demandas e exigências desses três níveis de instância, numa adequada escolha de canais e de mensagens. Assim, existem mensagens distintas a serem transmitidas aos públicos específicos envolvidos, até mesmo no controle de uma determinada informação.

No geral, o atual modelo federado de cooperativas foi criticado pelos produtores por gerar sentimento de exclusão do processo de captação de leite, pela perda de vínculo com os mesmos ou pelo custo de manutenção do modelo. Porém, o mencionado modelo é considerado o mais adequado para o momento, precisando apenas de alguns ajustes para minimizar os problemas supracitados. Reconhecem os esforços das cooperativas Singulares que oferecem garantias e apresentam-se como vantajosas à coleta de leite pela Central e sua posterior industrialização. Devido a esses fatores, a Central precisa trabalhar junto aos seus produtores e suas cooperativas associadas, sobre o papel que cada um tem no processo como todo, uma vez que eles também são, ao mesmo tempo, donos e fornecedores. Por isso, a importância de participar ativamente dos negócios da Cooperativa Singular e da própria Central, que trará conseqüentemente benefícios para todo o sistema. Caso não consigam articular uma eficiente cadeia de valor, o próprio modelo de articulação poderá ser questionado.

BIBLIOGRAFIA

AMODEO, N. B. P. Contribuição da educação cooperativa nos processos de desenvolvimento rural. In: AMODEO, N. B. P; ALIMONDA, H. (Orgs.) **Ruralidades: capacitação e desenvolvimento**. Viçosa: Ed. UFV, 2006, p.151-176.

BENECKE, D. W. **Cooperação e desenvolvimento**: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico dos países do terceiro mundo. Porto Alegre: Coojornal, 1990.

CHADDAD, F. R. Cooperativas no Agronegócio do Leite: mudanças organizacionais e estratégias em resposta à globalização. **Revista Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, vol. 9, nº 1, p. 69-78, 2007.

DRAHEIM, G. **Die Genossenschaft als Unternehmungstyp**. Goettingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1955.

FRANTZ, W. **Comunicação e educação em cooperativas**: retrospectiva histórica e importância atual. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, ano XVII, v.13, nº39, 1983.

GIMENES, R. M. T. **Agribusiness cooperativo**: viabilidade econômica da abertura direta do capital pela emissão de debêntures. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – Santa Catarina, 2004.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUSA, D. N; AMODEO, N. B. P; MILAGRES, C. S. F; PINHO, J.B; FERREIRA, P. R. Influências da educação cooperativista na gestão de cooperativas agrárias do estado de minas gerais. *In: 48 Encontro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, 2010, Campo Grande-MS. **Anais ...** Campo Grande: UCDB, 2010.

2.

Planejamento participativo em cooperativas de economia solidária

Alan Ferreira de Freitas
Alair Ferreira de Freitas

Introdução

O fortalecimento das organizações cooperativas depende diretamente do modelo de gestão praticado por elas, que deve refletir os princípios e valores cooperativistas, de modo a garantir a autogestão. Tais organizações se distinguem das empresas mercantis, tanto em suas relações econômicas e sociais quanto em seu embasamento doutrinário. No modelo de administração das organizações cooperativas, a participação de todos os cooperados é fator primordial para a garantia da sua eficiência. Neste sentido, qualquer instrumento da gestão que não considere suadupla natureza² tende a esbarrar em impasses e fracassos.

O planejamento como uma ferramenta estratégica na gestão das cooperativas pode ser bem utilizado como mecanismo de construção de estratégias e fortalecimento da autogestão, para tanto, deve incorporar um caráter participativo. As ações desenvolvidas devem ser direcionadas para o aumento da participação de forma explorar as potencialidades, assegurando que a

² A dupla natureza diz respeito ao seu relacionamento para dentro (cooperativa/cooperado) e para fora (cooperativa/mercado). Portanto, traduz-se em natureza econômica nas relações econômicas exercidas com o mercado e sua natureza social nas relações com os cooperados e com a comunidade.

organização possa proporcionar a melhoria do bem-estar econômico e das condições de vida de seus associados.

O planejamento deve antes de tudo ser caracterizado enquanto um processo participativo, garantindo ao planejador a vivência da realidade e quem irá executar as ações. A utilização de métodos participativos seja para diagnósticos da realidade ou a elaboração de planejamentos contribui com as oportunidades de expressão, pois visam facilitar a capacidade de tomada de decisão daqueles que têm uma trajetória de socialização política muito precária e não estão acostumados a participar ativamente de processos coletivos de tomada de decisões (TATAGIBA & FILÁRTIGA, 2002). Estes métodos se constituem como mecanismos na busca de alternativas de intervenção que pretendem estimular a participação das pessoas na sua própria realidade. Para isso, utilizam técnicas que visam facilitar a participação dos envolvidos de forma crítica e consciente.

O planejamento participativo, assim como outros métodos utilizados em metodologias participativas, procura problematizar a realidade local, remetendo os problemas identificados a realidades causais mais amplas, respeitando, no entanto, os valores da cultura local (VERDEJO, 2006). Neste caso, o planejamento torna-se uma técnica e um método para obtenção e construção coletiva de informações sobre uma determinada realidade que irão subsidiar o desenvolvimento conjunto de ações concretas para transformação desta dada realidade. Ele é chamado de participativo porque o processo de obtenção destas informações e de construção das ações é feito de modo a envolver as pessoas que vivem a situação diagnosticada, para que elas construam, juntamente com os mediadores que coordenam o processo de planejamento, o conjunto de dados e informações que comporão o plano de ações.

Segundo Gandin (1998), no campo do planejamento, incorporar a participação e pensar a realidade é promissor, pois faz com que as pessoas se inclinem para ações mais concretas, para políticas e estratégias mais consistentes. Este autor ressalta ainda que o planejamento participativo proporciona a participação no próprio poder, dando condições que o grupo focalize seus esforços para o alcance das metas e das realizações grupais.

A participação na prática do planejamento não significa apenas contribuir com propostas prontas, mas representa uma construção coletiva em que além de seu papel gerencial, o planejamento é um processo educativo. De acordo com Gandim (1998), quando houver desejo real de planejamento participativo, um aspecto metodológico constitui-se como ponto fundamental:

recolher o que as pessoas sentem, desejam e pensam, da maneira como elas pensam, desejam e sentem, utilizando as próprias palavras que as pessoas escrevem ou pronunciam. O importante é definir que, para construir um processo participativo com distribuição de poder, não é suficiente pedir sugestões, é necessário que o plano se construa com o saber, com o querer e com o fazer de todos (GANDIN, 1998, p.136-137).

O planejamento estratégico participativo aqui citado, segundo Gandin (2001) foi desenvolvido para instituições, grupos e movimentos que não têm como primeira tarefa ou missão aumentar o lucro, competir e sobreviver, mas contribuir para a construção da realidade social. A participação neste processo se torna um princípio desencadeador do processo de empoderamento do grupo. A participação, neste caso, não descaracteriza o papel estratégico do planejamento, ao contrário, o potencializa à medida em que possibilita que a leitura da realidade e a definição de estratégias sejam feitas de maneira mais adequada e rigorosa por aqueles diretamente envolvidos nesta realidade.

Na perspectiva da participação surge então outro elemento importante para o desenvolvimento do grupo e de uma organização cunhada pela solidariedade: o empoderamento. Este conceito vem ganhando destaque recentemente em pesquisas acadêmicas, mais especificamente quando se trata de processos de promoção do desenvolvimento. O empoderamento diz respeito ao resgate de valores, dignidade, cidadania, se relaciona principalmente ao grupo ou organização “tornar-se capaz”, capaz de transformar sua própria realidade.

Tratamos aqui o empoderamento enquanto um processo, mediatizado e desencadeado pela participação dos membros de uma organização no diagnóstico e na elaboração de ações transformadoras através de métodos participativas e de uma relação dialógica noutro processo que é o planejamento participativo. Romano (2002) argumenta que o empoderamento devolve poder e dignidade a quem desejar o estatuto de cidadania e, principalmente, a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino com responsabilidade e respeito ao outro.

Este trabalho apresenta especificamente uma experiência de extensão universitária desenvolvida no início de 2008 que buscou assessorar a elaboração, operacionalização e acompanhamento do processo de planejamento estratégico participativo de duas cooperativas de crédito da agricultura familiar e economia solidária de Minas Gerais (Sistema Ecosol). O principal foco de análise consiste na metodologia do planejamento, a qual é determinante para os resultados do mesmo e a participação e engajamento do público participante. Neste sentido, o objetivo geral do artigo é apresentar uma descrição metodológica do processo de planejamento participativo realizado no sistema Ecosol de Cooperativas de crédito solidárias.

O sistema Ecosol reúne diversas cooperativas de crédito no Brasil, as quais atuam sob os princípios da economia solidária, buscando fazer do crédito uma ferramenta potencial de transformação da realidade socioeconômico das populações de baixa renda. Em Minas Gerais o sistema Ecosol conta com duas cooperativas de crédito rural, formadas exclusivamente por agricultores e agricultoras familiares, que também são diretores e funcionários. Essas cooperativas estão sediadas nos municípios de Tombos e Araçuaia, mas abrangem também os municípios de Espera Feliz, Divino e Simonésia, nos quais existem Postos de Atendimento Cooperativo (PACs). Durante a execução do planejamento o número de cooperados do sistema Ecosol/MG era aproximadamente 850 e, atualmente, já se somam mais de 1.500 cooperados. Pretende-se neste artigo, refletir sobre esta experiência e sobre a capacidade que esta ferramenta tem de viabilizar a participação dos cooperados na construção dos planos futuros, concebendo a

participação como princípio mobilizador e ferramenta desencadeadora do processo de empoderamento do grupo.

Cooperativas de economia solidária: concepções e princípios

A economia solidária surgiu em meados do século XIX, nos primórdios do Capitalismo Industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego, resultantes da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramenta e do motor a vapor (SINGER, 2002). Como consequência, uma grande massa de trabalhadores passou a não ter acesso a um local de trabalho, sendo substituídos pelas máquinas. Com isso esses trabalhadores começaram a se organizar coletivamente, baseando-se nos princípios da economia solidária, como autogestão e solidariedade (ANTEAG, 2000).

A solidariedade é um princípio ético que vem, aos poucos, se tornando um princípio de organização econômica, como iniciativa de reação ao desemprego, espalhadas pelo país. Essas iniciativas, variadas na forma e no tamanho compõem a Economia Solidária que, na essência, significa a democratização na posse, no controle dos bens de produção e na distribuição dos bens de consumo, possibilitando, por meio da organização social coletiva, a criação de alternativas para a geração de renda.

Surge então, em função da organização social, os empreendimentos solidários, incluindo aqui cooperativas, associações e grupos informais, constituídos basicamente por trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários, sendo sua finalidade básica a quantidade e a qualidade do trabalho, não a maximização do lucro (SINGER, 2002).

O empreendimento solidário representa um importante instrumento capaz de garantir trabalho a quem antes se via à margem da sociedade. Eles apresentam uma alternativa viável para geração de trabalho, renda, para garantir a dignidade e a autonomia dos trabalhos. Esses empreendimentos sejam rurais ou urbanos, como o nome infere, são baseados nos princípios da economia solidária que é uma importante aliada na inclusão social. A soli-

riedade, organização, reciprocidade, participação, entre outros, são princípios e valores que compõem a economia de base solidária. Ainda neste contexto, os empreendimentos – as cooperativas - apresentam a autogestão como principal característica intrínseca.

As cooperativas de economia solidária enfrentam grandes dificuldades para garantirem sua sustentabilidade financeira e se manterem no mercado. O negócio começa com dificuldades de financiamentos de suas atividades, limitações para investir, defasagem tecnológica, sem capital de giro próprio, restrições no acesso ao sistema financeiro e muitas outras dificuldades decorrentes desta situação. Isso mostra, que mesmo em condições desfavoráveis, enfrentando estas séries de dificuldades, os empreendimentos de economia solidária conseguem se manter ativos e possibilitando a inserção econômica e social dos seus donos-usuários.

Assim, as instituições e as organizações que trabalham com o fomento e desenvolvimento de empreendimentos solidários, devem se preocupar com a busca por uma cidadania ativa, revertendo às relações de poder e transformando os envolvidos na condição de pobreza como atores de seu próprio desenvolvimento, promovendo a emancipação social, econômica e política.

Desta forma, o trabalho com este tipo de grupo (cooperativas de economia solidária), devem-se pautar como fatores principais, a valorização e a manutenção dos princípios já estabelecidos e socialmente construídos, possibilitar a criação da identidade do grupo e o fortalecimento das relações sociais e solidárias no caminho pela busca da cidadania ativa, permitindo a plena autonomia do grupo e colocando os membros como principais atores da sua mudança.

A intervenção nas organizações de Economia Solidária

O planejamento participativo aqui apresentado é assim proposto exatamente pelas especificidades das organizações de Economia Solidária. Estas organizações, sendo cooperativas, associações ou grupos informais, possuem como princípio a organização coletiva, a autogestão e a igualdade. Quando tratamos de

alguma ferramenta gerencial direcionada a estes grupos devemos nos pautar pela participação como fundamento.

Nos trabalhos de intervenção social batizados por uma concepção participativa há princípios gnosiológicos e éticos que se revelam o *modus operandi* da intervenção. A criação de espaços dialogicamente interativos e discursivamente mediados estabelece um processo no qual são determinados compromissos de responsabilidade tanto entre indivíduos do grupo social envolvido, quanto do profissional para com estes (COELHO, 2005, p. 87).

Em sua Teoria da Ação Comunicativa, Habermas parte do princípio de que os homens são capazes de ação, e para tanto utilizam-se da linguagem para se comunicarem com os seus pares, buscando chegar a um entendimento.

Chamo *ação comunicativa* àquela forma de interação social em que os planos de ação dos diversos atores ficam coordenados pelo intercâmbio de atos comunicativos, fazendo, para isso, uma utilização da linguagem (ou das correspondentes manifestações extraverbais) orientada ao entendimento. À medida em que a comunicação serve ao entendimento (e não só ao exercício das influências recíprocas) pode adotar para as interações o papel de um mecanismo de coordenação da ação e com isso fazer possível a ação comunicativa (HABERMAS, 1997, p.418).

De acordo com o exposto por Habermas a comunicação é procedente de ação, onde a interação acontece. Na ação comunicativa os atores agem em função do objetivo final, mediados por uma linguagem que lhes seja própria. Desta forma, no caso do planejamento participativo, a linguagem utilizada para mediar o processo com o grupo de economia solidária é primordial para que o processo alcance seus resultados esperados.

Nesse contexto, a linguagem torna-se um ponto de destaque em sua teoria, podendo se considerar a linguagem, como toda

e qualquer forma de comunicação que poderá transformar ou modificar o comportamento. Seriam todos os estímulos que o meio transmite ou que o sujeito capta do meio, e que nos influencia de alguma maneira. A linguagem sob o ponto de vista Habermasiano, é concebida como o elo de interação entre os indivíduos como forma de garantir um processo democrático nas decisões coletivas, onde através de argumentos e contra-argumentos, livres de coerções, os sujeitos buscam conseguir acordos. Essa construção e reconstrução do conhecimento constitui uma educação que leva em conta o outro como sujeito.

Contribuindo com a discussão, Freire (1996) afirma que na relação dialógico- comunicativa os sujeitos interlocutores se expressam através dos mesmos signos linguísticos.

Educar e educar-se na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isso sabem que sabem algo e podem assim saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre pensam que nada sabem, para que estes, transformando o saber que nada sabem, em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1996, p. 25).

É nas palavras de Freire que o planejamento participativo se configura como processo empoderador e de construção de conhecimento. Nesse rumo, quando tratamos de grupos de economia solidária, os agentes externos de assessoria devem trabalhar no sentido de promover um processo dialógico. Quando o grupo reconhece que precisa “saber mais” e os agentes externos sabem que não sabem tudo, o processo torna-se uma eterna construção, e a participação funciona como elemento interação e junção de conhecimentos.

Metodologia

Os dados sistematizados neste trabalho foram possibilitados pela participação dos autores no referido processo de planejamento.

Utilizou-se de gravações para registrar as falas durante a construção do planejamento e os resultados anotados em cartolinas. Todas as informações julgadas importantes foram anotadas no caderno de campo. Foi elaborado um relatório com todas as informações sistematizadas. Tal relatório também foi base para análises e construção deste texto. A metodologia utilizada no planejamento participativo está descrita a seguir.

Metodologia do Planejamento Participativo

A proposta do Planejamento vem dar amplitude à discussão da situação futura da organização, e pretende, *a priori*, realizar uma análise das problemáticas que envolvem a cooperativa.

A análise de problemas e deficiências organizacionais pode ser estruturada na seguinte sequência:

- **Identificação de problemas ou deficiências:** Situações consideradas indesejáveis ao desempenho organizacional.
- **Identificação de problemas e deficiências prioritários:** Seguindo algum critério de importância, como a extensão em que interferem ou possam vir a interferir na consecução da missão da organização. Os efeitos dos problemas na organização são obtidos pela resposta ao questionamento: “Quais as suas consequências?”.
- **Identificação das causas dos problemas priorizados:** Para identificar as suas causas, pode-se questionar: “O que tem ocasionado esses problemas na organização?”.
- **Elaboração das ações de melhoria:** São ações que contribuirão para a mudança organizacional. Correspondem, de certo modo, a soluções apontadas para os problemas/deficiências detectadas, e constituem a base da formulação de metas e ações setoriais.

Neste contexto, as atividades de planejamento no sistema Ecosol envolveram as seguintes etapas:

- I. Abertura;
- II. Apresentação do espaço;
- III. Expectativa dos participantes;
- IV. Histórico da Ecosol e base Minas;
- V. O Planejamento Estratégico e sua importância.

No primeiro momento primou-se por conhecer o surgimento do sistema Ecosol, fazendo-se um resgate histórico do cooperativismo de crédito solidário em Minas Gerais. Conhecer melhor o sistema significa ter condições de vislumbrar o seu crescimento e pensar futuramente na sua expansão.

Nesta etapa é onde ocorrem os acordos iniciais e a revelação das expectativas dos envolvidos, seja para com a realização ou não do planejamento. De acordo com Carvalho (2004), esta etapa é importante, pois é onde importantes perguntas devem ser respondidas antes que o processo continue. Deste modo, segundo este autor, o planejamento deve ser utilizado para um grupo chegar às respostas de algumas questões, em conjunto. Carvalho (2004) acrescenta ainda que, é justamente pela falta de investimento nesta etapa que muitas iniciativas de planejamento não têm obtido sucesso e têm sido causado ceticismo criado em torno desta ferramenta.

Após este momento inicial optou-se por conceituar o ato de planejar e a importância que este planejamento tem na configuração em que se encontram as cooperativas do sistema Ecosol. Ter claro o que é, como e porquê fazer é essencial para que a ação seja bem sucedida.

- Identificação dos problemas - em plenária, através de uma “chuva de ideias” os participantes listaram os problemas enfrentados pela Ecosol.

Ter bem definido os problemas e principais desafios enfrentados é conhecer melhor a realidade planejada. Conhecer

a realidade é fundamental no ato de planejar, pois as ações estratégicas são elaboradas de acordo com as necessidades enfrentadas. Esta etapa se refere à distinção necessária entre problemas (fraquezas organizacionais) e sintomas (consequências delas). Nem sempre é fácil realizar essa distinção satisfatoriamente porque muitos problemas são complexos. De qualquer modo, é sempre recomendável realizar-se um esforço nesse sentido, a fim de se evitar propor soluções que podem mascarar os sintomas, mas não resolvem o problema. A técnica de análise da causas do problema pode nos auxiliar também nessa tarefa.

Segundo Gandin (1998), esta etapa se relaciona com a questão do diagnóstico da realidade organizacional, o autor afirma ainda que esta etapa é aconselhável para acentuar a participação se configurando em um claro e profundo confronto entre a prática que a instituição vive em determinado momento e o ideal a qual esta mesma instituição se tenha proposto. O diagnóstico passa a ser então um juízo sobre a realidade.

- Eleição de prioridades - Os participantes, divididos em grupos de acordo com cada município, discutem dentre os problemas identificados, as prioridades a serem trabalhadas. Além de elegerem os problemas prioritários os grupos se encarregam também de identificar suas causas e consequências.

Dentre a gama de situações indesejadas, elencadas pelos participantes, faz-se necessário separar as que representam prioridade dentro do quadro de problemas. Sabendo que um dos objetivos deste planejamento é a elaboração de ações prioritárias, cabe a identificação de ações que visem atingir as principais dificuldades. Esta técnica foi adaptada dos métodos de diagnósticos participativos que segundo Verdejo (2006), tem a finalidade de organizar atividades determinadas pelo grupo em graus de prioridade. De acordo com Tavares (1991), após a leitura ambiental é importante priorizar as situações indesejadas e, também, as maiores ameaças de modo a identificar as principais variáveis que influenciam no desempenho organizacional.

- Apresentação das prioridades, causas e consequências- Após explanado e sistematizados os problemas prioritários, suas causas e respectivas consequências, os grupos se apresentam em plenária para compartilhar e discutir seus respectivos resultados.

Para que efetivamente se elaborem e/ou construam ações prioritárias é de suma importância ir além da identificação do problema. É necessário interpretar e discutir sobre qual é a real causa e o que ele provoca no âmbito de atuação da cooperativa.

Cabe lembrar que nem todas as pessoas da cooperativa encararam um problema da mesma forma (ainda bem!) ou mesmo concordam sobre o que se configura, ou não, um problema. A maioria das pessoas tende a não reconhecer um problema, como tal, até que ele se torne suficientemente incômodo dificultando até mesmo uma intervenção. Se pensarmos estrategicamente, veremos que é preciso atentar para as situações potencialmente problemáticas, mesmo que no momento atual elas não pareçam assim. De outra parte, a colocação das ações corretivas em prática exigirá que se chegue a um consenso mínimo sobre o que são os verdadeiros problemas ou deficiências da organização. Métodos participativos para identificação dos pontos fortes e fracos podem auxiliar abundantemente nesse sentido.

Gandin (2001), ao analisar o planejamento estratégico enquanto prática educativa afirma que, no ato de comparar a realidade presente com a realidade desejada é necessário aprofundar sobre as principais dificuldades que possivelmente o grupo enfrentará na tentativa de mudança da sua realidade. O aprendizado se dá em todo este processo, uma vez que, os envolvidos têm a oportunidade de discutir o que realmente leva ao surgimento de tais problemas, facilitando assim a construção de alternativas mais viáveis.

- Organização das prioridades - Depois da apresentação dos grupos, a plenária organizou as informações, identificou as prioridades em comum e as que estão inter-relacionadas

agrupando-as por temáticas, ou seja, os temas principais a serem trabalhados pela Ecosol em seu plano de ações.

Segundo Toni e Araújo Filho (2001), a organização das prioridades é fator crucial para a formulação de estratégias. Desse modo, de acordo com os autores as estratégias prioritárias serão sempre aquelas elaboradas a partir de problemas prioritários e que aumentam o campo de possibilidades futuras para atingir as diretrizes estratégicas da organização.

- Elaboração do Plano de ações estratégicas - Uma vez identificados os temas principais, cada cooperativa se organiza e se divide por tema, garantindo a presença de todos os municípios nas discussões e elaboração de ações para todas as questões prioritárias.

Após todas as etapas chega-se ao que podemos chamar aqui de resultado primário do planejamento. O plano de ações estratégicas é um documento que delinea as atividades a serem desenvolvidas e que organiza e descreve as ações prioritárias. Neste sentido, é importante frisar que o plano de ações não pode ser esquecido ou ficar perdido no tempo, o alcance dos objetivos e das metas depende diretamente da execução deste plano.

Segundo Carvalho (2004), uma vez definidas as principais questões estratégicas, o processo continua com a elaboração de estratégias para lidar com estes assuntos, as ações estratégicas constituem o plano para lidar com os assuntos realmente importantes para a organização.

- Apresentação e discussão do Plano de ações- todos os grupos se encarregam de apresentar os resultados do plano de ações, que em seguida é discutido em plenária e modificado se necessário.

Diante do plano elaborado é importante revisar as ações construídas. Com intuito de manter a efetiva participação, a apresentação do plano de ações tem apenas o objetivo de garantir que todos os envolvidos possam dar suas contribuições finais, aprovando assim o documento que eles próprios construíram.

Carvalho (2004) afirma que, muitas vezes, em organizações mais simples, esta etapa é mesclada e realizada no final da fase de formulação de estratégias. Segundo o autor, seu objetivo é obter uma decisão oficial da organização sobre a adoção e execução do planejamento elaborado. Discutem-se quais proposições previsíveis e como lidar com elas, processo de divulgação, acompanhamento e avaliação do plano e recursos necessários a sua implantação.

Nenhum planejamento, por mais simples que seja, pode ser considerado como definitivo e válido até seu total cumprimento. Há que se considerar que nada é estático. Todos os processos são dinâmicos e, como tal, sujeitos a mudanças nem sempre previsíveis. Aquilo que foi planejado hoje pode deixar de ser plausível em alguns meses. Por isso, de acordo com Gandin (2001), um projeto por mais bem planejado que tenha sido, deve passar por avaliações que irão determinar se há necessidade de ajustes para o manter alinhado com as necessidades do grupo-alvo, os interesses gerais e os objetivos propostos.

Resultados do planejamento estratégico do sistema Ecosol/MG

Neste item optou-se por apresentar os resultados do planejamento a partir da priorização dos problemas em cada um dos municípios onde existe unidade de atendimento do sistema Ecosol (cooperativa ou PAC), pois não seria didático expor todos os problemas identificados, considerando a grande quantidade dos mesmos. Os problemas prioritários foram eleitos dentre todos os problemas listados pelos participantes e representam aqueles de maior importância para o sistema Ecosol.

A eleição das prioridades é de grande relevância em um planejamento, objetivando concentrar os esforços nos problemas que mais afetam a organização, sem dispensar esforços consideráveis para problemas de menor impacto, aglutinando as forças para demandas indispensáveis.

Assim, não basta apenas identificar os problemas, é preciso saber o que ele está causando na cooperativa (consequência) e o qual a raiz desse problema (Causa). A identificação das causas e consequência é um exercício fundamental para o processo de planejamento, pois permite aos envolvidos distinguir estas variáveis e começar a perceber como combater as causas dos problemas e não como ficar “remediando” as consequências.

As prioridades eleitas e suas respectivas causas e consequências estão descritas abaixo:

Tabela 1 – Análise dos problemas daEcosol - PAC Espera Feliz

Problemas – Prioridades	Causa	Consequência
Atingir as metas de capital.	Redução do capital ³ .	Não atingiu as exigências do Banco Central.
Carteira de empréstimos.	Falta de capital suficiente.	Não atingiu as exigências do Banco Central.
Divulgação e Marketing.	Não teve recurso e faltou planejamento.	A cooperativa não atingiu as metas.
Capacitação dos conselhos e dos cooperados.	Falta de recursos financeiros.	Problemas de organização e de controle interno.
Produtos e serviços.	Faltou divulgação e excesso de Burocracia.	Não efetivação de alguns produtos.
Elaboração e acompanhamento de projetos.	Faltou recurso financeiro e profissional responsável.	Possibilidades de inadimplência.
Representante no poder público.	Falta de esforço para busca por representante.	Perda de espaço nas decisões.
O uso abusivo de agrotóxicos.	Falta de acompanhamento técnico.	Povo doente e não implementação da agroecologia.

³ A redução do capital não se caracteriza enquanto uma causa, ou seja, não se trata da “raiz” do respectivo problema identificado, mas ilustra a consequência de uma determinada problemática.

Tabela 2 – Análise dos problemas da Ecosol - PAC Tombos

Problemas - Prioridades	Causa	Consequência
Falta de formação/ capacitação (Atingir as metas; Capital de giro; Planejamento das PACs).	Faltou trabalho e informação.	Baixo capital social.
Falta planejamento das propriedades.	Falta de monitoramento do plano de viabilidade; Falta de projetos.	Recursos mal aplicados.
Falta Elaboração de projetos.	Falta de recursos humanos e financeiros.	Insustentabilidade.
Falta divulgação.	Desinformação.	Não desenvolvimento.
Falta produto e serviço.	Menos Recursos financeiros.	Desinteresse dos sócios.
Falta Produção agroecológica.	Capitalismo.	Sistemas vegetal, animal e humano doentes.

Tabela 3 – Análise dos problemas da Ecosol - Araçonga

Problemas - Prioridades	Causa	Consequência
Dificuldade de atingir as metas.	Necessidade de estarsindicalizado; Falta de recurso para manter o agente de crédito; Falta de divulgação; Falta capacitação dos sócios.	Baixo valor do capital social; Dificuldade para alcançar a sustentabilidade financeira; Pouco recurso para empréstimos.
Poucos Recursos financeiros.	Baixo valor da cota parte de cada sócio; Dificuldade de acesso a recursos externos.	Pouco volume de recursos capitados.

Problemas - Prioridades	Causa	Consequência
Organização interna.	Falta de conhecimento das leis do cooperativismo; Falta de capacitação e de um plano de controle interno.	Falta de organização dos documentos; Falta de entendimento da situação da cooperativa pelos dirigentes; resultado pouco positivo da auditoria interna.

Tabela 4 – Análise dos problemas da Ecosol - PAC Simonésia

Problemas - Prioridades	Causa	Consequência
Dificuldade em atingir as metas.	Falta capacitação para instruir as pessoas de modo a se associarem; Má estrutura física e humana; Demora na liberação de abertura do PAC – Simonésia.	Baixo número de associados e falta de credibilidade no sistema Ecosol.
Falta de capacitação em todos os níveis.	Pouco recurso financeiro; Profissional para a área disponível; Falta de projetos de formação.	Dificuldades na gestão; Diretores despreparados; Número limitado de funcionários e dificuldade em conseguir novos sócios.
Falta de Planejamento do PACs.	Excesso de otimismo baseado no contexto da época, com a perspectiva de abrir uma cooperativa própria.	Não atingir as metas estabelecidas.

A partir desses problemas e das análises feitas sobre eles, buscou-se organizar as prioridades para definir os problemas prioritários comuns a todo o sistema Ecosol, nos quais as cooperativas deveriam centrar forças. Deste modo, os temas

comuns apresentados pelos cooperados como problemáticas que necessitariam ser priorizadas, e que foram a base da construção do plano de ações, são os seguintes:

Controle Interno

O controle interno diz respeito às necessidades encontradas nas cooperativas de criação de uma estrutura de organização em seus processos internos. A organização facilita e agiliza as prestações de conta, os empréstimos, etc. Além do mais manter o controle interno é diminuir alguns riscos nas operações e, conseqüentemente, evitar perdas desnecessárias. Por controles internos entendem-se todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio.

Expansão do Quadro Social

Os envolvidos visualizaram a necessidade de se aumentar o número de sócios para conseqüentemente aumentar o capital social. Por mais que já existam ações sendo desenvolvidas neste sentido faz-se indispensável traçar ações estratégicas que sejam mais específicas e que realmente visem o alcance desta meta.

Divulgação

Quando se pensa em aumentar o número de cooperados e fornecer amplitude à imagem da organização é importante repensar a estratégia de divulgação que está sendo utilizada. Como um dos problemas principais citados pelo grupo foi a divulgação, as ações planejadas foram no sentido de consolidar as cooperativas Ecosol em sua área de abrangência e buscar a fidelização dos cooperados.

Produtos e Serviços

A oferta de produtos e serviços deve ser expandida para ser um atrativo maior aos novos cooperados, mas indo além desta perspectiva os novos produtos e serviços são diferenciais para que os cooperados já existentes tenham maior movimentação na cooperativa e assim possam, cada vez mais, participar das ações da cooperativa e criar uma identidade com a mesma.

Capacitação

No cooperativismo em geral, mais especificamente no ramo de crédito, a capacitação é indispensável para se manter a eficiência e a participação em sua gestão. É importante compreender os procedimentos, as legislações, etc. Enfim, pode-se dizer que a busca pela capacitação é uma das ações que deve ser priorizada em qualquer organização, pois permite aos envolvidos compreenderem o todo da sociedade a qual fazem parte.

A partir destas definições, para cada problema foi elaborado um plano contendo ações para superação e detalhes de como e quando cumprir essas ações. Para a orientação da elaboração do plano de ações, algumas perguntas são feitas aos participantes para dar margem a um plano mais detalhado. Nesta etapa é importante definir: Quais as ações? Quando serão executadas? Quem fica responsável? Com o apoio de quem ou de qual entidade? Quanto vai nos custar? Quais são os indicadores de avaliação?

Abaixo, o Quadro 1 expõe o modelo de planilha utilizado para guiar o plano de ações. Como o plano construído no planejamento do sistema Ecosol é muito extenso e detalhado e o foco deste trabalho é a descrição metodológica do processo, o exposto abaixo contempla apenas a ferramenta utilizada.

Quadro 1: Plano de ações

Discriminação das atividades (Ações?)	Período de tempo?	Responsável?	Apoio de?	Custo?	Indicador de avaliação?
				Total	

Fonte: Elaborado pelos autores

Discriminação das atividades: Discriminar as atividades que devem conter no Plano de ações a ser elaborado.

Período de tempo: O tempo necessário à realização das atividades que serão eleitas estrategicamente.

Responsável: No planejamento a cada atividade citada deve-se direcionar quem ficara responsável por verificar se ela realmente esta sendo executada. Exemplo: Plano de Marketing – responsável: Diretoria de Marketing (ou alguma pessoa em específico).

Apoio: Considera-se se a entidade contara com o apoio de algum mediador para desenvolver a atividade.

Custo: É considerado o orçamento em si, no qual serão orçados todos os gastos para execução das ações.

Indicador de avaliação: O grupo (as pessoas que elaboraram o planejamento) deve elaborar indicador para avaliar a execução das atividades.

Estas questões elencadas servem como subsídio para sistematização e execução das ações planejadas, na medida que constrói todas as referências possíveis para as ações, desde o responsável até a forma de avaliação da execução do planejamento. É de fato necessário organizar essas informações e referendá-las em plenária, para que as decisões tomadas e os rumos escolhidos para as cooperativas sejam legitimados pelos seus membros.

Considerações

O presente trabalho teve o intuito de contribuir com a reflexão metodológica do processo de planejamento enquanto prática extensionista. O caso mostrou que o planejamento não se resume a instrumento metódico de definição de estratégias, mas de um processo educativo de construção de leituras da realidade e proposições de intervenção sobre ela. Exatamente por isso a metodologia adotada é condicionante direta dos resultados, da participação e da apropriação dos conteúdos discutidos pelos participantes. Existe, portanto, uma relação entre a metodologia do planejamento e a capacidade desta ferramenta em criar uma visão de futuro compartilhada através da dimensão participativa deste processo.

A superação dos diversos problemas enfrentados por essas cooperativas vai depender veementemente da cooperação, solidariedade e coesão social que o grupo construiu por meio das relações de confiança estabelecidas. Estes fatores devem ser mantidos e disseminados para a garantia de seus princípios e a consolidação de uma rede entre os empreendimentos e os agricultores.

O planejamento vem colaborar para a construção de perspectivas otimistas para o desenvolvimento das organizações envolvidas, estruturando propostas coerentes e possíveis de realização, permitindo a expansão do sistema Ecosol em Minas Gerais. Destarte, o planejamento corrobora com a integração das cooperativas e de suas organizações parceiras, e reafirma a participação enquanto condição intrínseca ao desenvolvimento local solidário e instiga o sentido da capacidade de intervenção social dos atores envolvidos.

BIBLIOGRAFIA

ANTEAG. **Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho.** São Paulo: ANTEAG, 2000. 2ª ed.

CARVALHO, F. **Práticas de planejamento estratégico e sua aplicação em organizações do terceiro setor.** São Paulo, SP. USP, 2004. 204p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Paulo, 2004.

COELHO, F. M. **A arte das orientações técnicas no campo – concepções e métodos.** Viçosa: Editora da UFV, 2005. 139p.

FISCHMANN, A.A., ALMEIDA, M. I. R. **Planejamento estratégico na prática.** 2ªed. São Paulo: Atlas, 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GANDIN, D. **A Prática do Planejamento Participativo.** Petrópolis: Vozes, 6ª ed.1998.

GANDIN, D. **Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade.** Currículo sem Fronteiras, v.1, nº1, pp.81-95, Jan/Jun 2001.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre faticidade e validade.** Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

ROMANO, J. O. **Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza.** International Workshop Empowerment and Rights Based Approach in Fighting Poverty Together. Rio de Janeiro, RJ. 2002.

TAVARES, M.C. **Planejamento estratégico: a opção entre o sucesso e o fracasso empresarial.** São Paulo: Editora Harbra Ltda. 1991

TATAGIBA, M. C., FILÁRTIGA, V. **Vivendo e aprendendo com grupos: uma metodologia construtivista de dinâmica de grupo.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. 156p.

TONI, J; ARAÚJO FILHO, A. **Planejamento Estratégico Participativo – PEP.** Secretaria de coordenação e planejamento de Porto Alegre. Porto Alegre – RS. 2001

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo – guia prático DRP.** Revisão e adaptação Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília: DATER/SAF/MDA, 2006. 62p.

3.

A inserção da temática economia solidária na agenda das políticas públicas de geração de trabalho e renda no Brasil

Fernanda Abreu Nagem

Introdução

A desestruturação do mercado de trabalho e a crise do emprego assalariado nos anos 1990 fez emergir no país uma série de discussões sobre quais os rumos e estratégias a serem tomadas para a inclusão produtiva de uma grande parcela da sociedade, bem como qual o papel que o Estado deveria assumir nesse processo. Muitos acadêmicos e grupos sociais passaram a propalar a necessidade de apoiar e fomentar outras formas de trabalho além do assalariado. Foi nesse contexto que a temática economia solidária, cujo conceito compreende as diversas formas de organização econômica baseadas no trabalho coletivo e na autogestão administrativa, ganhou densidade acadêmica e foi também amplamente adotada pelos movimentos sociais e sindicais no final da década, chegando inclusive a ser inserida na agenda de políticas públicas em alguns estados e municípios.

Este trabalho tem como foco de investigação analisar a inserção da política pública de economia solidária no governo federal, que começou a ser implementada em 2003 com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), como órgão componente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O principal objetivo da presente proposta é analisar os mecanismos pelos

quais a temática entrou para a agenda e foi adotada como objeto de política pública pelo governo federal em 2003.

Para a realização deste trabalho foram utilizadas partes do arcabouço teórico referente à discussão sobre políticas públicas, especialmente a focada no debate sobre agenda, e aquela voltada para a temática economia solidária. Além disso, documentos, como relatórios produzidos pela SENAES, também foram analisados.

O trabalho foi dividido em duas partes. Primeiro, apresenta-se parte do debate teórico sobre as temáticas políticas públicas e economia solidária. Na segunda sessão, buscou-se entender, à luz do modelo teórico de Kingdon (1995), como a temática economia solidária foi inserida na agenda do governo federal em 2003, analisando o processo social, político e econômico no país no período que sucedeu sua inserção no quadro das políticas públicas de geração de trabalho e renda em curso no país.

Contexto geral da economia solidária no Brasil

Definições e concepções de economia solidária: breve apresentação

A temática da economia solidária surgiu no campo acadêmico brasileiro no final da década de 1990. Pode-se dizer que o enfoque privilegiado pelos estudiosos desde então é o de representar as formas de organização do trabalho, contrastante com a relação mais comum e usual do patrão e empregado, norteadas por princípios como a autogestão administrativa e de solidarização de capital.

De maneira mais geral, a economia solidária pode ser definida como o conjunto das atividades que contribuem para a democratização econômica a partir do engajamento dos indivíduos em formas coletivas de organização do trabalho, como cooperativas e associações. Segundo Singer (2002), são múltiplas as iniciativas que as caracterizam, tais como as empresas autogestionárias, com seus coletivos de trabalhadores organizados com base na democracia nas

tomadas de decisões, além de diversas outras formas de associativismo e cooperativismo na organização socioproductiva de caráter suprafamiliar, como bancos comunitários, associações e cooperativas, caracterizando um verdadeiro “polimorfismo” organizacional. Os empreendimentos de economia solidária são suas células básicas e reúnem sobre esse nome as distintas formas organizacionais, e têm como princípios básicos: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática, ou por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores; destinação do excedente econômico por critérios acertados entre todos os cooperadores.

Embora esses empreendimentos busquem uma organização que vise sua inserção econômica, com intuito de produzir um bem, prestar um serviço, permitir compras conjuntas, intermediar microfinanças, ou qualquer outra relação de fins econômicos, a dimensão política também está fortemente presente em sua atuação. Isso se traduz tanto no envolvimento dos participantes em todas as questões relativas ao empreendimento e suas decisões, quanto no seu relacionamento com as questões locais e comunitárias nas quais estão inseridos (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2006).

Entre os debates atuais no campo da economia solidária, Leite (2009) observou a existência de três correntes. A primeira argumenta que as experiências de economia solidária possuem princípios e práticas avessos ao do sistema capitalista (SINGER 2002; MANCE, 1999). Por sua vez, a segunda corrente reúne estudiosos que interpretam as iniciativas desse campo como um modelo de produção que, como tal, convive com o sistema capitalista e com ele se relaciona como outros existentes (RAZZETO, 1997; LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004; GAIGER, 2003). Por fim, há um grupo de estudiosos que interpreta a economia solidária simplesmente como uma reação às crises do sistema capitalista e, dessa forma, suas iniciativas são efêmeras e tendem a desaparecer quando tais crises cessam (CASTEL, 1998; QUIJANO, 2002).

Para fins deste trabalho, entende-se que, por um lado, seria um erro desconsiderar o esforço de uma parcela considerável de pessoas que se organizam de forma coletiva para buscar sua

inserção socioeconômica, além dos diversos movimentos sociais que defendem essa forma de organização, mesmo com todas as dificuldades que esses grupos encontram. Por outro lado, não existem indicadores para uma defesa da economia solidária como um novo modo de produção, totalmente alheio ao capitalismo, dada a realidade político-institucional vigente no Brasil e na maioria dos países. Assim, tende-se a aproximar da segunda vertente apresentada por Leite (2009), de que a economia solidária é uma entre as várias formas de produção existentes no interior do capitalismo, embora parta de diretrizes antagônicas a esse sistema. Mas ao mesmo tempo, compartilha-se também da visão de Marx, de que a solidariedade deve transcender ao nível micro do empreendimento, de forma a criar redes e encadeamentos produtivos cooperativos. Para isso, torna-se essencial a adoção por parte do Estado do paradigma cooperativista como uma matriz importante de atuação.

Políticas públicas, trabalho e economia solidária

No Brasil, as profundas mudanças no cenário sociopolítico a partir dos anos 1980, que resultaram no processo de redemocratização, no que diz respeito principalmente à retomada de eleições diretas para todos os níveis de governo, e no processo de descentralização fiscal, prevista na Constituição Federal de 1988, modificaram profundamente a natureza e a forma de implementação de políticas públicas. Todo esse processo acarretou em uma grande transformação institucional sofrida pela estrutura organizacional do sistema de proteção social brasileiro. As políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social, habitação, saneamento e educação fundamental passaram a ser implantadas, paulatina e progressivamente, através de programas de descentralização que, aos poucos, transferiram um conjunto significativo de atribuições de gestão aos entes federativos subnacionais. Os estados e municípios passaram a assumir a gestão de políticas públicas de três diferentes formas: por iniciativa própria; por adesão a um programa proposto por outro nível, mais amplo, de governo; ou ainda, por imposição constitucional (ARRETCHE, 2002).

O contexto da reforma administrativa do Estado brasileiro, a partir de meados dos anos 1990, passou a envolver também a descentralização de recursos dos órgãos governamentais para entidades privadas sem fins lucrativos, sobre diversas formas de parcerias e contratos de gestão. De acordo com Souza (2006), o conjunto das modificações nesse período fez emergirem novas institucionalidades políticas, sobretudo, na esfera local. Assim, o processo de descentralização ocorrido no Brasil, não deve ser interpretado como uma questão exclusivamente administrativa, mas, sobretudo, de natureza política.

No entanto, a década de 1990 no Brasil não foi marcada somente por mudanças políticas. Fortes alterações também ocorreram na condução da economia por parte do Estado, evidenciando a chamada política de “estado mínimo”, sob a qual o Estado deveria intervir apenas de forma a regular a atuação dos mercados, responsáveis pela alocação ótima dos fatores de produção. Deriva dessa época o processo de reestruturação produtiva que afetou diretamente na oferta de emprego industrial, gerando uma imensa massa de desempregados que não conseguiam mais se inserir no mercado de trabalho (MATTOSO, 1999).

Com isso, a questão do trabalho voltou a estar no centro das discussões do desenvolvimento brasileiro, com o Estado sendo o responsável por planejar as ações com vistas a criar um ambiente favorável para o combate ao desemprego. No entanto, o campo das políticas públicas na área de trabalho vislumbrava exclusivamente a esfera do emprego, sem se ater à possibilidade de geração de trabalho e renda fora do paradigma da relação assalariada clássica. As ações públicas para o emprego no Brasil se enquadraram na vertente tradicional do Estado de Bem Estar Social, baseada no tripé: seguro-desemprego, qualificação profissional e intermediação de mão de obra, constituindo assim o Sistema Público de Emprego. Para assegurar o financiamento desse sistema, foi criado em 1990 de acordo com a Lei nº 7.998 o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

No entanto, a ação pública sobre esse sistema não foi capaz de refrear o avanço do desemprego e da informalização da economia ao longo dos anos 1990. A atuação livre de sindicatos

e movimentos sociais os mais diversos, possibilitada pelo fim do regime militar, aumentou a pressão social sobre o governo federal para novas ações nesse campo, inclusive com a adoção de políticas que fosse além “da noção de políticas de emprego para a idéia de políticas de geração de trabalho e renda” (FRANÇA FILHO, 2006, p. 261). Surgiram então os primeiros programas de financiamento subsidiado para pequenos negócios, tanto em áreas urbanas (Programa Nacional de Geração de Trabalho e Renda – PROGER) como em áreas rurais (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF).

Paralelamente, muitos grupos sociais também advogavam uma maior atenção governamental para iniciativas de apoio ao cooperativismo, a fim de viabilizá-lo enquanto uma opção viável de organização econômica de grupos populares que, por alguma razão, não estavam inseridos no mercado de trabalho assalariado. Assim, a temática da economia solidária passou a adentrar o debate sobre a atuação do Estado no mundo do trabalho, como estratégia de combate à crise do desemprego, até chegar ao ponto de alguns estados e municípios começarem a incluir em sua agenda governamental ações de apoio aos grupos e iniciativas de economia solidária. De acordo com França Filho (2006), as políticas de economia solidária inauguraram no Brasil uma nova forma de intervenção do Estado na geração de trabalho e renda que vai além da relação assalariada.

O primeiro programa realmente estruturado surgiu com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo do Rio Grande do Sul (1998-2002): trata-se do Programa de Economia Popular Solidária (ECOPOPSOL), no governo estadual. Esse programa foi pioneiro no país na definição da economia solidária como estratégia de política pública. Entre seus principais eixos estavam: formação em autogestão; capacitação profissional; financiamento; comercialização e incubação de empreendimentos. No âmbito municipal, um dos programas iniciais de maior destaque foi o Programa Oportunidade Solidária, da Prefeitura Municipal de São Paulo, especialmente devido ao grande desafio de ser implementado na maior metrópole do país (SILVA, 2010).

Em junho de 2003 a economia solidária foi institucionalizada no Brasil em nível federal, pela Lei n. 10.683 e o Decreto n. 4.764,

com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), pasta ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A SENAES surgiu a partir de uma mobilização dos movimentos sociais que atuam em diversas áreas da sociedade brasileira.

A economia solidária na agenda governamental

Neste tópico será analisado, a partir da perspectiva do referencial teórico escolhido, como ocorreu a inserção da temática economia solidária na agenda governamental, ou seja, como a economia solidária tornou-se objeto para a definição de políticas públicas. Dentre as matrizes de análise de políticas públicas existentes, optou-se pela elaborada por John Kingdon (1995), conhecida como Modelo de Fluxos Múltiplos (*Multiple Streams Framework*), utilizado para o estudo dos fatores determinantes para a formação da agenda governamental. Por isso, tal modelo foi adotado como matriz analítica para os propósitos desta reflexão.

Cabe ressaltar que ao se escolher um referencial e modelo escolhido para a reflexão aqui proposta, há limitações analíticas próprias dessa escolha em detrimento de outros existentes, ou da combinação de mais de um existente. Por fim, é importante deixar claro que esse texto diz respeito a um esforço de entendimento, bastante inicial, combinando-se dado arcabouço teórico a informações e dados disponibilizados.

O modelo de Kingdon para a definição de agenda governamental

O modelo de Kingdon é utilizado para explicar as decisões e definições de agendas de políticas públicas por governos nacionais (CAPELLA, 2005). Para Kingdon (1995), a agenda governamental é definida a partir de um conjunto de temas ou problemas em pauta sob um determinado momento que demandam a atenção da equipe de governo e seus assessores. No entanto, dada a grande variedade de questões que vão surgindo, somente algumas delas serão de fato consideradas e inseridas na agenda de ação governamental (*agenda-setting*), ou seja, serão englobadas

como políticas públicas e determinarão procedimentos e especificação de alternativas.

De modo geral e mais sintético, de acordo com Kingdon (1995), o processo de definição de uma agenda governamental é afetado por processos pelos quais os itens da agenda conseguem o destaque necessário, levando a sua implementação. Esses processos envolvem três fluxos decisórios (*streams*), a saber:

- 1) problemas (*problems*), que podem ser identificados por meio de indicadores, crises ou *feedback* de outras ações em curso;
- 2) soluções ou alternativas (*policies*), que são debatidas em comunidades específicas de especialistas e são definidas a partir de sua viabilidade técnica e financeira; e
- 3) político (*politics*), que vai envolver o ambiente de “humor” nacional (*national mood*), caracterizado por uma situação em que diversas pessoas compartilham as mesmas questões durante um determinado período, as forças políticas organizadas que determinam o apoio ou oposição a uma questão em pauta, e as mudanças no interior do próprio governo.

Há uma relativa independência entre os três fluxos, que se desenvolvem segundo suas próprias dinâmicas. A convergência dos três fluxos em um dado momento abre uma “janela política” no processo de definição de agenda e possibilita a origem de um novo item de política pública.

Outro componente importante no modelo de Kingdon é a atuação dos chamados “empreendedores políticos”, que estão sempre prontos para atuar no momento em que uma janela política se abre. Em geral, são especialistas que gozam de boa reputação, habilidade de negociação ou detêm certa popularidade política. Além disso, estão dispostos a investir recursos como tempo, energia e dinheiro para promover uma ideia e

influenciar o processo de formulação de políticas, unindo soluções a problemas.

A inserção do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento na agenda do governo federal

De acordo com o modelo de Kingdon (1995), pode-se distinguir claramente a interação entre os três fluxos que propiciaram a inserção da economia solidária na agenda governamental em 2003, culminando com a criação da SENAES. Seguindo sua sequência metodológica, o fluxo dos problemas é o primeiro a ser analisado.

O modelo aponta três maneiras pelas quais um problema pode ser reconhecido como importante (indicadores, eventos focalizadores e *feedback*), ao ponto de se buscar soluções via políticas públicas. No caso da economia solidária, o que mais pesou foi os indicadores referentes ao mercado de trabalho no início do século XXI. O processo de reestruturação produtiva no Brasil, após a abertura comercial de sua economia nos anos iniciais de 1990, aliado à nova orientação de atuação do Estado que diminuiu drasticamente seu poder de contratação de pessoal, resultou numa elevação crescente tanto no nível de desemprego quanto no grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro. Com isso, enquanto uma parcela significativa da população brasileira não conseguia encontrar trabalho remunerado, uma boa parte dos que conseguiam o faziam por meio de ocupações não formalizadas, sem acesso aos direitos trabalhistas básicos conquistados ao longo do século. A tabela 1 ilustra esse fenômeno, ao evidenciar que o desemprego subiu de um patamar em torno de 7% em 1992 para 10,5% em 2002, aumentado 50% no período, enquanto que a informalidade cresceu de 40% para 47,2% no mesmo período.

TABELA 1 – Taxas de desemprego e informalidade no Brasil: 1992 a 2002 (%)

Ano	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Desemprego Aberto	7,2	6,8	6,7	7,6	8,5	9,7	10,4	10,0	10,5
Informalidade	39,9	40,9	42,6	43,2	43,4	43,9	45,7	46,5	47,2

Fonte: IPEADATA

A combinação entre desemprego e informalidade tem um reflexo direto no aumento da pobreza e em todos os riscos sociais que dela são decorrentes, o que, por si só, já se constitui um mecanismo forte de pressão para uma atuação mais proativa do Estado brasileiro para resolver essa problemática.

Em termos do fluxo de soluções, conforme o segundo fluxo do modelo de Kingdon (1995) pode-se dizer que a comunidade acadêmica foi a principal responsável pela consolidação e disseminação do conceito de economia solidária para os meios político e social. Essa temática foi inserida na segunda metade dos anos 1990 em meio ao debate sobre alternativas ao dismantelamento do mercado de trabalho no Brasil e à crise do Estado do Bem-Estar Social, em que voltaram a ganhar destaque os temas que envolviam a organização de trabalhadores em iniciativas cooperativistas e autogestionárias. O termo economia solidária passou a dar uma identidade comum a essas iniciativas, o que proporcionou a junção de diferentes grupos em torno do mesmo conceito. Esse debate ocorreu não apenas no Brasil, mas simultaneamente em vários países da Europa e, também, da América Latina, fortalecendo ainda mais sua importância.

Um indicador para esse forte enraizamento acadêmico da economia solidária é o número de trabalhos de conclusões de cursos de pós-graduação no país que apresentava seu tema principal de alguma maneira ligado à economia solidária. Bertucci (2010), ao pesquisar no Banco de Teses da CAPES, verificou que, a partir do primeiro trabalho publicado em 1998, o número de teses e dissertações cresceu muito nos anos posteriores, totalizando 226 entre os anos de 1998 a 2007. Em 2003, justamente no ano de

criação da SENAES, o número de estudos acadêmicos quase se quadruplicou com relação ao ano anterior. Uma das explicações do autor para esse aumento no número de estudos acadêmicos foi a proliferação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), comandadas por professores universitários, e que suscitaram vários grupos de pesquisa e extensão nos centros de ensino superior. É interessante também destacar que esses estudos se espalharam por diversas áreas, tais como: ciências sociais aplicadas, engenharias, direito, ciência política, geografia, enfermagem, psicologia, entre outras.

Toda essa valorização da temática da economia solidária no meio acadêmico foi de grande importância para seu fortalecimento também no meio político, que compõe o 3º fluxo de Kingdon. Diversas organizações da sociedade civil passaram a defender o trabalho autogestionário sob a concepção da economia solidária. Entre elas, destacam-se: a Cáritas Brasileira, ligada à Igreja Católica, que já tinha um histórico de atuação em projetos de desenvolvimento alternativos; a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), formada no início dos anos 1990, no intuito de apoiar as empresas recuperadas por trabalhadores na região Sul; e a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que surgiu para difundir a questão do cooperativismo no meio sindical. Além dessas organizações citadas, predominantemente urbanas, os grupos sociais do meio rural também passaram a adotar o termo economia solidária em suas bandeiras de luta, como no caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Representantes de grande parte desses grupos sociais citados se encontraram no II Fórum Social Mundial, em Porto Alegre – RS, em janeiro de 2003, fato que resultou na formação de um Grupo de Trabalho Nacional de Economia Solidária (GT de Economia Solidária). A atuação do GT foi responsável pela reivindicação e posterior negociação direta, junto ao recém governo federal eleito em 2002, de um espaço institucional para a economia solidária na estrutura de governo.

Em junho de 2003 ocorreu em Brasília a III Plenária Nacional de Economia Solidária, que encaminhou como demandas as ações como, por exemplo, a criação de um marco legal específico para a economia solidária, assim como atividades de formação, finanças solidárias e apoio à produção e comercialização. Nesse evento foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que congrega as organizações da sociedade civil envolvidas na temática da economia solidária. Todos os temas discutidos durante a III Plenária foram incorporados posteriormente como ações do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, único programa elaborado pela SENAES e que configurou-se como seus eixos centrais de ação da SENAES.

Outra força social que conferiu uma importância significativa para que a economia solidária se constituísse nacionalmente enquanto uma “marca política” foi o Partido dos Trabalhadores (PT). Até 2003, todas as experiências de políticas públicas estaduais e municipais de economia solidária haviam sido implementadas pelo PT (SILVA, 2010). A própria origem do termo economia solidária surgiu no programa de campanha do partido nas eleições municipais para a prefeitura de São Paulo, em 1996 (COSTA, 2008). Esse reconhecimento do PT foi crucial, já que o país entrava em um momento de mudança de governo em 2003, quando tomou posse o presidente eleito Luis Inácio Lula da Silva.

Mas a eleição do candidato do PT para presidente não foi, por si só, suficiente para a inclusão da economia solidária na agenda do novo governo. Como lembra Kingdon (1995) em seu modelo, para a abertura da janela de oportunidade é imprescindível o papel de indivíduos com competência reconhecida que defendem ardorosamente o tema junto ao governo, chamadas pelo autor de “empreendedores”.

O principal “empreendedor” para a abertura da janela política no governo Lula para a economia solidária foi Paul Singer, professor da Universidade de São Paulo (USP), com importância fundamental na convergência dos três fluxos (problemas – soluções – político). Como teórico do mundo do trabalho, de inspiração marxista, sempre foi um crítico do neoliberalismo, que reduzia o poder do Estado de intervir na realidade social. Singer

escreveu vários livros abordando temáticas que versavam sobre economia política, a formação da classe trabalhadora no Brasil, demografia e cooperativismo. A partir dos anos 1990, passou a ser o principal teórico e defensor das estratégias cooperativistas para a organização dos trabalhadores pobres contra o desemprego e a exclusão social. Para complementar, Singer é também um quadro histórico do PT, com experiência administrativa na Prefeitura Municipal de São Paulo e muito próximo dos movimentos sindicais e sociais. Esses fatos lhe gabaritaram para ser o principal porta-voz dos grupos sociais que defendiam a inserção da economia solidária no novo governo.

Desta forma, a partir do referencial teórico e do modelo teórico privilegiado nesta reflexão, a junção de todos esses fatos, proporcionou a criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que ficou abrigada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Considerações

Este trabalho buscou compreender a forma como a temática da economia solidária foi adotada pela agenda governamental. Primeiramente, diagnosticou-se que o processo de inserção da economia solidária como política pública pelo governo federal em 2003 segue muito claramente o modelo proposto por Kingdon (1995). Entretanto, a inserção de um programa de política pública na agenda é apenas uma etapa de seu ciclo.

Neste sentido, estudos demonstram que a SENAES segue sua luta interna em busca da consolidação da marca política e na disputa pelos recursos limitados do governo. Com isso, uma política pública está sempre em estado de instabilidade, pois ela remete a um problema que pode não mais ser visto como tal, ou outras soluções podem despontar como mais apropriadas para resolvê-lo, de forma que a política pública em curso pode ser descartada ou relegada a um papel cada vez mais marginal na estrutura político-administrativa. Isso posto, a economia solidária tenderia a perder ainda mais espaço, dado que o mercado de trabalho se

reestruturou significativamente ao longo desse período, atraindo inclusive os trabalhadores de menor qualificação. As variáveis que caracterizam o mercado de trabalho atual apresentam uma realidade distinta daquela que lhe garantiu a abertura da janela de oportunidade na agenda de governo em 2003, mesmo sabendo que essas variáveis (nível de ocupação, desemprego, informalidade) são dependentes da conjuntura econômica (interna e externa), ou seja, sujeitas a inúmeras incertezas (Nagem, 2011).

Por outro lado, ressalta-se também que, apesar de todas as dificuldades quanto a recursos e instrumentos institucionais, a SENAES conseguiu aglutinar ao seu entorno forças sociais e políticas importantes para a defesa da economia solidária enquanto política pública. A realização de Conferências, Plenárias e Feiras Nacionais, com participação de representantes de entidades de apoio e empreendimentos de todo o Brasil, além da disseminação das incubadoras de cooperativas populares em universidades públicas e privadas, são exemplos dessa luta que, de alguma forma, divulgaram o termo e toda sua simbologia no território nacional. Todo esse esforço foi importante para a manutenção, ainda que de forma marginal, da temática da economia solidária enquanto marca política presente na agenda governamental.

BIBLIOGRAFIA

ARRETCHE, M. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais. *Revista de Ciências Sociais*, v. 45, nº 3, 2002.

BERTUCCI, J. O. **A produção de sentido e a construção social da economia solidária**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2010.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAPELLA, A.C.N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, nº 61, 2006.

COSTA, M. **Formação da agenda governamental**: as políticas públicas de economia solidária no Brasil e na Venezuela. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Ação Pública e Economia Solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, IPEA, nº 21, jun., 2000.

GAIGER, L. G. A Economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Cadernos CRH**, nº39, 2003.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives and public policies**. United States of America: Addison-Wesley Longman. 1995.

LAVILLE, J.; FRANÇA FILHO, G. C. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

LEITE, M. P. A Economia solidária e o trabalho associativo: teorias e práticas. **Revista Brasileira de Ciências sociais**, v. 24, nº 69, 2009.

MANCE, E. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1999.

PARTE I - COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
AÇÃO COLETIVA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

NAGEM, F. A. **Os caminhos do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Departamento de Economia Rural, UFV/MG, 2011.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SOUZA SANTOS, B. (Org.). **Produzir para viver.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

RAZZETO, L. **Los caminos de la economía solidária.** Buenos Aires: LUMEN-HVMANITAS, 1997.

SILVA, S. P. A economia solidária e os desafios da gestão pública: uma análise do programa oportunidade solidária no município de São Paulo. **Revista Otra Economia,** Buenos Aires, v. 4, nº7, 2010.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologias,** Porto Alegre, ano 8, nº 16, 2006.

4.

Cooperativismo e desenvolvimento comunitário

Cleiton Silva Ferreira Milagres
Nora Beatriz Presno Amodeo
Diego Neves de Sousa

Introdução

Este artigo apresenta os resultados de um trabalho de pesquisa realizado nas cooperativas da Zona da Mata Mineira com o intuito de avaliar o grau de contribuição dessas organizações com a comunidade local, bem como verificar o cumprimento do sétimo princípio cooperativo (Interesse pela comunidade). Parte-se do pressuposto que as organizações cooperativas podem e devem ser um ator social coletivo relevante para o desenvolvimento comunitário. A participação e a educação cooperativista pretendem construir novas relações entre as pessoas, o que também, repercutiria na comunidade, contribuindo assim para o desenvolvimento e a promoção da cidadania.

O desenvolvimento comunitário envolve pessoas e as vocações da comunidade local, seu papel relevante é o fato da ação comunitária não ter um dono e ser de todos, fato que se assemelha com a característica principal das cooperativas de ser uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida; nelas predominam a livre admissão, onde o “nós” prevalece de forma participativa na construção do bem comum. O fato dos atores sociais presentes na comunidade compartilharem as responsabilidades sociais, isto é, cada um se sentir forte, importante

e ativo na construção de um bem público, oferecendo seu esforço físico, mental e material ou financeiro ao que é reclamado por todos, configura a verdadeira ação comunitária (FERREIRA NETO, 1987) que por sua vez tem uma forte relação com as organizações cooperativas devido ao sétimo princípio aqui estudado, já que a preocupação com a comunidade é o que sustentará no futuro a cooperativa e irá permanentemente comandar os seus diferentes sistemas sociais, políticos, culturais e econômicos.

Sabe-se, ainda, que as organizações cooperativas, enquanto organização comunitária poderia ser uma instituição importante na promoção da participação social dos envolvidos na comunidade e conduzir suas ações e decisões a fim de promover o desenvolvimento, seja em sua infraestrutura econômica ou nas instituições políticas. Poderiam também, mediante a participação de seus associados, serem promotoras da ação comunitária e conduzir projetos/programas para a comunidade na qual se encontram inseridas, visto que os seus donos-usuários seriam também agentes e beneficiários. Assim, ao capacitar os seus associados para a participação, se promoveria simultaneamente a formação de cidadãos capazes de participar na gestão das políticas públicas. Deste modo, cooperativas seriam organizações com presença na comunidade e, como tais, poderiam transformar-se em atores coletivos com papel destacado no processo de desenvolvimento.

Pode-se dizer também que a preocupação com o desenvolvimento comunitário está explícita nos princípios cooperativos, como se pode analisar especificamente através do sétimo princípio: Interesse pela comunidade, o qual esclarece que as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros, isto é: “os membros das cooperativas devem aprovar políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades” (PINHO, 2000 p.23) sendo também, agentes de mudança social.

Iván Lira (2005) acrescenta que o desenvolvimento local atribuído deste fator comunitário é um processo eminentemente endógeno, ou seja, que procura aproveitar suas potencialidades próprias – naturais, humanas, institucionais e organizacionais –

para transformar os sistemas produtivos locais com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população. No entanto, essas transformações na qualidade de vida seriam consequência também da própria ação dos cidadãos beneficiários, já que eles se transformariam em verdadeiros atores no processo de desenvolvimento, participando desde a idealização até a avaliação, incluindo a decisão, o planejamento, a execução e o controle dos projetos e processos de desenvolvimento. Por isso, quando se investe no desenvolvimento da participação e da capacitação dos cidadãos, estaria se promovendo também, paralelamente, o desenvolvimento local, porque se capacitariam àqueles que modificariam as condições de vida e sua situação, capacitando-os para agir ativamente na sua realidade, podendo utilizar para isso a própria cooperativa.

Kliksberg (2000) em seu trabalho relacionado “as seis teses não convencionais sobre participação”, nos faz refletir sobre o quanto é imprescindível uma abertura para ajudar que as promessas da participação comunitária possam se tornar realidade em benefício dos amplos setores desfavorecidos da região, de pôr em foco a nova legitimidade da participação e, ainda, de identificar algumas das principais resistências à participação e sugerir estratégias para encará-las. Ainda reforçando a questão da participação no processo de desenvolvimento, para esse mesmo autor a participação tem triunfado no discurso, mas na prática nem tanto. A participação implica profundas mudanças sociais, portanto gera resistências e, ao ameaçar interesses estabelecidos, se desenvolvem estratégias para impedir que elas sejam implementadas realmente.

Nesse sentido, processos de desenvolvimento para o modelo cooperativista poderiam acontecer, já que nesse tipo de organização deveria haver uma estrutura de gestão mais participativa e que incorporasse em sua definição valores e princípios que deveriam guiar sua conduta (AMODEO, 2006).

Como explanado por Amodeo (2006), os princípios seriam os lineamentos através dos quais as cooperativas praticam os seus valores. Estes formam parte da identidade das cooperativas e marcariam, por sua vez, um estilo de estratégias e de ação que deveriam guiar essas empresas. No entanto, muitas vezes, eles não são necessariamente considerados em toda sua relevância para

a gestão, podendo, desta forma, tanto esvaziá-las de conteúdo, como limitá-las, não só na sua possibilidade de alcançar os seus objetivos e cumprir a sua missão, como na sua própria potencialidade competitiva de estar no mercado. Valores e princípios que só seriam enunciados vazios, caso não se incorporem nas rotinas de gestão e sejam difundidos e apreendidos pela educação cooperativa, a qual tem funções bastante maiores que a simples difusão desses princípios. Nesse sentido:

os associados capacitam-se mediante a própria gestão democrática e a ação social das cooperativas e conseguem assim desenvolver conjuntamente projetos ou influenciar as políticas que os afetam. Assim, a gestão social da cooperativa baseia-se em processos de capacitação permanente, os que deveriam re-alimentar também a comunicação intra-organizacional, onde os fluxos de informação se transformem em elementos que contribuam na articulação eficiente das estratégias empresariais. Nesse marco entende-se a gestão social e a educação cooperativa (AMODEO, 2006, p.157).

Baseado nesses aspectos pode-se inferir que a dimensão comunitária para o desenvolvimento através das cooperativas coloca os associados (também donos da cooperativa) na condição de agentes capazes de promover projetos e influenciar nas políticas locais, e isso só seria possível se priorizássemos um bom trabalho com o quadro social da cooperativa.

Em consequência disto, para que a cooperativa venha se tornar forte e tenha potencialidades de mercado, a participação deveria ser priorizada e um equilíbrio entre a gestão empresarial e a gestão social deveria ser estabelecido. Na comprovação dessa hipótese positiva, faz-se necessário uma análise do campo de ação da cooperativa, sob uma perspectiva social, representada na participação direta em ações ou políticas públicas ou ainda através

de investimentos em projetos sociais. Deste modo, a participação implicaria em “devolver para a população um direito que lhe pertence” (IGLESIAS *apud* KLIKSBURG, 2000, p. 171).

Partindo da filosofia da cooperação e da solidariedade, as cooperativas deveriam também atuar com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentado das comunidades onde estão inseridas, contribuindo com os associados no seu próprio desenvolvimento, sendo assim socializado comunitariamente, e não só visado para a empresa individualmente. Essa seria uma forma de evitarem a incoerência de serem empresas ricas com associados e colaboradores pobres. É neste sentido que a gestão democrática, alicerçada na participação do corpo associativo, é fundamental para o sucesso da empresa cooperativa, visando atender seus interesses e necessidades econômicas individuais (VALADARES, 2005).

Alguns dirigentes cooperativos afirmam que as organizações cooperativas só podem atuar socialmente depois de terem sucesso econômico, porém, ao mesmo tempo, para terem este resultado, se obrigam a realizar investimentos sociais para promover os seus valores e princípios – que estão alinhados a questões de participação, poder e desenvolvimento – além de capacitar seus associados. Isso não tem restringido a expansão do movimento cooperativista e do seu reconhecimento, permitindo o crescimento da comunidade em que está inserida e a capacidade de enfrentar mudanças.

Valadares (1995) aponta que as cooperativas defrontam-se, portanto, com uma situação em que têm que conciliar sua atividade econômica empresarial com a concretização de formas de caráter mais participativas por parte de seus cooperados. Esta questão é um dos pilares da contradição fundamental da ação cooperativa numa economia de mercado, expressa no conflito de ideias entre direção e gestão empresarial no negócio cooperativo. Dentro deste marco, o estudo visa embasar como se dão esses processos na prática cooperativa da Zona da Mata Mineira.

Caracterização da Região Estudada

A Zona da Mata de Minas está localizada a sudeste do Estado de Minas Gerais limitando-se com as microrregiões Alto Rio Grande, Campos da Mantiqueira, Espinhaço Meridional, Siderúrgica, Bacia do Suaçuí, Governador Valadares e Bacia do Manhuaçu e ainda com os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. É formada por sete microrregiões e 142 municípios (IBGE, 2007).

Os municípios que compõem a região têm como base econômica as atividades agropecuárias que sustentam importantes agroindústrias. Favorecidas pela posição geográfica da região e pela malha rodoviária existente permitem a comunicação com grandes capitais. Caracterizada como uma região tradicionalmente produtora de café, milho, feijão e mandiocaque são produzidos não apenas para abastecimento da própria região, mas também com o propósito de exportar para outras cidades e regiões, a Zona da Mata tem destacado também os comércios atacadistas que são grandes responsáveis pela geração de empregos na região.

Outro merecido destaque na região é o seu potencial turístico, com montanhas, cachoeiras e cidades pequenas, conta com o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, o Parque Nacional do Caparaó e Parque Estadual do Ibitipoca.

Não se tem dados de quando o movimento cooperativista iniciou na região, nem do número total de cooperativas existentes. Porém, para a realização deste estudo optamos por analisar somente aquelas formalmente registradas no sistema OCEMG – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais⁴, perfazendo um total de 81 cooperativas, o que representa em torno de 10% da concentração de cooperativas em MG.

⁴ A OCEMG é o representante estadual do sistema OCB – Organização das Cooperativas do Brasil, organização formal das cooperativas, segundo o que estabelece a lei nº 5.764/71 que regula as sociedades cooperativas. Nos últimos anos, centos de cooperativas têm sido criados no Brasil dentro do campo da economia solidária, as quais não estão vinculadas ao sistema OCB. Nesse sentido, a unicidade da representação das cooperativas está sendo questionada e é um dos temas que estão em discussão na redação da futura lei que substituirá a atual lei das cooperativas. Pelo fato das cooperativas da economia solidária serem mais novas, e de termos insuficientes dados sobre quais seriam as legalmente constituídas e funcionando na região da Zona da Mata e pela nula resposta que obtivemos nos intentos de contato com uma das identificadas, a pesquisa se concentra nas cooperativas do sistema OCB.

Perfil dos Respondentes

As cooperativas são classificadas pela OCB em 13 ramos que as diferenciam de acordo com a atividade econômica, no intuito de dar conformidade de tratamento às questões de interesse, apresentar propostas e reivindicações relacionadas com problemas estruturais ou conjunturais, contribuir para promover a integração dos ramos e a conquista de objetivos comuns destinados ao desenvolvimento do cooperativismo. Os ramos são: Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Especial, Habitacional, Infraestrutura, Mineral, Produção, Saúde, Trabalho, Turismo e Transporte. Na Zona da Mata estão presentes diversos tipos de cooperativas. Neste trabalho participaram apenas cinco ramos, são eles: Agropecuário, Crédito, Saúde, Educacional e Transporte. A diversidade de ramos não foi levada em consideração no desenho da pesquisa uma vez que os princípios cooperativos deveriam ser exercidos por todas independentes da tipologia aplicada a elas. Na tabela a seguir, apresentamos o número total de cooperativas na Zona da Mata, classificadas de acordo com o ramo a que pertencem e a quantidade delas que responderam ao questionário:

Tabela 1 – Quantidade de Cooperativas que responderam e ramos a que pertencem

Ramos	Nº total enviados	Nº de respostas recebidas
Agropecuário	15	4
Crédito	30	4
Saúde	19	5
Educacional	5	1
Consumo	1	0
Transporte	9	1
Trabalho	2	0
Total:	81	15

Fonte: Dados da pesquisa.

Os respondentes que participaram da amostragem são, em sua maioria, diretores e gerentes das cooperativas, ou seja, conhecedores do campo de ação e das atividades prestadas por estas organizações junto à comunidade e para a comunidade. Houve também, formulários que foram preenchidos por técnicos e por uma assistente social. Conforme estabelecido com as cooperativas partícipes deste estudo este trabalho não divulga o nome dos respondentes.

Tamanho das Cooperativas em relação aos números de associados

O gráfico a seguir mostra a relação das cooperativas com o número de associados que estas possuem. Observa-se, ainda, que a maioria das cooperativas que aceitaram participar deste estudo, ou seja, 54% da amostra apresentam um quadro social de até 500 associados.

Figura 1 – Número de associados por cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa.

Participação dos Cooperados na Assembleia Geral Ordinária (AGO)

As cooperativas são geridas pelos próprios associados, votados e eleitos em assembleias gerais que definem também sobre outros assuntos principais e aprovados na mesma instância por todos que a compõem. O princípio da Adesão livre e voluntária – em regra geral – permite que qualquer pessoa possa participar da cooperativa, desde que suas necessidades e objetivos sejam semelhantes ao que a organização propõe. É importante que todos os associados possam participar dos processos decisórios, porém nem todos foram capacitados para fazer isso de forma competente, daí percebemos o quão é importante o trabalho permanente da educação cooperativista nessas organizações.

Neste sentido averiguamos junto às cooperativas da Zona da Mata como estava a participação dos associados nas assembleias gerais (órgão supremo da organização cooperativa). Das cooperativas pesquisadas (15), apenas uma tem participação superior a 50% na última Assembleia Geral.

A razão de ser de uma cooperativa deveria ser o seu associado. Este deveria ter um papel fundamental na cooperativa, uma vez que por lei seria ele o responsável por tomar as decisões cabíveis e ainda usufruir dos benefícios, agindo como dono-usuário-mantenedor-controlador. O fato de a baixa participação nessas organizações estarmuitas vezes ligada ao fato do associado não reconhecer e não compreender o sistema cooperativista como um todo e/ou sua cooperativa não ser entendida como própria, mas como uma empresa a mais na região.

Como já mencionado no decorrer do trabalho, a participação é o principal elemento para a ação comunitária e a promoção do desenvolvimento. Uma boa participação deveria remeter na valorização dos princípios cooperativos, numa boa organização do quadro social e na ação econômica. Possivelmente, a falta de participação possa se dever ao fato de insuficiente capacitação e na deficiência de um bom trabalho de educação cooperativista, o que ocasionaria no perigo da formação de elites dirigentes que acabam

controlando a organização e sem se preocupar com a construção de uma estrutura participativa e democrática que garanta a capacitação e a rotação dos associados nos cargos de dirigentes. Desta forma as empresas cooperativas através do seu corpo diretivo, poderiam acabar buscando benefícios próprios e imediatos que nem sempre são objetivos de todos que a compõem.

Organização Cooperativa, Cooperado e Comunidade

Ao analisar se o cooperativismo era difundido na comunidade onde a organização cooperativa está inserida, pesquisamos se a população saberia distinguir uma empresa cooperativa de uma não cooperativa. O resultado mostra que 72% das cooperativas afirmaram que a população não saberia a real diferença e atribuiu esse fato a falta de informação e divulgação do cooperativismo, tanto pelo órgão de representação, quanto pelas próprias organizações cooperativas. A mesma questão foi utilizada no sentido de analisar se os associados saberiam distingui-las, nesse sentido, 36% responderam que os associados sabem sobre a diferença. Os argumentos que muitas utilizaram foram “as cooperativas distribuem cartilhas explicativas sobre o cooperativismo no ato da admissão do associado”.

Como a pouca participação é um dos problemas mais comuns no cooperativismo brasileiro, investigamos também como as cooperativas procuram fomentar a participação dos seus associados. Assim, 47% responderam que nada realizam, 27% realizam confraternizações como forma de atrair os associados, 20% realizam algum tipo de evento (torneio de futebol, dia de campo...) e apenas 6% realizam algum tipo de incentivo como assistência técnica, gerenciamento de propriedades, concessão de financiamentos, tabela de pontos (associado que mais participa ganha bonificação), entre outras atividades onde o cooperado obtém ganhos econômicos e sociais.

Participação da Cooperativa com outras entidades

Outras instituições coletivas podem participar e contribuir com o desenvolvimento comunitário junto das organizações cooperativas. O desenvolvimento comunitário é um processo participativo que envolve pessoas e entidades numa ação conjunta em projetos voltados para a melhoria das condições de vida, portanto, é preciso não só saber como divulgá-lo, mas sim, saber executá-lo. A parceria e o trabalho conjunto com essas entidades são imprescindíveis e poderiam dar um grande suporte para a comunidade.

Na Zona da Mata pode-se dizer que as cooperativas exercem algum vínculo e/ou parceria com outras entidades, seja ela de caráter municipal, estadual e nacional. Neste cenário destacamos as organizações de classe e de representatividade do cooperativismo. A participação dos cooperados junto a esses órgãos traz benefícios em políticas que orientam para um desenvolvimento pautado na dimensão comunitária.

Para aquelas que têm envolvimento com outras organizações, ou seja, 94% das respondentes constatamos que:

- I. 44% dessas citaram apenas as federações e confederações cooperativas;
- II. 50% alegaram ter participação em associações e conselhos de classe, dentre os citados foram: a Associação Comercial do município onde a cooperativa se situa, o Conselho Regional de Educação, o Conselho Nacional do Café, a FAEMG e CECAFE, essas entidades foram classificadas pelas cooperativas como de grande importância por contribuírem com trabalhos relacionados à assistência técnica, controle de qualidade e nas demais prestações de serviços.

Já os demais, isto é, 6% das respondentes, declaram não participar de nenhuma instância de relacionamento com outras organizações.

Participação das cooperativas em instâncias coletivas gestoras de políticas públicas

“Preocupação com a comunidade” é outra forma de chamar o 7º princípio cooperativo, portanto, neste tópico analisamos se as organizações cooperativas participam de algum conselho comunitário (na prefeitura), ou comissões locais (com outras organizações do município), comitês de bacia, conselhos territoriais, instâncias gestoras de ações e/ou políticas públicas ou ainda em comissões organizadoras de atividades locais que contribuam com a questão da dimensão comunitária para o desenvolvimento. No entanto, só 20% responderam que participam de algum conselho no município e em uma comissão organizadora de atividades locais. As demais declararam não participar de nenhuma instância coletiva gestora de políticas públicas ou conselho comunitários.

Relação entre participação social e resultado econômico

É através de uma efetiva, consciente e responsável participação de todos os associados que se obterá o sucesso das metas socioeconômicas do empreendimento (VALADARES, 2005). Avaliando ainda a participação dessas cooperativas, procuramos entender se o fato de existir uma maior participação dos associados na cooperativa, se obteria um melhor resultado econômico dessas organizações:

- I. 27% responderam que sim, uma vez que participando da cooperativa as sobras no final do exercício seriam maiores, trariam maior retorno para os associados e para a organização.

Outro dado levantado que inter-relaciona com a participação dos associados nas cooperativas é o incentivo à produção e a competitividade. Deste modo, procuramos investigar se essas organizações

realizam atividades que incentivam este tipo de participação, porém a pesquisa mostra que:

- II. 86% não realizam atividades de incentivo a produção e a competitividade aos seus associados;
- III. Aquelas que utilizam dessas atividades (14%) fazem na forma de concurso de qualidade e da prestação direta de assistência técnica.

Outro ponto também que chamou a atenção é o fato que nesta etapa da pesquisa apenas as cooperativas do ramo agropecuário responderam.

Realizam atividade de Marketing

Muitos projetos sociais não têm o intuito de apenas promover o desenvolvimento comunitário, mas sim promover o marketing institucional dessas organizações. Assim, o objetivo de elaborar uma questão que investigasse o marketing da cooperativa foi motivado para entender se o que essas organizações chamam de marketing poderia ou não ser tratado como um fator que colabora com o desenvolvimento e não somente com a imagem da organização. Deste modo averiguamos que 73% das cooperativas realizam algum tipo de marketing: palestras para a comunidade, notas na rádio, TV, participação em feiras e eventos com divulgação dos seus produtos, jornais, informativos, sites, placas, entre outras formas. Todas afirmaram ter um único objetivo, assegurar que o associado fique informado do que a sua organização está fazendo. Diante dos dados apurados, percebemos também que as atividades de marketing realizadas pelas cooperativas se assemelham às atividades realizadas por empresas não-cooperativas.

Assim chegamos a outro resultado onde percebemos que os canais de comunicação que essas cooperativas utilizam com o associado são também caracterizados como atividades de marketing e não como fruto de uma boa gestão social.

Participação em projetos sociais

A participação das cooperativas em projetos sociais é uma forma de mostrar o que essas organizações fazem de concreto com a comunidade na qual elas se encontram inseridas. O interesse por projetos sociais atualmente tem ganhado espaço por vários segmentos empresariais seja ele cooperativo ou não.

Partindo da ideia que a aplicação do sétimo princípio cooperativo tem como um dos pilares disseminar ações que beneficiem à comunidade de modo geral, procuramos analisar como as cooperativas da Zona da Mata atuam nesse sentido. Foi constatado que 60% das cooperativas realizam algum projeto social que beneficia a comunidade na qual se encontram inseridas, alguns em parceria com instituições públicas e/ou privadas do próprio município ao qual pertencem. Para ilustrar esse ponto com mais precisão descreveremos as atividades exercidas pelas cooperativas de acordo com os ramos a que pertencem.

Ramo Agropecuário (4 cooperativas): As cooperativas agropecuárias citaram projetos sociais diversificados em relação aos outros ramos, por exemplo:

Projeto Horta nas Escolas: Incentivo à construção de hortas nas escolas públicas (incluindo APAEs, creches e lares beneficentes) para a melhoria da merenda escolar e valorizar o trabalho em grupo com a terra.

Segurança e Solidariedade: Incentivar o cooperado na compra conjunta de alguns produtos específicos, daí os lucros obtidos com as vendas destes produtos serão revertidos para uma entidade escolhida em função da prioridade e das necessidades.

Torneio Esportivo: com a participação direta dos produtores rurais, e indireta da população local.

Sobre os projetos de cultura e lazer, as que realizam citaram o apoio e patrocínios de eventos organizados por outras instituições, mas não especificaram como a ação era desenvolvida. Das cooperativas pertencentes ao ramo agropecuário apenas uma disse não realizar nenhum tipo de projeto que beneficie a comunidade uma vez que esta está “fechando as portas” devido a uma dívida contraída.

Ramo Crédito (4 cooperativas): As cooperativas financeiras demonstraram ser muito pouco ativas quanto aos projetos sociais, culturais e de lazer. Uma citou o incentivo às bolsas de iniciação científica e o programa de estágio, ambos para os filhos de associados. E, outra, que citou como projeto social a ajuda financeira dada a 10 creches do município na qual está situada. As demais não responderam ou disseram não realizar projetos.

Ramo Educacional (1 - cooperativa): A cooperativa educacional apresentou bastantes projetos diferenciados e capazes de envolver uma participação maior da comunidade local. Dentre os trabalhos que a cooperativa realiza, foram citados:

- I. Projeto de reciclagem de lixo em parceria com uma associação do município;
- II. Realização de apresentações culturais que valorizassem o folclore e a cultura local;
- III. Trabalho através das artes (música, teatro e dança);
- IV. Realização de feiras;
- V. Sobre programas de lazer, citou a tradicional festa junina que é organizada pela cooperativa e aberta à comunidade.

Nota-se, no entanto, que a cooperativa educacional não mostra projetos que a diferencie de uma escola comum, apesar dos trabalhos se assemelharem, o ramo educacional seria, pelo menos em tese, um dos que mais contribuiria com a comunidade, já que é da natureza e competência da escola promover a participação local nas suas atividades extraclasse. As próprias diretrizes curriculares exigem atividades focadas nas comunidades e que promovam a participação tanto dos professores quanto dos alunos nas mesmas.

Ramo Saúde (5 cooperativas): As cooperativas de trabalho médico e odontológico, pertencentes à área da saúde apresentaram projetos competentes e condizentes com a sua área de atuação:

- I. HiperDia e a Caminhada Orientada, ambos são projetos que atendem à população hipertensa com palestras abertas à comunidade em geral, essas ações são desenvolvidas por uma mesma cooperativa do município onde atua;
- II. Café com Papo, a cooperativa que realiza os projetos acima patrocina também um evento cultural chamado Café com Papo (este item não foi citado quando perguntadas sobre marketing e sim como um dos projetos sociais);
- III. Dente de Leite, projeto que tem como parceria a prefeitura. A cooperativa realiza o atendimento de crianças e adolescentes assistidos por outros projetos sociais do município;
- IV. Projeto Teatro em parceria com o Sistema OCEMG uma das cooperativas da região citou a realização de uma peça teatral onde foram arrecadadas 2 toneladas de alimentos doadas a instituições da comunidade local.
- V. Ramo Transporte (1 cooperativa): Este ramo não descreveu nenhum programa cultural ou projeto social que envolva a comunidade de modo geral. Foi citado apenas o apoio dado a alguns eventos do município ao qual pertence.

Auto-avaliação: Contribuição da Cooperativa com a comunidade.

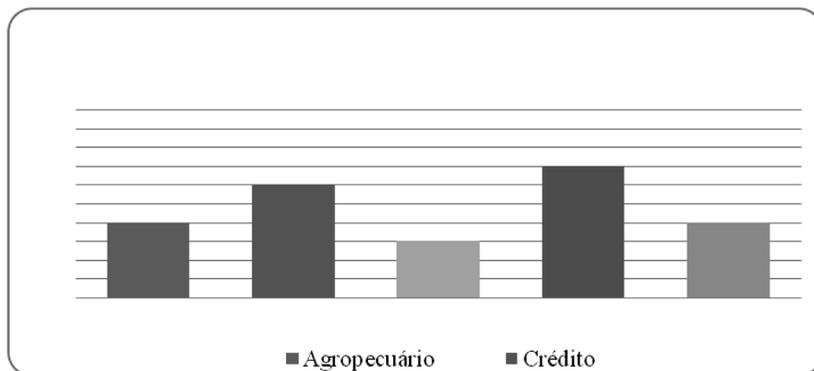
Outra etapa do trabalho de pesquisa realizada na região da Zona da Mata foi orientar a organização cooperativa que fizesse uma autoavaliação sobre sua atuação na comunidade, envolvendo a participação dos seus associados em sua gestão e a contribuição que seus projetos sociais tratariam para o desenvolvimento local.

Assim, pedimos que as cooperativas dessem uma nota de 1 a 5 sobre sua contribuição com a comunidade e que explicassem a nota atribuída.

Essa questão pretende fazer refletir ao respondente sobre as ações que as cooperativas executam para a comunidade e como se avaliam de forma que contemplem o bem-estar econômico e social, orientando para uma participação comunitária e de melhoria de vida para a população.

Se fôssemos avaliar individualmente as cooperativas, obteríamos notas menores ou iguais a 2, isto em 60% das respondentes, o que quer dizer que segundo a visão da maioria das empresas cooperativas sua contribuição com a comunidade encontra-se num grau mínimo, contrariando o cumprimento do sétimo princípio cooperativo. Porém, optamos por avaliar a média das notas e ponderar segundo o ramo a que pertencem. No gráfico a seguir, é possível analisar que nenhum dos ramos pesquisados na média das notas obteve nota igual ou superior a 4.

Quadro 1 – Nota da autoavaliação segundo o ramo cooperativo



Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se, portanto que o que as cooperativas declararam fazer na prática em seus projetos sociais envolvendo ou não a participação dos associados, fica muito aquém das notas por elas atribuídas quando avaliam sua contribuição com a comunidade.

Outro aspecto que cabe destacar aqui é os poucos trabalhos de educação cooperativista e de gestão social que essas cooperativas executam com seus associados e com a comunidade e que também poderiam explicar a baixa avaliação.

Considerações

Com base nas concepções estudadas acerca do desenvolvimento e de sua relação com a participação, pode-se inferir que as cooperativas teoricamente poderiam influenciar nas políticas locais e serem protagonistas do desenvolvimento. Mas, na prática percebe-se a dificuldade, por distintas razões, de obter uma maior participação dos associados nas decisões da cooperativa e no seguimento das ações. Dessa forma percebemos o quanto é importante ‘fomentar a participação a partir do nível local’ (SCHNEIDER, 1991, p. 127), principalmente no que se refere ao desenvolvimento comunitário onde o desafio se torna ainda mais evidente.

A discussão desenvolvida nesse trabalho fundamenta-se na ideia de que o desenvolvimento a ser promovido pelas cooperativas na comunidade estaria relacionado ao cumprimento do sétimo princípio, e que seu sucesso depende das ações e das decisões que as pessoas têm de exercer seu papel como agente de mudança econômica, social e política.

Além de uma baixa resposta aos questionários que por si só já poderiam ser considerados um indício da baixa importância dada à questão pesquisada, os resultados apresentados pelos questionários recebidos mostram uma baixa atuação das cooperativas em atividades vinculadas com o desenvolvimento comunitário, como pôde ser visto no que se refere à baixa participação das cooperativas com outras entidades e de instâncias geradoras de políticas públicas.

A pesquisa possibilitou reconhecer a dificuldade das organizações cooperativas paracumprir na prática com o que potencialmente poderiam atingir, uma vez que segundo os resultados deste estudo, as cooperativas pouco fazem em relação a sua gestão social, o que pôde ser demonstrado com o que essas realizam em benefício

da comunidade em seus projetos sociais e na baixa autoavaliação feita por elas.

A preocupação em obter uma gestão econômica eficaz muita das vezes pode diminuir ou minimizar a importância de uma gestão social qualificada, que seja transparente e que se preocupe com os princípios que as orientam. A profissionalização da gestão seria necessária para o desenvolvimento econômico das empresas em geral, e nas cooperativas tradicionais⁵ em particular. Porém, sem uma ênfase na participação dos dirigentes e dos associados, numa adequada gestão social, na democracia do poder e na disseminação da educação cooperativista entre seus membros, a organização cooperativa deixaria de ser uma empresa de propriedade coletiva, onde as pessoas se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e políticas, e passariam a agir como uma empresa não-cooperativa e que nada fazem para a promoção do desenvolvimento de suas comunidades.

Percebe-se, no entanto, que as sociedades cooperativas, para conseguirem cooperados comprometidos com sua organização, deveriam investir na capacitação e treinamento dos mesmos, assim como na promoção dos valores cooperativos da comunidade a qual pertencem. Desta forma, a complementaridade entre gestão empresarial e gestão social se obteria numa autêntica gestão cooperativa, mais eficiente social e economicamente e com maior impacto na comunidade a qual pertence.

⁵ Entende-se por cooperativas tradicionais àquelas que não pertencem ao campo da economia solidária.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, P.P. Reflexões sobre contemporaneidade, educação e agir cooperativo In: SCHNEIDER, J. O. **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília: UNISINOS, 2003.p.109-134.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Identidad y Principios Cooperativos** – Publicação da Declaração adotada pelo Congresso e Assembleia Geral de 1995 da A.C.I. Montevideu: Cudecoop – Editorial Nordan Comunidad, 1995.

AMMANN, S. B. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidades no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

AMODEO, N. B. P. **As Cooperativas Agroindustriais e os Desafios da Competitividade**, 1999. Tese (Doutorado em Desenvolvimento) – CPDA/UFRRJ

AMODEO, N. B. P. Contribuição da educação cooperativa nos processos de desenvolvimento rural. In: AMODEO, N. B. P e ALIMONDA, H. (orgs.) **Ruralidades, capacitação e desenvolvimento**. Viçosa: UFV, 2006.

ANUARIO DO COOPERATIVISMO MINEIRO. **Maiores Cooperativas de Minas Gerais**. Belo Horizonte: OCEMG, 2006.

BORGER, F. G. **Responsabilidade Social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial**, 2001. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade Federal de São Paulo.

FERREIRA NETO, A. **Desenvolvimento Comunitário**. Rio de Janeiro: Bloch, 1987.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Avaliação da política e programas de desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro: BNH/DEPEA, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 19 mar. 2007.

KLIKSBERG, B. Six unconventional theories about participation. **International Review of Administrative Sciences**, v.66, p.161-174, 2000.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PINHO, D. B. **Gênero e Desenvolvimento em Cooperativas: Compartilhando Igualdade e Responsabilidades**. Brasília: SESCOOP – OCB, 2000.

ROMANO, J. O. Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. In: **International Workshop**, Rio de Janeiro, 2002, p.26.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VALADARES, J. H. **Participação e Poder**: O Comitê Educativo na Cooperativa Agropecuária. Lavras: UFLA, 1995.

VALADARES, J. H. Mecanismos Institucionais de Participação e Controle Democrático. In: **Estratégias de Educação para a cooperação**. Viçosa: UFV, 2005 (Apostila).

5.

A importância dos trabalhos de educação cooperativista para a extensão rural

Nora Beatriz Presno Amodeo
Paloma Rosa Ferreira
Diego Neves de Sousa

Introdução

A educação cooperativista sempre foi uma ação relevante para as cooperativas e, por isso, merecedora da atenção de estudiosos presentes no mundo todo. Antes mesmo de ser oficialmente criada a primeira cooperativa em 1844, a sociedade dos *Pro-bos* Pioneiros de *Rochdale* Ltda., os então chamados socialistas utópicos, como Robert Owen e Charles Fourier, já colocavam na pauta de suas discussões, seja nos grupos de estudo e de trabalho, aspectos relativos à educação do homem, principalmente no que diz respeito à valorização humana, com vistas à melhoria das condições de vida do tecido social. Nas próprias palavras de Owen, “a educação seria a pedra filosofal capaz de transformar o comportamento existencial da sociedade e criar uma estirpe nacional de cidadãos” (Owen *apud* Klaes, 2005, p. 51).

Influenciados diretamente pelos socialistas utópicos e comungando com alguns de seus pressupostos, os próprios Pioneiros percebiam na educação cooperativista uma das bases para o desenvolvimento das cooperativas, propondo-a como um dos princípios ou regras para garantir seu funcionamento e, para que pudesse ser viabilizada, manifestaram a necessidade da criação de um fundo específico que a financiasse. Assim, foi adotado pelo movimento cooperativo

mundial um fundo, conhecido na lei brasileira como Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates).

Desde a criação das cooperativas até os dias atuais, a educação cooperativista é um dos princípios mantidos por estas organizações mesmo com algumas modificações introduzidas pelas Assembleias Internacionais da Aliança Cooperativista Internacional (ACI) de: 1934 (Londres), 1937 (Paris), 1966 (Viena) e 1995 (Manchester – Congresso do Centenário da ACI) (Pinho, 2003).

Foi na última modificação dos princípios cooperativistas, ocorrido em 1995, em assembleia democraticamente realizada com a participação das cooperativas associadas à Aliança Cooperativa Internacional (ACI) do mundo todo, que o 5º princípio cooperativista ficou descrito sob o seguinte título: Educação, Treinamento e Informação. Este princípio passou a ter a seguinte redação, definida pela ACI (1995):

As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus cooperados, dos representantes eleitos e dos trabalhadores de forma que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação (ACI - Aliança Cooperativa Internacional, 1995, s/p).

Deste modo, amplia-se não só o significado, mas também o conteúdo da educação cooperativista, incluindo além dos associados, os administradores, executivos e os empregados das cooperativas. A assembleia recomenda, ainda, que os benefícios do cooperativismo sejam difundidos ao público, em especial aos jovens e aos líderes das comunidades, onde as cooperativas estão presentes.

É neste sentido, que Valadares define a educação cooperativista

como um processo e um método para formular e executar políticas de educação cujas

características se referem a aspectos essenciais à prática da cooperação: a gestão democrática. Compreende o processo propriamente dito de preparação e adoção de planos e estratégias por decisões das bases cooperativistas e dos dirigentes e sua execução por parte do órgão responsável pela administração do serviço educacional e pelo esquema de organização comunitária adotado pela cooperativa (VALADARES, 2005, p.33).

Dada a importância da educação cooperativista para essas organizações, e por se tratar de uma atividade específica - distinta das atividades econômicas que são próprias das cooperativas - o que pode impor dificuldades e complicações próprias - indagamos aqui como ela é implementada, preocupando-nos especialmente do caso das cooperativas agrárias mineiras.

As cooperativas agrárias são organizações econômicas geridas por e para os seus membros. Trata-se de organizações que funcionam articulando o acesso dos produtores aos mercados e organizando serviços para aos seus associados que contribuam para a viabilidade econômica das propriedades e/ou o aumento da qualidade de vida.

Obviamente, são as próprias cooperativas agrárias as responsáveis pela educação cooperativista, mas existe todo um leque de outras organizações que auxiliam ou complementam as atividades das cooperativas. São aquelas organizações que de uma forma ou outra estão focadas no desenvolvimento socioeconômico da cooperativa. Dentre as que se dedicam à promoção da educação dentro de seus respectivos espaços de atuação no Estado de Minas Gerais, podem ser citadas: a Emater, algumas organizações pertencentes ao Sistema S⁶, como o Sebrae, o SESCOOP e o SENAR,

⁶ São organizações desse sistema o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas), o Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), o Senat (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), todas entidades privadas de interesse público, dedicadas cada uma a um segmento social específico e geralmente vinculados e dirigidos pelos sindicatos patronais correspondentes.

algumas Instituições de Ensino Superior, a Unitrabalho (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho), as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e ONGs de alcance regional. Percebe-se, dessa maneira, que os trabalhos de educação cooperativista realizados junto às cooperativas agrárias, muitas das vezes, pelos seus objetivos e pelo público, podem ser considerados atividades de extensão rural. Assim, este estudo tem como objetivo analisar a contribuição dos instrumentos de educação cooperativista à extensão rural, e especificamente, descrever a relação da educação cooperativista junto a atuação da Emater-MG nesse campo.

Metodologia

Na fase exploratória da pesquisa e com o objetivo de identificar se existe alguma relação das atividades de educação cooperativista que são realizadas junto às cooperativas agrárias, com os trabalhos de extensão rural, foram enviados questionários, contendo 24 questões entre fechadas e abertas, a 452 cooperativas agrárias do Estado de Minas Gerais, tanto àquelas filiadas à Ocemg⁷, quanto às outras, cujo contato foi estabelecido observando-se os endereços de cooperativas agrárias disponíveis na Tetelista.net⁸. Deste montante enviado, obteve-se o retorno de 51 questionários. Assim, o questionário enviado às cooperativas foi dividido nas seguintes partes: em primeiro lugar, as perguntas foram direcionadas a identificar a atual situação das cooperativas relacionada à realização ou não de educação cooperativista, pre-

⁷ A Organização de Cooperativas de Minas Gerais (OCEMG) edita anualmente seu Anuário, onde é possível obter as principais informações econômicas do cooperativismo mineiro. Apresenta o *ranking* das cooperativas mineiras em categorias como número de associados, empregados, receitas totais, salários médios de empregados, sobras de exercício e riqueza gerada por associados, entre outros, além de fazer referência a indicadores de desempenho das cooperativas em relação ao quadro social, funcional, financeiro, operacional e contribuições para a sociedade. Em seu interior é possível encontrar também o endereço das cooperativas dos diversos ramos do cooperativismo, filiadas à Ocemg. Essa filiação é obrigatória por lei, embora muitas cooperativas optem por não fazê-lo, daí a opção de procurar cooperativas em outras fontes (ANUÁRIO, 2008).

⁸ O endereço eletrônico da Tetelista.net é <http://www.tetelistas.net> que possui em seu conteúdo endereços de empresas, profissionais e pessoas de todo o Brasil.

tendia-se paralelamente identificar quais tipos de atividades eram consideradas do campo da educação cooperativista. Em um segundo momento, as perguntas visavam a determinar quais eram as organizações que contribuíam na realização do trabalho de educação cooperativa junto às cooperativas. Também, se buscou identificar os tipos de atividades que essas organizações realizam e desenvolvem com as cooperativas. E, por fim, verificar em que âmbitos os efeitos da educação cooperativista são percebidos e quais os desdobramentos dessa educação para os empreendimentos cooperativos agrários.

Instrumentos da Educação Cooperativista e seus conteúdos

Capacitação/Formação Cooperativista

Neste tópico é oportuno salientar as observações feitas pela ACI, por meio de sua comissão especial formada em 1966, sobre determinadas considerações a respeito da educação cooperativista. Esta Comissão parte da concepção de que a verdadeira educação cooperativista deve ir além da mera educação formal, apontando a necessidade da realização de um processo permanente de aprendizagem cooperativa, que transcenda a educação institucionalizada presente nas universidades e escolas.

Indo ao encontro a essa assertiva, Desroche enfatiza que

Em nível cooperativo, tal visão pedagógica se caracteriza pela dualidade da formação cooperativa, que, por um lado, apresenta centros, institutos e universidades que oferecem oportunidades de formação cooperativa, com frequência sem contatos com o movimento cooperativo e, por outro, a condição autodidata de dirigentes e executivos de cooperativas que não recebem ou recebem de forma inadequada e incompleta a formação e a capacitação

necessárias para o manejo econômico e social das cooperativas (DESROCHE *apud* SCHNEIDER, 1999, p.209).

Visto sob esse ângulo, a ACI realiza a seguinte indagação: Quem deve ser o responsável pela educação cooperativista? Para a comissão especial, todos são diretamente responsáveis pela educação e reeducação cooperativa. Deste modo, enfatiza que, em primeiro lugar, devem vir os cooperados, que por meio da utilização de metodologias adequadas de educação de adultos devem ser participativos nas discussões, nos núcleos regionais, trabalhos de grupos, cursos, seminários, congressos, palestras, reuniões, pré- assembleias e assembleias, entre outros meios de participação dos membros, que lhes permitam atuar de maneira mais incisiva na vida de suas cooperativas.

Os dirigentes, executivos e funcionários são posicionados em segundo lugar. E deles tem se exigido cada vez mais uma adequada formação técnica e universitária, complementada com a formação específica sobre as cooperativas e sua administração específica. Assim, segundo a comissão, torna-se mais desafiante para um profissional gerir uma cooperativa do que uma empresa capitalista, isto porque é exigido de tal profissional determinados conhecimentos que não são necessários quando se trata de um empresa de capital.

Em terceiro lugar, e não menos importante, precisa-se capacitar a própria comunidade em geral, de onde advém o candidato potencial a associado (a), que também deve ser alvo da educação cooperativista (SCHNEIDER, 1999).

Em linhas gerais, a educação cooperativista promove um papel protagônico para os associados nas organizações cooperativas e a cooperação como estratégia de desenvolvimento. No entanto, para que se viabilize a participação dos associados na gestão da cooperativa, a capacitação em determinados conteúdos vinculados à gestão econômica das organizações é necessária.

É fácil perceber, dessa forma, que a capacitação cooperativista é específica para esse tipo de organização socioeconômica

e deve ser adequada ao público ou à cooperativa individualizados. Uma simples capacitação em gestão empresarial não seria adequada, assim como também não o seria uma capacitação que só enfatize a discussão dos aspectos sociais da organização. Assim, as capacitações precisam ser realizadas levando em consideração as múltiplas facetas da questão cooperativa e, essencialmente, ensinar ao cidadão comum a cooperar, a administrar seu próprio empreendimento econômico para, em última instância, conseguir democratizar a economia (AMODEO, 1999).

Deste modo, as capacitações realizadas precisam levar em consideração que os diferentes públicos presentes nas cooperativas exigem necessariamente conteúdos educativos que sejam ministrados em atendimento as suas demandas e características específicas.

Isto posto, outra pergunta, complementar à primeira, é realizada pela ACI, qual seja, O que se deve entender por educação cooperativista? E a própria instituição responde ao mencionar que “toda atividade que desperta o interesse comprometido dos associados já é em si um método de educação”. E esta noção se aplica, da mesma forma, às diversas atividades de natureza econômica, social, cultural, e de modo especial, aos cursos, seminários, e trabalhos de grupo, organizados, por exemplo, pelos comitês de educação (SCHNEIDER, 1999).

Em sequência, menciona-se que estas atividades precisam, acima de tudo, ser bem planejadas e ter objetivos claros, para que os conteúdos abordados possam contemplar tanto os aspectos econômico-administrativos como os aspectos sociais. E, neste sentido, a recomendação é para se utilizar de métodos pedagógicos que estimulem a participação constante dos associados nos processos de ensino-aprendizagem.

Assim, é fácil perceber, que a participação

é o objetivo e o meio para se constituir e manter uma cooperativa. Objetivo, porque é justamente com a finalidade de participar da riqueza e benefícios gerados pelo seu trabalho que as pessoas se unem nessa forma de sociedade. E

meio, porque somente através da efetiva, consciente e responsável participação de todos os associados se obterá o sucesso das metas socioeconômicas do empreendimento cooperativo (SANTOS, s/d, p.12-13).

Watkins enfatiza que os conteúdos da educação cooperativista devem estar direcionados:

- I. a uma informação que seja adequada, completa e, sobretudo, atualizada sobre o que sucede na cooperativa;
- II. ao conhecimento técnico em atendimento às peculiaridades da dupla natureza da cooperativa, como empreendimento econômico e como sociedade de pessoas; à
- III. necessidade de conhecimento tanto sociológico, como econômico da cooperação, demonstrando que é um fenômeno social entre muitos outros; e
- IV. ao conhecimento sobre as histórias das origens e da evolução do Movimento Cooperativo (SCHNEIDER, 1999).

Ao se pensar acerca dos conteúdos da educação cooperativista, Schneider (2003) acrescenta que

devem levar em conta tanto a formação cooperativista quanto a prática da cooperação, com suas metodologias e estilos adequados de condução do processo cooperativo. A educação doutrinária é fundamental, pois é ela que, por meio dos seus valores e princípios, dá sentido a todo o processo, que incentiva e direciona todas as atividades e práticas cooperativistas em prol de maior bem-estar e dignidade das pessoas que compõem a cooperativa. É

o trabalho sobre os valores e os princípios do cooperativismo que cria entre os agentes da cooperação a afinidade mental e afetiva que os motiva a cooperar e a continuar cooperando. Porém, a dimensão doutrinária, para atingir com eficiência seus objetivos, requer o uso de práticas, de metodologias e de tecnologias adequadas (SCHNEIDER, 2003, p14).

Portanto, e como apresentado até aqui, a educação cooperativa é um processo contínuo de aprendizagem, que deve abranger públicos distintos (funcionários, dirigentes, associados, comunidade) e com diferente nível educativo, haja vista que existem determinadas demandas que são específicas para cada um desses públicos e que, por isso, exigem conteúdos variados - de gestão empresarial, de gestão social, participação, cooperação, produção - nas propostas de capacitação/formação apresentadas, que a faz muito complexa e especializada.

Organização do Quadro Social

A Organização do Quadro Social (OQS) é uma prática educativa reconhecida pelos interlocutores das cooperativas e por órgãos de representação do cooperativismo, por ser primordial no desenvolvimento de trabalho educativo de capacitação e formação dos associados, contribuindo diretamente para o avanço da participação dos membros associados na organização. É uma forma de organizar a gestão social muito utilizada nas cooperativas agrárias. Se bem conduzida, a OQS pode viabilizar importantes espaços de capacitação e participação do quadro social, aumentando de maneira considerável o envolvimento direto de diferentes grupos de produtores rurais associados no processo de tomada de decisão e controle da gestão empresarial de cooperativas. Assim, além de ser um instrumento de educação cooperativa, a OQS pode funcionar como importante canal para o desenvolvimento de trabalhos de extensão rural.

Sob a denominação Organização do Quadro Social, se incluem diversas práticas que têm por objetivo a formação de uma nova instância de exercício de poder nas cooperativas, além das instâncias usualmente encontradas. Estas práticas conduzem à formação de Comitês Educativos, ou Conselhos de Representantes, que, a despeito de diferentes formas organizacionais e particularidades no seu funcionamento, estão orientados pelos mesmos objetivos: estruturar um espaço de poder na cooperativa, viabilizando a participação democrática do maior número de associados na gestão do empreendimento cooperativo (VALADARES, 1995, p.47).

Isto porque a institucionalização da prática de OQS nas cooperativas significa uma instância a mais de participação, porém de caráter menos formal que as assembleias, no ambiente da organização. A OQS viabiliza a ampliação do exercício do poder na cooperativa, conduzindo as novas formas de controle democrático e de participação dos associados na vida de suas cooperativas. Geralmente, organizam-se comissões locais em diferentes lugares da área de influência da cooperativa, constituídas por associados, que se reúnem periodicamente para obter informações de sua organização e dos produtos, discutir questões do seu interesse vinculadas à cooperativa, receber capacitação em diversos aspectos, incluindo questões técnico-produtivas. É passível de mencionar que, por meio da instrumentalização da OQS nas cooperativas agrárias, três conteúdos são diretamente contemplados: a gestão social, a gestão empresarial e a assistência técnica. A educação cooperativista referente ao ramo agropecuário dispensa atenção de modo especial às capacitações vinculadas com assistência técnica direcionada aos produtores associados, visando a influenciar nos processos produtivos das propriedades dos cooperados.

Neste contexto, a educação e a informação permanentes dos associados adquirem um lugar de destaque.

As práticas de organização do quadro social, viabilizadas por intermédio de arranjos institucionais como Comitês Educativos, e direcionadas para ampliar as possibilidades de envolvimento direto de diferentes grupos de produtores rurais associados no processo de tomada de decisão e controle da gestão empresarial de cooperativas, traz implicações políticas significativas na conformação do conflito entre grupos dominantes e dominados em espaços regionais da área de ação da cooperativa (VALADARES, 1996, p.11).

Assim, se por um lado, a implementação dessa prática educativa pode significar para os agricultores familiares, maiores possibilidades de acesso a bens e serviços prestados pelas cooperativas; por outro lado, para os grandes produtores, a participação pode assumir ares de ameaça, isso devido à introdução de novos atores sociais que passam a participar mais ativamente do processo decisório da cooperativa (Valadares, 1996). Por isso, essa importante prática educativa pode ser comprometida pela ação de forças contrárias a sua real implementação.

Ainda segundo Valadares (1996), para dar vida aos trabalhos relacionados à OQS, muitas cooperativas agrárias estão criando um departamento próprio ou Comitê Educativo, que se encontra vinculado diretamente ao conselho de administração, responsável por assumir as atividades relativas ao desenvolvimento social e político dos associados, no intuito de prepará-los, por meio das atividades de capacitação, para que possam atuar como verdadeiros donos e usuários do empreendimento cooperativo.

O crescimento do número de associados das cooperativas agrárias tem provocado o distanciamento dos associados de suas cooperativas, reduzindo, dessa forma, sua participação. Assim, muitas cooperativas têm buscado estabelecer, de maneira institucional, a formação de subgrupos em várias localidades pertencentes ao seu âmbito de atuação, objetivando melhorar as condições de participação dos associados, permitindo, deste modo, enfrentar

em grupo os aspectos burocráticos da cooperativa, constituindo-se, nas palavras de Valadares (1996, p. 17), “em um canal através do qual os associados podem expressar suas necessidades, desejos e inquietudes, além de constituir um meio de comunicação e informação importante entre os dirigentes e as bases sociais”.

Relações entre a Educação Cooperativista e a Emater-MG

A trajetória da Emater-MG se confunde com a própria história da extensão rural no Brasil. Neste sentido, como sua antecessora, pode-se citar a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas (Acar) fundada em 1948, para disseminar-se posteriormente pelos demais Estados do Brasil. Tal instituição foi pioneira no que diz respeito à assistência técnica e extensão rural no país, com seus trabalhos direcionados para a “introdução de novas técnicas de agricultura e economia doméstica, de incentivo à organização e de aproximação do conhecimento gerado nos centros de ensino e de pesquisa aos produtores rurais”(EMATER, 2009, s/p).

As Acares seriam substituídas pelas “Emateres” em 1975, deixando de funcionar como associações, para se constituir em empresas estatais de prestação de serviços aos produtores rurais e suas famílias.

Minas Gerais foi o palco desta primeira experiência, por meio de um convênio celebrado com a *American International Association for Economic and Social Development (AIA)*, dos Estados Unidos, que colaborou decisivamente para a concretização deste processo.

Em todos os países que adotaram a extensão rural, a influência norte-americana quanto à filosofia, aos princípios, aos métodos e à utilização dos meios de comunicação foi marcante. A partir desta influência, a Acar conseguiu estabelecer uma experiência inovadora em Minas Gerais, ao definir a família do produtor como foco da ação dos extensionistas e não

os produtos por elas gerados, além de conjugar pioneiramente assistência técnica e crédito rural (EMATER, 1999, p.5).

Este foco permanece até os dias atuais, embora o contexto histórico tenha modificado em cada situação vivida o perfil destas intervenções e as consequências positivas e, por vezes, negativas deste processo.

A Emater-MG foi importante incentivadora da organização e do desenvolvimento de grupos associativos, como as cooperativas e associações. Em consonância com a mentalidade disseminada na década de 1970 e 1980, em que as organizações de produtores rurais eram consideradas instrumentos viabilizadores do almejado “desenvolvimento rural”; também, baseados no que a própria experiência tem demonstrado, através do trabalho coletivo é possível alcançar maiores benefícios que trabalhando de forma isolada. Assim, promovem-se organizações já que teriam maior poder de barganha na comercialização dos produtos, na compra de insumos necessários à produção, possibilitando melhores oportunidades de geração de renda, encontrando no seu próprio meio as condições sociais de reprodução, com qualidade de vida. Adicionam-se a isso, oportunidades de melhores condições de acesso às políticas públicas para este segmento, isto porque, dependendo das especificidades, estas políticas estão geralmente direcionadas para grupos de indivíduos que se encontram de alguma maneira organizados.

Dentro deste contexto, existe o entendimento também de que o atendimento individual às famílias rurais é mais oneroso. Assim, os programas de orientação ao produtor foram desenvolvidos, em sua grande maioria, em torno de demonstrações de alcance coletivo. Outra premissa que vai ao encontro dessa é a de que “as pessoas em grupo aprendem com mais facilidade e se habituem a resolver problemas comuns em conjunto, fortalecendo o espírito comunitário”(RENAULT e SANTANA, 1996, p.5).

Neste ponto, deve-se enfatizar que o público preferencial da Emater-MG na atualidade – seguindo o que estabelece a Política Nacional de Extensão Rural – são os agricultores familiares, quilombolas

e os assentados da reforma agrária. Nesse marco, além de promover a melhoria na qualidade de vida e da produção e produtividade das propriedades rurais, junto a esses produtores e suas famílias de modo sustentável, a Emater tem ainda o compromisso de assessorar as formas organizativas, objetivando promover a participação dos produtores rurais na condução de programas e projetos de desenvolvimento social e econômico.

Para tanto, mobilizam os produtores rurais para participar de cursos e treinamentos profissionalizantes, palestras, reuniões, dias de campo, encontros técnicos, Diagnósticos Rápidos Participativos (DRP) e eventos. O conteúdo destas atividades pretende atender às necessidades dos produtores rurais na condução dos trabalhos desenvolvidos no dia a dia em suas propriedades, na inclusão de programas que garantam certificação de seus produtos e, conseqüentemente, sua melhor aceitação pelo mercado consumidor, no uso de tecnologias certas para cada tipo de processos produtivos, educação ambiental, economia familiar, associativismo/cooperativismo, entre outras.

No que se refere à área de competência da Emater-MG, relacionada ao associativismo/cooperativismo, as orientações tendem a disseminar a ideada importância do trabalho conjunto e da cooperação para as comunidades rurais. Para tanto, utilizam-se alguns materiais de cunho educativo como suporte a estes trabalhos, tais como, folderes e cartilhas, que pretendem ser autoexplicativos e de fácil entendimento. Os assuntos abordados contemplam a parte relativa à gestão cooperativa e associativa, com ênfase no aspecto empresarial destas organizações, com conteúdos sobre legislação tributária, sobre a constituição e legalização, as diferenças entre associação e cooperativa e o passo a passo para a criação desses empreendimentos, seu funcionamento, a doutrina cooperativista e os princípios e valores. No entanto, a ênfase principal da Emater está na assistência técnica aos produtores rurais e, portanto, é nesse aspecto que ela articula suas ações com as cooperativas e seus cooperados, sendo eles, na condição de produtores, seu público privilegiado.

Mas, aqui tenta se aprofundar nas possíveis relações entre educação cooperativista e extensão rural, para o qual, deve-se

também considerar a própria definição de extensão rural. Nesse sentido, Dias (2007) afirma que

Extensão rural é um conjunto bastante diverso de concepções e de práticas que se expressam em serviços técnicos e especializados de assistência, assessoria, apoio e consultoria, ofertados por organizações públicas ou privadas a uma enorme diversidade de tipos de agricultores. O que é (ou o que pode ser extensão rural) está em dependência do agente que presta o serviço e da concepção ou do objetivo que orienta suas práticas. Apesar desta diversidade, uma característica parece ser comum a esta variedade de concepções e práticas de extensão rural: a missão de promover o desenvolvimento (DIAS, 2007, p.2).

Desta forma, educação cooperativista, como está sendo colocada neste estudo, poderia considerar-se um tipo específico de extensão rural, quando orientada ao desenvolvimento de organizações cooperativas e seus associados, com a cooperação e participação como linhas orientadoras.

Vale ressaltar que a Emater não se reconhece como uma organização que realize educação cooperativista, embora as cooperativas a assinalem como uma de suas parceiras no que as cooperativas designam por educação cooperativista. Como as cooperativas agrárias estão constituídas por produtores rurais e comercializam e/ou processam o que eles produzem, o aumento da produtividade e/ou qualidade da produção afeta diretamente o empreendimento econômico e, por isso, consideram que faz parte do seu papel 'educador' promover uma "melhora" da capacidade produtiva dos seus associados e, para isso, possibilitam a assistência técnica. Desta forma, a Emater se apresenta como parceira natural nestas atividades.

Portanto, a Emater, pela sua própria natureza extensionista apresenta uma longa trajetória na instrumentalização da

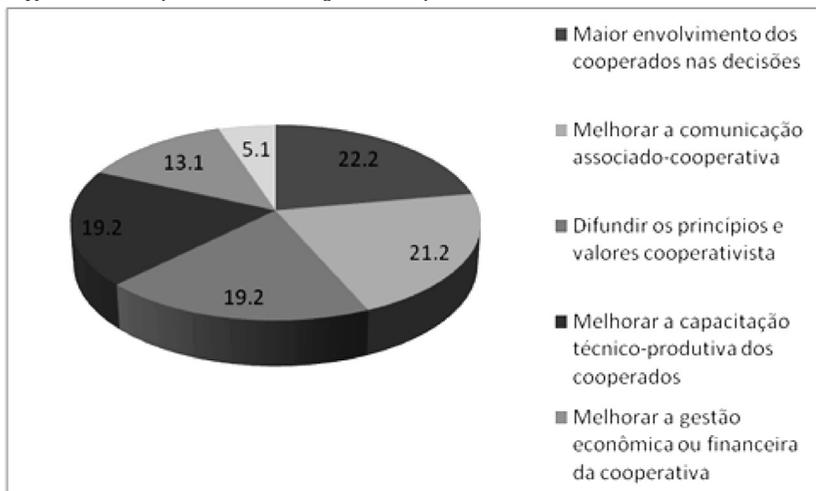
educação cooperativista, por buscar desenvolver ações de promoção da cooperação com grupos de produtores, fomentando o trabalho coletivo e a cooperação entre os indivíduos e, especialmente, porque as questões atinentes à assistência técnica produtiva são consideradas pelas cooperativas agrárias parte dos conteúdos da educação cooperativista e, o Fates, frequentemente, financia essas atividades.

A percepção das cooperativas agrárias

Outras informações podem também ser extraídas com base na compilação das respostas aos questionários, permitindo obter um panorama geral de como estaria estruturada a educação cooperativista nas cooperativas respondentes, tomando como referência o ponto de vista apresentado pelos próprios interlocutores das cooperativas.

De acordo com as respostas obtidas, 22,2% dos informantes apontam que a educação cooperativista possibilita maior envolvimento dos cooperados nas decisões e um número importante (21%) reconhece que ela permite o aprofundamento da comunicação entre o associado e a cooperativa. Outros 19% dos respondentes afirmaram que por meio da educação cooperativista é possível difundir os princípios e valores cooperativistas e o aprimoramento da capacitação técnico-produtiva dos cooperados. Corroborar-se, com base neste último dado, que as cooperativas pertencentes ao ramo agropecuário incluem dentro das responsabilidades concernentes à educação cooperativista a assistência técnica direcionada aos produtores associados. Outros 13% consideram que esta educação permite também obter melhorias da gestão econômica da cooperativa. Com 5% aparecem os que acreditam ser a união das alternativas anteriores, apontando também que permite maior adesão dos cooperados no dia a dia da cooperativa, que se tornam mais comprometidos com o empreendimento e ainda destaque para as possibilidades de concretizar parcerias imprescindíveis para um melhor desempenho no mercado. A figura 1 permite visualizar os dados descritos acima, evidenciando o papel da educação cooperativa.

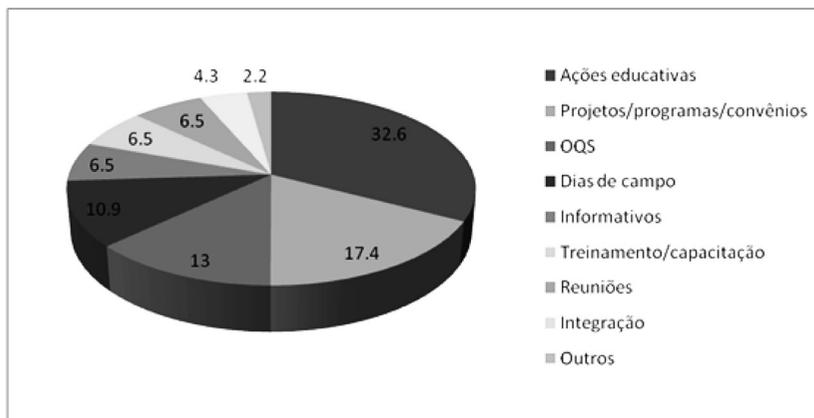
Figura1 – Papel da Educação Cooperativista



Fonte: Dados da Pesquisa de campo.

Dentre os interlocutores das cooperativas que responderam positivamente quando perguntados se realizam educação cooperativista, isto é, 49% do total dos entrevistados, 33% assinalaram que a forma mais utilizada para sua concretização é o desenvolvimento de ações educativas, em atendimento às diversas demandas e aos campos de atuação da cooperativa. Essas ações agrupam palestras, cursos, encontros e eventos (Ver Figura2).

Figura2 – Forma em que as atividades de educação cooperativista são realizadas



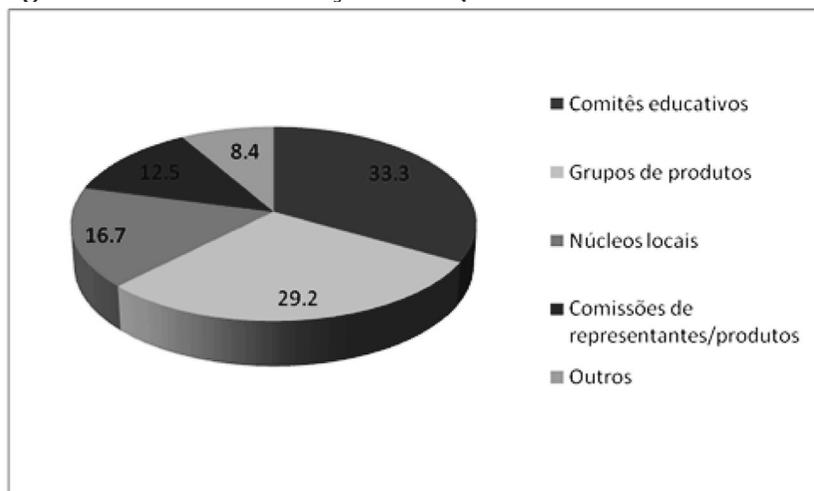
Fonte: Dados da Pesquisa de campo.

Um número expressivo (17,4%) dos respondentes afirma desenvolver a prática de educação cooperativista por meio da realização de projetos/programas/convênios, como o Projeto Cultura da Cooperação do Sebrae, do Educampo, de assistência técnica; programas de integração comunidade-cooperativa, de inclusão digital e educação cooperativista nas escolas e convênios mantidos com instituições como o Sescop, Sebrae, Emater e Senar. É apontada ainda de modo significativo pelos respondentes a prática de Organização do Quadro Social com uma porcentagem de 13% e, também, a realização de dias de campo apresentando um percentual de 10,9%. Por meio também de informativos (6,5%), como encartes e jornais local; treinamento/capacitação (6,5%); através da realização de reuniões periódicas promovidas pela diretoria e técnicos com grupos de associados (6,5%), sendo outro meio utilizado a integração entre os funcionários, cooperados e órgãos sociais como as comissões de produtos.

Neste sentido, tornou-se determinante identificar os meios de realização da OQS, pela importância como ferramenta de participação e educação cooperativista, especialmente porque esta prática foi e ainda é desenvolvida de modo especial pelo ramo agropecuário. Constatou-se através da pesquisa que o desenvolvimento

da OQS é feito prioritariamente por meio de comitês educativos, grupos de produtores rurais e núcleos locais. Em menor medida recorre-se a comissões por produtos e serviços e, a comissões regionais e de representantes. A forma como as cooperativas pesquisadas desenvolvem a OQS e sua frequência é apresentada na Figura 3.

Figura3 – Meios de realização da OQS

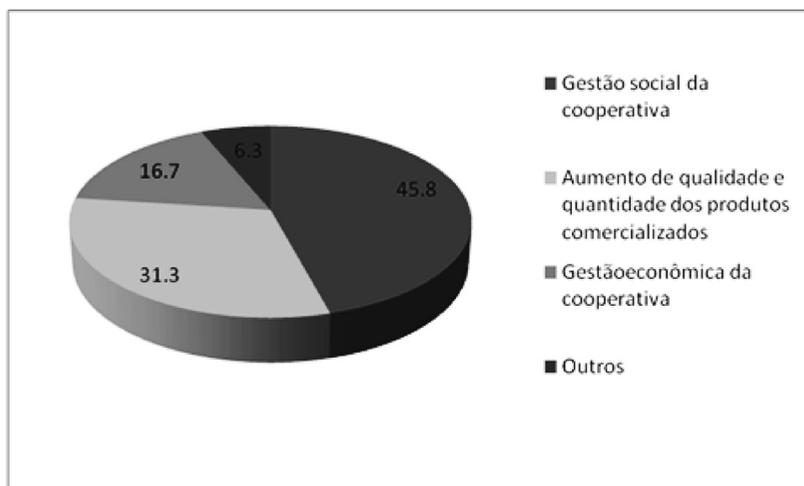


Fonte: Dados da Pesquisa de campo.

Em relação aos impactos positivos gerados pela prática da educação cooperativista, 46% dos respondentes assinalam os reflexos na gestão social da cooperativa. Para 17% do total de pesquisado os impactos positivos se dão na gestão econômica. Para 31% dos respondentes os impactos da educação cooperativista são sentidos no aumento da produção e qualidade dos produtos comercializados. De forma direta ou indireta, isto está relacionado aos constantes apelos por melhorias dos processos produtivos dos associados, para sobreviverem nos mercados locais e globais onde estão diretamente inseridos. Ainda com 6%, os participantes da pesquisa apontam que o impacto da educação cooperativista é sentido, de modo especial, na participação dos cooperados nos cargos de conselhos, no aumento do quadro

associativo e na capacitação dos associados. A Figura 4 permite a análise dos impactos da educação cooperativista no desenvolvimento das cooperativas.

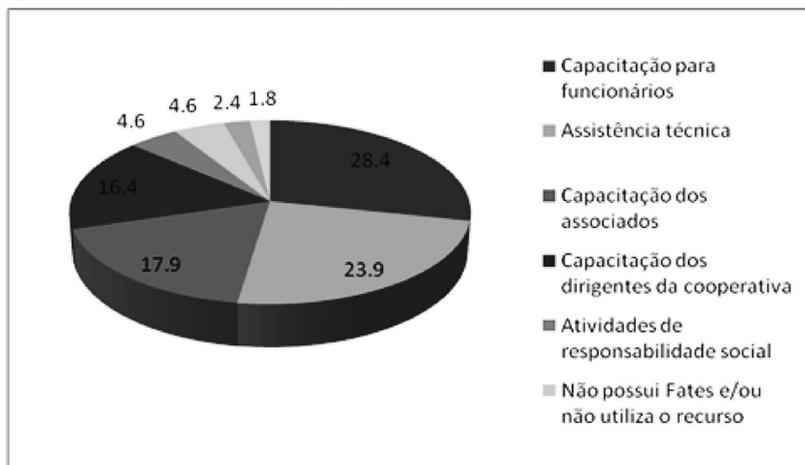
Figura4 – Modo como os impactos da educação cooperativista são sentidos nas cooperativas



Fonte: Dados da Pesquisa de campo.

Dentre os recursos disponíveis nas cooperativas para financiar a educação cooperativa, encontra-se o Fates, instituído por meio do artigo 28 da Lei 5.764, de 16/12/1971. O Fates é “destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% pelo menos das sobras líquidas apuradas no exercício” (LEI 5.764/71). A distribuição dos modos de utilização dos recursos do Fates nas cooperativas estudadas pode ser observada na Figura 5.

Figura 5 – Forma de utilização dos recursos do Fates



Fonte: Dados da Pesquisa de campo.

Os resultados da pesquisa mostram que embora o recurso do Fates deva ser empregado prioritariamente para a capacitação dos membros associados, um terço dos recursos destina-se à capacitação do quadro funcional e 58% para assistência técnica (agrônômica ou veterinária). Essa expressiva utilização do recurso do Fates para capacitar os funcionários parece estar relacionada ao tamanho da cooperativa. As cooperativas categorizadas como grandes (número de associados), acima de 401, que realizam educação cooperativista, utilizam-se de forma mais intensa os recursos do Fates para capacitar seus funcionários. Provavelmente isto se dá em função de que quanto maior a cooperativa, maior o número de funcionários, que necessitam de capacitação sobre os diversos aspectos relativos ao cooperativismo para elevar a qualidade do atendimento aos associados. Também, nas definições de educação cooperativa apresentadas não se fazia menção específica à assistência técnica (destinada a aumentar ou melhorar a produção nos estabelecimentos dos associados), embora possa ser considerada inclusa em algumas dessas definições. No entanto, destinar o Fates para assistência técnica é tradicional entre as cooperativas agrárias brasileiras.

Considerações

A educação cooperativista é um dos pilares em que se assenta o desenvolvimento das cooperativas. Isso é reconhecido desde as origens do movimento cooperativo e continua sendo reiteradamente afirmado por integrantes das cooperativas contemporâneas, não só quando perguntados especificamente sobre isso, mas também quando chamados a elencar os pontos críticos que asseguram o êxito destas organizações ou, pela negativa, quando enumeram os principais problemas, as questões vinculadas à deficiente educação cooperativista aparecem entre os ‘vilões’ mencionados em primeiro lugar.

Deste modo, foi possível perceber a polissemia do conceito de educação cooperativista e a diferença também na sua função para as cooperativas, podendo ser constatada ainda uma grande variedade de públicos e de temáticas promovidas, bem como de metodologias e do tipo de atividades incluídas nos processos de educação destinados às cooperativas agrárias mineiras.

No caso da Emater apresenta uma longa trajetória na realização de trabalhos de educação cooperativista, já que desenvolve ações de promoção da cooperação com grupos de produtores rurais, fomentando o trabalho coletivo e a cooperação entre os indivíduos, assim como também questões relacionadas à assistência técnica produtiva são consideradas pelas cooperativas agrárias parte dos conteúdos da educação cooperativa.

Conclui-se desta maneira que o desenvolvimento de trabalhos de educação cooperativista realizado pelas organizações, de modo especial as cooperativas e a Emater, tem se revelado como autênticos trabalhos de natureza extensionista, proporcionando uma série de benefícios às cooperativas que buscam viabilizar em seu cotidiano as orientações e capacitações recebidas.

BIBLIOGRAFIA

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). Disponível: <<http://www.ica.coop/coop/principles.html>>, acesso em julho de 2008.

AMODEO, N. B. P. **As cooperativas agroindustriais e os desafios da competitividade**. 1999. Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

ANUÁRIO DO COOPERATIVISMO MINEIRO. **Maiores Cooperativas de Minas Gerais**. Belo Horizonte: OCEMG, 2008.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL(EMATER-MG). **Relatório de atividades 1998**. Belo Horizonte, 1999.

_____. **Programa de desenvolvimento empresarial da EMATER-MG: definições institucionais**. Belo Horizonte, 1994.

KLAES, L. S.. **Cooperativismo e ensino a distância**. Dissertação (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DIAS, M. M. Extensão rural para qual desenvolvimento? In: DIAS, M. M. (Org.). **Abordagens Atuais sobre Extensão Rural**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2007.

PINHO, D. B. A educação cooperativa nos anos 2000 valorizando a cidadania brasileira In: SCHNEIDER, José Odelso. **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília: UNISINOS, 2003.

RENAULT, G. C; SANTANA, M. C. G (1996). **Conheça a EMATER-MG**. Belo Horizonte, EMATER-MG.

SANTOS, F. E. G. **Educação cooperativista e organização do quadro social de cooperativas**. SESCOOP-MG, Belo Horizonte., s/d.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo, UNISINOS, 1999.

_____. Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. In: SCHNEIDER, J. O. **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília: UNISINOS, 2003.

VALADARES, J. H. Profissionalização da gestão cooperativista: modismo ou necessidade? **Revista Universo**, São Paulo, SP, ano 3, nº 16, 2005.

PARTE I - COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
AÇÃO COLETIVA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

_____. **A Prática de Organização do Quadro Social nas Cooperativas Mineiras.** Belo Horizonte: OCEMG/PNFC/INTERCOOP, 1996.

_____. **Participação e poder:** o Comitê Educativo na cooperativa agropecuária. 63 f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). Universidade Federal de Lavras, Lavras/MG, 2005.

PARTE II
EXTENSÃO RURAL:
DA TRANSMISSÃO À
PARTICIPAÇÃO NA
TRANSFERÊNCIA DE
TECNOLOGIA

6.

O extensionista rural e o seu papel de indutor de mudanças

Renata Rauta Petarly

Introdução

Ao mesmo tempo em que é possível perceber o impacto das ações extensionistas para a promoção do desenvolvimento em âmbitos locais, a Extensão Rural tem sido alvo de críticas políticas e acadêmicas por não conseguir se fortalecer enquanto estratégia de promoção do desenvolvimento rural. Partindo deste entendimento, o objetivo deste texto é buscar uma contextualização da extensão rural no Brasil e propor um diálogo entre autores na busca de compreender como o processo de auferir ao extensionista rural o papel de indutor de mudança não gerou as consequências desejadas para alcance de seus objetivos iniciais. Para tanto, este será um ensaio baseado em uma revisão bibliográfica de autores que discutem a extensão rural e o seu processo de intervenção social.

A extensão rural veio a reboque da pesquisa como forma de reduzir o fosso advindo da relação pesquisa – produtor, que esta primeira, por si só, não conseguia solucionar e, assim, solidificar uma proposta de desenvolvimento. Creditava-se aos extensionistas rurais o papel de solucionadores de problemas do meio rural, consolidando-os como agentes de mudança. É possível perceber a visão acadêmica no período da década de noventa por meio de

autores como Barros (1994) que apreende a extensão rural e sua relação com a pesquisa da seguinte forma:

Para que a mudança se torne efetiva num país, é necessário que haja perfeita articulação entre pesquisa, ensino e extensão. Colocamos em primeiro lugar a pesquisa, porque ela é o 'processo' que deverá fornecer todos os elementos essenciais ao ensino e à extensão. Numa sociedade dual como a nossa, com um segmento arcaico e outro moderno, a preocupação maior das autoridades, das universidades e dos serviços sociais deverá ser a de acelerar, por todos os meios e modos, o processo de mudança. E este só poderá ser efetivo com base na pesquisa, como 'esforço mediador' das atividades que se conduzem no magistério, para a preparação das novas gerações de técnicos, e na atividade extensionista, que visa, sobretudo, levar os seus resultados àqueles que deles mais necessitam para melhorar a sua qualidade de vida, com base no aumento da produção e da produtividade e promover a melhoria de suas condições sociais (BARROS, 1994, p. 680).

Neste mesmo direcionamento, o surgimento da Agência de Crédito e Assistência Rural (ACAR) marca o início da história da consolidação da extensão rural brasileira como serviço a ser prestado aos produtores rurais enquanto forma de ajuda, de assistência e de concessão de crédito, acreditando que os mesmos eram incapazes de solucionar seus próprios problemas e de que o único saber considerado como válido, era o proveniente dos centros de pesquisas. Nessa perspectiva, o extensionista era o responsável por fazer a intermediação entre o conhecimento gerado nos centros de pesquisa e os produtores rurais que não tinham possibilidade de se desenvolver com o próprio conhecimento. A

perspectiva de desenvolvimento que consolidava essas práticas era pautada no aumento nos níveis produtivos e do uso intensivo das tecnologias desenvolvidas pelas indústrias. O que é possível perceber, é que neste momento, a extensão rural está diretamente ligada à pesquisa e se fortalece enquanto ponte entre a pesquisa e o produtor rural.

Outro conceito que também permanece em constante estágio de transformação ao longo do tempo, principalmente devido às mudanças estruturais e conjunturais da sociedade é o conceito de desenvolvimento rural. O aspecto exclusivamente de aumento da produtividade e de adoção de novas tecnologias já não é o bastante para defini-lo. Acredita-se atualmente que o mesmo englobe aspectos populacionais, econômicos, sociais, ambientais e de acesso às estruturas institucionais públicas numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações que vivem no meio rural, onde atividades agrícolas são complementadas por atividades não agrícolas e pluriativas. Assim para Maria Nazareth Baudel Wanderley (2009), o rural é visto não apenas como local de produção, mas como um espaço de vida.

Concomitantemente, com base na evolução deste conceito, o papel atribuído ao produtor rural também passa por modificações. A população rural não é mais vista como receptora passiva das tecnologias geradas pelos centros de pesquisas. O antigo modelo de adoção tecnológica entra em declínio e os produtores rurais passam a ser considerados no processo de desenvolvimento, transformando-se em peças necessárias para as tomadas de decisões de suas propriedades.

Com base na Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), Queda (1991) conceitua a extensão rural como responsável por levar os ensinamentos ao meio rural, com o objetivo de modificar os hábitos familiares no que diz respeito às características econômicas, sociais e técnicas. Assim, apregoava-se que seria possível aumentar a produção, melhorar a produtividade, elevando automaticamente o nível de renda e seu nível de vida. Percebe-se que o agente responsável por levar o conhecimento gerado nas mais diversas áreas ao produtor rural, era cargo do extensionista. As mudanças que ocorreram nas ideias acerca

do desenvolvimento, e paralelamente, ao papel do produtor rural, acarretaram numa nova concepção de extensão rural. A proposta deste serviço entra em discussão quando as pressões advindas de grupos sociais exigiam maiores resultados das ações, já que as práticas executadas não conseguiram minimizar os problemas advindos desse meio.

O pressuposto de que a adoção tecnológica e de novos hábitos só seria possível com a elevação do grau de conhecimento dos agricultores, reforçou mais uma vez a ideia de que estes não possuíam condições de terem algum tipo de conhecimento. Fonseca (1995) expõe que “foi característico desta primeira fase um exagerado entusiasmo fundado na ideia de que era necessário informar e persuadir os agricultores a adotarem melhores práticas agrícolas para conseguir um aumento significativo na produção” (FONSECA, 1995, p. 41). A desvalorização do saber tradicional era condição fundamental para acreditar que o meio rural só se transformaria com a inserção de agentes externos, detentores do conhecimento e da verdade.

Essas práticas passaram por processos de modificação e de reestruturação ao perceberem que a importância do agricultor enquanto agente do processo de mudança era o mais importante para que seus objetivos fossem alcançados. Rogers e Shoemaker (1974) definem três etapas para o processo de mudança social, sendo elas a inovação, a difusão e suas consequências. A inovação criada deveria ser difundida pelos meios sociais, mas apenas com a definição de sua implementação ou recusa, que ela poderia chegar a ser considerada como uma mudança social. Este é o “processo pelo qual se modificam a estrutura e o funcionamento de um sistema social, que consiste nas posições individuais e dos grupos que o compõe” (ROGERS e SHOEMAKER, 1974, p. 8). O principal a destacar neste aspecto, é que a definição pela escolha ou a recusa pela adoção da inovação, fica a cargo da pessoa que recebe essa nova proposta.

Como muitas vezes a adoção das mesmas não se tornava efetiva, creditava-se ao agricultor a responsabilidade por não querer se inserir nos novos padrões tecnológicos exigidos socialmente. Dessa forma, o agricultor era considerado erroneamente

como preguiçoso, atrasado e conservador. É que o extensionista, sozinho, não era capaz de solucionar os problemas do meio rural.

Esta dicotomia existente na relação entre extensionista e agricultor pode ser tratada como uma questão ética e moral, visto que lida com esquemas extremamente complexos da individualidade humana e que o relacionamento estabelecido entre agentes em diferentes níveis de poder socialmente estabelecidos pode ser colocado em questão, visto que permanece em constante dinamização.

O papel de indutor de mudança é estabelecido institucionalmente ao extensionista rural desde a consolidação de sua atuação neste meio. O que se percebe que é cada vez mais, a sociedade advoga à Academia o principal responsável pelo conhecimento que precisa ser difundido para solucionar as mazelas sociais e que por si só garantiria a satisfação da população.

Induzir mudanças sociais?

A escolha pela adoção do modelo participativo na construção do conhecimento de forma partilhada vem sendo discutida cada vez mais nos espaços públicos de tomada de decisão e nas esferas acadêmicas. Isto veio à tona a partir das discussões acerca da necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, pautado por formas mais democráticas e justas de consolidar a inclusão dos menos favorecidos na lógica global da sociedade, possibilitando a liberdade como forma de se alcançar o desenvolvimento. Esta nova proposta, apresentada por Sen (2000), se assemelha à ideia de etnodesenvolvimento que tem como uma de suas premissas ser mais participativa do que a antiga abordagem tecnocrática e “orienta-se para o povo (...) [que] deve participar em todos os níveis do processo de desenvolvimento: da formulação de necessidades às etapas de planejamento, execução e avaliação” (OLIVEIRA, 1990 *apud* STAVENHAGEM, 1985, p. 18-19).

Ora, se um novo modelo de desenvolvimento é estabelecido, espera-se uma mudança da forma de atuação de seus profissionais que até então foram academicamente e socialmente formados para atuarem em consonância com o modelo anterior

de desenvolvimento. Nessa dualidade entre a introspecção de valores construídos no decorrer da vida do profissional extensionista e o estabelecimento de novas normas e leis, no caso, regida pela Lei nº 12.188/2010, que institui as diretrizes para a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) brasileiras, pode-se perceber a dualidade entre moral e ética, discutidos por diversos autores, como, por exemplo, Bárbara Freitag em *Itinerário de Antígona: a questão da moralidade* (1992) ou France Coelho em *A arte das orientações técnicas no campo* (2005).

Neste ensaio de Freitag, ética é caracterizada pelo que rege o indivíduo em termos de valores próprios, o que constitui a conduta humana em termos das escolhas dos meios para chegar aos fins por ele estabelecidos. Enquanto isso, moral é relacionada à forma de agir em termos de responder às expectativas impostas pela sociedade. Dessa maneira, moral se constitui nas leis e normas institucionalizadas pela vida social.

Coelho (2005) explicita que “a questão moral ou ética é colocada quando se pergunta, indaga, duvida, enfim, quando se questiona nosso modo e razão de agir assim e não de outro jeito” (COELHO, 2005, p. 110). É preciso refletir, neste aspecto, as formas de atuação que os extensionistas se propõem a assumir em seus trabalhos de processos de mudanças sociais.

Como dito anteriormente, a pauta de discussão sobre o que mudar e como mudar, passa por constantes transformações. A indução de mudança como esperado anteriormente, no antigo modelo de desenvolvimento, baseava-se na expectativa de que a mudança viria às comunidades rurais por meio de pacotes tecnológicos trazidos pelos extensionistas. Pacotes estes criados pelos pesquisadores nos centros de pesquisas e financiados, muitas vezes, pelas indústrias interessadas na venda desses pacotes tecnológicos. A mudança viria da adoção ou recusa dessa proposta.

A inclusão dessas comunidades na tomada de decisão sobre o que usar, quando usar, porque usar e como usar passa a ser o foco das ações por instituírem, com base em autores como Freire (1983) a necessidade do processo dialógico de construção do conhecimento. Por essa perspectiva educativa, a mudança social não viria por meio da indução de um agente externo que era o

possuidor do conhecimento válido em contraste com o agricultor, isento de qualquer tipo de conhecimento. Sua premissa baseado no seu entendimento de que o homem

como um ser que trabalha, que tem um pensamento – linguagem, que atua e é capaz de refletir sobre si mesmo e sua própria atividade, que dele se separa, somente ele ao alcançar tais níveis, se fez um ser da práxis. (...) Sua presença num tal mundo, (...) compreende um permanente de-frontar-se com ele (FREIRE, 1977, P. 39).

Compreendendo o agricultor como um “ser de decisão”, Freire advoga que é necessário o diálogo entre os diferentes conhecimentos para consolidação de um novo saber, um saber construído, e não imposto. Esse processo educativo possibilitaria que os próprios agricultores, com o apoio do extensionista rural, fossem capazes de induzirem as mudanças almejadas naquele meio social.

Os entraves advindos dessa relação dialógica podem ser, como dito anteriormente, reflexo de que a formação dos profissionais extensionistas rurais muitas vezes não é suficiente para apreender a importância do outro na relação de intervenção. A formação tecnocrática recebida pelos centros de ensino e pesquisa não é o foco desse trabalho, mas deve ser refletida posteriormente, visto a importância do entendimento do outro e não apenas do eu no trabalho de campo.

A ideia tida anteriormente que o agricultor que se recusava a adotar os pacotes impostos pelos extensionistas era considerado como atrasado, “caipirão” ou “jeca”, é posto em questão pelas ciências sociais quando as mesmas também passam a perceber o outro como agente capaz de tomar suas próprias decisões, deixando assim, de ser um receptor passivo de propostas. Coelho (2005) levanta a questão de que “como ocorre a aceitação de uma nova regra moral num processo de mudança, no qual as ações dos indivíduos podem não estar de acordo com as normas

vigentes e dominantes, ou seja, quais as implicações das intervenções” (COELHO, 2005, 113). Ao refletirmos sobre essa dualidade de interesses, a mesma autora considera que

o mundo do trabalho das orientações técnicas não estaria dado ou pronto, mas muito dele é construído pela práxis que problematiza as ações e suas finalidades, definidas intersubjetiva, ou transindividualmente pelos agentes sociais com os demais membros dos grupos sociais, em determinado espaço institucionalmente estabelecido (COELHO, 2005, p. 113).

Por meio das contribuições de Oliveira (1990) abarcamos também a ideia de que as intervenções sociais podem ser compreendidas como uma questão ética discursiva em torno de normas ou valores, pela necessidade de interação com a comunidade de comunicação para validação do pensamento. Existe “objetividade à validade intersubjetiva de uma ética. Isso significa dizer que o conhecimento científico pressupõe sempre um acordo” (OLIVEIRA, 1990, p. 10). Para o mesmo autor uma das formas de minimizar o efeito da dualidade da ação extensionista, “estaria na busca de um acordo ente os agentes étnicos em contato, de certa maneira similares àquela verificável entre membros de uma comunidade (profissional) de argumentação” (OLIVEIRA, 1990, p. 12), visto que essa busca de acordos precisa ser constante por entender que muitas vezes, essa dualidade não é percebida nem pelo profissional, que acredita permanecer em uma inexistente neutralidade.

Dessa maneira, Coelho (2005) explana sobre a necessidade de se questionar a indução de mudança pertencente à ideia de desenvolvimento, como uma nova proposta ética e moral que precisa manter-se sempre em questão. A autora menciona que:

por isso, em processos de intervenção social e técnica, a discussão sobre as tradições e a moral, além da eticidade, são tão importantes. Não há

como eliminar tradições, sob pena de os resultados serem mais devastadores que vantajosos para os grupos atingidos pelas intervenções. Mais que extermínio de tradições, o desafio ético é como proceder às traduções para apropriação social dos sentidos (dos fins) que orientam as ações. Quando se pensa a relação indivíduo-sociedade, ou indivíduo-grupo, percebe-se que na realidade, a distinção entre moral e ética é apenas didática, visto que os termos se confundem à medida que configuram uma forma intrincada e complexa da relação entre esses dois pólos. Por isso, ao se problematizar a relação indivíduo-sociedade, é necessário discutir as concepções de sociedade que orientam as ações dos indivíduos (COELHO, 2005, p. 111).

4 em 1: O papel do extensionista rural

Há muito mais que se discutir além da relação estabelecida entre extensionista e agricultor. A tentativa de se compreender quais as implicações de considerar o profissional extensionista rural como responsável pela indução de mudança de determinada realidade ultrapassa essa relação imediata estabelecida entre extensionista e agricultor e gera conflitos inclusive na individualidade deste profissional.

Ao tratar da Economia das Trocas Linguística, Pierre Bourdieu (1996) reflete acerca de como o poder simbólico que um indivíduo representa, possibilita a economia dos diálogos estabelecidos. O autor considera que o papel assumido por determinado agente é resultado da derivação das expectativas que nele são depositadas. O poder das palavras expressas “é apenas o poder delegado do porta-voz cujas palavras constituem um testemunho da garantia de delegação de que ele está investido” (BOURDIEU, 1996, p. 87).

Ora, se o extensionista rural então age representando performativamente os papéis que esperam que ele assuma, nota-se um confronto de interesses no momento de sua atuação profissional

no campo aplicado. Os dilemas éticos e morais vivenciados por cada um é constitutivo de cada um desses papéis que podem se confundir e, muitas vezes, se confrontar com as diferentes expectativas que nele depositam. De maneira quase genérica é possível identificar esses papéis.

Primeiramente tem-se a exigência moral estabelecida pela sociedade e regida pelas leis do Estado. O extensionista tem um dever moral de agir de determinadas formas respondendo ao esperado pela sociedade. Neste ponto também é possível identificar às regras estabelecidas pelos Conselhos de Classe Profissional, Conselhos de ética dos Centros de Ensino e Pesquisa, Normas Institucionais ao qual o profissional representa, dentre outros.

Em relação à representação institucional, o profissional fica responsável em propagar as filosofias específicas dessa instituição a fim de alcançar os objetivos estabelecidos pela mesma. O extensionista rural passa a ser porta voz de um poder institucional que deve ser representado da maneira que a instituição espera que ela seja.

Como reflexo de uma instituição sendo representada, os agricultores e as comunidades rurais percebem no extensionista a presença de alguém que pode contribuir para a mudança social que o local almeja. Algumas vezes, conforme refletido por Clifford Geertz em Nova Luz sobre a Antropologia (2001), o profissional deve manter um determinado afastamento e deixar explícitos seus interesses e sua forma de agir para não gerar expectativas frustradas do grupo ao qual se trabalha. Para este autor, existe uma assimetria entre agentes no trabalho de campo, que interfere diretamente nas formas de ver, compreender e propor soluções de determinada realidade vivenciada.

Por último, mas não menos importante, é importante lembrar que o próprio extensionista rural é um ser social que possui seus próprios interesses e que veio de um processo de construção histórica e social que lhe confere padrões de atuação determinados por uma ética própria. A se ver diante dessa gama de interesses diversos, o extensionista deve saber equilibrar esse jogo entre razão e emoção, entre exterioridade e interioridade e ter maturidade suficiente para não se prender a uma única compreensão de mundo. Geertz

(2001) contribui ainda para o trabalho de campo, lembrando que o profissional deve “reconhecer a tensão moral e a ambiguidade ética implícitas no encontro [entre extensionista rural/agricultor], e assim ser capaz de dissipá-la através das próprias ações e atitudes” (GEERTZ, 2001, p. 43). Assim, as intervenções também devem ser consideradas como um processo educativo, não só para o agricultor, mas também para o extensionista.

Considerações

Diante dessa diversidade de expectativas da atuação do extensionista é necessário que a formação do profissional passe por uma reestruturação de sua concepção tecnocrática. O extensionista, muitas vezes proveniente de áreas que buscam apenas o aumento da produtividade e da renda, não consegue identificar as mais diversas individualidades existentes na relação estabelecida nos momentos de intervenção. Acreditar que o extensionista é o responsável pelas mudanças almejadas na sociedade é fechar as portas para a evolução da história social mundial e não perceber as descontinuidades vivenciadas no decorrer do processo de atuação da Academia nesta mesma sociedade. Permanecer com a ilusão de que permanecemos na Nova Atlântida Bacon (1999) como se não tivéssemos passado pelo afastamento das várias áreas de conhecimento, acreditando que apenas a ciência era considerada como racional no processo de mudança social, nos distanciou cada vez mais da emancipação desejada pelos Iluministas ou pela liberdade proposta por Amartya Sen.

Atribuir este papel aos extensionistas rurais conduz as frustrações de expectativas dos diversos agentes que estabelecem esse diálogo no processo de intervenção e que na falta de maturidade, de ambas as partes, pode ter um efeito ainda mais perverso.

A obrigatoriedade de se chegar a alguma conclusão parece-me um pouco pretensiosa visto o que foi abordado do decorrer destas páginas. A diversidade de interpretações da realidade tida como eixo norteador de qualquer ação, seja ela extensionista e ou de pesquisa acadêmica, me faz questionar a real função de se

chegar a conclusões fechadas que se contrapõem com a proposta de liberdade emancipadora de todos os agentes sociais que o almejam. Meu intuito aqui é apenas o de expor minhas reflexões com as ideias de alguns autores que contribuíram com minha forma de atuação nas intervenções sociais ao qual me insiro enquanto extensionista rural.

Aos meus colegas de profissão proponho uma reflexão sobre os pilares que sustentam nossas práticas. Talvez o sofrimento de não conseguir os resultados por nós esperados, possa ser reduzido ou acalentado. Por fim, como o real não existe, talvez nossa pretensão também deva ser colocada à prova. Nosso encargo é de apenas colaborar num processo de mudança que venha de dentro das próprias comunidades. Afinal, quem somos nós para acreditarmos que somos nós, os indutores de mudança?

BIBLIOGRAFIA

- BACON, F. **Nova Atlântida**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- BARROS, E. V. **Princípios de ciências sociais para a extensão rural**. Viçosa: UFV, 1994.
- BRASIL. Presidência da República. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **LEI Nº. 12.188**, de 11 de janeiro de 2010. Brasília.
- BOURDIEU, P. Linguagem e poder simbólico. In: **A economia das Trocas Linguísticas**. São Paulo; Edusp, 1996.
- COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo**. Viçosa: UFV, 2005.
- FONSECA, M. T. L. **Extensão Rural: uma educação para o capital** São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- FREIRE, P. **Educação e comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ed.3, 1977.
- FREITAG, B. **Itinerários de Antígona: a questão da moralidade**. São Paulo: Papyrus, 1992.
- GEERTZ, C. **O pensamento como ato moral: dimensões éticas do trabalho de campo antropológico nos países novos**. In: **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- OLIVEIRA, R. C. O saber, a ética e a ação social. In: **Manuscrito: Revista Internacional de Filosofia**. Campinas: Unicamp, 1990.
- QUEDA, O. **Extensão Rural: para quê e para quem?** Congresso da Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores da Extensão Rural do Brasil, 3. Anais... Fortaleza: ASSER, 1991.
- ROGERS, E. M.; SHOEMAKER, F. F. **La comunicacion de innovaciones**. México: Herrero Hermanos, 1974.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida – reflexos sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

7.

Panorama dos estudos de extensão pesqueira no Brasil

Diego Neves de Sousa

Introdução

A situação atual da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Brasil é prioritariamente pública para aqueles beneficiários indicados na Lei nº 12.188/10, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), além de existir uma pluralidade de empresas prestadoras deste serviço e de modalidades de execução.

Desse modo, as ações de Ater pública devem viabilizar estratégias com enfoque na geração de postos de trabalho agrícola e não agrícola, ampliação das alternativas de renda e, consequentemente, ao fortalecimento da cidadania e melhoria da qualidade de vida. A nova política de Ater estabelecida em 2010 busca ser inovadora ao reconhecer as diferenças regionais, a pluralidade de conhecimento, a diversidade ambiental e socioeconômica no meio rural e nos diferentes territórios, permitindo ampliar espaços para experiências de diversas naturezas, mas que sejam guiadas pelos princípios e diretrizes enunciadas pela PNATER, numa perspectiva holística (MDA, 2004).

A designação oficial e o enquadramento da agricultura familiar como categoria habilitada para acessar recursos governamentais na área de Ater envolve uma enorme diversidade de

beneficiários que têm na forma de produção e organização do trabalho, a base familiar. Em momentos anteriores, com a uniformização deste público, ou seja, com a não distinção de agricultores familiares dos demais segmentos (pescadores artesanais, aquicultores familiares, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, assentados, entre outros) foram desconsideradas suas especificidades, assim como não houve contribuição para a implementação de programas governamentais direcionados a cada público diferenciado. Configura-se, desse modo, um problema para a produção do conhecimento e transferência de tecnologias, principalmente para os beneficiários de políticas públicas, direcionadas para o meio rural que não tinham o reconhecimento de suas particularidades, interesses e demandas (BARBOSA, 2009).

Frente a essa realidade, em 2009 foi criada a Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (Atepa) em consonância com os princípios e diretrizes da PNATER, permitindo, assim, atender as particularidades dos pescadores artesanais e aquicultores familiares. Do mesmo modo como a Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates) foi criada para atender às necessidades específicas das famílias assentadas nos Projetos de Assentamento Rural sob coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Atepa é uma modalidade de Ater criada com a finalidade de apoiar o desenvolvimento do setor pesqueiro sob a responsabilidade do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

A importância da pesca artesanal e da aquicultura familiar é reconhecida direta e indiretamente devido ao impacto positivo na geração de trabalho e de renda para uma grande parcela da população excluída e de baixa renda, além de a atividade garantir a segurança alimentar das famílias.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é mapear os estudos de extensão pesqueira no Brasil. Para isso, foram pesquisadas as dissertações defendidas no período de 1986 a 2010 nos três Programas de Pós-graduação em Extensão Rural existentes no país. Esses cursos estão localizados na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal de Viçosa (UFV). A escolha desta

amostra é porque se acredita que nesses programas exista maior número de estudos nesta área, uma vez que a extensão pesqueira está intrínseca à extensão rural. Depois de identificado o número de dissertações defendidas na área de extensão pesqueira levantou-se suas respectivas abordagens teóricas. Outro levantamento foi realizado no censo⁹ do Diretório dos Grupos de Pesquisa registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizado em 2008, acerca dos grupos de extensão pesqueira registrados.

Breve Histórico da Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola

A trajetória histórica da extensão pesqueira foi semelhante a da extensão rural ocorrida no país, sendo conduzida ao mesmo tratamento de intervenção metodológica, bem como pautada por políticas públicas descontínuas. Sendo assim,

a postura de órgãos públicos das três esferas diante do setor pesqueiro artesanal é historicamente pautada por uma mescla de autoritarismo e assistencialismo, em que a edição de instrumentos legais, a abertura de linhas de crédito, o apoio técnico às etapas produtivas e comerciais e o fomento à organização da produção não consideram os reais interesses e demandas dos pescadores artesanais, geralmente, relegados ao papel de meros espectadores dos processos que os envolvem e afetam seus interesses (VASCONCELLOS, DIEGUES e SALES, 2007, p.63).

⁹ No censo dos diretórios de grupos de pesquisa do CNPq estão às informações referentes aos recursos humanos constituintes dos grupos, às linhas de pesquisa, às especialidades do conhecimento, aos setores de atividade envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística dos participantes e aos padrões de interação dos grupos com o setor produtivo (CNPq, 2011).

No Quadro 01, segue uma síntese histórica das instituições criadas e das ações promovidas atinentes ao desenvolvimento da extensão pesqueira no período compreendido entre 1846 a 2009. Em seguida, relacionam-seos principais marcos históricos mais bem explicados e discutidos.

Quadro 01 – Linha do tempo das instituições e ações criadas para o desenvolvimento da atividade pesqueira no país

Ano	Instituição e ação criada para a atividade pesqueira e seu respectivo objetivo
1846	Os pescadores foram organizados em Distritos de Pesca, sob a responsabilidade da Marinha do Brasil, determinando a obrigatoriedade da matrícula (registro público) para os pescadores profissionais.
1910	A Inspetoria de Pesca realizou levantamento das espécies marinhas e determinou a criação de Colônias de Pescadores (pontos de fiscalização, vigilância da costa e de defesa nacional de fácil mobilização). Foi extinta em 1918.
1923	Foi criado o Serviço de Pesca e Saneamento do Litoral, fundamental para organização e defesa da pesca artesanal.
1930	Esse último organismo foi substituído pela Divisão da Pesca Artesanal, sendo marco da “tecnificação do setor pesqueiro”.
1942	As Colônias de Pescadores passam a ser subordinadas aos Comandos Navais e às Capitânicas dos Portos, para a vigilância e defesa das águas territoriais.
1961	Foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (Codepe), que visava conferir uma orientação única à política de desenvolvimento pesqueiro.
1962	Com a extinção da Divisão de Caça e Pesca, da Caixa de Crédito da Pesca e do Codepe, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), que centralizou todas as funções políticas e econômicas desses organismos, com o objetivo de crescimento da produção.
1967	Publicação do Decreto nº 221/67 que previa incentivos fiscais ao setor pesqueiro.

Ano	Instituição e ação criada para a atividade pesqueira e seu respectivo objetivo
1968	Instituída a Política Nacional de Extensão Pesqueira.
1974	Em convênio com o Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e Sudepe foi criado o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (Percart), visando à assistência técnica aos pescadores e às suas organizações.
1980	Criou-se o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro com o objetivo de prestar assistência técnica aos pescadores artesanais. O serviço até então prestado pelo Percart passa a ser realizado por esse instituto.
1989	Com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a gestão da pesca e da aquicultura, antes realizada pela Sudepe e com evidente foco produtivista, passa a ser atribuída ao Ibama, que passa a enfatizar a dimensão ambiental dos processos de atividades pesqueiras. Extinção do Percart e da Sudepe, momento em que os pescadores ficaram sem nenhuma instituição de assistência técnica e extensão para atender suas demandas.
1998	Responsabilidade e competência de apoio da produção e fomento à atividade pesqueira foram transferidas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que passou a executá-las por intermédio de seu Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), permanecendo as responsabilidades com a política de preservação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) - Ibama.
2003	Criada a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (Seap), na perspectiva de fomentar e desenvolver a atividade pesqueira, nos marcos de uma nova política de gestão e ordenamento, mantendo a dimensão da sustentabilidade ambiental.
2008	Lançamento do Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola que contém os princípios, objetivos e diretrizes para a prestação dos serviços de Atepa.

Ano	Instituição e ação criada para a atividade pesqueira e seu respectivo objetivo
2009	A referida secretaria passa a ser Ministério a partir da Lei 11.958/2009, que cria o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) em substituição à Seap. É também criada a Lei 11.959/2009 que regula as atividades pesqueiras, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Inicia a execução do serviço de Atepa.

Fonte: Adaptado de Barbosa (2009), Brasil (2008).

Com o intuito de amparar os pescadores da especulação imobiliária, o turismo desenfreado e a poluição ambiental, o governo criou em 1962 a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), sob a ótica do difusionismo. Nesta época, segundo observações de Callou e Tauk-Santos (2003), a extensão pesqueira vinculou-se a uma filosofia educativa para o capital, influenciada nitidamente pela extensão rural americana, pautada em modelos persuasivos de comunicação. Isto é, a participação da comunidade de pescadores se configurava como passiva, pois cabia apenas a eles a adoção de pacotes tecnológicos difundidos pelos extensionistas.

Criada 20 anos depois de instituída a extensão rural no país, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento pesqueiro, a política de extensão pesqueira surgiu em 1968 pelo fato de o Brasil possuir uma imensa costa marítima, abundante número de pescados e pelo desamparo socioeconômico das comunidades de pescadores artesanais (BRASIL, 2008).

No final da década de 60, influenciada pela lógica da Revolução Verde, a extensão pesqueira propõe a difusão de tecnologias modernas de pesca com foco no aumento da produtividade e renda do pescador, assim como apregoava a extensão rural na difusão de pacotes tecnológicos agropecuários, defendendo que a modernização do setor indicaria o melhor caminho para se alcançar o desenvolvimento social e econômico das comunidades pesqueiras. O auge dos esforços de modernização neste setor foi nas décadas de 70/80. No entanto, o resultado proposto foi negativo visto que as consequências para as comunidades de

pescadores foram: a degradação ambiental, o empobrecimento, a diminuição drástica da produção e a exclusão social das famílias (BRASIL, 2008).

Em 1989, a Sudepe e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) foram extintas, iniciando-se um processo acelerado de desmonte nas entidades prestadoras do serviço de Ater. O efeito mais drástico foi na extensão pesqueira que foi praticamente extinta ou totalmente desestruturada na maioria dos estados brasileiros (MPA, 2010). Segundo Vasconcellos, Diegues e Sales (2007) com a extinção da Sudepe, os pescadores artesanais perderam um importante interlocutor, o Pescart que foi lançado em 1974. Mesmo considerado um órgão com deficiências, tinha um relevante programa específico para este público.

Nos quatorze anos subsequentes (1989-2003) o setor foi coordenado pelo Ibama, que absorveu diversas funções da instituição anterior, porém não tinha um setor de promoção da pesca artesanal, focando prioritariamente a gestão ambiental pesqueira numa sobre-exploração de grande parte das espécies (IDEM).

A criação em 2003 da então Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap), vinculada à Presidência da República, renovou a esperança do setor pesqueiro, com a concepção de políticas públicas visando fortalecer e reestruturar o setor, numa perspectiva pautada pela sustentabilidade e inclusão social. Assim, a extensão pesqueira é considerada estratégica para que os investimentos públicos sejam viabilizados, não apenas na implantação de projetos, mas, sobretudo, para a efetividade dos fins pretendidos, em especial, a modernização da cadeia produtiva do peixe, estimulando a parceria com estados e municípios, além de fomentar o associativismo e o cooperativismo. Neste contexto, no ano de 2008 é lançado o Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola com a finalidade de orientar os princípios pautados em quatro pilares: acesso público e gratuito, desenvolvimento sustentável e participação, interdisciplinaridade e processos educativos. Além disso, foram elaborados os objetivos e as diretrizes com foco nos serviços de Atepa, que se iniciaria a ser executado no ano posterior, apresentando a seguinte definição conceitual:

Serviço de acompanhamento, orientação técnica, discussão, organização e articulação com as comunidades pesqueiras e aquícolas, objetivando o seu desenvolvimento integral e melhoria da qualidade de vida, através da geração de trabalho e renda e construção da cidadania (BRASIL, 2008, p.7).

Em 2009, configura-se o auge do setor pesqueiro com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (Lei nº. 11.958/2009) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei nº. 11.959/2009) que regula as atividades pesqueiras na perspectiva de estruturar as bases do processo produtivo, apoiando na participação e nas diversidades culturais, a fim de fortalecer o desenvolvimento sustentável e o empoderamento das comunidades pesqueiras (BRASIL, 2008; 2009a; 2009b).

Portanto, o que se verifica neste atual cenário é que o estado passa a dividir a responsabilidade e o controle das políticas públicas com outras organizações de diversos setores, inserindo os atores sociais partícipes do processo no desenvolvimento da extensão pesqueira, além de garantir a continuidade das políticas públicas do setor pesqueiro iniciada com a criação da Seap, hoje na posição de ministério.

Resultados e discussão

Ao mapear os estudos realizados acerca da extensão pesqueira frente às várias e possíveis interfaces, nota-se que essa temática é ainda pouco explorada e estudada pelas instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Na percepção de Barbosa (2009), os poucos trabalhos existentes na área estão atrelados ao desconhecimento de suas diversas características e particularidades econômicas, das especificidades sociais e culturais e da situação conjuntural, o que se constitui numa das causas limitantes ao processo de fomento e sucesso das políticas públicas governamentais destinadas a essa categoria.

Neste intento, no caso da pesca artesanal, o estudo conduzido por Vasconcellos, Diegues e Sales (2007) assinala que a precariedade de dados estatísticos é devido à complexidade e dispersão das comunidades de pescadores ao longo da costa brasileira o que dificultou a coleta de dados sistematizados, além da pouca relevância e visibilidade que caracterizavam esse setor, já que a prioridade governamental era dada à pesca industrial/empresarial. A situação se agravava ainda mais quando os poucos estudos que eram desenvolvidos tinham uma abordagem com enfoque biológico, desconsiderando aspectos sociais, econômicos e institucionais das comunidades de pescadores, o que acabou por tornar este setor mais invisível para as políticas públicas.

Se as informações socioeconômicas sobre a pesca artesanal eram precárias durante os mais de 30 anos de existência da Sudepe, elas se tornaram mais insuficientes após a extinção desse órgão em 1989. Uma das carências mais evidentes refere-se aos tipos de emprego e renda, tecnologias e os aspectos organizativos dos pescadores artesanais (VASCONCELLOS, DIEGUES e SALES, 2007, p.15).

Para comprovar tais explanações foram mapeadas as dissertações de todos os três Programas¹⁰ de Pós-graduação em Extensão Rural existentes no país, localizados na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal de Viçosa (UFV). Pressupõe-se que nesses programas exista maior número de estudos uma vez que a extensão pesqueira está intrínseca à extensão rural. Após esta etapa foram identificados o número de dissertações elaboradas na área de extensão pesqueira e suas respectivas abordagens teóricas (Quadro 02).

¹⁰ Na identificação dos trabalhos de Programas de Pós-graduação em Extensão Rural foram consideradas apenas as dissertações, visto que o doutorado da UFMS e o da UFV são recentes e ainda não obtiveram tese defendida. Na UFRPE só apresenta o mestrado. O período de coleta das dissertações foi realizado de 2005-2010 na UFRPE, de 1976-2010 na UFSM e de 1969-2010 na UFV.

Quadro 02 – Ano, número e instituição das dissertações defendidas na área de extensão pesqueira e seu respectivo foco de estudo, identificadas no período de 1986 a 2010

Ano	Número de dissertações	Instituição	Foco do estudo
1986	1	UFSM	Movimentos sociais.
1992	1	UFSM	Políticas públicas.
1998	1	UFV	Organização social.
1999	1	UFV	Movimentos dos ribeirinhos.
2006	1	UFRPE	Desenvolvimento local.
2007	3	UFRPE	Desenvolvimento local.
2008	2	UFRPE	Políticas públicas, desenvolvimento local, empreendedorismo.
2009	1	UFV	Políticas públicas.
	3	UFRPE	Políticas públicas, capital social, rádio comunitária, desenvolvimento local.
2010	5	UFRPE	Folkcomunicação, turismo, cinematografia, desenvolvimento local, movimentos sociais, gênero e comissão pastoral de pescadores.

Fonte: UFRPE, 2011; UFSM, 2011; UFRPE, 2011.

No total foram defendidas 19 dissertações, sendo a maioria proveniente da UFRPE com 14 frequências, seguida pela UFRPE (3) e UFSM (2), respectivamente. Destaca-se que os estudos de extensão pesqueira realizados na UFSM foram os primeiros datados da década de 80, mas depois disso cessaram. E os da UFRPE, nos últimos cinco anos, estão em pleno crescimento quantitativo. Em suma, os focos dos estudos são bastante diversos, com destaque para os temas relacionados às políticas públicas e desenvolvimento local. A explicação dessa diversidade é que os trabalhos atuais estão sendo concebidos segundo a pluralidade de conceitos orientados pelos princípios e diretrizes da PNATER. E no caso específico da UFRPE, além dessas

questões são abordados com ênfase os processos de globalização, os estudos culturais na comunicação e as políticas públicas para o desenvolvimento da extensão pesqueira.

Outro indicador quantitativo do reduzido número de estudos na área da pesca é o censo¹¹ do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil realizado em 2008, registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Neste censo, o setor de aplicação da linha de pesquisa intitulada “Pesca, aquicultura e maricultura” apresentou 584 grupos de pesquisa registrados e 1.484 linhas de pesquisa nesta temática. Isso equivale a apenas 2,56% e 1,72%, respectivamente, da totalidade de grupos e linhas de pesquisas com registro no CNPq. A situação piora quando ao buscar os grupos de pesquisa cadastrados na área “Extensão Pesqueira” constam apenas seis registros (CNPq, 2011).

Nota-se, com base nos dados apresentados, que estudos voltados ao setor pesqueiro e, principalmente, à extensão pesqueira, são escassos e pouco explorados pela academia e instituições de pesquisa e extensão. A carência de dados técnicos, econômicos, sociais e ambientais deste setor é uma limitante para que extensionistas e empresas de Ater/Atepa possam realizar uma adequada intervenção pautada nas especificidades dos pescadores e aquicultores, visto que faltam conhecimentos empíricos e teóricos disponíveis para o desenvolvimento da atividade.

Considerações

As informações do setor pesqueiro são encontradas, na maioria das vezes, em documentos governamentais de Ater/Atepa com certa desatualização, além de baixo número de trabalhos científicos desenvolvidos por universidades e institutos de pesquisa acerca dos pescadores artesanais e aquicultores familiares, sobretudo, em relação à extensão pesqueira.

¹¹ No censo dos diretórios de grupos de pesquisa do CNPq estão às informações referentes aos recursos humanos constituintes dos grupos, às linhas de pesquisa, às especialidades do conhecimento, aos setores de atividade envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística dos participantes e aos padrões de interação dos grupos com o setor produtivo (CNPq, 2011).

A importância e a necessidade de diversos estudos nesta realidade empírica se revelam como ponto primordial para subsidiar informações para as intervenções sociais, seja para a empresa de Ater/Atepa seja para os extensionistas. As discussões deste contexto se potencializam com a criação da PNATER que rompeu com a trajetória da extensão rural, antes pautada somente pelo difusionismo, estando no presente momento aberta a novas perspectivas e desafios teórico-metodológicos. Outro ponto importante é a inclusão dos pescadores artesanais e aqüicultores familiares como um dos públicos prioritários desta política pública, bem com a criação de uma modalidade de Ater específica para eles, a Atepa. Mesmo que o serviço de Atepa ainda não seja conhecido pelas empresas prestadoras deste serviço ou, talvez, não atrelem o nome desta política pública às ações de extensão pesqueira realiza por elas.

Conclui-se, portanto, que estudos voltados às questões da extensão pesqueirasão escassos e pouco explorados pela academia e instituições de pesquisa e extensão. A carência de dados técnicos, econômicos, sociais e ambientais deste setor é uma limitante para que extensionistas e empresas de Ater/Atepa possam realizar uma adequada intervenção pautada nas especificidades dos pescadores e aqüicultores, visto que faltam conhecimentos empíricos e teóricos disponíveis para o desenvolvimento da atividade.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, J. C. **Pescadores Artesanais e Políticas Públicas**: o Pronaf em Anchieta-ES. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG. 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola**. Brasília: SEAP/PR, 2008.

_____. **Lei Nº 11.958**. Dispõe sobre a transformação da secretaria especial de aquicultura e pesca da presidência da república em ministério da pesca e aquicultura, cria cargos em comissão do grupo-direção e assessoramento superiores - das e gratificações de representação da presidência da república; e dá outras providências, 2009(a).

_____. **Lei Nº 11.959**. Dispõe sobre a Política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca, regulando as atividades pesqueiras, 2009 (b).

CALLOU, A. B. F; TAUKE-SANTOS, M. S. Extensão pesqueira e gestão no desenvolvimento local. In: PRORENDA RURAL-PE. **Extensão pesqueira: desafios contemporâneos**. Recife: Bagaço, 2003, p.223-236.

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Busca textual de grupos certificados na base atual do diretório**. Disponível em <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>>. Acesso em: 09 de mai. 2011.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: SAF; DATER, 2004.

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura, Brasil 2008-2009**. Brasília: MPA, 2010.

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Relação de dissertações**. Disponível em <<http://www.ufrpe-posmex.org/>>. Acesso em: 02 de mai. 2011.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **Dissertações defendidas no PPGExR**. Disponível em <<http://www.ppgexr.com.br/>>. Acesso em: 02 de mai. 2011.

UFV – Universidade Federal de Viçosa. **Dissertações e teses**. Disponível em: <<http://www.extensao-rural.ufv.br/>>. Acesso em: 02 de mai. 2011.

VASCONCELLOS, M; DIEGUES, A. C; SALES, R. R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: Costa, A. L (org.) **Nas redes da pesca artesanal**. Brasília: Ibama, 2007.

8.

Tudo é macaco, mas cada um deles funciona diferente: as contradições da política de extensão indígena - O caso dos Jaminawa, Acre

Eliana Ferreira de Castela
Sheila Maria Doula

Introdução

O Programa de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV) possibilitou a continuidade da investigação científica, iniciada em 1996, sobre povos indígenas, num momento em que os governos federal e do Estado do Acre se propõem a implementar políticas de assistência técnica e extensão rural para povos indígenas.

Os fatores de interação entre as categorias analíticas trabalhadas na pesquisa -tradição e modernidade - que segundo Rodrigues (1997) estabelecem relação de complementaridade foram, ao longo da história, colocados como conceitos opostos, “deixaram de ser vistas como etapas epocais, para passarem a ser encaradas como modalidades distintas da experiência que coexistem” (p.3) negando que fazem parte da mesma ordem. Esta é uma situação que tem refletido nas políticas públicas voltadas para os índios.

No final da década de 1970 a FUNAI passou a ter participação no processo de desenvolvimento econômico que vinha acontecendo no país, especialmente na Amazônia, sob o regime ditatorial militar. Tratava-se de mudanças na concepção jurídica com forte influência antropológica, da relação do Estado com os povos indígenas, mas objetivando também dar uma resposta à

pressão internacional que cobrava a efetiva proteção às populações indígenas e à natureza (LIMA e HOFFMANN, 2002, p. 9).

O surgimento na década de 1980 de associações civis e ONGs em defesa dos índios foram de certa forma, responsáveis pelo questionamento do regime ditatorial militar em relação não só à questão indígena, mas também de outras minorias sociais, contribuindo para o fortalecimento político dos grupos indígenas na reivindicação de seus direitos (LIMA e HOFMANN, 2002). No Acre, além do CIMI, tiveram também papel preponderante na organização das etnias, a Comissão Pró-Índio – CPI e União das Nações Indígenas – UNI.

Dentre às questões que delimitaram o problema desta pesquisa, a primeira se refere aos efeitos da PNATER e do Programa de Extensão Indígena do Acre, seus avanços ou retornos para os povos indígenas. E a segunda, que parte do princípio de que tradição é fator de identidade e questiona como essas políticas de Ater afetam as tradições indígenas.

A partir desses questionamentos o objetivo geral da pesquisa foi analisar o documento do Programa de Extensão Indígena do Acre e sua viabilidade para os Jaminawa da Terra Indígena do Rio Caeté, município de Sena Madureira - AC. Este objetivo deu origem aos seguintes objetivos específicos: identificar as ações de extensão indígena da SEAPROF e sua interface com a PNATER identificar outras intervenções pelas demais organizações, junto aos Jaminawa da TI do Rio Caeté; identificar junto às organizações, as dificuldades na implementação de políticas públicas para os Jaminawa; identificar demandas de políticas públicas junto aos Jaminawa da TI do Rio Caeté; propor instrumentos para orientar as atividades de extensão rural junto aos Jaminawa.

Sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER

A prática da extensão rural teve origem nos Estados Unidos, após a guerra civil (guerra de Secessão) ocorrida entre 1861 – 1865, que marcou a mudança da estrutura agrícola escravista para a mercantil e capitalista (FONSECA, 1985). A alteração do modo de produção dos Estados Unidos, onde consumo e produção estavam totalmente voltados para o mercado expandiu a agricultura e fez cair o preço dos produtos agrícolas. Alterou-se também a dimensão do mercado que deixou de ser local e passou a ser mundial com significativa atuação de grandes empresas capitalistas (FONSECA, 1985).

Para Fonseca (1985) a extensão rural adotada pelos Estados Unidos ficou conhecida como “modelo clássico de extensão rural” e foi o mesmo adotado nos países menos desenvolvidos tecnologicamente, inclusive na América Latina a partir da Segunda Guerra Mundial (FONSECA, 1985).

Everett M. Rogers “foi o mentor da adequação do ‘modelo clássico’ para os países considerados ‘subdesenvolvidos’, denominado, modelo difusionista-inovador” (FONSECA, 1985, p. 43). Este modelo estava baseado nos resultados dos estudos realizados por antropólogos e sociólogos ingleses, no final do século XIX, nas colônias da Inglaterra.

As peculiaridades do continente Latino-Americano caracterizado por uma população rural pobre e de atrasada tecnologia exigia uma forma distinta para a operacionalização desses modelos. Para isso buscou-se no “receituário das experiências americanas de organização de comunidades, o principal mecanismo de ensinar como fazer Extensão Rural na América Latina” (FONSECA, 1985, p. 47).

Para se compreender como ocorreu a implantação da Extensão Rural no Brasil, Fonseca (1985) considera dois aspectos que são: a preocupação das elites com a educação rural e a exigência do desempenho econômico no setor agrícola em meio às

relações políticas nacionais e internacionais após o movimento de 1930. No que se refere ao primeiro aspecto, segundo a autora, a educação rural tem sido preocupação das elites brasileiras desde o final da primeira década do século XX, frente ao êxodo rural, que era visto pelas elites como uma ameaça à ordem das grandes cidades, concomitante à probabilidade de uma queda na produtividade do campo.

Quanto ao segundo aspecto, que está associado às questões políticas, o ano de 1948 marcou o início dos serviços institucionais de Extensão Rural, em decorrência de vários acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos, que levou à “implantação do Programa Piloto de Santa Rita do Passa Quatro, no Estado de São Paulo, e na fundação da [Associação de Crédito e Assistência Rural] ACAR - Minas Gerais, através do mensageiro especial da missão americana no Brasil, Nelson Rockefeller” (FONSECA, 1985, p. 59-60). Mas estes eventos só são compreensíveis frente ao movimento político de 1930, quando ocorreram mudanças no cenário político e econômico nacional que marcou a passagem em que o capital hegemônico deixava de ser o agrário para dar lugar ao capital industrial favorecendo a plena modernização do sistema econômico, sem empecilho para a produção capitalista.

Postas as razões que circunstanciaram a Extensão Rural no Brasil, a autora considera que se trata de uma experiência peculiar e não apenas de uma adoção do modelo difusionista americano, “trata-se de uma experiência singular em termos da formação social aqui preconizada, e como algo consentido pelas elites na defesa de seus interesses imediatos e não como algo necessário e imprescindível aos interesses das camadas populares rurais” (FONSECA, 1985, p. 66). Essa é a estrutura política conduzida pelo capital industrial, que permite compreender como o projeto de educação rural foi posto a serviço do pretendido desenvolvimento capitalista centrado na contradição entre o capital e o trabalho.

Na década de 1950 a política de Extensão Rural se expandiu pelo país chegando à criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, em 1956, que passava a ser o órgão responsável pela gestão da atividade extensionista a nível federal. Foi no período de vigência da ABCAR, 1961-1965,

que aconteceu o Golpe Militar; este regime uniu os conceitos de desenvolvimento econômico e segurança nacional por meio da coerção e do cerceamento da liberdade. Mediante essas diretrizes a ABCAR redimensionou sua atuação passando a atender além do pequeno e médio, também o grande produtor, com ênfase nos proprietários de terras, como forma de privilegiar a modernização da agricultura voltada para exportação, atraindo assim investimentos do capital estrangeiro (PORTILHO, 1999).

Nesse mesmo contexto, em 1975 foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, que mantinha o “modelo de acumulação através da minimização das contradições sócio-políticas e econômicas” (PORTILHO, 1999, p. 3) e com o controle da participação popular.

A EMBRATER seguiu ao longo dos anos de 1970 e 1980 expandindo com a implantação de escritórios pelo país, ampliando o quadro de técnicos e com a aquisição de materiais que ajudaram no apoio metodológico de seu trabalho, seguindo a mesma orientação política de expandir a fronteira agrícola. Em 1991, durante o governo Collor a EMBRATER foi extinta (PORTILHO, 1999).

Em 2004, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER adquire uma nova proposição de intervenção do Estado sob a proposição do modelo de desenvolvimento sustentável, atribuindo nova responsabilidade à Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que deverá adotar estratégias que permitam um desenvolvimento rural onde o uso dos recursos naturais atenda às exigências da agenda de compromissos firmados na esfera internacional, bem como na valorização dos conhecimentos tradicionais do público beneficiado, contraponto ao modelo de extensão rural historicamente adotado no mundo com um caráter difusionista.

Em janeiro de 2010 foi criada a Lei de nº 12.188, anexo “A”, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Pro-nater. A criação de legislação própria que normatiza a execução da Política faz supor um caráter de garantias de direitos e deveres

entre beneficiários e o Estado no papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, órgão responsável pela execução da PNATER e do Pronater.

Na dimensão institucional os atores envolvidos na formulação da PNATER, a nível internacional, são organizações que estão ligadas à produção alimentar, como é o caso da FAO mais especificamente, assim como a agenda ambiental do planeta. A nível nacional, a política foi construída “ouvindo os governos das unidades federativas [...], os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representações dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com essa questão” (BRASIL, 2004, p. 3).

De acordo com o documento a nova política de ATER nacional se pretende crítica ao modelo difusionista que vigorou por mais de cinco décadas em nosso país, quando a ação extensionista estava orientada para a transferência de tecnologia e a modernização conservadora da agricultura. O papel do extensionista rural era o de levar o pacote tecnológico ao produtor rural. A atual proposta tem a pretensão de corrigir exatamente os efeitos da Revolução verde (BRASIL, 2004).

A política apresenta como principal objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável, tendo a agroecologia como orientadora das ações. Com isso pretende-se potencializar a inclusão social por meio de ações integradoras; estimular a produção de alimentos saudáveis, “a partir do apoio e assessoramento aos agricultores familiares [...] para a construção e adaptação de tecnologias de produção ambientalmente amigáveis”; desenvolver ações que promovam a recuperação dos ecossistemas; incentivar o cooperativismo e associativismo que fortaleçam a competitividade e laços solidários; apoiar instituições que desenvolvem serviços de ATER para ampliar e qualificar a oferta desses serviços (BRASIL, 2004, p. 9).

Enquanto princípios estabelecidos, a PNATER assegura aos beneficiários da política “o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita de qualidade e em quantidade suficiente” (BRASIL, 2004, p. 7); contribuir para o desenvolvimento rural sustentável potencializando o uso dos recursos naturais de

maneira sustentável; adotar novos enfoques de metodologias participativas, baseados nos princípios da agroecologia; adotar modo de gestão democrática para o controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades em desenvolvimento; adoção de processos educativos permanentes e continuados que levem à “melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável” (BRASIL, 2004, p. 7).

No que se refere às orientações metodológicas para as ações de ATER, destaca-se aqui “o caráter educativo com a ênfase na pedagogia da prática, [...] pedagogia construtivista e humanista” (BRASIL, 2004, p. 11). Todo o processo metodológico é orientado para que o conhecimento seja produzido de maneira interativa, multi e interdisciplinar por meio de “atividades de pesquisa-ação, participativas, investigação participante e outras metodologias que contemplem o protagonismo dos beneficiários” (BRASIL, 2004, p. 11).

Quanto ao público que a política se destina, envolve um conjunto de segmentos sociais, como: “assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquiculturas, povos da floresta, seringueiros e outros públicos [...]” (BRASIL 2004, p. 4).

Os vários segmentos acima listados, transformados pela política em “agricultores familiares” pela PNATER são categorias tão distintas, tornadas homogêneas para facilitar o suposto alcance que a política poderá vir a ter. Cabe levar em conta que uma política de ATER/ATES apenas para povos indígenas, já requereria um maior grau de especificidade, dadas as distinções entre os grupos étnicos, seus modos de produção agrícola, uso da terra e valores simbólicos. Se a política do governo para o desenvolvimento rural pretende valorizar o conhecimento tradicional, como traz o documento da PNATER, necessariamente tais variáveis terão que ser consideradas.

Na formulação de uma política, o órgão público responsável absorve o interesse manifestado pela correlação de forças e direciona “a política pública para a construção do tipo de sociedade que se deseja, bem como do tipo humano desejado” (BONETI, 2007, p. 76). No caso da PNATER, o agricultor familiar é o tipo ideal, a categoria que os formuladores da política acreditam dar

conta de contemplar; as diversas categorias sociais homogeneizadas com a proposição de uma agricultura agroecológica são exemplos da afirmação de Boneti (2007).

Com essa proposição de objetivos, princípios e metodologias, está posto o desafio de como desenvolver de forma sustentável o meio rural e manter os valores peculiares, a tradição de povos, ao mesmo tempo em que se busca a inserção dos beneficiários no mercado. Não se pretende aqui dizer da impossibilidade, uma vez que já ocorre uma inserção desses segmentos no mercado, assim como também há uma tradição da produção sustentável, mesmo antes de fazer parte da agenda internacional para o meio ambiente. O questionamento não é como abandonar a tradição frente a esse propósito, mas sim como serão reorganizadas as populações indígenas a partir dessas mudanças.

Não se tem a ilusão da manutenção de valores culturais isolados, os benefícios da ciência e da tecnologia têm despertado interesse dos índios, assim como, em muitos casos, a própria inserção ao mercado também. O que se questiona é até onde se mantém a tradição alterando a forma de produção de um povo que tem valores simbólicos inseridos no fazer produtivo, que dado o caráter homogêneo das políticas, tais valores não serão considerados.

Portanto, entre elaborar políticas públicas para populações indígenas e manter a tradição desses povos, pode-se identificar trajetórias que se afastam tanto dos objetivos da política, quanto do significado da tradição dessas populações. Essa é uma das questões que fundamentam o objetivo desse artigo ao analisar os princípios e diretrizes que orientam a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER e o Programa de Extensão indígena do Governo do Estado do Acre, apresentado a seguir como sendo compatíveis “com os ideais do desenvolvimento sustentável, onde os aparatos públicos de Assistência técnica e extensão rural – ATER, terão que transformar sua prática convencional com a introdução de mudanças institucionais” (BRASIL, 2004, p. 5).

O Programa Estruturante de Extensão Indígena do Estado do Acre

O Programa Estruturante de Extensão Indígena do governo do Estado do Acre foi criado em 2001 e apresenta nova formulação em 2008, quando passa a incorporar muito das proposições da PNATER, principalmente no que se refere à orientação de uma produção agroecológica, ao desenvolvimento sustentável e à valorização do saber tradicional dos povos, contrapondo-se assim às práticas difusionistas que estiveram presentes historicamente nos modelos de políticas de ATER no Brasil e no mundo.

O Programa Estruturante de Extensão Indígena é executado pela Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF, órgão estadual responsável pela execução da política de Assistência Técnica e Extensão Rural. Sob a responsabilidade da Gerência de Extensão Indígena, o Programa objetiva dar suporte às ações mitigadoras para as sociedades indígenas, que se encontram sob o impacto da pavimentação das BRs 317 e 364 (ACRE, 2008).

De acordo com o documento, à Gerência de Extensão Indígena compete capacitar as comunidades indígenas para as práticas agroflorestais, orientando para as alternativas agroecológicas que possibilitem melhorias na condição de vida das comunidades, respeito às peculiaridades de cada povo, valorização dos conhecimentos tradicionais e redução das consequências danosas causadas pelo contato com a sociedade nacional “através de ações que vislumbram um futuro em que os indígenas conscientizem-se do seu papel na sociedade e exerçam plenamente sua cidadania” (ACRE, 2008, p. 4).

Embora o documento do Programa não faça referência à PNATER, observa-se que há uma sintonia na proposição das duas políticas no que se refere à orientação para o desenvolvimento sustentável, à prática agroecológica e à valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos beneficiários. No caso do programa do Acre a proposta destaca o objetivo de minimizar as sequelas deixadas pela relação interétnica ocorrida entre índios e a sociedade nacional ao longo da história.

De acordo com o Programa as populações indígenas que estão sendo beneficiadas encontram-se na área de influência das BRs 317 e 364, num total de 10 terras indígenas, com aproximadamente 5.411 índios das seguintes etnias: “Jaminawa, Manchineri, Kaxinawa, Shanenawa, Poyanawa e Katukina, localizados em seis municípios: Sena Madureira, Assis Brasil, Feijó, Tarauacá, Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul” (ACRE, 2008, p. 4). A indicação das TIs próximas às referidas BRs, já estava inserida nos projetos financiados pelo BNDES conforme apontado por Aquino e Iglesias (2005) anteriormente.

Foram estabelecidos dois eixos temáticos. O primeiro é a produção sustentável, através dos cuidados com a qualidade ambiental, os saberes indígenas, a realidade de cada aldeia e a agroecologia. O segundo, segurança alimentar em busca da soberania, busca alternativas agroflorestais e extrativistas, que de acordo com o documento, contribuirão para a melhoria de vida das comunidades indígenas, (ACRE, 2008).

Assim como os objetivos e as ações, nos eixos temáticos o Programa também enfatiza os termos que orientam a política, tais como a agroecologia, a sustentabilidade social e ambiental e a valorização dos conhecimentos tradicionais, seguindo a mesma proposição da PNATER.

Quanto às Estratégias previstas no programa, além de propor o apoio e fortalecimento da produção visando à segurança alimentar, está previsto também o resgate do uso de sementes tradicionais, o manejo florestal de uso múltiplo e a capacitação de agentes florestais indígenas. A estratégia resgate de sementes parece ser o coração do programa, de acordo com o livro “Sementes Tradicionais do Povo Huni Kui” (Kaxinawa) publicação da SEAPROF, da série Caderno da Extensão Agroflorestal (2010). Trata-se de uma experiência que realizou “oficinas em terras indígenas, feiras de trocas de sementes tradicionais e intercâmbio entre os povos indígenas, promovida pelos agentes agroflorestais e comunidades com o apoio da SEAPROF” (ACRE, 2010, p. 7).

Outro resultado da Estratégia “Resgate do uso de sementes tradicionais” foi o artigo de Borges e Rocha, (2010), que integrou a publicação pelo Ministério do Desenvolvimento Agrária

– MDA, do livro “A Experiência de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: o desafio da interculturalidade”.

O uso de sementes, assim como a sua relação com a segurança alimentar de populações tradicionais, tem outra abordagem atualmente, frente à aplicação da biotecnologia e às exigências do mercado internacional, que diferente do que preconizam as publicações acima referidas, constituem-se em ameaça a tais garantias e autonomia de muitos povos. Em julho de 2010 a Revista eletrônica *Diversidad Sustento y Cultura* publicou matéria que discute essa questão destacando que desde a origem da agricultura as sementes são componentes fundamentais dos sistemas produtivos e de soberania e autonomia alimentícia dos povos. As sementes são resultado do trabalho coletivo acumulado por centenas de gerações de agricultores que as tem domesticado, conservado e trocado desde épocas ancestrais. Muitos grupos humanos têm em diferentes regiões, melhorado e adaptado variedades em distintos ambientes produtivos e socioculturais.

É fundamental a continuidade desse livre manejo entre os povos e inaceitável o controle por parte de monopólios e patentes. No entanto, nas últimas décadas, empresas de biotecnologias perceberam o valor que as sementes têm no controle da agricultura mundial, o que resulta em ameaça às práticas tradicionais de manejo das sementes e da conseqüente segurança alimentar dos povos indígenas. (Editorial da revista *Biodiversidad Sustento y Culturas*, 2010).

Pelo que está posto acima, não parece ser tão simples, como pretende o Programa de Extensão Indígena, atingir a garantia da segurança alimentar e autonomia de povos indígenas por esse meio, que desconsidera a conexão entre a realidade local e a global de uma economia que atua nos mais longínquos lugares do planeta, conforme apontado por Giddens (1997):

Poucos não têm consciência que suas atividades locais são influenciadas ou até determinadas por acontecimentos ou organismos distantes. O capitalismo durante século XX teve fortes tendências à expansão, posterior a

II Guerra Mundial e mais, nos últimos 40 anos, o padrão de expansionismo começou a se alterar, [tornando-se] mais descentralizado e mais abrangente. No plano econômico a produção mundial aumentou de forma dramática (p.75).

O Programa de Extensão Indígena estabelece oito programas, constantes nas páginas 7 a 11 do documento, que apresentam ações específicas, conforme síntese abaixo, que serão executadas não só pela Gerência de Extensão Indígena, como também por outros setores da SEAPROF:

Resgate e Reintrodução de Sementes Tradicionais em Rçados –estão previstos a assistência técnica e fomento para resgatar sementes de tradição ancestral, bem como o manejo historicamente adotado por cada povo, “para assegurar uma alimentação saudável, limpa e permanente, sem dependência de atores externos, atingindo assim a soberania alimentar” (ACRE, 2008, p. 7).

Quintais e Sistemas Agroflorestais –implantação de sistemas agroflorestais–SAFs em áreas de capoeira “com a introdução de espécies frutíferas, além das essências florestais madeireiras e não-madeireiras” (ACRE, 2008, p. 7). Isso será feito através da realização de cursos que capacitam os agentes agroflorestais indígenas e a comunidade para a preparação dos SAFs e os cuidados de manutenção, com a finalidade da melhoria da dieta alimentar.

Piscicultura – dar assistência técnica para a prática da piscicultura em lagos e açudes para o consumo e a comercialização, bem como a orientação para o acesso ao crédito do Pronaf.

Manejo Natural da Fauna Silvestre - neste programa o documento faz referência à criação de tracajás e abelhas melíponas e informa apenas que para sua realização será respeitada a diversidade e grau de contato entre os povos, haverá esclarecimento às comunidades dos pontos positivos e negativos do manejo, sem que sejam criadas falsas expectativas e que a atividade irá se basear nos estudos constantes no Zoneamento Econômico e Ecológico e etnozoneamento das terras indígenas.

Manejo de Recursos Naturais Florestais (Flora)–Orientar as comunidades para a prática do “manejo de produtos florestais

não-madeireiros (mel de abelha, manejo de palha, de ouricuri, açaí, óleo de copaíba, andiroba, patoá, buriti, murmururu, jarina e etc.)” (ACRE, 2008, p. 8), de forma a contribuir e potencializar a prática da medicina tradicional e recuperar áreas degradadas através do reflorestamento com as espécies relacionadas. Dessa forma dar-se-á o suporte para a produção de artesanato com os produtos desse cultivo, além de possibilitar uma fonte alternativa de renda para as famílias. Ainda está inclusa nesse programa a disponibilização de equipamentos que facilitem a extração dos produtos florestais.

Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal -Orientar e assistir nas atividades dos roçados, quintais florestais, SAFs e todas as outras ações de produção sustentável com bases e práticas agroecológicas nas técnicas que não são de conhecimentos tradicionais dos indígenas como tratos culturais e fitossanitários que podem aparecer nas frutíferas ou medidas profiláticas e de instalações.

Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas – formação através de “cursos, oficinas, encontros, e outras atividades que possam fomentar a formação continuada” (ACRE, 2008, p. 10) de agentes agroflorestais indígenas e não indígenas que desenvolvam atividades sustentáveis. Os agentes agroflorestais receberão ainda orientações técnicas dentro de suas aldeias.

Organização Comunitária (Associativismo/ Cooperativismo) – será dado o apoio para a organização jurídica das comunidades, facilitando o acesso aos órgãos competentes para esse fim, além do apoio na documentação interna das associações e cooperativas como a elaboração de atas e estatutos.

Decorridos aproximadamente dois anos de execução do que se pode considerar a segunda fase do Programa, a publicação do artigo de Borges e Rocha em 2010, constitui-se em uma breve avaliação de algumas ações do Programa. Os autores começam reconhecendo que a demarcação da terra indígena é um aspecto limitador para a obtenção de alimentos em quantidade suficiente, pois restringe a caça e os roçados e se torna um agravante diante do aumento da população indígena que vem sendo registrado (BORGES e ROCHA, 2010), e o processo de ocupação que acontece no entorno das TIs.

Para os autores, as ações de ATER e fomento em Terras indígenas são “resultado dos esforços de vários atores, governamentais,

não-governamentais, sociedade civil organizada, movimentos sociais [...] desenvolvido ao longo dos anos” (BORGES e ROCHA, 2010, p. 1). Apontam, mesmo sem fazer referência, à importância dos eventos realizados no início do “Governo da Floresta”, com fóruns, reuniões, etc., que permitiram a realização do etnolevante e da elaboração dos Planos de Gestão¹² das TIs, o que na opinião dos autores, diferencia-se de momentos anteriores quando as ações eram implementadas de forma imediatista e sem nenhum estudo. Segundo eles todo o trabalho de ATER é feito observando os referidos estudos.

No referido artigo Borges e Rocha (2010) consideram que o “Projeto Estruturante” foi um trabalho iniciado em 2001, para atender os habitantes das TIs impactadas pela pavimentação das duas BRs, “mas que devido à grande demanda e à necessidade em se trabalhar em bases sustentáveis, atualmente procura-se atender todos os povos indígenas do Estado” (BORGES e ROCHA, 2010, p. 2).

Segundo Borges e Rocha (2010) dentro das ações de ATER indígena, desenvolvidas no Acre tem sido de fundamental importância um agente social que tem facilitado o diálogo entre os órgãos responsáveis pelas ações e a comunidade, que é o Agente Agroflorestal Indígena – AAFI:

Só estes agentes têm condições de prestar uma efetiva e eficiente assistência técnica em suas comunidades, pois somente eles são capazes de dialogar com os anciãos indígenas que ainda conhecem sementes, formas ancestrais de cultivo e coleta de produtos florestais. Os AAFIs superam uma dificuldade regional de deslocamento e longas distâncias percorridas pelos técnicos da Seaprof, o que demanda um tempo maior entre os escritórios regionais

¹² Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental consistem em realizar oficinas, *in loco*, contando com a participação de equipes interinstitucionais, governamentais e não governamentais, com o objetivo de fazer junto com as comunidades um levantamento das iniciativas presentes nas Terras Indígenas, indicando os anseios, a vocação produtiva de cada povo e as áreas destinadas a cada uma das atividades exercidas na Terra Indígena (BORGES e ROCHA, 2010, p 5).

e as aldeias, além da logística que se emprega nas viagens (BORGES e ROCHA, 2010, p.7).

Nesse sentido, o Governo precisou criar incentivo para a atuação dos AAFIs que recebem um “valor mensal a título de bolsa-auxílio [que] não fica somente com o titular, mas geralmente é repartido entre os seus ‘parentes’” (GORGES e ROCHA, 2010, p. 8). Essas são estratégias que o poder público identificou para manter a política com ações continuadas, sem sofrer interrupções, sob o risco de comprometer os benefícios que podem estar ocorrendo, assim como a quebra do diálogo já estabelecido entre a comunidade e os órgãos responsáveis pelas ações.

Borges e Rocha (2010) afirmam que as atividades desenvolvidas têm como premissa o empoderamento dos povos indígenas “que consiste em delegar competências às próprias comunidades, conscientizando-as de seu papel e importância na preservação do meio ambiente” (p.3). Cabe aqui questionar se a delegação de competência não constitui em última análise, numa “visão” tutelar do Estado, ainda muito presente nas políticas indigenistas, fazendo supor uma falta de capacidade dos índios na gestão e práticas ambientais.

Está posto para a Gerência de Extensão indígena o desafio de compatibilizar a introdução das técnicas que contribuirão para a melhoria da produção alimentar e excedente para comercialização, quando do interesse dos povos, e a valorização dos conhecimentos tradicionais, ou seja, manter a tradição produtiva na modernidade, observando que a tradição alimentar indígena não incluía a criação de animais silvestres. Tradicionalmente isso era feito através do modo extrativista e nele havia um componente simbólico de enorme valor cultural, presente na caça e na pesca, com a prática de rituais. Com as novas práticas, que lugar caberia a esses rituais?

Outro desafio é analisar como os programas governamentais promovem o reordenamento territorial do Estado, e quem são os agentes que pensam esse novo ordenamento. No caso do PDS do Acre, segundo Souza (2008) o teor do documento foi baseado na seguinte orientação do BID:

No que toca à viabilidade sócio-ambiental, a finalidade é limitar, num lapso de 20 anos, a expansão da fronteira agropecuária em 16% do território acreano, de modo a reduzir o desmatamento a uma taxa de 0,4% a 0,3% por ano. Aqui o Banco já procura estabelecer uma repartição do território acreano para as finalidades de uma determinada atividade econômica: 16% do território acreano equivalem à reserva de 2,64 milhões de hectares de terra destinada à atividade agropecuária(SOUZA, 2008, p. 129 e 130).

Cabe ressaltar que o conjunto dos programas destinados aos índios, no Acre, foi uma decisão de fora para dentro: por mais discutido que tenha sido com as populações, o fato de eles haverem se tornado beneficiários dos programas foi em razão de suas TIs estarem próximas às BRs, que precisam ser pavimentadas para o desenvolvimento econômico do Estado, conforme previsto no PDS.

O Governo do Acre, ao adotar o slogan de “Governo da Floresta”, reúne a combinação de interesses como o cuidado que o Estado deve ter em incluir nas políticas públicas os Povos da Floresta (seringueiros, índios, ribeirinhos, etc.) e isso vai influir na boa imagem que o Governo ganha junto a outras nações e instituições financeiras internacionais, como BID e BNDES, que financiam os programas do Estado.

O Programa de Extensão Indígena está em consonância com o PDS do Acre. Este “apresenta dois objetivos gerais: a) melhorar a qualidade de vida da população e b) preservar o patrimônio natural do Estado do Acre a longo prazo” (SOUZA, 2008, p. 120). As contradições postas entre o slogan do governo e o Programa de Desenvolvimento sustentável - PDS foram denunciadas na imprensa local e nacional.

O Programa de Extensão Indígena apresenta um quadro que relaciona as 34 Terras indígenas do Estado, com uma população de 12.720 índios (ACRE, 2008, p. 12 e 13). No Programa o

critério que elegeu os beneficiários é apenas o fato de as populações indígenas se encontram sob a área de influência das BRs 317 e 364. A análise do PDS e do documento do BID (*Propuesta de Préstamo*)¹³ realizada por Souza (2008) traz uma informação que esclarece a escolha dos beneficiários do Programa de Extensão Indígena, principalmente no que se refere à pavimentação da BR 364 no trecho Rio Branco / Cruzeiro do Sul:

Quanto à viabilidade econômica especificamente da obra de pavimentação da estrada (70,1 km), a consideração do BID, para análise de seus custos/benefícios, se dá pelo fato de que a mesma funcionará como infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico da região, posto que gerará um novo tráfego de produtos florestais (“madeira certificada em troncos das florestas de Cruzeiro do Sul”) e não florestais. Vê-se da onde vem a obsessão pela madeira (SOUZA, 2008, p. 129).

Essa evidência nega o argumento constante no Programa de Extensão Indígena que atribui a escolha ao fato de se tratarem de populações impactadas pelo contato, uma vez que todas as etnias do Estado sofrem consequências das relações interétnicas.

Há uma combinação entre a exploração dos recursos madeireiros, a pavimentação de rodovias e as populações indígenas que ficam próximas às BRs que serão pavimentadas. Assim como há também uma contradição na conciliação de objetivos. Uma dessas contradições é a dificuldade de manter a ordem dos objetivos do PDS nos documentos que foram emitidos posteriormente ao Contrato de Empréstimo. Segundo Souza (2008), “enquanto o Contrato coloca, no plano textual, em primeiro lugar, como objetivos gerais, a qualidade de vida e a preservação ambiental,” (p.133), o objetivo geral do PDS aparece na Nota Técnica assim: “promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável

¹³ Ver Souza (2008), Dissertação de mestrado UFSC.

e a diversificação produtiva no Acre a fim de melhorar a qualidade de vida da população e preservar o patrimônio natural do Estado em longo prazo.” (ACRE, 2002, *apud* SOUZA, 2008, p. 133).

A pavimentação das BRs 317 já foi concluída há alguns anos, a pavimentação da BR364 encontra-se bastante adiantada e ambas dão acesso ao Pacífico e têm importância para o desenvolvimento econômico local, como se pode constatar nos registros apontados por Aquino e Iglesias (2005):

As decisões e intenções firmadas na “Primeira Reunião Binacional de Autoridades e Empresários do Estado do Acre-Brasil e da Região do Ucayali-Peru”¹⁴, ocorrida em Pucallpa, em março de 2004, tomaram como antecedentes acordos e pautas negociados pelos Presidentes Lula e Alejandro Toledo na cidade de Lima em agosto de 2003, contidos no “Memorando de Entendimento sobre a Integração Física e Econômica entre Brasil e Peru”, reiterados em encontro dos Ministros das Relações Exteriores de ambos países em fevereiro de 2004. Nesses atos anteriores, as autoridades federais, brasileiras e peruanas, no marco da construção de uma “aliança estratégica”, afirmaram respaldar as propostas da IIRSA e demonstraram a intenção de construir mecanismos para efetivar os três Eixos (Transoceânico Central, do Amazonas e Interoceânico del Sur) que visam aprofundar a integração terrestre, fluvial e aérea entre os dois países (AQUINO e IGLESIAS, 2005, p.39e 40).

Mas o Programa de Extensão Indígena ainda não conseguiu chegar à Terra Indígena do Rio Caeté dos Índios Jaminawa,

¹⁴ Consultar a “Acta de Intención para el Desarrollo del Eje Comercial y de Integración Pucallpa-Cruzeiro do Sul”, assinada em Pucallpa a 12 de março de 2004 pelo Presidente do Governo Regional de Ucayali, Edwin Vásquez Lopeze pelo Governador do Acre, Jorge Viana.

como será visto, a seguir, nos resultado da pesquisa de campo. Assim se pode concluir que a formulação de políticas públicas, além de ser influenciada pela disputa de poder e interesses da sociedade mais ampla, traz em sua fase de planejamento e execução uma série de contradições que dizem respeito às metas e objetivos, bem como à priorização dos grupos sociais beneficiados. E a defasagem entre o discurso e a prática, assim como o resultado das promessas não cumpridas, são condições das políticas públicas às quais os extensionistas devem estar atentos, já que eles se constituem na ponta de lança das intervenções sociais planejadas.

Um Povo de Muitas Andanças

O Estado do Acre está localizado no extremo sudoeste da Amazônia brasileira, com uma extensão territorial de 164.122,280 Km², correspondendo a 4% da Amazônia Legal e 1,9% do território nacional (ACRE, 2006). Limita-se ao Norte com o Estado do Amazonas, ao Leste com o Estado de Rondônia. Na fronteira internacional, limita-se a sudoeste com o Peru e a Sudeste com a Bolívia. É formado por 22 municípios, com uma população de 733.559 habitantes, densidade demográfica de 4,46 hab./ Km², sendo que, 73% do total de habitantes, residem nos centros urbanos e 336.038 concentram-se na capital Rio Branco (IBGE, 2010). De acordo com os dados da Assessoria Especial de Povos Indígenas, o Acre tem 15 etnias com uma população de 16.573 pessoas, mais alguns povos isolados¹⁵ dos quais não se têm os números.

Jaminawa é a denominação dada pela FUNAI às diversas etnias do tronco linguístico Pano a seguir mencionadas que, segundo Townsley (1994), mesmo incompleta, a lista apresentada permite identificar a dificuldade que se teria para classificar os povos que aqui chamamos genericamente de Jaminawa: Xixinawa (povo do quati); Kununawa (povo da orelha de pau); Yawanawa (povo da queixada); Mastanawa (povo do socado); Bashonawa

¹⁵ Índios isolados: povos indígenas, que se mantêm afastados da sociedade nacional, poucas informações se têm sobre eles. Frentes de contato da FUNAI atuam nos Estados do Amazonas, Pará, Acre, Mato Grosso, Rondônia e Goiás (www.FUNAI.gov.br).

(povo da mucura) eSharanawa (povo bom), ou ainda Povo do Machado de Pedra. Segundo Alvarado (2003), o povo do quati, povo da queixada que fazia parte da organização baseada no totemismo, desapareceu (CASTELA, 1999 e CASTELA e MUNIZ, 2009).

Saéz (2006) esclarece que o nome Jaminawa foi atribuído pela FUNAI devido à necessidade de classificar os grupos indígenas que usavam vários etnônimos, conforme mencionado acima e a respeito da grafia do nome do povo ‘Yaminawa’ a qual ele escolheu usar em seu trabalho, “combina a forma mais comum no Peru, ‘Yaminahua’, e a grafia oficial brasileira ‘Jaminawa’” (p.33).

Os remanescentes dessas etnias encontram-se atualmente em território brasileiro nas Terras Indígenas (TI): Cabeceira do Rio Acre, localizada no município de Assis Brasil; Mamoadate, nos municípios de Assis Brasil e Sena Madureira; Guajará e Rio Catê, no município de Sena Madureira; e Kayapucá, no município de Boca do Acre-AM (CASTELA, 1999 e CASTELA e MUNIZ, 2009). No Acre, a população dos Jaminawa é de 838 indivíduos, aproximadamente (ACRE, 2010), como se pode observar no Quadro N° 4, abaixo.

Os Jaminawa encontram-se também em territórios peruano e boliviano na fronteira com o Brasil. Muitas famílias vêm residindo nas periferias das cidades de Rio Branco, Brasiléia, Assis Brasil e Sena Madureira no Estado do Acre (CASTELA e MUNIZ, 2009).

Quadro 1 - População e localização/situação das Terras Indígenas dos Jaminawa no Estado do Acre

Município	Terra Indígena	Pop.	Aldeias	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	284	04	78.513	Regularizada
Assis Brasil e Sena Madureira	Mamoadate *	304	05	313.647	Regularizada
Sena Madureira	Jaminawa do Guajará	92	01	**	Em identificação
Sena Madureira	Jaminawa do Rio Caeté	158	03	9.878,48***	Em identificação
		838	13		

Fonte: Adaptada da Assessoria Especial Dos Povos Indígenas – 2010.

*TI compartilhada com 937 indivíduos da etnia Manchineri.

** Extensão indefinida.

*** Área aproximada.

A opinião que os outros índios do Acre, bem como os indigenistas têm dos Jaminawa é de um povo desregrado e desagregado pelo fato do esfacelamento de algumas de suas instituições centrais e pela maneira como aderem às ofertas dos brancos. Essa opinião é expressa em diversas situações até mesmo por lideranças Jaminawa conforme relata SAÉZ (2006). Quando este autor expôs seu interesse de realizar a pesquisa, foi advertido de que seu propósito era insensato e que estaria perdendo a viagem, pois afinal um povo onde o contador de história é breve e o xamã diz não saber nada, mesmo sobre os aspectos mais elementares da vida, são razões que causam frustração para um etnólogo.

Conforme observação desse autor, entre os Jaminawa inexistem uma regularidade de um “cenário social”: não só os rituais praticamente inexistem, mas também a própria interação entre os Yaminawa é rala e difícil de observar no dia-a-dia, fora de um círculo familiar muito estreito”; o chefe é que tem o papel agregador do grupo e em torno dele concentram-se os parentes mais próximos (SAÉZ, 2006, p. 18).

A característica de desorganização está relacionada também, ao fato de os Jaminawa viajarem muito, seus constantes deslocamentos dificultam a relação com órgãos governamentais e ONGs, o que resulta em constante alteração de calendário para a realização de atividades junto ao grupo que atende a outra lógica que não é a das organizações. Para o autor, eles “são autênticos sem substantivos, despojados, destrutivos, humoristas, mal-afamados e descontentes entre si mesmos” (SAÉZ, 2006, p.20). Tais características os tornam diferentes da maioria dos grupos indígenas que habitam o Acre.

A pesquisa de SAÉZ (2006) foi realizada na TI Cabeceira do Rio Acre, localizada no município de Assis Brasil – AC. Esta TI é composta por quatro aldeias: Ananaia, Apuí, São Lourenço e Rio Branco. O autor esclarece que originalmente pretendia realizá-la junto às diversas comunidades que se situam no Alto Purus, Alto Iaco, rio Acre, no município de Assis Brasil, bem como junto àqueles que residem nas cidades de Brasiléia e Rio Branco, no Estado do Acre, mas que isso promoveria a repetição e não uma visão geral de uma estrutura. (SAÉZ, 2006). A figura 2 a seguir

em uma situação precária, sem roça nem fonte fixa de renda, recorrendo à mendicância ou à cata de sobras de comida no lixo, e morando no meio de uma favela. Foram eles mesmos os que, dois anos atrás se instalaram em Rio Branco, na favela do Igarapé São Francisco, numa migração desastrosa que, no entanto, tem precedentes e imitadores [...] voltarão à aldeia provavelmente, depois de um tempo, e repetirão outras vezes a mesma aventura (SAÉZ, 2006, p. 57).

Essas idas e vindas entre as cidades e a aldeia é uma constante na vida de muitos Jaminawa. Durante a realização de pesquisa documental, identificaram-se matérias de jornais da década de 1980, que noticiavam a presença de diversas famílias desse grupo instaladas por vários dias embaixo das pontes, no centro da cidade de Rio Branco. Decorrido certo tempo, retornam à aldeia como fazem até os dias atuais nas cidades de Rio Branco, Assis Brasil, Brasília e Sena Madureira. Porém o antropólogo Marcelo Iglesias (2002) vai buscar ainda mais longe as razões das migrações:

No início deste século, foram deslocados por caucheiros¹⁶ peruanos da região formada pelos altos rios Tahuamano e Chambuiaco, situados nas cabeceiras do alto Purus peruano, de onde são originários. Os caucheiros moveram uma perseguição implacável aos Jaminawa e outros grupos indígenas da região, organizando as “correrias”, que dizimaram grupos inteiros e dispersaram as populações sobreviventes, liberando, assim, as terras de cauchais da presença indígena em suas vizinhanças. Mudando constantemente de um rio para o outro, muitos Jaminawa acabaram trabalhando na extração do caucho, de peles de animais silvestres e de madeira. A partir da década de 40, parte

¹⁶ Extrativistas do látex do caucho (*Castilloa ulei*), vegetação encontrada na região amazônica.

significativa da população Jaminawa juntou-se aos Machineri no alto rio Iaco, fixando-se na sede do seringal Petrópolis, onde passaram a viver no “cativeiro” dos patrões de seringais, desempenhando todos os tipos de trabalho braçal para adquirirem bens industrializados necessários à sua sobrevivência. No seringal Petrópolis, trabalharam muitos anos para o conhecido seringalista Canízio Brasil, no alto rio Iaco. Posteriormente, uma parte menor de sua população migrou para as cabeceiras do rio Acre, fixando-se nas proximidades da foz do igarapé São Lourenço. Em 1976, quando a Ajudância da Funai no Acre criou o Posto Indígena Mamoadate, nas cabeceiras do rio Iaco, diversos grupos familiares fixaram-se na sede deste posto, junto aos Manchineri (IGLESIAS, 2002, p. 6).

Além das divergências internas há também as que se estabelecem entre os Jaminawa e brancos, estando fortemente relacionadas às migrações com a interferência de não índios na exploração de recursos naturais e da mão de obra indígena, conforme exposto acima por Iglesias (2002). Ainda sobre as divergências externas Saéz (2006) descreve a função de guarda da fronteira que alguns Jaminawa desempenham para impedir a entrada de pescadores, caçadores e madeireiros que costumam extrapolar a fronteira entrando na TI.

Tanto Antonio Coruma quanto seu cunhado Chico Macaxeira já tiveram vários envolvimento em atos violentos com brancos. O primeiro começou, ainda adolescente, vingando a morte de seu pai, e tem sérios entrevos com *nawa*¹⁷ na sua memória; o segundo ‘furou’

¹⁷ O termo *nawa* refere-se aos indivíduos estranhos ao grupo, os brancos são tratados assim pelos Jaminawa.

um peruano durante uma briga em 1992, produzindo um pequeno incidente fronteiriço (SAÉZ, 2006, p. 55).

As divergências internas estão associadas às externas, uma vez que integrantes de determinado grupo costumam ficar mais tempo instalados no município de Assis Brasil, enquanto os integrantes do grupo rival ficam mais tempo em Rio Branco e pouco se demoram nas visitas a Assis Brasil, conforme afirma SAÉZ (2006).

Um dado importante para este estudo, trazido por SAÉZ (2006) é referente ao trabalho agrícola dos Jaminawa, que consiste em dever de todo homem adulto. Nisto são estabelecidas relações distintas entre as tarefas no roçado por homens solteiros, que não é a mesma relação com homens casados, assim como é diferente para aqueles que costumam trabalhar nos roçados dos brancos fora da TI. Além disso, é dado o destaque à produção de macaxeira (mandioca) e banana que consistem nos principais produtos cultivados pelos Jaminawa.

O trabalho agrícola é dever do homem adulto, e especialmente do pai de família. Homens separados ou viúvos que vivem agregados a outros familiares continuam a fazer roças próprias. É diferente do caso dos que nunca casaram ou tiveram filhos – muito raro, mas possível, sobretudo entre os que trabalham frequentemente para os brancos – que, quando se incorporam a seus parentes, ajudam nas roças destes. Cada família nuclear possui sua roça, ou suas roças. Em plural, em vários sentidos. É comum abrir roçados independentes para banana e macaxeira [...] mesmo que um e outro sejam vizinhos. Há razões de ordem técnica para a separação: a macaxeira precisa do sol que a bananeira lhe tiraria, mas a individualização das roças parece querer marcar a personalidade específica de uma e outra planta (SAÉZ, 2006, p. 58).

Este autor ainda faz uma abordagem da gastronomia com esses dois produtos e a relação com o aprendizado tradicional entre os Jaminawa e outros índios com quem mantém proximidade, o papel de signos diacríticos, a relação dos alimentos oriundos da macaxeira e da banana, o trabalho, o ócio e as festas. Destaca também a proximidade da agricultura Jaminawa com a dos brancos, sendo que o autor questiona “até que ponto sua forma atual foi influenciada pelos longos anos de trabalho nas colocações”¹⁸ (SAÉZ, 2006, p. 60).

Outro elemento da agricultura pesquisado pelo autor é a maneira como são feitas as roças, ou seja, a distância que estabelecem entre as casas e o roçado, atendendo a uma proximidade possível de vigiar a entrada de animais que possam comer a plantação, assim como serve de atrativo para a caça. O autor descreve a forma triangular feita sem medida precisa, o manejo da terra, a derrubada da floresta para esse fim, a inserção de produtos não cultivados tradicionalmente, como o arroz, que eventualmente pode ser comercializado ou ainda plantas não alimentícias, como o tziká, leguminosa usada como veneno para a pesca. Ele considera que os Jaminawa “não meditam sobre a agricultura” (SAÉZ, 2006, p. 60), pelo fato de não haver detectado metáforas agrícolas ou elaboração simbólica do cultivo, nem sofisticação das técnicas; ele considera que do ponto de vista ideológico, a agricultura é a abertura de clareira para transformar o espaço para esse fim. Um destaque importante na agricultura Jaminawa:

Especialmente em vista da decantada fama de nomadismo do grupo e da disponibilidade de terras no local: a reutilização relativamente rápida das áreas de cultivo. Boa parte da floresta da atual reserva está eivada de assentamentos de que ainda se tem memória, e os Yaminawa preferem claramente reutilizar espaços de uso agrícola recente (cinco ou seis anos atrás) ao

¹⁸ O termo *colocação* refere-se a uma localidade menor dentro da TI ou dos antigos seringais e ainda é usado para melhor identificar o local.

abrir roçados na “mata bruta” de fertilidade seguramente maior. O motivo mais plausível pode ser uma evitação do trabalho cooperativo e uma opção em vista da proximidade do rio e as facilidades de comunicação que ele oferece. Não é raro ouvir na aldeia reclamações sobre a dificuldade de obter ajuda dos parentes nas tarefas da roça; a razão mais comum era a ausência por motivo de viagem (SAÉZ, 2006, p. 61).

Dessa forma o autor identifica, entre outras particularidades, a relação entre o constante trânsito, a humanização do espaço e a utilização de recursos florestais no cotidiano Jaminawa, que está relacionado à seleção ou inventário de determinadas plantas identificadas ao longo de suas trajetórias pelas florestas e margens dos rios. Ele também se refere a uma larga lista de plantas utilizadas cotidianamente pelos Jaminawa. A esse respeito, em pesquisa documental realizada para esta pesquisa em janeiro de 2009, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre - SEMA teve-se acesso a um etnolevante de plantas de utilização diversa, realizado na TI Cabeceira do Rio Acre, destinadas à pintura corporal, medicamentos, culinária, etc. Isso permite identificar um elemento importante que é a relação entre nomadismo e conhecimento tradicional que contrasta com a opinião equivocada de que os constantes deslocamentos estariam relacionados ao empobrecimento cultural, além de serem impeditivos na relação com organizações governamentais e não-governamentais para a implementação de políticas públicas, por exemplo.

A relação dos Jaminawa com a agricultura aponta uma série de elementos importantes para serem considerados nas políticas de ATER que o governo vem se propondo, tanto a nível federal quanto estadual, no momento que insere populações indígenas como público beneficiário dessa política. No documento da PNATER, de 2004, considera-se agricultura familiar como:

Aquela em que os trabalhos em nível de unidade de produção são exercidos predominantemente

pela família, mantendo ela a iniciativa, o domínio e o controle do *que* e do *como* produzir, havendo uma relação estreita entre o que é produzido e o que é consumido (ou seja, são unidades de produção e consumo), mantendo também um alto grau de diversificação produtiva, tendo alguns produtos relacionados com o mercado. Para efeito deste documento, o conceito de Agricultor(a) Familiar subentende: agricultores familiares tradicionais, famílias assentadas por programas de Reforma Agrária, extrativistas florestais, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais e outros beneficiários dos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (BRASIL, 2004, p. 22).

Além do evidente equívoco de homogeneizar todos os beneficiários do MDA, enquanto categoria única como agricultor familiar, o que será tratado mais à frente deste trabalho, identifica-se a evidência da incompatibilidade com a característica da relação dos Jaminawa e a produção agrícola no que o documento da PNATER se refere sobre um alto grau de diversidade produtiva, pois grandes produtores não são atendidos pela PNATER! Esbarra-se na realidade de indígenas que têm uma produção agrícola baseada quase que exclusivamente no plantio de banana e macaxeira, como apresentado acima.

Sobre a fauna, Saéz (2006) informa como os Jaminawa se relacionam com os animais, não separando os de estimação dos que são alimentos, com exceção dos gatos e cachorros. Mesmo alguns animais silvestres que sejam mantidos na casa não perdem a característica de caça, como é o caso do papagaio que pode ser mantido em casa, comido ou vendido: “são criadores inábeis e pouco entusiastas [...] a única criação que desperta algum interesse é o porco, mais próximos de seus pares selvagens, mas com a vantagem da banha abundante” (SAÉZ, 2006, p. 63).

Com relação à coleta praticada pelos Jaminawa, o autor identificou um aspecto predatório nessa atividade e relata que viu um abacateiro ser derrubado para se obter cerca de três quilos de abacate.

Mesmo não tendo a finalidade de discutir a interação ou sobreposição entre tradição e modernidade, SAÉZ (2006) identifica elementos importantes que servem a este trabalho, que tem também o objetivo de identificar como a tradição indígena se mantém frente à modernidade incorporada a partir do contato com a sociedade não-índia, como é o caso da atividade da caça. Para isso há vários remédios que são passados nos olhos ou nos braços para facilitar a visão ou pontaria, assim como o jejum de alimentos ou sexo para evitar a *panema*, que significa a falta de sorte do caçador:

a magia cinegética – como é também o caso dos saberes xamânicos em geral – não é um acervo fechado e depende exclusivo da tradição: muito pelo contrário é um campo mutável, extremamente aberto à inovação. Os Yaminawa têm aprendido com os brasileiros, por exemplo, a esfregar o cano da espingarda com o ferrão de arraia, para fazê-la mais mortífera. O veneno de sapo pode não só ser absorvido como remédio, mas também aplicado sobre as pontas de flechas de taboca: depois de pintada passa-se nela o leite do sapo, e se guarda no mínimo uma semana de jejum antes de matar (SAÉZ, 2006, p. 67).

Esses elementos que fazem parte dos valores simbólicos de alguns povos indígenas e que são utilizados nas práticas de caça e pesca principalmente, serão discutidos, buscando a correlação entre a implementação de políticas públicas de ATER e a manutenção de conhecimentos tradicionais nas práticas de cultivo de plantas e criação de animais silvestres, conforme proposição do Programa de Extensão indígena da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - Seaprof, do Estado do Acre.

Ainda com relação à caça, os Jaminawa consideram que os mais jovens não sabem caçar e “têm medo da mata”. Não se dispõem a passar a noite à espera da caça como os mais velhos faziam, ficam limitados ao apresamento dos animais que

se aproximam da casa e do roçado. Poucos são os jovens que dormem na floresta para caçar, ou seja, apenas aqueles que são casados, condição que os obriga a essa atividade (SAÉZ, 2006).

Uma característica dos Jaminawa que influencia nas diversas relações que estabelecem com os parentes, bem como com organizações que prestam algum serviço àquela população é que eles viajam constantemente, “mulheres ou homens, moços ou velhos, sós, com filhos pequenos ou deixando-os aos cuidados de outrem, em casal, em família” (SAÉZ, 2006, p. 74). As viagens ocorrem pelos mais diversos motivos, passear, visitar parentes doentes ou não, e as condições dessas viagens são precárias como observa o autor.

O fator da alteração do grupo a partir da inabilidade dos jovens para a caça traz inovações na divisão sexual do trabalho, uma vez que se trata de uma atividade desempenhada exclusivamente pelos homens. Ocorre uma mudança relacionada à obtenção do alimento “o índio capaz de se comportar entre os brancos e obter suas mercadorias concorre [...] na mesma proporção, o orgulho de caçador é substituído pelo orgulho de trabalhador (SAÉZ, 2006, p. 78).

Este autor considera que fantasias mais sugestivas que a caça estão relacionadas ao tamanho das roças e à quantidade de macaxeira a ser consumida, assim como é provável que a relação de contato com o branco deu visibilidade à agricultura no imaginário e na ética dos Jaminawa. A agricultura dos índios tem uma certa importância nos pequenos municípios do Acre, em Assis Brasil e a banana produzida pelos Jaminawa é a única fruta encontrada no mercado (SAÉZ, 2006).

Embora possa ocorrer uma disputa entre agricultores e caçadores Jaminawa, que em determinada situação possa-se considerar os caçadores como incapazes de plantar roçados e virem a retirar algum produto de roçados alheios, o caçador sempre está em vantagem considerando a importância que tem a carne na dieta alimentar Jaminawa: “se o caçador não enfrenta a selva [...] há fome de carne, que não se satisfaz com peixinhos ou passarinhos, não há motivo para muita conversa, não há boas caras” (SAÉZ, 2006, p. 79).

A fama de desagregação dos Jaminawa dificulta observar o rearranjo sócio-cultural dado na atualidade, não existindo cerimônias ou rituais, o que pode ser lamentável “para as suas lideranças, que gostariam de ter mais signos de identidade e de celebrações mais claras da unidade do grupo” (SAÉZ, 2006, p. 122). No entanto, pode-se considerar que existe uma re-significação das festas, quando da comemoração dos aniversários dos parentes ou do retorno de um chefe que se encontrava viajando e traz mensagens e presentes para o seu povo; exemplo disso é a descrição de duas festas presenciadas pelo autor durante sua pesquisa. Uma delas foi oferecida pela liderança Zé Correia dando boas-vindas a outro líder Jaminawa, Júlio Isodawa, que retornava de uma viagem à Noruega e também era aniversário de uma filha de Zé Correia, em 1992. A outra festa foi oferecida por Júlio Isodawa em razão do aniversário de seu filho e da posse de Júlio que substituiu Zé Correia na chefia do povo, em 1993 (SAÉZ, 2006).

Não se fará aqui uma resenha das festas, apenas será dado destaque aos elementos que as caracterizam, como as brigas, o alcoolismo, as músicas, as comidas e o papel do chefe. A festa oferecida por Zé Correia aconteceu na cidade de Assis Brasil, local que se pode considerar uma extensão da TI Cabeceira do Rio Acre. Nessa cidade existem casas construídas nos moldes das que existem nas aldeias e servem para abrigar os parentes que vão constantemente receber o dinheiro da aposentadoria, visitar parentes, tratamento médico, aguardar o dia seguinte para seguir viagem para outros locais.

Encontrava-se na cidade de Assis Brasil um grande número de Jaminawa, que além de estarem naquele momento acompanhando Zé Correia que se mudaria para Rio Branco, também fariam parte da festa que seria oferecida a Júlio; portanto, mesmo antes da festa muitos já vinham se embriagando nos botecos da cidade e “a chegada de Júlio foi um incentivo para o festival alcohólico que já estava em marcha [...] quando a festa começou havia vários indivíduos inconscientes por uma bebedeira de até três dias atrás” (SAÉZ, 2006, p. 124). Durante a festa, Zé Correia serviu comida e bebida por várias horas, “peixes, latas de carne em conserva misturadas com farinha [...] e cachaça, algo mais de vinte garrafas [...] a bebida constitui o verdadeiro elo da festa” (p.124).

O autor observa que servir cachaça é dar sofisticação à festa, pois o mais comum é eles beberem álcool 97 graus de uso doméstico. Na festa que Júlio ofereceu ele fez um controle da distribuição da bebida deixando para *servi-lanum* horário já avançado da noite, apesar dos insistentes pedidos para que a bebida fosse servida. A falta desta era motivo para manter os convidados quietos, sentados, sem dançar, embora Júlio tocasse um eclético repertório musical. O controle de Júlio na distribuição da bebida contribuiu para uma noite animada com muito forró e alguns conflitos, o que é comum. Durante as festas discursos e canções foram feitos em português e o uso do álcool está associado ao uso da língua portuguesa (SAÉZ, 2006).

Quanto às brigas, as razões destas nunca ficam claras para quem observa e talvez até mesmo para os protagonistas. Ocorrem palavras agressivas, agitação dos parentes, mas normalmente nunca se agravam de forma violenta, o que pode vir a ocorrer posteriormente em emboscadas. Na hora das brigas durante as festas, o chefe cumpre papel importante na conciliação (SAÉZ, 2006).

A distribuição da comida, em se tratando de carne, tem destinatários específicos das partes do animal: fígado e coração são destinados aos parentes próximos, ao aniversariante, por exemplo, os intestinos são considerados partes menos nobres e são destinadas às velhas e crianças, as demais partes são distribuídas entre os outros integrantes da família. As festas constituem manifestações em torno do exótico, ou seja, a bebida. O álcool 97 graus e a cachaça substituem a caçuma, bebida fermentada da mandioca; as músicas também são dos brancos, a língua materna é deixada de lado para usar a língua dos brancos e até mesmo a comida, a carne de caça foi substituída pelo porco que passou a ser criado a partir do contato com os brancos (SAÉZ 2006).

Metodologia do trabalho de campo

O universo empírico da pesquisa tem duas unidades de análise: o grupo indígena Jaminawa pertencente ao tronco linguístico Pano, que habita a Terra Indígena – TI do Rio Caeté, localizada

no município de Sena Madureira – AC, mas que no momento da pesquisa de campo, se encontravam na cidade de Sena Madureira, acampados às margens do rio Iaco e no “Beco do Adriano”, no Bairro da Pista. A outra unidade de análise são as seguintes instituições: Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF, Secretaria de Estado de Educação - SEE, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Universidade Federal do Acre – UFAC/ Campus de Cruzeiro do Sul, Comissão Pró-Índio – CPI, Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Fundação de Cultura Elias Mansour – FEM e Secretaria de Estado e Meio Ambiente – SEMA.

A coleta de dados do presente estudo foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica abordando as categorias analíticas de tradição, modernidade e Políticas Públicas, assim como aquela realizada em *sites* governamentais e de outras instituições executoras de projetos na área de estudo. A pesquisa de campo foi realizada em quatro momentos distintos. Em todos os casos foram aplicadas as técnicas de entrevistas semiestruturadas. Junto aos Jaminawa muitas das entrevistas foram realizadas no bairro da Pista, Beco do Adriano, o que se pode considerar como uma “aldeia urbana” formada pelos índios Jaminawa.

A obtenção das informações junto aos órgãos foi registrada através de gravações ou realizada por *e-mail*, este caso ocorreu apenas com três organizações. Com os Jaminawa, as informações foram gravadas e anotadas em um único caso, em que o entrevistado não permitiu que fosse gravado.

Resultados e discussão

Os resultados encontrados atenderam aos objetivos da pesquisa, além de haver chegado a outros que não estavam previstos. Um desses resultados é o papel da liderança do grupo Jaminawa e sua relação com a tradição de rituais onde: “diferentes desempenhos políticos podem reduzir um povo à triste condição dos sem-rituais, ou unir esforços na construção de um grande ritual antigo, ou inclusive assimilar a cultura cerimonial dos brancos ou

dos missionários” (SAÉZ, 2006, p. 135). Isso remete à posição ocupada atualmente por Aderaldo Jaminawa¹⁹, que acumula várias funções dentro e fora da TI representando a comunidade na interlocução com organizações públicas e tomando decisões em nome da comunidade.

Saéz (2006) afirma que as virtudes do chefe Jaminawa hoje, são a: “loquacidade, apoiada comumente num bom conhecimento da tradição, e agilidade para se movimentar no mundo dos brancos. Isso inclui um domínio extenso do português: o chefe está entre as poucas pessoas bilíngues do grupo” (SAÉZ, 2006, p. 138). Essa característica foi identificada na liderança Zé Correia (Tunumã) que abordou com clareza aquilo que esta pesquisa identificou como um dos principais problemas das políticas públicas, afirmado por Boneti (2000) e que está presente nas políticas de ATER nacional e do Acre aqui estudadas, que é a homogeneização do público beneficiário:

nosso governante de esquerda, hoje [...] se eles pudessem era tudo seringueiro ou tudo colono, sabe? E esse negócio de diferença [é] só mesmo propaganda pra poder buscar dinheiro; [...] eles pensam:tudo é igual, eles comem feijão igual nós, têm conta bancária, são funcionários, mas o que tem dentro da concepção nossa é diferente, que nós somos uma raça diferente,[...]. É mesmo que pegar um bando de macaco capelão, guariba, soin, zog-zog, e dizer, tudo é macaco, mas cada um deles funciona diferente [...] são macacos, mas são animais que têm seu próprio modo de viver (Liderança Zé Correia da Silva Jaminawa (Tunumã), entrevista de pesquisa de campo, realizada em dezembro de 2010).

¹⁹ Filho de uma importante liderança Tunumã (Zé Correia).Aderaldo vem se destacando na representação do povo.

Com um recurso tradicional, usado na formulação mitológica, Tunumã se refere ao que Boneti (2007) afirma como algo comum na formulação de políticas públicas, que é a homogeneização do beneficiário para facilitar a execução das ações. Ficou claro que é um equívoco um único programa de extensão indígena, como o do Acre, que se propõe atender: “Jaminawa, Manchineri, Kaxinawa, Poyanawa e Katukina” (ACRE, 2008); é um erro traçar uma mesma política de extensão, como a PNATER para “agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquiculturas, povos da floresta, seringueiros e outros públicos” (BRASIL, 2004).

A esse respeito, a contribuição de Saéz (2006) é providencial quando ele afirma que “a cartografia dificilmente acompanha o passo de um grupo como os Yaminawa [Jaminawa]” (SAÉZ, 2006, p. 16). Referindo-se assim, à principal especificidade do grupo, que é a perambulação por um território que lhe pertencia tradicionalmente e que hoje está fragmentado entre diversos centros urbanos do Brasil, Peru e Bolívia. Característica marcante que os difere de outros grupos indígenas.

As origens dos constantes deslocamentos dos Jaminawa entre as cidades e seus territórios, tanto podem estar relacionadas à característica nômade; à situação provocada com a ação agressiva durante a exploração da borracha e mais recentemente às divergências entre grupos familiares. Em algumas cidades os Jaminawa formam verdadeiras aldeias urbanas, como apresentada na figura abaixo. Ao longo da permanência temporária nas cidades eles armam barracos nas margens dos rios. Observar esses três aspectos da tradição e da inovação cultural dos Jaminawa é o ponto de partida para pensar as políticas de Ater entre outras, a eles destinadas.

Figura 1 - Acampamento dos Jaminawa, na margem do rio Iaco na cidade de Sena Madureira



Fonte: Dados de pesquisa de campo.

Na pesquisa a situação encontrada na FUNASA foi de guerra, os índios estavam paramentados e armados com flechas que apontavam para a imprensa e autoridades policiais presentes no momento, os servidores do órgão foram impedidos de entrar no prédio. Os índios pediam a demissão do chefe do Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena – DSEI, o referido servidor encontrava-se enclausurado no prédio e aguardava a chegada de segurança para removê-lo do local.

Figura 2 - Ocupação do prédio da FUNASA por grupos indígenas contra a falta de atendimento de saúde



Fonte: Dados de pesquisa de campo.

Constatou-se a falta de observação dos valores tradicionais aliada à má utilização do recurso público, na execução de ações da FUNASA, no momento em que são oferecidas cestas básicas com alimentos que não fazem parte da dieta alimentar dos Jaminawa, como é o caso do feijão. Esse é um aspecto que revela também a falta de diálogo entre os órgãos na execução das políticas, pois a FUNASA já deveria ter feito gestão junto à SEAPROF para a solução desse problema. Embora, também, identificou-se que há limitado conhecimento por parte da SEAPROF sobre as “muitas sementes tradicionais” que os índios possuem. Esse é um aspecto que Hófling (2001) considera como fundamental para o sucesso ou fracasso das políticas públicas que é a sintonia que a política deve ter com os valores culturais dos beneficiários.

A pesquisa revelou que os Jaminawa passaram a ser alvo da política governamental que os incluiu no programa de Extensão, que permitiu a realização do etnozonoamento, entre outras ações, pelo fato de eles estarem próximos às BR 317 e 364, ou seja, havia um planejamento de pavimentação das rodovias que antecede, do ponto de vista da política, a demanda dos Jaminawa.

Entrevistados de determinados órgãos referiram-se arecusa de certas lideranças na participação dos eventos para discussão das políticas a eles destinadas. Isso reflete de um lado, o descrédito que eles têm pela falta de atuação do Estado, que não responde nem às demandas mais básicas como a saúde; de outro lado há a participação de algumas lideranças na administração pública, exercendo cargos de confiança do governo, enquanto há o isolamento de outros grupos.

Considerações

As políticas públicas para os Jaminawa devem ter um ponto de partida obrigatório que é a atenção com a saúde, pois está constatada a infecção pelo vírus da hepatite (“B”, “C”, etc.) por um número considerável de Jaminawa, assim como o alcoolismo. Já deveria ter havido uma intervenção planejada, com um suporte de atendimento em sintonia e concomitante em todas as

aldeias e centros urbanos, para evitar a descontinuidade de ações apontada pela FUNASA.

A permanência temporária dos Jaminawa nas cidades em condições improvisadas nas margens dos rios, pelo menos em Sena Madureira requer a construção de um Kupixawa²⁰ urbano, que sirva de apoio a eles, inclusive para a comercialização de sua produção ou para receber outras ações.

Os órgãos e os extensionistas devem considerar a característica nômade dos Jaminawa como ponto fundamental para se traçar as políticas. Os resultados obtidos com os estudos como etnozonoamento, a produção acadêmica, bem como os relatórios dos órgãos como a FUNAI e, provavelmente, da Secretaria de Estado da Assistência Social, que registraram os históricos fracassos das intervenções assistencialistas que tentaram impedir a perambulação dos Jaminawa nos centros urbanos ou a sua fixação nas aldeias, fornecem elementos importantes para evitar o descompasso que há entre as políticas e os Jaminawa. A FUNAI deve traçar estratégias de abrangência desses elementos, que devem ir além das fronteiras com a Bolívia e o Peru, para conhecer as prováveis políticas dos países vizinhos destinadas ao referido povo e assim planejar ações conjuntas.

As limitações encontradas para a realização da pesquisa foi a impossibilidade de tempo, face a distância geográfica, para que a pesquisa junto aos Jaminawa fosse feita na própria Terra Indígena, considerando que na cidade não se obteve as condições ideais para se cumprir um dos objetivos, que seria identificar demandas da comunidade para contribuir na formulação das políticas a eles destinadas.

²⁰ Casa grande na língua Huni Kuin (AQUINO e IGLESIAS, 1994).

BIBLIOGRAFIA

ACRE, Governo do Estado. **Programa Estruturante de Extensão Indígena do Estado do Acre**. 2008.

BONETI, L. W. **Políticas Públicas por Dentro**. 22ªed. Ijuí: Unijuí, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**: Brasília: MDA. 2004.

CASTELA, E. F. **Índios Jaminawa: a dispersão pelas cidades e fronteiras internacionais do Acre**. Monografia. (Pós-Graduação em História da Amazônia). UFAC/ Departamento de História, Rio Branco, 1999.

CASTELA, E. F; MUNIZ, J. N.. Tradição Indígena como Componente da Modernidade. **IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, Niterói/ RJ, 2009.

HÓFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n.55, novembro/2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em 12 mar.2011:

RODRIGUES, A. D. **Tradição e Modernidade**. Universidade Nova de Lisboa. 1997. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-tradicao-modernidade.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2010.

SAÉZ, O. C. **O Nome e o Tempo dos Yaminawa**: Etnologia e História dos Yaminawa do rio Acre. São Paulo: UNESP, ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

LIMA, A. C. de & HOFFMANN, M. "Questões para uma política indigenista: etnodesenvolvimento e políticas públicas. Uma apresentação" In: **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas**: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: LACED/Contra capa, 2002.

9.

A *web* como fonte de informação científica e de interação entre pesquisa e extensão rural

Priscila Estevão
José Benedito Pinho
Diego Neves de Sousa

Introdução

O período de intensas transformações na dinâmica social e econômica constitui o marco da chamada Sociedade da Informação, na qual as novas condições tecnológicas anunciam nova fase na evolução da sociedade e da ciência. Sabe-se que a geração, o processamento e a transmissão de informação constituem uma base fundamental para o desenvolvimento científico, tecnológico e social e, de maneira prática, tornam-se também imprescindíveis para a tomada de decisão em todas as esferas da sociedade.

Os setores ligados à agropecuária, em conjunto com os demais setores da economia brasileira, também utilizam os meios de comunicação como uma das fontes para obter informação técnica, científica e gerencial. Do ponto de vista estratégico, essas informações são empregadas para aprimorar os processos produtivos, facilitar as decisões e aumentar a competitividade no mercado, intensificando cada vez mais o uso de novas técnicas e instrumentos que facilitem a troca dessas informações e a interação.

A Internet é a maior responsável por essa grande revolução, sutil e silenciosa, e, se comparada com a revolução trazida pela televisão, o seu poder é muito maior. Enquanto a televisão possibilita uma comunicação de via única, a Internet oferece duas

vias, aque permite a interação e a integração em rede das comunidades que dela participam. Isto traz uma potencialidade enorme de desenvolvimento, tanto de aumento de cidadania quanto de evolução social (VECCHIATTI, 2005).

Pesquisa conduzida pela Embrapa Gado de Leite diagnosticou que a comunicação para a transferência de tecnologia na atividade leiteira sofre sérias limitações (VILELA; BRESSAN; CUNHA, 2001). Esse estudo apontou que as informações tecnológicas geradas pela pesquisa agropecuária não chegavam a uma parte significativa dos produtores de leite²¹ brasileiros. Para esses autores, isso se deveu a vários fatores, tais como a grande dispersão destes produtores no território nacional, ao baixo número de profissionais para prestar assistência técnica e à escassez de oportunidades e canais de comunicação na maioria das regiões de produção de leite.

Estudo realizado em Goiás, relacionando as novas tecnologias e a extensão rural, apontou para a aceitação e a utilização da Internet como primordial para a obtenção de informações técnicas e figura entre as mais utilizadas e também visualizadas como importantes pelos extensionistas. Em se tratando de contribuições atuais e futuras das tecnologias de informação e comunicação, incluindo a Internet, os técnicos consideram-nas promissoras para o trabalho extensionista, visto que eles acreditam nessas tecnologias como ferramentas didático-pedagógicas facilitadoras do trabalho de extensão rural e veem a Internet como uma ferramenta importante para tirar dúvidas e desenvolver debates sobre assuntos técnicos ligados ao serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater (MONTEIRO, 2007b).

Extensionistas da Região Sul do país mostraram uma aceitação muito grande por ações inovadoras de transferência (HERBELÊ e POSSA, 2010). Dentre os entrevistados, 93% indicaram estas possibilidades de relacionamento e interação como forma de superar os tradicionais métodos utilizados até hoje. Portanto, para os autores este é um grande desafio. Será preciso pensar em novas

²¹ Neste estudo, optou-se pela denominação, no plural, "produtores de leite" em lugar das denominações genéricas como "agricultor" e "produtor rural" e "produtor de leite", contudo respeitando ao longo do texto as denominações dadas por outros autores.

formas de interação para dar conta dessa demanda. Com relação à Internet, o mesmo estudo encontrou certa resistência dos técnicos em ‘navegar’ na Web em busca de informações para os seus trabalhos. Porém, 53% dos técnicos indicaram os *sites* como um meio de comunicação entre ‘muito bom’ e ‘bom’.

Outro estudo realizado com extensionistas do Estado de Rondônia assinala para o fato de que estes técnicos, para se manterem atualizados, recorrem principalmente a publicações técnicas editadas pela Emater (68,8%), a publicações especializadas (58,4%) e a publicações da Embrapa (50,6%), bem como se valem de programas de televisão (42,9%) e da Internet (40,3%) na obtenção de conhecimentos técnicos (ROSA NETO, 2006).

Alia-se a esse contexto a nova proposta de extensão rural que preconiza um novo papel ao extensionista, muito mais crítico e transformador, em que são exigidas novas competências técnicas, cognitivas e políticas diante dos desafios éticos e socioambientais do espaço rural. Sendo assim, a busca do desenvolvimento e da agricultura sustentável exige dos extensionistas uma nova postura, um novo tipo de atuação, um novo “profissionalismo”. Esse novo perfil passa pela utilização eficaz e eficiente dos meios audiovisuais, informáticos e comunicacionais. E, portanto, as TICs passam a ser “necessárias” em seu cotidiano (MONTEIRO, 2007a). Principalmente no que diz respeito à Internet e Web.

Pelo lado da instituição de pesquisa agropecuária, as novas ferramentas e veículos proporcionados pela Internet e Web trouxeram desafios com relação à utilização dessa nova modalidade de comunicação eletrônica, no que diz respeito ao alcance de públicos cada vez mais distintos e distantes e, também, pela ampliação da possibilidade de divulgação científica e melhoria da interação com seus públicos prioritários, envolvidos no processo de pesquisa, como os agentes de assistência técnica e extensão rural. Além disso, a intensa utilização da Web pela Embrapa trouxe à tona a discussão sobre como melhorar o relacionamento com estes agentes de uma forma mais eficaz, utilizando e priorizando os novos meios e recursos de comunicação trazidos pela Internet, especialmente o seu recurso maior que é a possibilidade da interação via redes de colaboração, potencializado pela Web.

Assim sendo, questões que dizem respeito à informação e comunicação são cruciais para as agências de pesquisa e desenvolvimento na área agropecuária. Divulgar informações geradas ou adaptadas, como é o caso da Embrapa, é próprio de suas missões institucionais e um desafio constante para áreas de comunicação e informação destas (HERBELÊ ePOSSA, 2010). Neste contexto, a princípio, a dificuldade a ser vencida estaria no campo da comunicação. A divulgação científica tem como tarefa importante a recodificação da linguagem empregada pela ciência, a fim de atingir o objetivo de levar a ciência e a tecnologia para públicos diversos (ZAMBONI, 2001). Além disso, deveria também abrir a possibilidade de interagir com estes públicos de forma a retroalimentar o processo de construção do conhecimento. Essa tarefa torna-se ainda mais complexa num ambiente virtual e novo, como é o caso da Web²².

A Web como canal de divulgação científica trouxe potencialidades diversas, como o armazenamento de um número infinito de conteúdos, a possibilidade de recuperação rápida e em qualquer lugar e a apresentação em diversos formatos audiovisuais e hipertextuais. Além disso, possibilitou a comunicação a distância em diversos níveis de interação, desde as unidirecionais e reativas até as mais dialógicas e relacionais, proporcionando a construção de conhecimento em conjunto, por sua dinâmica de rede. Como ambiente de capacitação também vem se mostrando eficaz no que diz respeito ao treinamento virtual, possibilitando o acesso aos conhecimentos e aos especialistas em lugares fisicamente distantes e distintos, pela utilização dos diversos recursos e veículos disponíveis pela Web, potencializando esta capacitação.

Dessa forma, a Web é um meio de comunicação e de compartilhamento de informação para os públicos ligados à atividade leiteira, incluindo os extensionistas rurais. Além disso, pode ser também um meio complementar aos canais de comunicação

²² A Web ou World Wide Web é a interface gráfica da Internet. São os meios e ambientes proporcionados por esta tecnologia: o *site*, o portal, o *blog*, a rede social, a comunicação proporcionada pelo aparato tecnológico. Web, portanto, é diferente de Internet, pois esta última é a Rede que interconecta o mundo e a Web é uma parte ou melhor a parte mais conhecida e utilizada e que possibilita várias linguagens: texto, som, imagem, em um mesmo local, potencializando a comunicação via Internet.

convencionais e presenciais, a exemplo dos eventos técnicos, dias de campo, treinamentos e publicações impressas, os quais são muito utilizados por tais públicos. Ademais conta com a vantagem do seu recurso mais promissor, ou seja, a interação virtual. Além de constituir um meio de comunicação massivo, dirigido e especializado ao mesmo tempo.

Nesse intento, os órgãos de extensão rural deveriam valorizar a Internet no processo de comunicação com seus públicos, principalmente com as organizações de pesquisa, a fim de identificar canais que facilitam suas atividades e instrumentos de construção partilhados de conhecimentos. Porém, ainda há barreiras com relação a sua incorporação e apropriação, especificamente no que diz respeito a *Web* como ferramenta colaborativa de esforços na construção de conhecimentos mútuos entre extensão rural e pesquisa.

No entanto, a *Web* ainda encontra-se em fase de descoberta, tanto teórica quanto metodológica, ou seja, ao mesmo tempo em que a rede mundial se apresenta como um novo e sedutor campo a ser explorado, os instrumentos para avaliação dos resultados e de seus recursos precisam ser melhor estudados e compreendidos. Existem limitações de ordem técnica, cultural, social e de conteúdo que precisam ser pensadas a fim de transformá-la em ferramenta importante e efetiva para a extensão rural.

Neste contexto, este estudo buscou verificar como a *Web* está sendo apropriada por agentes de assistência técnica e extensão rural, pública e privada, que trabalham com produtores de leite de duas microrregiões de Minas Gerais, apresentando-se como instrumento facilitador para a realização de suas atividades e para apoio ao processo de comunicação e interação com a pesquisa, principalmente no que se refere à Embrapa Gado de Leite e seu *site*, veículo virtual de divulgação científica. Metodologicamente, esta pesquisa é do tipo descritiva e utilizou-se de questionários estruturados e aplicados por meio de entrevista presencial. Os dados foram cruzados por meio do programa estatístico para as ciências sociais (SPSS) e analisados pelo confronto com o referencial teórico apresentado.

Embrapa Gado de Leite: origem e transferência de tecnologia

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa surgiu em 1972, e tinha como objetivo principal “respaldar a transformação da base técnica da agricultura no mais curto prazo, o que significava a busca por padrões de eficiência tecnológica que permitissem maior produtividade da terra e do trabalho, conferindo maior rentabilidade ao capital” (RODRIGUES, 1987, p. 205). Ainda, deveria dar ênfase à pesquisa aplicada, delegando às universidades parte da pesquisa básica. Com esse propósito, a Embrapa, por meio de suas unidades descentralizadas, coordenou a pesquisa agropecuária brasileira.

A Embrapa Gado de Leite é uma das Unidades da Embrapa. Sediada em Juiz de Fora, conta também com outras duas bases físicas, os campos experimentais de Coronel Pacheco em Minas Gerais, e Santa Mônica, no Rio de Janeiro. O seu objetivo é desenvolver pesquisas e transferir tecnologias que melhorem a qualidade do leite, aumentando a produção nacional e diminuindo os custos para produtores de leite e consumidores, utilizando cada vez menos dos recursos naturais (EMBRAPA, 2008).

Quadro 1 – Trajetória da Comunicação e Transferência de Tecnologia na Embrapa Gado de Leite

Especificação	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase
Período	1977-1986	1987-1996	1997-2006
Estrutura	Pequena Informal Chefia de P&D	Média Formal Núcleo de Difusão de Tecnologia (NDT) Chefia de Desenvolvimento	Grande Formal Chefia de C&N

Especificação	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase
Foco e tipo de atuação	<p>Regional forte Nacional fraco</p> <p>Conjunta a extensão rural - Embrater</p> <p>Contato intenso com produtores de leite e extensionistas</p>	<p>Regional moderado Nacional forte</p> <p>Contato intenso com lideranças do setor leiteiro e produtores de leite nacionais</p> <p>Contato fraco com extensionistas</p>	<p>Regional fraco Nacional forte Internacional moderado</p> <p>Contato intenso com lideranças nacionais (políticas e setor produtivo)</p> <p>Contato moderado com extensionistas e produtores de leite</p>
Atividades e canais de comunicação	<p>Ênfase em atividades individuais e de pequenos grupos: visitas, palestras, cursos, unidades demonstrativas, seminários, atendimento telefônico e pessoal.</p>	<p>Ênfase em atividades com médios e grandes grupos: campanhas nacionais, programas de TV, dias de campo, feiras e exposições nacionais</p>	<p>Ênfase em atividades com grandes grupos e de massa: Programas de TV e rádio, feiras e exposições nacionais, SAC, Internet, <i>site</i>, <i>chat</i>, eventos internacionais.</p>
Fatos políticos e históricos	<p>Criação do CNPGL Governo militar Criação da Embrater</p>	<p>Quedado regime militar Redemocratização do país Extinção da Embrater Criação da Política de comunicação Criação de estrutura de jornalismo e marketing do CNPGL</p>	<p>Globalização mercados Mudança de CNPGL para Embrapa Gado de Leite Mudança física para Juiz de Fora Nova Política de comunicação</p>

PARTE II - EXTENSÃO RURAL: DA TRANSMISSÃO À PARTICIPAÇÃO NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Especificação	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase
Retroalimentação de temas para a pesquisa	Por meio de produtores de leite e extensionistas rurais	Por meio de lideranças do setor leiteiro e próprios pesquisadores	Por meio de lideranças, editais e próprios pesquisadores

Fonte: adaptado de Moreira, 2006.

Desde a instalação do Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite - CNPGL²³ em 1976, já havia um compromisso explícito em se trabalhar com difusão de tecnologias. Para tanto foi contratado um único profissional. De lá para cá, houve mudanças de nomenclatura, ampliação da estrutura física e de pessoal e a efetivação de diferentes experiências que serão apresentadas a seguir. As informações estão em ordem cronológica e divididas em três fases, conforme verifica no Quadro 1.

Durante a primeira fase, as atividades de difusão foram no intuito de construir uma ponte com o Sistema Embrater. A Embrater era a empresa coirmã da Embrapa que coordenava todas as empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural do país e foi extinta, em 1990, no governo do então presidente Fernando Collor de Melo, no impulso das políticas neoliberais de Estado Mínimo. Nesta fase, boa parte dos trabalhos era dirigida ao atendimento de demandas pontuais dos técnicos da extensão rural e de produtores que buscavam o CNPGL para se atualizarem nas tecnologias disponíveis para a produção de leite. Ainda não se tinha uma estrutura formal dentro da Unidade. Uma iniciativa que marcou a década foi o acompanhamento intensivo de fazendas da região da Zona da Mata de Minas Gerais envolvendo pesquisadores e extensionistas. Neste período, considerado como primeira fase do trabalho de “transferência de tecnologia” foi criado o serviço de respostas às consultas técnicas, implantadas as primeiras unidades demonstrativas e realizados os primeiros cursos de capacitação para técnicos da extensão rural pública e assistência privada (MOREIRA, 2006).

²³ Sigla utilizada para representar a Embrapa Gado de Leite.

Já na segunda fase, houve um grande incremento das atividades de difusão em face da maior exposição da Embrapa Gado de Leite aos seus clientes e parceiros, dado o prestígio crescente da Unidade. Essa foi uma fase de muitas mudanças, principalmente com o desmonte do Sistema Embrater, o que afetou profundamente o setor produtivo nacional, em especial os pequenos produtores, hoje denominados agricultores familiares, que tiveram prejudicado o contato com o profissional que fazia assistência técnica, trazia novas tecnologias e promovia o desenvolvimento agropecuário. Dentre as novas estratégias da Embrapa, nesta época, destaca-se a instalação do Núcleo de Difusão de Tecnologia (NDT) em 1988, que tinha como objetivo fortalecer a interação com a assistência técnica, com as lideranças do setor leiteiro e a fragilizada extensão rural (MOREIRA, 2006).

Paralelamente, segundo Silva (2005), as mudanças políticas, sociais, econômicas e tecnológicas que começaram a acontecer a partir de 1980 passaram a exigir um relacionamento mais estratégico das empresas com os seus públicos. As organizações brasileiras se depararam com demandas comunicacionais inéditas por força do fim do ciclo dos governos militares e a volta do governo democrático e, na década de 1990, por inúmeras outras transformações: mudança do papel e do tamanho do Estado na economia, abertura comercial externa, processo de privatização de empresas estatais, desregulamentação de atividades econômicas e aquisições maciças de empresas nacionais por grupos estrangeiros, a tendência de fusões empresariais e a instituição do Código de Defesa do Consumidor.

A década de 1990 foi marcada pela política do Estado Mínimo e um tipo de internacionalização subalterna da economia e política brasileira. Neste período, para Bueno (2003), a busca por excelência passou a ser determinante para o sucesso das empresas estatais, e para a sua própria sobrevivência em um mercado competitivo e globalizado. As empresas, estatais ou privadas, passaram a se ocupar com a ideia de qualidade total de seus produtos e serviços, passaram a ter também a obrigação de buscar a “qualidade total” na comunicação com os seus públicos. A comunicação começou a ser vista como instrumento de inteligência competitiva,

e como tal passou a requerer planejamento, capacitação e adoção de práticas modernas de coleta, tratamento, recuperação e transmissão das informações.

Seguindo essa diretriz nacional, no início dos anos de 1990, a Embrapa redefiniu sua missão e objetivos, por meio do planejamento estratégico, revisou seu modelo institucional e implantou um novo sistema de planejamento, acompanhamento e avaliação técnica e gerencial. De instituição social que se apresentava como pública define-se operacionalmente como uma organização social (CHAUÍ, 2003).

Em 1995, estabeleceu um conjunto de projetos gerenciais estratégicos, visando alavancar iniciativas para a melhoria da eficiência e da qualidade dos seus produtos. Em 1997, o governo aprovou a constituição de um Conselho de Administração para a Empresa, com participantes dos setores públicos e privados, a fim de obter “maior participação” da sociedade no processo de decisão, quanto ao direcionamento de temas e áreas estratégicas em C&T e maior sustentabilidade institucional. Nesta época, aumenta consideravelmente a contratação de profissionais de comunicação e informática (jornalistas, relações-públicas, analistas de sistema e programadores) a fim de executar a política institucional de comunicação. Ou seja, a ineficiência era vista em termos comunicacionais, um problema de comunicação.

Em 1993, surgiram os primeiros sinais de que a comunicação começaria a ser tratada como prioridade na empresa com a aprovação de um projeto voltado para a construção de uma ‘Política de Comunicação para a Embrapa’. Ao gerenciar a comunicação com referenciais básicos, a Embrapa passou a atuar, a partir de 1996, de forma mais estratégica, direcionando seus recursos humanos e financeiros nessa área para o cumprimento de metas definidas, tanto em relação ao foco institucional, quanto ao foco mercadológico para transferência de tecnologia (SILVA, 2005).

Na Embrapa Gado de Leite o efeito desta nova política foi, a partir de 1992, a criação da Área de Difusão de Tecnologias (ADT). Em 1994 foi formada uma equipe de maior porte que, em 1996, passou a ser denominada Área de Difusão e Transferência de Tecnologias com dois setores. Um dos setores cuidava da

articulação institucional e da promoção tecnológica e, o outro, cuidava da comercialização e do marketing das Tecnologias, Serviços e Produtos (TSPs).

O atendimento aos visitantes se ampliou neste período. Vários livros, boletins de pesquisa, folderes e circulares técnicas foram produzidos. Com o aumento expressivo das consultas técnicas por correspondências e telefonemas, foi criado o Plantão Técnico, uma ampliação do serviço de respostas a consultas técnicas que funcionava desde 1980. É também deste período a criação da estrutura de jornalismo, marketing e comercialização de vídeos técnicos e a produção de informativos internos e externos da Unidade (MOREIRA, 2006).

A terceira e última fase acompanhou as mudanças profundas que ocorreram no país e também dentro da Embrapa. As atividades de transferência de tecnologia (TT) incorporaram e incrementaram ferramentas como os eventos técnicos (encontro de produtores, palestras, cursos de atualização técnica e congressos nacionais e internacionais) dentro e fora das bases físicas da Embrapa Gado de Leite. Em virtude da extinção da Embrater e o conseqüente esfacelamento dos sistemas estaduais de Ater, as Unidades da Embrapa perderam muito contato com os órgãos estaduais de extensão rural remanescentes. Para minimizar esse fato, a Embrapa Gado de Leite criou os Núcleos Regionais de Apoio à Pesquisa e TT no Nordeste, Norte, Sul e Centro-Oeste do Brasil. A atuação dos representantes da Embrapa Gado de Leite nestas regiões pretendeu-se ampliar as redes de pesquisa regionais e a aproximação com o setor produtivo destas localidades (MOREIRA, 2006).

Acompanhando as mudanças ocorridas na Empresa ao longo destes 34 anos, uma das transformações mais substanciais ocorreu com a transferência de tecnologias que avançou de uma estrutura tímida de difusão de tecnologias no início da instalação da Unidade em 1976 para uma Chefia Adjunta de Comunicação e Negócios (C&N) até 2010 e Chefia de Transferência de Tecnologia (TT) a partir de 2011.

Hoje a Chefia de TT atua com a equipe de pesquisa da Embrapa Gado de Leite. Articula com atores e instituições do setor

público e privado para levar informações cotidianamente aos seus beneficiários. Para a Embrapa Gado de Leite, os beneficiários das pesquisas são os seguintes segmentos da cadeia produtiva do leite, denominados produtor, consumidor, indústria e distribuidor (EMBRAPA, 2000). A partir de 2004, novas expressões buscam redefinir a estrutura e os seus focos de atuação. Assim aparecem expressões como público-alvo, definido como:

os clientes atuais e potenciais (indivíduos, grupos, entidades públicas e privadas, organizações não-governamentais, mídia, atores dos poderes executivo, legislativo e judiciário, aparelhos reguladores do Estado) cujas atividades necessitem direta ou indiretamente dos produtos e serviços de natureza econômica, social e ambiental oferecidos pela Embrapa Gado de Leite (EMBRAPA, 2006, p.15).

Nos documentos oficiais, a Embrapa não faz distinção entre os diversos grupos de produtores de leite, ou seja, não estão explícitas as diferentes condições socioeconômicas nas quais eles se veem envolvidos.

Para comunicar com estes beneficiários utiliza-se de metodologias convencionais como dias de campo (presencial e pela televisão), cursos, palestras, publicações técnicas, vídeos, DVDs, CDs, unidades de observação/validação, unidades de demonstração, participação em feiras e exposições, eventos e reuniões técnicas. E formas trazidas pela Internet, como o *site* (inserção de conteúdos técnicos, divulgação de eventos, cursos e notícias da Unidade). Nestas ocasiões busca captar as demandas do setor produtivo, identificar problemas e retroalimentar a pesquisa (MOREIRA, 2006).

Dentre os objetivos e desafios futuros da Embrapa Gado Leite nesta área, conforme estudos de cenários futuros (EMBRAPA, 2002), está o de viabilizar a educação continuada a distância, via Internet e *Web*, direcionada principalmente à reciclagem e atualização de profissionais técnicos. E ainda a inserção de novos

veículos virtuais interativos como redes sociais, *chats*, fóruns, *blogs*, dentre outros. Além da melhoria dos antigos, como o *site*. É neste ponto que se pode ver a relevância da pesquisa em questão.

A Internet e a Web para a Embrapa Gado de Leite

Os novos veículos de comunicação trazidos pela Internet lentamente foram introduzidos nos seus processos comunicacionais da Embrapa, impulsionados por sua nova Política de Comunicação, reformulada em 2002 e dava prioridade às novas tecnologias, com ênfase para a Internet e Web. O texto enfatizava que a comunicação da ciência e da tecnologia deveria atentar para as potencialidades das novas tecnologias, em especial a Internet, buscando formatar veículos, linguagens e conteúdos adaptados a estas novas mídias. Sugere-se a implementação de canais (*newsletters* e revistas eletrônicas) que possam promover o relacionamento não apenas com os demais pesquisadores, mas também com outros públicos de interesse. Preconizava a utilização de espaços virtuais de interação (videoconferência, *chat*) com esses públicos.

Hoje, todas as unidades da Empresa possuem *sites* para apresentar suas tecnologias e disseminar informações sobre suas pesquisas a públicos diversos, os quais são utilizados como veículos de comunicação complementares a outras formas tradicionais de comunicação (cursos, eventos, treinamentos, dias de campo, unidades demonstrativas, programas de rádio e televisão).

A Internet e a Web estão presentes em processos internos e externos de controle e comunicação na Embrapa. Alguns exemplos são a avaliação eletrônica de projetos de pesquisa, a construção dos planos diretores em plataforma de Internet; os treinamentos para empregados e a formação dos gerentes e executivos são ministrados em cursos *on-line*, criação de um departamento dentro da Embrapa e áreas nas Unidades somente para cuidar da informática; aumento progressivo dos investimentos em informática e contratação de *webdesigners* e programadores específicos para cuidar da comunicação via Web. Além da construção do portal da Embrapa, que abriga todos os *sites* das suas

unidades descentralizadas, responsável pela comunicação externa com públicos prioritários, a qual tem sido intensificada e repensada a cada dia.

Com a valorização da Internet e Web pela Embrapa e no caso específico deste estudo da Embrapa Gado de Leite surgem desafios e obstáculos no que se refere à utilização de uma nova e dinâmica ferramenta tecnológica para relacionar com este público beneficiário, a saber: técnicos da extensão rural e assistência técnica pública e privada.

Resultados e Discussão

Para a tabulação e cruzamentos dos dados e informações obtidos com a pesquisa de campo, foi utilizado o programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) pacote estatístico para as ciências sociais.

Instituições de Ater envolvidas na pesquisa

Conforme caracterização de Brasil (2003) existem 11 categorias de instituições de Ater, entre elas estão as de caráter público: as governamentais municipais, estaduais ou federais (aqui representada pela Emater-MG) e as de caráter privado, tais como as cooperativas de produção (aqui representadas pela LAC e Itambé), as organizações não-governamentais, as empresas privadas prestadoras de serviço, dentre outras.

Assim sendo, estas três instituições estudadas foram brevemente caracterizadas conforme os dados coletados em documentos institucionais, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Quanto ao tipo, a instituição pública ou governamental representou 69% e a cooperativa 31% dos entrevistados, divididos, assim, nas microrregiões de Cataguases e Uberaba, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Instituições de Ater envolvidas na pesquisa

Tipo de instituição	Região		TOTAL GERAL (%)
	Cataguases (%)	Uberaba (%)	
Pública	71	67	69
Cooperativa	29	33	31
Total	100	100	100
Base(*)	14	15	29

Fonte: Dados da pesquisa.

Base = número de respondentes.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais é a instituição de Ater governamental estudada. Está vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa. É originária da Associação de Crédito e Assistência Rural - Acar, fundada em 1948, como a primeira experiência brasileira direcionada para a introdução de novas técnicas de agricultura e economia doméstica, de incentivo à organização e de aproximação do conhecimento gerado nos centros de ensino e de pesquisa aos produtores rurais. Possui a maior abrangência de atuação, infraestrutura e profissionais trabalhando com Ater no Estado, com escritórios locais em todos os 50 municípios das duas microrregiões estudadas.

Com relação à comunicação via Internet, a Emater MG possui vários canais como *site*, endereço de *e-mail* e rádio *on-line*. Está presente em redes sociais como *Twitter* e *Facebook*. Todos os escritórios municipais possuem computadores ligados à Internet, mas a qualidade do acesso depende muito do tipo de conexão e da infraestrutura tecnológica de cada município particularmente.

A Cooperativa de Produtores de Leite de Leopoldina, detentora da marca LAC, foi a instituição de Ater privada estudada para a região de Cataguases. Possui 67 anos de fundação e está localizada na Zona da Mata mineira, com base física no Município de Leopoldina. A empresa trabalha com o processamento do leite e transformação dele em diferentes produtos lácteos. Além de

Minas Gerais, está presente com seus produtos em outros centros consumidores como São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Amazonas e Brasília.

Com relação a Ater, a LAC possui quatro técnicos extensionistas agropecuários, sendo três veterinários e um agrônomo, que fazem o atendimento técnico especializado aos produtores de leite cooperados. Possui veículos de comunicação formal voltados a seus vários públicos. Além do *site* para acesso do consumidor e público em geral, mas também possui veículos voltados ao cooperado, como é o caso do jornal da LAC, impresso e eletrônico.

A Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Leite – CCPL, detentora da marca Itambé, foi a instituição de Ater privada estudada para a região de Uberaba. Com 61 anos de fundação, é hoje é a maior cooperativa de lácteos do país, contando com 31 cooperativas singulares nos Estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo. Seus produtos estão presentes em todas as regiões do Brasil e em mais de 62 países estrangeiros.

Possui diferentes veículos de comunicação para chegar aos públicos de interesse, especialmente aos seus cooperados. Entre eles estão revistas e boletins técnicos, circulares e eventos presenciais. A cooperativa tem investido também em canais *on-line* eletrônicos, como *site* e portal do produtor, jornais, vídeos técnicos e totem de tecnologias²⁴.

Além disso, conta com o maior sistema de assistência técnica privada de Minas Gerais com 60 técnicos contratados que fazem a comunicação com o produtor de leite no campo. Na microrregião de Uberaba (onde foi realizada a pesquisa com esta instituição) possui cinco técnicos exclusivos para realização desse trabalho.

²⁴ São terminais de computadores cujo objetivo é organizar e disseminar informações técnicas ao produtor de leite, conhecido como “Totem de Tecnologias da Embrapa”, parecido com terminais de autoatendimento de bancos. Estes terminais ficam na sede das cooperativas singulares filiadas à Itambé. Com o auxílio de pessoas treinadas o associado pode pesquisar artigos e informações ligadas à atividade leiteira, ter acesso ao Portal da Itambé, da Embrapa, entre outros *sites*, além de poder imprimir artigos de interesse e o extrato da Folha do Leite.

Perfil dos entrevistados

Nas duas microrregiões estudadas, os informantes são predominantemente do sexo masculino, representando 93% do total da amostra. Demonstrando que a atividade de extensão agropecuária na bovinocultura continua majoritariamente masculina. Sendo assim, a variável gênero não será considerada para fins de comparação de dados.

A média de idade dos entrevistados é de 41 anos, variando entre a mínima 24 e a máxima de 63 anos. Tendo a maior incidência de idade no intervalo de 41 e 50 anos em Cataguases (43%) e de 31 a 40 anos em Uberaba (47%). Considerando as regiões, observa-se uma grande diferença para o intervalo de idade entre 31 e 40 anos, variando de 7% em Cataguases a 47% em Uberaba, conforme pode ser observado na Tabela 2. Outra observação no que diz respeito à variável idade e os tipos de instituições é que dos técnicos maiores de 50 anos, cinco (83%) são da instituição pública. Entre os mais jovens (até 40 anos), 56% são das instituições privadas de Ater e 45% da instituição pública.

Tabela 2 – Característica etária dos extensionistas por microrregião

Faixa etárias	Região		TOTAL GERAL (%)
	Cataguases (%)	Uberaba (%)	
20 a 30 anos	29	13	21
Mais de 30 a 40 anos	7	47	27
Mais de 40 a 50 anos	43	20	31
Mais de 50 anos	21	20	21
Total	100	100	100
Base(*)	14	15	29

Fonte: Dados da pesquisa.

Base = número de respondentes.

Com relação à última formação, dentre os técnicos entrevistados, 31% possuem o ensino médio técnico, 38% têm graduação, 28% especialização e apenas 3% possuem mestrado. Dos entrevistados, 57% possuem o ensino médio técnico em agropecuária e 43% o ensino médio convencional, sendo este último com complementação do ensino superior. Comparando as microrregiões estudadas, a diferença observada foi pouco significativa (vide Tabela 3).

Tabela 3 – Escolaridade dos técnicos por microrregião

Última formação	Região		TOTAL GERAL (%)
	Cataguases (%)	Uberaba (%)	
Ensino médio	36	27	31
Graduação	36	40	38
Especialização	21	33	28
Mestrado	7	--	3
Total	100	100	100
Base (*)	14	15	29

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.
Base = número de respondentes.

Como era de se esperar, as áreas de formação superior dos entrevistados estão voltadas para as ciências agrárias. A maior incidência está na graduação em agronomia (35%), seguida por medicina veterinária (25%) e gestão ambiental (20%). Essa ocorrência pode estar relacionada à visão pragmática dirigida a fins da extensão rural, que privilegia a formação específica do extensionista em assuntos de natureza técnica.

Na comparação entre as microrregiões, há maior frequência (55%) para agronomia em Uberaba e em Cataguases para gestão ambiental (todos da instituição de Ater pública) e medicina

veterinária, empatadas com 44% cada uma. A procura por áreas voltadas ao meio ambiente se justifica por ser um tema emergente no Brasil e no mundo, sendo pauta de agenda de políticas públicas nacionais; assuntos como desenvolvimento sustentável vêm ganhando força em todo o globo e isso reflete também nas ações da extensão rural.

Interessante notar que a área de formação em meio ambiente somente aparece na graduação de extensionistas da instituição pública de Ater. Talvez isso se justifique pelo tipo de agricultor (familiar) atendido e trabalho desempenhado por estes técnicos, bem como um direcionamento político do atual governo por ações desta natureza.

Quanto à especialização, os técnicos se dividem em nove áreas distintas (Quadro 4). A incidência maior (27%) está na área de pecuária de leite. Interessante notar que, do total, apenas um técnico é especialista em extensão rural (da instituição de Ater pública). E um técnico (da instituição de Ater privada) em Cataguases possui mestrado em nutrição e produção de ruminantes.

Quadro 2 – Áreas de especialização dos extensionistas por instituição de Ater e microrregião

Área de especialização	Instituição de Ater	Microrregião
Bovinocultura e pecuária de leite	Pública e Privada	Cataguases e Uberaba
Assentamentos e reforma agrária	Pública	Cataguases
Gestão de desenvolvimento sustentável	Pública	Cataguases
Extensão rural	Pública	Uberaba
Fertilidade do solo e nutrição de plantas	Pública	Uberaba
Cafeicultura	Pública	Uberaba
Proteção de plantas	Pública	Uberaba

Área de especialização	Instituição de Ater	Microrregião
Fruticultura	Pública	Uberaba
Administração rural	Pública	Uberaba

Comparando as microrregiões, as especializações estão mais presentes em Uberaba, com 73% delas. Porém o índice de escolaridade ainda é muito baixo, ou seja, dos 29 técnicos entrevistados, somente oito (28%) possuem algum título de especialista dos quais sete (87%) são da instituição pública. Outra constatação é a falta de interesse dos técnicos em especializações mais voltadas para áreas sociológicas e humanas.

Na média, os técnicos possuem 14 anos de trabalho na instituição. Com maior incidência geral entre 1 e 10 anos. No comparativo com as microrregiões, Uberaba possui a maior ocorrência (67%) no intervalo de 1 a 10 anos, enquanto em Cataguases (36%) está entre 11 e 20 anos, conforme Tabela 4. Com relação às instituições, a maior incidência para as duas categorias está no intervalo entre 1 a 10 anos, pública (40%) e privada (67%), na frequência mais de 20 até 30 anos são todos técnicos da instituição pública de Ater. Apenas um extensionista possui menos de 1 ano de serviço e é da instituição privada.

Tabela 4 – Tempo de serviço dos técnicos na instituição

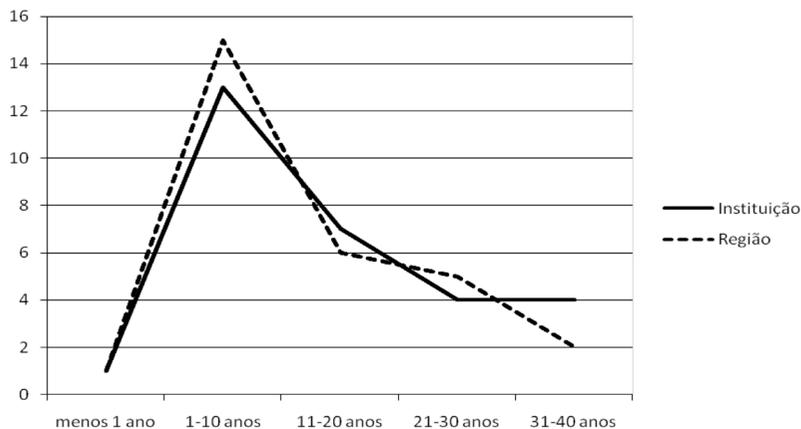
Tempo de serviço	Região		TOTAL GERAL (%)
	Cataguases (%)	Uberaba (%)	
Menos de 1 ano	7	--	3
De 1 a 10 anos	21	67	45
Mais de 10 a 20 anos	36	13	24
Mais de 20 a 30 anos	21	7	14
Mais de 30 a 40 anos	14	13	14
Total	100	100	100
Base (*)	14	15	29

Fonte: Dados da pesquisa.

Base = número de respondentes.

A média de anos trabalhados na região é de 12 anos, seguindo a mesma tendência do tempo de serviço na instituição, com maior índice geral (52%) de 1 a 10 anos e na microrregião de Uberaba sendo 73%. Os dados demonstram, portanto, que não há muita mudança de região de trabalho e que o técnico costuma permanecer na mesma região da primeira contratação, como pode ser visto na Figura 1. O que é positivo do ponto de vista da continuidade do trabalho e conhecimento dos problemas relacionados às respectivas regiões.

Figura 1 – Tendência comparativa de tempo de serviço – instituição e região



Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Além do atendimento aos produtores de leite, os técnicos estão envolvidos em outras atividades (administrativas, agrícolas, pecuárias e não-agrícolas) com maior ocorrência para as atividades agrícolas²⁵ (41%). Os técnicos que se dedicam exclusivamente à pecuária de leite respondem por apenas 10% da amostra. Quando questionados sobre quanto do seu tempo é gasto com a orientação de produtores de leite, dos 29 entrevistados, a maior parte (16) dedica de 20 a 50% a esta atividade, seguido de 60 a 80% do tempo com 11 respondentes. Somente dois técnicos disseram dedicar todo o tempo na orientação destes produtores e são das instituições privadas de Ater.

Entre as justificativas para o pouco tempo dedicado aos produtores de leite está o desenvolvimento de outras atividades administrativas tais como procedimentos burocráticos, relatórios internos e crédito rural, tomando muito do seu tempo de trabalho, acarretando uma sobrecarga de atividades, sobrando pouco para

²⁵ As atividades agrícolas citadas pelos técnicos foram: milho, feijão, cana, arroz, fruticultura, horticultura, mandioca, fumo, eucalipto, soja, sorgo, café e olericultura.

a orientação em campo. Apesar disso, a maioria justifica que a atividade leiteira ainda é a mais demandada em quase todos os municípios estudados, por ser a principal atividade desenvolvida, e também a que requer mais atenção e mais tempo para a orientação técnica.

Apesar de a Emater-MG orientar para o trabalho com grupos, o tipo de atendimento predominante ainda é o individual (67%), seguido do grupal (30%). Somente três técnicos (10%) indicaram utilizar uma combinação dessas duas orientações. Nas microrregiões segue-se a mesma tendência.

O tipo de produtor de leite atendido pelos técnicos é familiar (78%) do que empresarial (22%). Este resultado reflete a orientação institucional da empresa governamental e reforçada pela nova Política Nacional de Ater, em que os agricultores familiares devem ser o público prioritário. Dentre as justificativas para priorizar este tipo de público familiar estão: a característica fundiária e tradição leiteira dos municípios (pequenas propriedades), especialmente em Cataguases, e a demanda institucional da Ater pública.

Importante destacar que os técnicos que atendem agricultores empresariais são todos das cooperativas estudadas, apenas um deles disse trabalhar prioritariamente com agricultor familiar. Isso pode ser explicado pelo tipo de atuação das cooperativas, onde há o pagamento individualizado pela assistência técnica, atraindo produtores de leite mais especializados e de maior poder aquisitivo, que podem pagar pelo serviço prestado.

As principais práticas profissionais e atividades didáticas desenvolvidas pelos extensionistas foram divididas por Coelho (2005) em: individuais, para pequenos grupos (ou grupais), para grandes grupos (ou massivas), formas de deliberação e para orientação técnica. Entre as práticas mais realizadas pelos técnicos, em números absolutos, estão as mais tradicionais e para pequenos grupos como palestra e demonstração técnica, seguidas do tipo massiva (dia de campo), e a forma de deliberação (reunião), com 96% cada uma. Curso (90%), excursão (86%) e encontro para demonstração de resultados (83%) também figuram entre as mais indicadas e classificadas como grupais. Conforme pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5 – Realização de atividades extensionistas pelos técnicos

Atividade Indicação	Nível de Realização (*)						TOTAL GERAL (%)
	0 (%)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	
Reunião	4	7	14	7	17	52	100
Palestra técnica	4	3	28	31	17	17	100
Dia de campo	4	34	28	17	3	14	100
Demonstração técnica	4	10	14	10	17	10	100
Curso	10	7	17	28	17	21	100
Excursão	14	10	34	31	3	7	100
Encontro	17	7	34	14	7	21	100
Campanha	28	21	14	21	7	10	100
Unidade demonstrativa	28	21	10	24	10	7	100
Intercâmbio	28	21	17	14	17	3	100
Dia especial	38	21	17	10	7	7	100
Concurso leiteiro	48	3	3	7	17	21	100
Assembleia	48	14	10	14	7	7	100
Pesquisa partilhada	55	7	14	7	7	10	100
Workshop	86	3	3	7	--	--	100
Seminário	97	--	--	--	3	--	100
Base (**)							29

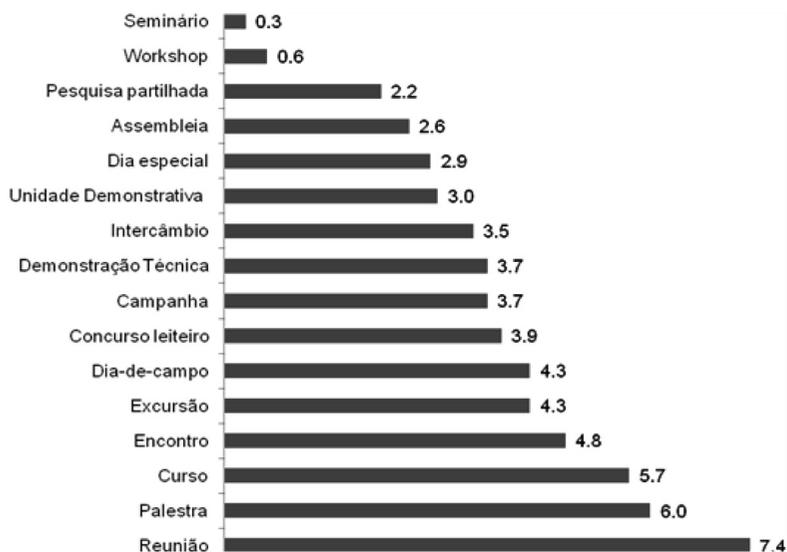
Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

(*) As atividades foram enumeradas pelos respondentes em ordem decrescente de realização (0, 1,2,3,4,5).

(**) Base = número de respondentes.

Quando considerados pela média ponderada, os resultados mudam muito pouco, pois as reuniões e palestras continuam sendo as atividades mais realizadas, como mostradas na Figura 2. Porém, os tradicionais dias de campo e demonstrações técnicas perdem espaço para curso e encontro. Estes dados mostram que as atividades utilizadas na prática profissional dos técnicos entrevistados são mais grupais do que individuais. Essa preferência pode estar ligada à experiência e domínio desses instrumentos (mais conhecidos) como ferramentas didático-pedagógicas para orientação de natureza técnica.

Figura 2 – Ponderação das atividades de extensão rural realizadas pelos técnicos entrevistados.



Fonte: dados da pesquisa.

A média ponderada levou em conta os pesos (1,2,3,4,5) de realização de cada atividade, onde 1 é o peso menor e 5 o maior, e assim sucessivamente.

O que chama a atenção também nestes dados é que práticas importantes como pesquisa partilhada junto com os produtores rurais esteja em segundo plano, o que mais uma vez vem corroborar com a visão mais convencional de extensão rural, na

qual estes produtores não participam ativamente do processo de construção do conhecimento, sendo mero expectador.

A Web como ferramenta de capacitação para a extensão rural

Além de canal de informação, como já visto, a *Web* traz consigo a possibilidade de capacitação a distância em inúmeras áreas do conhecimento. As grandes vantagens dessa ferramenta é a diminuição de custos de transporte e alimentação, economia de tempo, facilidade de acesso e armazenamento de informações (em diferentes formatos) e a diferentes pessoas credenciadas e especializadas (instrutores e experts) em locais fisicamente distantes. Além disso, tem a facilidade de se fazer um treinamento em qualquer lugar e a qualquer tempo, o que com a educação informal tradicional não poderia.

Tudo isso é visto como potencialidade da *Web*, que, para a extensão rural, pode ser uma forma de capacitação viável, pelo tipo de trabalho desenvolvido (que envolve visitas a campo e pouco tempo para viagens) e pelo tempo e dinheiro que podem ser economizados com este tipo de treinamento.

Por esta razão é que o presente estudo procurou saber a percepção e a apropriação dos técnicos extensionistas dessa nova ferramenta de treinamento e capacitação a distância utilizando a *Web*.

Tabela 6 – Ações e incentivos de capacitação proporcionados pelas instituições estudadas

Tipo de treinamento	Uberaba (%)	Cataguases (%)	TOTAL GERAL (%)
Curso de curta duração presencial	73	71	72
Curso a distância via Web	20	--	10

Tipo de treinamento	Uberaba (%)	Cataguases (%)	TOTAL GERAL (%)
Liberação parcial – eventos (tempo)	27	57	41
Liberação parcial – eventos (diárias)	13	29	21
Liberação total – eventos	7	36	21
Incentivo capacitação – promoção	--	29	14
Curso longa duração semipresencial	7	--	3
Visita técnica	7	--	3
Total	RM(*)	RM(*)	RM(*)
Base (*)	14	15	29

Fonte: Dados da pesquisa.

(*) RM = respostas múltiplas, com percentagens excedendo a 100%.

(**) Base = número de respondentes.

Para tanto, procurou saber como está o treinamento dos técnicos entrevistados. Com relação às ações de capacitação que a empresa tem proporcionado a eles, tem-se notado uma tendência maior pela realização de cursos de curta duração presenciais por demanda institucional (72%) nas duas microrregiões estudadas. Foram citadas também outras iniciativas, tais como liberação para participação de eventos técnicos somente tempo (41%), de tempo, hospedagem, alimentação e deslocamento (21%) e somente diárias (21%). As outras indicações podem ser vistas na Tabela 6.

Apenas os técnicos de Uberaba (10%) apresentaram certa insatisfação com relação às iniciativas de capacitação profissional proporcionadas pela empresa. O incentivo dado pelas instituições de Ater para a capacitação a distância pela Web ainda é muito baixo, apenas 10% afirmaram que a empresa tem possibilitado este tipo de treinamento, todos eles de cooperativa.

A Web como ferramenta de capacitação está sendo apropriada mais em Uberaba. Em Cataguases ainda é incipiente. Dos

técnicos entrevistados, em geral 48% disseram ter feito algum curso ou capacitação via *Web*, 36% em Cataguases e 60% em Uberaba.

As razões pelas quais fizeram este tipo de treinamento estão relacionadas às vantagens econômicas e facilidades visualizadas em detrimento de outras capacitações presenciais, como economia de tempo e deslocamento, praticidade, flexibilidade e autonomia de horário, além dos benefícios com relação ao acesso rápido à informação (quantidade e qualidade) e oportunidade de melhoria do currículo e desempenho profissional.

Entre os motivos para a não-utilização deste tipo de capacitação estão: a percepção de alto custo desses cursos, a falta de tempo, de interesse, de oportunidade e de habilidade com o aparato tecnológico necessário, bem como a falta de conexão à Internet em casa. Além disso, foi citada a preferência por cursos presenciais, pois acreditam na eficiência deles.

No geral, os técnicos estão satisfeitos com o treinamento via *Web* que realizaram, pois a avaliação feita por eles foi positiva com 85% entre ótima (52%) e boa (23%).

No que diz respeito à percepção futura sobre capacitação a distância via *Web*, os números são promissores, ou seja, 65,5% dos técnicos pretendem fazer treinamento nos próximos meses. Uberaba mostra uma tendência mais positiva com relação a um treinamento no futuro, com 80% de indicação contra 50% de Cataguases.

Cruzando esses dados com a variável idade dos entrevistados, tem-se o seguinte panorama: a maior incidência de realização deste tipo de treinamento num futuro próximo pelos mais jovens (até 40 anos) com 74%. Entre os mais velhos (acima de 50 anos) está a maior descrença neste tipo de capacitação (83%) e acima de 40 anos (67%).

A percepção continua positiva quando relacionada à aprendizagem a distância. Dos técnicos entrevistados 22 deles avaliam entre ótimo (62%) e bom (14%). Os dados demonstram que as impressões positivas concentram-se mais nas faixas de idade inferiores (até 40 anos), com 86%, sendo 64% com conceito bom e, 22%, ótimo. Com relação aos de maior idade (acima de 40 anos) essa avaliação também é positiva com 67% (60% bom e 7% ótimo). Das frequências negativas, 75% são indicadas pelos maiores de 50 anos,

o que sugere novamente uma correlação entre a variável avaliação da aprendizagem Web com as variáveis idade e escolaridade, confirmando novamente a premissa apresentada.

Os motivos positivos mais citados foram: a grande quantidade de conteúdo e informação atualizada disponibilizados e que podem ser armazenados para posterior consulta, além do que acreditam que neste tipo de treinamento as exigências são ainda maiores que os convencionais. Porém creem que a aprendizagem mais significativa ainda é aquela na qual tem presença física e que o aluno e o professor ainda são os grandes protagonistas da aprendizagem; do primeiro se espera a dedicação e a disciplina, do segundo o método e a abordagem, além do domínio do conteúdo. Estas preocupações também foram observadas dentre os motivos negativos. Acreditam que nada substitui o contato físico e a troca de experiências pelo convívio diário.

A fim de confirmar a percepção sobre treinamento à distância pela Web, foi perguntado aos técnicos se eles o recomendariam a um amigo. Os dados estão na Tabela 7.

Tabela 7 – Recomendação de cursos via Web pelos extensionistas

Descrição	Microrregião		TOTAL GERAL (%)
	Cataguases (%)	Uberaba (%)	
Recomendaria a um amigo	86	100	93
Não recomendaria a um amigo	14	--	7
Total	100	100	100
Base (*)	14	15	29

Fonte: dados da pesquisa.

(*)Base = número de respondentes.

Estes dados mostram que, apesar das desconfianças com relação a Web, os técnicos acreditam nessa ferramenta tecnológica para capacitação e treinamento, pois visualizam os seus benefícios tanto econômicos quanto de conteúdo e de aprendizagem, o que reafirma posições anteriormente identificadas. Eles associam a

capacitação *Web* a conceitos positivos como praticidade, utilidade, agilidade, facilidade, mobilidade, otimização, flexibilidade, comodidade, aplicabilidade e economia.

Porém, estes cursos ainda são bastante associados à informação e os recursos interativos, como as possibilidades diversas de comunicação (*chats*, fóruns, videoconferências), não foram lembrados pelos técnicos. Apenas um técnico (3%) citou a possibilidade de comunicação como ponto forte.

A *Web* como canal de comunicação e interatividade entre pesquisa e extensão rural

A interatividade é vista na atualidade pelos teóricos que estudam a *Web*, como a característica que a diferencia dos demais meios de comunicação de massa. Aliada à linguagem hipermídia, esse meio ainda emergente no Brasil tem potencialidades muito pouco exploradas e apropriadas pelos atores de pesquisa e extensão rural.

O desenvolvimento das redes de comunicação, por meio da *Web* e do correio eletrônico, permitiu maior participação social dos indivíduos nos processos de decisão política; gestão participativa nas empresas e instituições; formação de grupos de colaboração para a realização de atividades (CASTRO, 2006). Ainda segundo a autora, a informação dinamizou o processo de construção do conhecimento coletivo, fazendo convergir num único espaço: a comunicação, a decisão, a demanda, a resposta e a ação.

Como meio de comunicação, a *Web* vem mostrando as suas potencialidades, porém ainda existem muitas barreiras a serem transpostas no que diz respeito à interatividade entre pesquisa e extensão rural. A *Web*, portanto, pode ser apropriada neste processo a fim de encurtar distâncias, reduzir custos e aprimorar a comunicação, proporcionando um melhor diálogo entre extensionistas e pesquisadores.

Neste contexto, a presente pesquisa propôs conhecer melhor a apropriação que os extensionistas fazem dos novos veículos de comunicação via *Web*, confrontando a incorporação

destes com os canais convencionais, como a televisão, o rádio, o jornal e a revista impressos no dia a dia destes técnicos.

O ambiente informacional apresenta duas grandes diferenças em relação ao ambiente de radiodifusão. A primeira distinção está na arquitetura de rede. A arquitetura linear e unidirecional dos fluxos de informação dos meios de comunicação de Massaé alterada para uma arquitetura distribuída, não-linear, com conexões multidirecionais entre todos os nós, formando um ambiente de elevada interatividade e de múltiplos informantes interconectados, chamado de rede. A segunda diferença ocorre nos custos para tornar-se um emissor, ou seja, produtor de conteúdo na rede. O ambiente das redes digitais elimina os custos de comunicação como barreiras para “falar” e propagar suas mensagens (SILVEIRA, 2008).

Apesar de suas evidentes vantagens como meio de comunicação, a *Web* não deve substituir os tradicionais veículos de comunicação, como advoga Pinho (2000). Desta forma, pode-se também ter na *Web* um meio complementar as formas de comunicação convencionais utilizadas para a divulgação e compartilhamento de informações técnico-científicas entre pesquisa e extensão rural.

A fim de entender melhor a apropriação pelos técnicos de canais convencionais e virtuais de comunicação e interatividade entre a pesquisa e a extensão rural, foram apresentados os principais para a avaliação dos entrevistados. Os resultados estão configurados na Tabela 8.

Tabela 8 – Avaliação de canais de comunicação entre pesquisa e extensão rural

Canais	Percepção	Muito importante (%)	Importante (%)	Pouco importante (%)	Indiferente (%)	TOTAL/ BASE
Curso presencial		86	14	--	--	100 29
Dia de campo		79	21	--	--	100 29
Visita técnica		69	31	--	--	100 29
Site		62	34	--	7	100 29
Publ. Eletrônica		52	48	--	--	100 29
Evento técnico		48	45	7	--	100 29
Publ. Imprensa		45	52	3	--	100 29
Reunião		45	48	10	--	100 29
Correio eletrônico		38	48	14	--	100 29
Jornal eletrônico		38	41	21	--	100 29
Curso Web		24	69	7	--	100 29
Jornal impresso		24	65	10	--	100 29
Ação interativa Web		21	55	17	7	100 29
Reunião Internet		17	55	17	10	100 29

Fonte: Dados da pesquisa.

(*) RM = respostas múltiplas, com percentagens excedendo a 100%.

(**) Base = número de respondentes.

Pode-se observar que os técnicos preferem formas mais tradicionais e presenciais, como os cursos, dias de campo e visita técnica, para se comunicarem com a pesquisa. Os *sites* e as publicações eletrônicas também são vistos como importantes formas de comunicação entre esses atores. O correio eletrônico, embora utilizado pela totalidade dos técnicos no trabalho, não figura entre os mais importantes.

Apesar de os técnicos não avaliarem os veículos virtuais como importantes canais de comunicação, os espaços interativos virtuais, como *blogs*, redes sociais, fóruns e *chats* foram aceitos por 96% dos técnicos como canais eficazes entre a pesquisa e a extensão rural. E os motivos para essa aceitação levam em conta as vantagens em termos de comunicação de mão-dupla, a rapidez e instantaneidade, otimização de tempo e recursos, aproximação, interatividade e melhoria do relacionamento entre pesquisadores e extensionistas, flexibilidade de horários, dentre outros.

Porém, ainda existe muita resistência à utilização destes recursos interativos como canal de comunicação no trabalho, como pode ser notado nas respostas sobre redes sociais. Somente 28% participam e todos utilizam por motivos pessoais. Para os que não participam, a falta de tempo e de interesse são os principais motivos apontados. A rede mais utilizada é o Orkut (5), seguida do Twitter (2) e Facebook (1).

Para 97% dos entrevistados as novas ferramentas e canais interativos advindos da *Web* potencializam a comunicação entre os atores, porém isso fica só na percepção de importância, pois os dados nos dizem que a utilização desses recursos de comunicação ainda é incipiente. Muito se fala, mas na prática não se efetiva. Talvez o que explique essa posição é a falta de habilidade prática e treinamento para lidar com estes recursos tanto do lado da pesquisa quanto do lado da extensão, refletindo também na falta de familiaridade.

Outro dado importante da percepção da *Web* é que 76% dos entrevistados concordam que a *Web* é potencialmente melhor como veículo de comunicação entre pesquisa e extensão do que o rádio e a televisão, pois para 80% deles ela deixou de ser monólogo para se transformar em diálogo. Além disso, todos acreditam que a *Web* poderá ajudar os serviços de Ater na consecução de projetos em conjunto com a pesquisa, por sua característica de

cooperação e construção partilhada de conhecimento, e 96,5% concordam que ela poderá ajudar na melhoria dos contatos com os pesquisadores, em quantidade e qualidade.

Na opinião de Castells (2002), a Internet e a *Webinfluenciaram* as transformações sociais gerando uma sociedade na qual a informação pode ser produzida e armazenada em diferentes espaços e acessada por usuários distantes geograficamente, facilitando o desenvolvimento de pesquisas e a preparação de trabalhos em redes de colaboração.

De modo geral, apesar da maior utilização de canais convencionais, não se pode desconsiderar que, para 100% dos informantes, as ferramentas interativas como *blogs*, redes sociais e fóruns são importantes veículos de comunicação para tirar dúvidas e desenvolver debates futuros ligados aos serviços de Ater. E essas ferramentas podem num futuro próximo ser incorporadas para a comunicação com a área de pesquisa.

A apropriação destes canais interativos advindos da *Web* ainda é motivo de muita controvérsia pelos técnicos. Quando avaliados em separado, eles recebem boa apreciação, porém, quando comparados com os outros canais mais convencionais e familiares pelos extensionistas, eles ficam em segundo ou até mesmo em último plano.

A Embrapa Gado de Leite na opinião dos extensionistas

A articulação, pesquisa e extensão rural vêm sendo discutida no campo acadêmico; alguns teóricos acenam para o aprimoramento da intercomunicação destas duas importantes áreas profissionais e de conhecimento. No Brasil, há um distanciamento cada vez maior entre extensionistas e pesquisadores. O diálogo está longe de ser eficaz e as poucas iniciativas não chegam a contemplar a maioria desses técnicos. Os canais de comunicação neste contexto são fracos e só conseguem beneficiar uma minoria.

Aliado a isso, estão alguns possíveis motivos desse distanciamento como o tipo de trabalho e a agenda lotada de atividades de pesquisadores e extensionistas que fazem com que essa comunicação seja ineficiente e, muitas vezes, até inexistente.

Ainda a dimensão continental do nosso país faz com que os encontros e contatos fiquem cada vez mais raros entre esses dois atores.

Em se tratando da atividade leiteira, esse panorama torna-se mais preocupante, pois os produtores de leite são muitos e dispersos por todas as regiões e os técnicos também. Em Minas Gerais a situação não é diferente, ou melhor, tem mais fatores para que estes encontros sejam quase impossíveis.

A Embrapa Gado de Leite, como unidade de pesquisa da atividade leiteira, é um dos centros de referência científica de Minas Gerais e fonte de informações para técnicos da extensão pública e privada que trabalham com produtores de leite.

Conhecendo a problemática que envolve a comunicação, as entrevistas buscaram entender melhor a interação entre a Embrapa Gado de Leite e parte de seu público beneficiário: o extensionista, no que diz respeito a busca de informações e resultados de pesquisa para as atividades de orientação técnica, e a utilização e preferência de canais que possam melhorar esse relacionamento por meio da comunicação, nomeadamente os canais via *Web*.

Tabela 9 – Utilização das informações da Embrapa Gado de Leite por microrregião

Descrição	Microrregião		TOTAL GERAL (%)
	Cataguases (%)	Uberaba (%)	
Utiliza Muito	57	33	45
Utiliza Médio	36	54	45
Utiliza Pouco	7	7	7
Não utiliza	--	7	3
Total	100	100	100
Base (*)	14	15	29

Fonte: dados da pesquisa.

(*)Base = número de respondentes.

Quase a totalidade dos técnicos (97%) diz que utiliza informações provenientes da Embrapa Gado de Leite para o trabalho diário com produtores. A maior intensidade de uso nas microrregiões é muita (57%) em Cataguases e média (54%) em Uberaba. Os dados estão na Tabela 9. Com relação às instituições, as maiores incidências são muitas (55%) para os técnicos da pública e médias (78%) para os das instituições privadas. E o único técnico que não utiliza é da instituição pública de Ater.

Figura 3 – Comparação entre os principais canais/formas utilizados para comunicar com a Embrapa Gado de Leite e os que consideram mais eficazes



Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

A ponderação foi conseguida com base na fórmula matemática de média ponderada na qual se multiplica o número da frequência de resposta encontrada em níveis de importância (0,1,2,3,4,5) pelos pesos ou importância (0= 0,1=1, 2=2, 3=3, 4=4,5=5) dividido pela soma dos pesos 1,2,3,4,5=15.

A preferência por canais de comunicação pode depender de fatores que motivem a utilização, como facilidade de acesso, familiaridade, disponibilidade, linguagem acessível, quantidade e

qualidade de conteúdo. O uso dos canais da Embrapa Gado de Leite pelos entrevistados pode ser visto na Figura 3 com a comparação entre os canais utilizados e os mais eficazes na opinião dos extensionistas.

Na comparação dos dados, pode-se destacar que Uberaba tem os técnicos que menos utilizam alguns dos canais acima citados, dos quais 78% deles não mantêm contato com os pesquisadores da Embrapa Gado de Leite, 86% dizem não utilizar o *e-mail*, 80% não participam de eventos, 73% não fazem cursos presenciais e a totalidade deles não acessa as publicações eletrônicas e o *site* da empresa.

Em compensação os técnicos de Cataguases (64%) foram os únicos a indicar o contato telefônico como um meio de comunicação com a instituição, e 60% deles dizem participar em projetos de pesquisa com a Unidade.

A distância entre os escritórios de Ater e a sede da empresa de pesquisa, em parte, afeta o tipo de interação e a comunicação com os técnicos de Uberaba.

Comparando com a última formação escolar, os dados mostram que, entre os que não utilizam o *e-mail*, 71% estão os técnicos com ensino médio e os graduados, e também 71% são os que utilizam dia-de-campo e unidade demonstrativa, 74% fazem cursos presenciais e 70% destes não participam de eventos técnicos.

Atualmente a Embrapa Gado de Leite não possui ações *Web 2.0* como redes sociais, blog, fóruns e cursos a distância, mas conforme indicação nos estudos de cenários futuros (EMBRAPA, 2002), estas novas ferramentas pouco a pouco deverão ser inseridas no composto da comunicação integrada empresa.

Para tanto, os extensionistas avaliaram estes canais como forma de comunicar com a empresa. Dando notas de 1 a 5 em ordem crescente, os resultados são os seguintes: o mais bem avaliado foi o curso *Web* com média ponderada de 7,8, perdendo apenas para os sites, avaliados com 8,5, seguidos dos bate-papos *on-line* (5,8) e redes sociais (5,7).

Analisando-se os técnicos que deram a maior nota (5) verificou-se que os técnicos de Uberaba são os que avaliaram

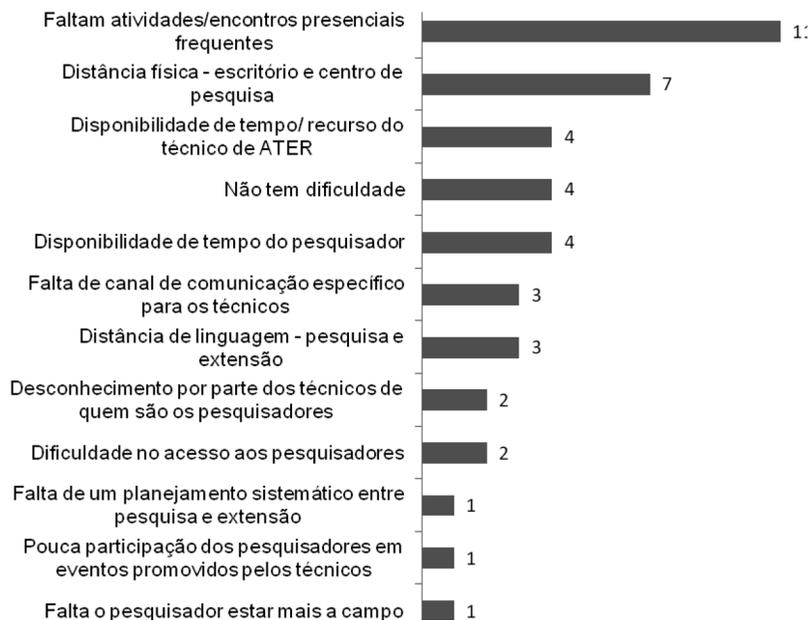
melhor os canais de comunicação virtual, 53% deram nota máxima aos cursos *Web* contra 14% de Cataguases, 27% para os *chats* contra 7% de Cataguases. As redes sociais só receberam uma nota máxima de Uberaba.

Dos canais virtuais apresentados, os cursos foram os mais bem avaliados pelos técnicos, talvez seja porque eles remetem estes cursos ao trabalho e já os *chats* e redes sociais ainda são avaliados negativamente, por sua associação ao lado pessoal ao invés do profissional.

Porém, ao serem questionados se participariam de uma rede social profissional com assuntos sobre o leite, 72% disseram que sim. Destes, 52% têm idade inferior a 40 anos e 48% superior a 40 anos. Destaca-se aqui a opinião dos graduados, 90% deles aceitariam participar, 67% do ensino médio e 50% da especialização. O único técnico com mestrado também disse que participaria. Dos que não participariam (28%), todos são da Emater-MG.

Quando perguntados sobre o seu relacionamento com a Embrapa Gado de Leite, 86% deles disseram necessitar estreitar relações com a empresa, a fim de obter informações técnicas. Destes, 100% são de Uberaba e 71% de Cataguases, 90% da empresa pública e 78% da cooperativa. Todos os técnicos que querem melhorar o relacionamento com a Embrapa Gado de Leite são de idade inferior a 40 anos.

Dos que dizem não necessitar de estreitar o relacionamento (29%), todos são de Cataguases e com idade superior a 40 anos. Eles alegaram possuir um bom relacionamento, dos quais metade é da empresa pública e metade das cooperativas.

Figura 4 – Dificuldades na comunicação com a Embrapa Gado de Leite

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Para poder melhorar este relacionamento, os técnicos foram questionados sobre as dificuldades de comunicação para com os pesquisadores da Embrapa Gado de Leite. Também foram instigados a darem sugestões a fim de melhorar essa comunicação. Os principais entraves estão na Figura 4.

Os dados mostram que as principais dificuldades sentidas nessa relação são as que dizem respeito a distância e à falta de contato pessoal, seja ele feito fisicamente ou por meio da Internet e Web. Falta de tempo do extensionista e do pesquisador também são entraves importantes a esta comunicação.

Tabela 10 – Melhorias sugeridas para a comunicação entre extensionistas e pesquisadores da Embrapa Gado de Leite

Sugestão de melhoria	Frequência
Promover mais atividades/eventos/reuniões presenciais em conjunto para melhorar contato e divulgar pesquisas.	10
Criar um canal <i>on-line</i> específico para os agentes de Ater.	7
Pesquisador visitar periodicamente o campo para conhecer os problemas enfrentados pelo produtor a fim de melhorar as pesquisas, torná-las mais aplicadas aos diversos tipos de produtores, especialmente pequenos e familiares.	6
Promover encontros periódicos via Internet para apresentar e debater ideias e pesquisas, e desenvolver projetos em conjunto.	4
Pesquisador ter contato direto mais entrosamento com o extensionista, visitar escritórios.	3
Divulgação periódica das pesquisas por parte dos pesquisadores.	2
Maior incentivo/recursos por parte da empresa de Ater em proporcionar encontros/atividades em conjunto.	1
Prever em projetos de pesquisa e extensão recursos para eventos e visitas recíprocas.	1
Oferecer cursos via <i>Web</i> .	1
Planejamento sistemático acordado em conjunto a fim de criar canais de comunicação eficazes.	1
Disponibilizar os contatos (e-mail, <i>skype</i> , MSN, etc.) dos pesquisadores para os técnicos de Ater.	1
Divulgar os resultados de pesquisa em formato e linguagem mais simples e prática.	1
Total	RM(*)
Base (**)	29

(*) RM= respostas múltiplas, com percentagens excedendo 100%.

(**) Base = número de respondentes.

Na comparação com as regiões, Uberaba tem mais dificuldades pela distância física, citada por seis técnicos, o que dificulta os encontros presenciais, lembrado por nove técnicos. Com relação a Cataguases, os técnicos estão mais satisfeitos, os quatro que disseram não ter dificuldades são desta região. Entre os entraves mais citados por eles está a disponibilidade de tempo de pesquisadores (3) e de extensionistas (3), bem como a dificuldade de acesso ao pesquisador (2).

Os técnicos também sugeriram melhorias para essa comunicação, o que pode ser visto na Tabela 10.

O site da Embrapa Gado de Leite na opinião dos extensionistas

Outras iniciativas de utilização das novas tecnologias para a popularização do conhecimento científico têm sido desenvolvidas em diversas áreas do conhecimento, como é o caso de *sites*, *blogs*, *redes sociais* dentre outras aplicações da Internet e *Web*.

Assim sendo, procurou conhecer a apropriação feita pelos extensionistas do *site* da Embrapa Gado de Leite: um canal de divulgação científica para os seus diversos públicos beneficiários, incluindo os agentes de Ater.

Quadro 3 – Avaliação dos técnicos sobre a oferta de informações técnicas pelo *site*

Ótima	Boa	Regular
Fácil acesso, disponibilidade de informações, divulgação de eventos e notícias em geral.	A quantidade de informação é suficiente e tem informações interessantes e de baixo custo.	
Está satisfeito. Tudo que pesquisou, encontrou no <i>site</i> .	Tem boas informações, mas ainda faltam informações importantes, como sanidade animal.	Poderia ter informações mais atualizadas.
Encontra bastante informação quando acessa o <i>site</i> .	Pela disposição das informações em áreas específicas.	
Têm informações variadas, vários assuntos técnicos que podem esclarecer muitas dúvidas.	Teve informações que procurou e não encontrou.	A disposição dos conteúdos dentro do <i>site</i> pode ser melhorada para facilitar a navegação.
Pela abrangência dos conteúdos disponibilizados.	Têm assuntos importantes negligenciados pelo <i>site</i> , Ex.: irrigação de pastagens.	Falta disponibilizar conteúdos completos eletronicamente.
Pela credibilidade dos pesquisadores.	Poderia ter uma gama maior de informações para o pequeno produtor, soluções simples e baratas. Pois é confiável e pela diversidade de assuntos.	Possui informação muito científica e pouco prática, simples e objetiva.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Todos os entrevistados disseram conhecer o *site* da Embrapa Gado de Leite, dos quais 93% já o acessaram para buscar informações científicas e técnicas; já os que nunca acessaram (7%) são da Emater MG e de Uberaba.

Com relação à oferta de informação de natureza técnica, o *site* é ótimo para 37% dos técnicos, bom para 52% e regular para 11%. As razões estão no Quadro 3.

Em se tratando de atualização, o *site* foi considerado muito atualizado por 62% dos entrevistados. Meio atual por 21%, pouco e todo por 3% cada um. 10% dos entrevistados não souberam responder, todos de Uberaba. A representação da atualidade da informação disponibilizada pelos *sites* também é uma característica importante numa avaliação de confiabilidade (FURQUIM, 2004).

Para Sordi, Meireles e Grijó (2008) a confiabilidade da informação é mensurada com base na análise das variáveis: credibilidade da fonte e credibilidade do conteúdo. Essas duas variáveis influenciam-se mutuamente, ou seja, fontes confiáveis são entendidas como desenvolvedoras de conteúdos confiáveis e conteúdos confiáveis são entendidos como originados de fontes confiáveis (SLATER e ROUNER, 1996).

As informações veiculadas no *site* da empresa foram consideradas muito confiáveis por 97% dos respondentes. Entre as razões para a utilização estão a confiança e a credibilidade da fonte (instituição e especialista técnico) com 76%, e a credibilidade do conteúdo (provenientes de pesquisa científica de qualidade e sem interesse comercial explícito) com 24%.

Sobre a relevância das informações contidas no *site* para o trabalho com os produtores de leite, 83% acreditam serem importantes, 10% não sabe e 7% não responderam. Entre as razões desse pensamento estão fatores tais como utilidade, aplicabilidade, atualidade, especialização, compatibilidade com os problemas encontrados no campo, além de motivos relacionados à competência técnica e credibilidade científica, da instituição e dos pesquisadores.

Porém, ao serem perguntados se consideram que o *site* tem informações científicas compatíveis com as reais necessidades dos produtores de leite, as respostas mudam um pouco, ou seja, 41% deles dizem ter muita informação compatível, 38% médio

e 7% pouco (de Uberaba). Entre os motivos, muitos apresentaram posição contrária ao que tinha exposto no item acima analisado e dividem-se; esta apreciação está no Quadro 4.

Quadro 4 – Compatibilidade das informações científicas divulgadas no *site* com as reais necessidades dos produtores de leite atendidos pelos entrevistados

Posições não-favoráveis	Posições favoráveis
Muitas vezes as tecnologias e informações preconizadas necessitam de muito investimento em infraestrutura na propriedade, em recursos financeiros e insumos externos, os quais não são compatíveis com o produtor, também são culturalmente diferentes.	As informações se aplicam à realidade dos produtores do município aos quais trabalham.
Nem sempre as informações são adequadas aos problemas locais.	Têm pesquisas para a região que trabalha.
Faltam soluções simples e tecnologias mais aplicadas ao pequeno e produtor familiar, mais característico da atividade leiteira.	As informações do <i>site</i> sempre suprem a necessidade de informações técnicas.
Nem todas as tecnologias o produtor tem como utilizar e aplicar.	São pesquisas aplicadas no campo.
Algumas tecnologias têm que ser adaptadas à realidade financeira e cultural de cada produtor.	São tecnologias fáceis de serem aplicadas nas propriedades rurais.
Nem todas as informações do <i>site</i> são aplicadas no campo.	As informações do <i>site</i> são de pesquisas atualizadas.

Posições não-favoráveis	Posições favoráveis
As informações são muito complexas, falta mais objetividade, ser mais prática, mais simples.	O site tem informações práticas e úteis, direcionadas e específicas do leite.
Nem todas as informações do <i>site</i> são aplicadas no campo.	As informações atingem todos os tipos e níveis de sistema de produção.
As informações não são compatíveis com o nível tecnológico dos pequenos produtores com os quais trabalha.	Traz informações atualizadas e de fácil utilização.
As pesquisas são mais voltadas para os grandes produtores, minoria na produção de leite.	Quando procurou, achou as informações no <i>site</i> e atendeu a demanda dos produtores.
A linguagem dos conteúdos do <i>site</i> são muito científicas, necessita de uma linguagem mais técnica, mais simples.	As pesquisas contemplam os problemas do campo.
Os produtores nem sempre colocam em prática as informações apresentadas.	

Dos técnicos que avaliaram positivamente, 67% são de cooperativas e 55,5% destes disseram trabalhar com agricultores empresariais; 30% deles são da Ater pública e todos dizem trabalhar com agricultor familiar. Os dados demonstram que os técnicos da Emater-MG estão menos satisfeitos com o tipo de informações divulgadas no *site* e que reflete no tipo de tecnologia gerada, as quais são pouco compatíveis com a realidade do pequeno produtor familiar, público beneficiário da política de Aterpública. Para estes, as informações do *site* refletem o direcionamento das pesquisas da Embrapa Gado de Leite.

O *site* da Embrapa Gado de Leite possui recursos de interatividade reativa assíncrona, ou seja, sem possibilidade de resposta

em tempo real, como os *e-mails*, conforme Primo (2005) classifica. Entre eles, está o Serviço de Atendimento Cidadão – SAC, na sua versão eletrônica, em que os usuários podem enviar mensagens com perguntas técnicas via *e-mail* ou por formulário próprio pelo *site*.

Sendo assim, para saber se este recurso é conhecido e qual a apropriação e avaliação feita pelo técnico, perguntou-se a eles qual o percentual de interatividade que o técnico considera ter no *site*. Daqueles que responderam, 47% acreditam ter pouca, 23% média, 6% muita, 18% tudo e para 6% não é interativo. Em Uberaba apenas 27% responderam esta questão e 93% em Cataguases.

Dos que não responderam e que consideram os recursos com baixa ou nenhuma interatividade (0% a 30%), as razões são o desconhecimento da existência destes recursos interativos (52%), a baixa utilização destes (14%) e a ineficiência como canal para o técnico de Ater (17%), por não ser *on-line* como num *chat*. Já os que já utilizaram o recurso, elogiaram a presteza e o atendimento feito (17%).

Para aprofundar sobre o que os técnicos conhecem do *site*, foi questionado o conhecimento que eles têm com relação a dois recursos de comunicação existentes no *site* e a utilização dos mesmos. Responderam 97% que nunca utilizaram e não conhecem os programas de rádio e, da mesma forma, 90% o totem de tecnologia. Estes são recursos novos que disponibilizam em formatos diferentes as informações técnico-científicas provenientes das pesquisas da Embrapa Gado de Leite e são destinadas aos técnicos de Ater, principalmente os programas de rádio.

O desconhecimento pode, em parte, estar ligado à falta de divulgação destes recursos por parte da Embrapa e o interesse por parte do extensionista. Pois não é o puro emprego da Internet ou a aplicação do recurso mais moderno pela organização que determinará o sucesso da ação, mas sim se a escolha foi apropriada para o segmento selecionado, incluindo, dentre outros fatores, a linguagem adequada, as condições ambientais favoráveis ao estímulo à comunicação e as respectivas interferências na eficiência da mensagem (ANDRADE, 2007). Além do domínio de técnicas

pelos extensionistas relacionado à nova tecnologia a ser apropriada, como afirma Coelho (2005). E isso também pode ser a causa do desinteresse por esses recursos.

Para conhecer a opinião dos extensionistas sobre o conteúdo técnico-científico do *site*, os técnicos foram questionados sobre quais assuntos acessam e quais gostariam de acessar. A comparação está na Tabela 11.

Tabela 11 – Comparação entre utilização e preferências de acesso no site da Embrapa Gado de Leite

Descrição	Assunto mais acessado (%)	Assunto que gostaria de ver no site (%)
Nutrição animal	51	17
Qualidade do leite	31	3
Sanidade Animal	28	7
Reprodução animal	24	3
Mercado do leite	14	0
Sistemas de produção de leite	14	3
Genética animal	3	3
Meio ambiente	--	17
Instalações	--	17
Gerenciamento da propriedade	--	14
Georreferenciamento da propriedade	--	14
Total	RM (*)	RM (*)
Base (**)	29	29

Fonte: Dados da pesquisa.

(*) RM = respostas múltiplas, com percentagens excedendo a 100%

(**) Base = número de respondentes.

No que se refere aos assuntos que acessam, novamente o tema nutrição animal se confirma como preferido dos técnicos, seguido de qualidade do leite, sanidade e reprodução animal. Porém, ao considerar os assuntos que os técnicos mais gostariam de ver no *site*, estão os emergentes temas da atualidade, tais como, o meio ambiente²⁶ (todos citados pelos técnicos da Emater-MG) e o georreferenciamento rural. E os mais comuns como instalação²⁷ e gerenciamento de propriedades, figuram entre os mais citados.

Os outros assuntos citados e que não se referem especificamente à área técnica e sim à linguagem e ao formato de apresentação são os seguintes: disponibilizar as informações em banco de imagens (doenças do gado e das pastagens), trabalhar as informações em manuais práticos (soluções simples), informações sobre associativismo, resultados de pesquisas aplicados por região/bioma, tecnologias mais aplicadas aos pequenos produtores e agricultores familiares.

Autores como Lindroos e Nielsen defendem que a qualidade da informação é a principal determinante do uso de um *site*. Lindroos (1997) e Nielsen (1997) concordam que o valor agregado da informação, produto ou serviço oferecido é a principal motivação do seu uso, e não vice-versa. Em termos de confiabilidade da informação, importa lembrar Harris (1997), que define o critério confiabilidade da informação como a “autoridade da fonte percebida pelo usuário”.

Entre as motivações dos técnicos para a utilização do *site* da Embrapa Gado de Leite está a busca de conhecimentos e informações técnicas com 50% das indicações. O sentimento de confiança na instituição e nas informações também foi apontado por 31% e 15% dos entrevistados, respectivamente. Com 8% ficou a qualidade das informações divulgadas no *site*.

Já as dificuldades percebidas pelos técnicos foram: problemas com a estrutura da informação (4), linguagem pouco acessível ao técnico (1), problemas com o *link busca* (3), ter mais imagens

²⁶ Os assuntos citados foram: destinação adequada de resíduos/dejetos dos animais (3), controle biológico (1) e uso da água na agropecuária (1).

²⁷ Das instalações citadas estão os sistemas de irrigação de pastagens (3), bezerreiro (1) e curral (1).

e textos menores e objetivos (2), conter dicas de uso/ link do tipo *conheça o site* (1), difícil encontrar os canais interativos no *site* (2), problemas em baixar arquivos técnicos (1), não vê dificuldades, fácil navegar (12) e não sabe dizer, pois não acessa muito (6). Quem apontou mais problemas no *site* foram os técnicos da Emater-MG (79% de apontamentos).

Os dados mostram que o *site* da Embrapa Gado de Leite para se efetivar como um canal de divulgação científica para os públicos pesquisados e prioritários para a Empresa necessita ser reformulado, tanto em estética e arquitetura da informação, mas principalmente com relação à perspectiva social que orienta os conteúdos técnicos, principal razão de uso destes agentes de Ater. No que se refere à interação, ele precisa ser trabalhado na perspectiva da interação mútua, a fim de criar um relacionamento mais estreito com este público.

De modo geral, os técnicos acreditam na tecnologia *Web* como canal de informação para os serviços de Ater e a utilizam na atualidade. Para os extensionistas ela veio facilitar o acesso e a recuperação de informações técnicas (75%) por agilizar o recebimento destas informações pelo ganho de tempo proporcionado. Como canal de comunicação e interação para a extensão rural, a *Web* é futuro. Entre as vantagens mencionadas está a melhoria da comunicação com diversos atores envolvidos com a extensão rural, especialmente com a pesquisa (41%), por ser um meio de baixo custo, proporcionando diálogo e melhoria dos relacionamentos para os técnicos de Ater.

Parafraçando Eisenberg (2000), o potencial democratizante da *Web* não é inerente ao meio de comunicação eletrônica, como advogam alguns de seus defensores, mas apenas um potencial que, para se realizar, requer uma intervenção ativa daqueles interessados em convertê-la em um instrumento de democracia. Mas para isso é preciso ter claro quais as marcas da dinâmica social que impedem o acesso democrático à informação.

Considerações

Entre os resultados obtidos, destaca-se o fato de que a *Web* está sendo mais apropriada pelos extensionistas como canal de informação científico-técnica, não sendo aproveitadas as potencialidades como ambiente de capacitação e interação. Com relação à Embrapa Gado de Leite, os dados mostram que há necessidade de se estreitar o relacionamento com os agentes de Ater, e que a distância física ainda é uma barreira importante neste sentido.

Os extensionistas acreditam que a melhoria da interação destes dois atores pode trazer benefícios como o desenvolvimento de pesquisas mais compatíveis com as reais necessidades dos diferentes níveis de produtores de leite, especialmente os pequenos pecuaristas familiares que são a maioria dos produtores brasileiros.

No que se refere ao *site* da Embrapa Gado de Leite, apesar de ser reconhecido como ótimo veículo de divulgação científico-técnica na atualidade, ainda necessita ser repensado e reformulado, com relação à interatividade e conteúdo, para ser um canal efetivo entre a Embrapa Gado de Leite e os extensionistas, já que, no geral, as informações veiculadas pelo *site* da Empresa são vistas como relevantes, confiáveis e atualizadas por este público.

Conclui-se, portanto, que as potencialidades apresentadas pela *Web* para a extensão rural como os ambientes de informação, comunicação e capacitação trazem diversas possibilidades de atualização técnica e treinamento, pelo encurtamento das distâncias entre fonte e receptor; minimização de recursos; e benefícios visualizados como os espaços de interação mútua e de construção de conhecimento pela cooperação virtual em redes colaborativas. Porém, há barreiras e limitações de ordem técnica e cultural para que esta tecnologia seja realmente incorporada no cotidiano profissional dos agentes de Ater; entre elas está a precária infraestrutura de acesso e conexão nos municípios e conseqüentemente nestas organizações, bem como a necessidade de capacitação do extensionista para utilizar esta ferramenta, além do incentivo ao uso efetivo desta tecnologia por parte das próprias organizações de Ater.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Z. A. F. de. Aplicação de Recursos Tecnológicos para Criação e Manutenção de Relacionamentos da Organização com os seus Públicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 1., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABRAPCORP / ECA-USP, 2007. Disponível em: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2007/trabalhos/gt3/gt3_andrade.pdf>.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Perfil das instituições de assistência técnica e extensão rural.** Versão final. Brasília, DF, 2003. 159 p.

BUENO, W. da C. **Comunicação empresarial: teoria e pesquisa.** São Paulo: Manole, 2003.

CASTELLS, M. **A galáxia internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTRO, R. C. F. Impacto da Internet no fluxo da comunicação científica em saúde. **Rev. Saúde Pública**, n. 40, p. 57-63, 2006.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, 2003.

COELHO, F. M. C. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos.** Viçosa, MG: Editora UFV, 2005.

EISENBERG, J. Internet popular e democracia nas cidades. **Informática Pública**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 1999. 23 p. Disponível em: <www.ip.pbh.gov.br/ANO1_N1_PDF/ip0101eisenberg.pdf>. Acesso em: 20 out. 2010.

FURQUIM, T. de A. Fatores motivadores de uso de site web: um estudo de caso. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 48-54, jan./abril 2004.

EMBRAPA Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite. **II Plano Diretor da Embrapa Gado de Leite: 2000-2003.** Juiz de Fora, 2000. 58 p.

EMBRAPA. **Cenários do ambiente de atuação das organizações públicas de pesquisa, desenvolvimento e inovação para o agronegócio brasileiro-2002-2012.** Brasília, DF, 2002. 58 f.

EMBRAPA GADO DE LEITE. **III Plano Diretor da Embrapa Gado de Leite: 2008-2011.** Juiz de Fora, 2006. 28 p.

EMBRAPA GADO DE LEITE. **IV Plano Diretor da Embrapa Gado de Leite: 2008-2011.** Juiz de Fora, 2008. 39 p.

HARRIS, R. **Evaluating internet research sources**. Virtualsalt, 22 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.virtualsalt.com/evalu8it.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

HERBELÊ, A. L. O.; POSSA, A. D. Uma proposta de intercâmbio para superar modelos positivistas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul, RS. **Anais...** Caxias do Sul: Intercom, 2010. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3278-1.pdf> >. Acesso em: set. 2010.

LINDROOS, K. Use quality and the world wide web. **Information and Software Tecnology**, v. 39, nº 12, p. 827-836, dec. 1997.

MONTEIRO, E. de P. **A extensão rural e as tecnologias da informação e comunicação**: possibilidades e limites de utilização. 2007a. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

_____. Limites e possibilidades das tecnologias da informação e comunicação na extensão rural. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 30, nº 2, p. 114, jul./dez. 2007b.

MOREIRA, I. C. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, v. 1, nº 2, 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/29/50>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

NIELSEN, J. **How users read on the Web**. Useit, Fremont, USA, out. 1997. Disponível em: <<http://www.useit.com/alertbox/9710a.html>>. Acesso em: set. 2010.

PINHO, J. B. **Publicidade e venda na internet**. São Paulo: Summus Editorial, 2000.

PRIMO, A. F. T. **Enfoques e desfoques no estudo da interação mediada por computador**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [2005]. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/enfoques_desfoques.pdf>. Acesso em: set. 2010.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

ROSA NETO, C. **Principais demandas dos técnicos da extensão e de produtores rurais acerca do processo de inovação tecnológica de uma instituição de pesquisa agropecuária**. Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2006. 20 p. (Embrapa Rondônia. Documentos, 105). Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAF-RO-2010/14317/1/doc105-extensaorural.pdf>>. Acesso em: set. 2010.

SILVA, H. D. **Políticas de Comunicação: O Caso EMBRAPA**. In: CONGRESSO VIRTUAL DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL, 2005. Disponível em: <<http://www.comtexto.com.br/convicomcaseHeloizaEmbrapa.htm>>. Acesso em: set. 2010.

SILVEIRA, S. A. Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública. IN: PRETTO, N. de L.; SILVEIRA, S. A. da (Org.). **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 31-50.

SLATER, M. D.; ROUNER, D. How message evaluation and source attributes may influence credibility assessment and belief change. *Journalism and mass communication*. **Quarterly**, Columbia, v. 73, n. 4, p. 974-991, 1996.

SORDI, J. O.; MEIRELES, M.; GRIJO, R. N. Gestão da qualidade da informação no contexto das organizações: percepções a partir do experimento de análise da confiabilidade dos jornais eletrônicos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 2, p. 168-195, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v13n2/a12v13n2.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2010.

VECCHIATTI, C. J. M. A revolução silenciosa. In: **PESQUISA sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil 2005**. Brasília: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2005. p. 45-47. Disponível em: <<http://www.cetic.br/indicadores.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2010.

VILELA, D.; BRESSAN, M.; CUNHA, A. S. (Ed.). **Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento**. Brasília, DF: MCT/CNPq; Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001.

10.

Agricultura familiar no estado de Mato Grosso do Sul: a experiência do Assentamento Juncal

Angelita de Oliveira Almeida
Dalva Miriam Coura Aveiro
Mariana Coura Aveiro
Eva Nara de Souza

A ocupação do Cerrado pela agricultura familiar, decorrente da política de reforma agrária, a partir da primeira metade da década de 1980, aparece como uma consequência da modernização agrícola. Após duas décadas do início da implantação de assentamentos do Cerrado, em Mato Grosso do Sul, a maioria deles encontra-se econômica e socialmente fragilizada e ambientalmente devastada.

No estado de Mato Grosso do Sul a luta pela resistência na terra tem feito os assentados lançarem mão de diversas formas de trabalho, de acordo com as circunstâncias de mercado e de vida na terra, onde a alternância de formas organizacionais de produção tem sido a marca mais evidente, tornando os assentamentos um verdadeiro campo de lutas e de permanentes redimensionamentos da experiência de cooperação. Parte-se do pressuposto de que embora exista o ideal de cooperação e de cooperativas de produção para os assentamentos rurais, a predominância na forma de trabalho tem sido aquela que possibilita maior autonomia para o assentado e sua família no tocante ao processo de produção, e com isso, sobre o seu próprio modo de vida.

A cooperação revela, por um lado, a ampliação da capacidade de sobrevivência econômica através da obtenção de renda monetária, direta e/ou indireta, maior (gerada, principalmente, pelo

aumento da produtividade do trabalho e da redução dos custos de produção); o aprendizado de formas solidárias e agroecológicas de trabalhar a terra; a possibilidade de melhorar a infraestrutura produtiva, entre outras vantagens. Por outro lado, o trabalho cooperado explicita ainda mais a diversidade sociocultural e a diferenças entre os projetos de trabalho e de vida existentes, as divergências e a predominância dos valores individualistas e, na prática, não elimina as desigualdades e as relações de subordinação típicas do trabalho.

Contudo, fora do trabalho, no cotidiano das famílias, a cooperação espontânea dá continuidade ao movimento político de luta pela melhoria das condições de vida, amplia e dinamiza as formas e as redes de convivência social que favorecem a resistência e a permanência no assentamento, chegando mesmo a configurar um padrão de assistência social próprio, uma vez que a escassez generalizada torna precárias as condições de vida nesses espaços.

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UFMS

A ITCP é um programa que presta serviços necessários para o início, desenvolvimento e/ou reciclagem de cooperativas ou grupos de trabalho associativo, denominados de Empreendimentos de Economia Solidária - EES. É uma linha de extensão universitária que disponibiliza um núcleo básico interdisciplinar formado pelo quadro: docente, acadêmico e técnico, buscando socializar o conhecimento da academia junto aos setores populares, para uma melhor inserção social no plano de trabalho e avanço na conquista da cidadania plena.

O Projeto tem como objetivo estimular a formação de empreendimentos de economia solidária no Estado de Mato Grosso do Sul, como forma de geração de trabalho e renda, desenvolvendo a prática autogestionária e o espírito empreendedor. Promove, através de cursos de qualificação profissional continuada, a capacitação de cooperados/empreendedores e também presta assessoria e acompanhamento nas áreas social, educacional, saúde,

jurídica, administrativa, de mercado, contabilidade, econômica e tecnológica. O projeto possibilita a construção de novas formas de relação entre a Universidade e as organizações através da pesquisa, ensino e extensão voltados para a economia solidária. Desenvolve ações junto ao poder público e iniciativa privada, objetivando a criação de políticas públicas de efetivação do direito ao trabalho e apoio à economia solidária.

A Economia Solidária tem sido uma resposta importante dos trabalhadores e das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. São milhares de organizações coletivas, organizadas sob forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário.

Projeto Frango de Corte Tipo Caipira

Criação do Frango Tipo Caipira como Alternativa de Complementação da Renda Familiar é um dos projetos implantados pela ITCP/UFMS no Assentamento Juncal no município de Naviraí/MS. Após o levantamento de interesse dos 108 assentados, o trabalho foi desenvolvido pelos acadêmicos do curso de Medicina Veterinária e Zootecnia da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da UFMS, sob orientação do Profº Drº Alfredo Sampaio Carrijo.

A ITCP/UFMS procurou fazer parcerias com diferentes órgãos existentes em Mato Grosso do Sul, tais como: Prefeitura Municipal de Naviraí, AGRAER, MAPA e Banco do Brasil, permitindo a montagem do esqueleto do arranjo produtivo do Frango Tipo Caipira esquematizada na Figura 1.

Baseando-se na metodologia participativa 23 mulheres iniciaram o projeto com financiamento de R\$ 6.000,00 obtidos junto ao Banco do Brasil, através do PRONAF-MULHER, tendo como principal proposta de comercialização, a merenda escolar. O custo de construção de cada galpão está apresentado na Tabela 1.

Agora, a primeira produção de frangos tipo caipira já está sendo comercializada no município, com grande aceitação pelo

PARTE II - EXTENSÃO RURAL: DA TRANSMISSÃO À PARTICIPAÇÃO NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

consumidor e já está disponível nos seis maiores supermercados de Naviraí-MS. O projeto conta com o financiamento do FINEP/MCT e atende atualmente 10 assentamentos em todo o Estado, somando mais de 1850 famílias.

Figura 1 – Arranjo Produtivo do Frango Tipo Caipira



Tabela 1 – Custo de construção de galpão para Frango Tipo Caipira e custeio de 500 aves para o Assentamento Juncal, Naviraí/MS

Galpão para 500 frangos

Ordem	Item	QT	Preço	Total
1	Telha fibrocimento	42	R\$ 6,95	R\$291,90
2	Cumieira de cerâmica	32	R\$ 2,50	R\$80,00
3	Tijolos de oito furos	500	R\$ 0,28	R\$140,00
4	Tijolos comum	200	R\$ 0,25	R\$50,00
5	Palanques de 4m	8	R\$70,00	R\$560,00

Ordem	Item	QT	Preço	Total
6	Esteios de 5m	4	R\$80,00	R\$320,00
7	Vigas de 4m	8	R\$45,00	R\$360,00
8	Caibros de 4m	8	R\$17,00	R\$136,00
9	Ripão de 3m	30	R\$ 3,00	R\$90,00
10	Telas de galinheiro com 50 m	2	R\$ 150,00	R\$300,00
11	Arame liso	1	R\$ 270,00	R\$270,00
12	Cimento 50 kg	6	R\$15,00	R\$95,40
13	Prego Kg	2	R\$10,00	R\$20,00
14	Comedouro tubular	8	R\$30,00	R\$240,00
15	Bebedouro pendular	8	R\$25,00	R\$200,00
				R\$ 3.153,00
Custeio				
1	Pintos de um dia	500	R\$1,10	R\$550,00
2	Ração para frangos	3.500	R\$0.65	R\$ 2.275,00
Total				R\$ 5.978,30

A criação de aves alternativas é uma tendência mundial crescente, fortemente disseminada na Europa, principalmente na França, onde este tipo de carne já ocupa 30% do mercado de carne de aves. A avicultura alternativa chegou ao Brasil no início da década de 90 e, atualmente, ocupa uma fatia de mercado correspondente a aproximadamente 0,5% do mercado avícola industrial. O consumo deste tipo de carne no Brasil ganhou muito mercado a partir daquela década. De lá para cá, a produção brasileira quase dobrou, passando de 2,3 para 4,2 milhões de toneladas por ano. Hoje, consome-se 60% mais do que há cinco anos, o que promete altos rendimentos às granjas bem estruturadas de todo o país. (GESSULLI, 1999). O emprego da designação “frango caipira ou frango colonial”, ou “frango tipo ou estilo caipira”, ou “tipo ou estilo colonial”, na identificação de frangos como o caipira ou o

colonial, foi normatizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por meio do DIPOA (Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal), Ofício Circular DOI / DIPOA número 007/99 de 19 de maio de 1999 (BRASIL, 1999).

A referida norma estabeleceu ainda que na produção do frango caipira sejam fielmente observadas nas suas diversas fases, as seguintes condições: a) alimentação constituída por ingredientes, inclusive proteínas, exclusivamente de origem vegetal, sendo totalmente proibido o uso de promotores de crescimento de qualquer tipo ou natureza; b) sistema de criação (manejo) até 25 (vinte e cinco) dias em galpões. Após essa idade, devem ser soltos, a campo, sendo doravante sua criação extensiva e usar no mínimo 3 metros quadrados de pasto por ave; c) idade de abate no mínimo 85 dias e, d) linhagem exclusivamente às raças próprias para este fim, vedadas, portanto, aquelas linhagens comerciais específicas para frango de corte. (KODAWARA *et al.*, 2004). A procura pelo frango de corte tipo caipira ocorre, principalmente, por que sua carne possui um sabor mais acentuado do que a do frango industrial. Espera-se que as aves de crescimento lento que são criadas com ração concentrada, acesso a piquetes de gramíneas e abatidas em idade mais avançada apresentem carne mais rígida e mais saborosa do que a carne de aves criada em sistema intensivo (FANÁTICO *et al.*, 2005).

As principais linhagens de frangos tipo caipira utilizados são a Pescoço Pelado, também conhecido como *Label Rouge*, o Pesadão e o Paraíso Pedrês. O FTC de pescoço pelado foi um dos que melhor se adaptou ao clima brasileiro, apresentando um bom desempenho sob diversas condições de criação e alimentação. O frango tipo caipira Pesadão apresenta plumagens nas tonalidades de carijó a vermelho e o frango caipira Paraíso Pedrês apresenta uma coloração negra com traços avermelhados (SILVA *et al.*, 2003).

O crescimento desta atividade deve-se ao maior interesse do consumidor pela qualidade dos alimentos em suas dietas e pelo consumo de carne de frango com sabor diferenciado e menor teor de gordura na carcaça (CARRIJO *et al.*, 2002).

A indústria de frangos de corte vem mostrando maiores preocupações com o rendimento das carcaças e dos cortes, devido

às exigências por parte dos consumidores o qual têm elevado demanda por peças com boa conformação, peso menor e pequena quantidade de gordura abdominal (HELLMEISTER FILHO, 2002). A característica que mais contribui para maximizar o retorno econômico na criação de frangos de corte é o rendimento de carcaça, sendo influenciada por vários fatores como linhagem, nutrição, sexo, peso de abate, resfriamento e quantidade de gordura na carcaça. (MENDES, 1990).

As aves destinadas ao sistema semi-intensivo podem ser de raças ou linhagens que apresentam um baixo potencial genético de crescimento, alta rusticidade e boa adaptabilidade à criação (ZANUSSO & DIONELLO, 2003). O frango caipira é abatido com idade superior a 85 dias e com peso médio acima de 2,0 kg, consumindo aproximadamente 7,0 kg de ração, o que lhe dá um sabor diferenciado de acordo com as características desejadas pelo mercado (CARRIJO, 2003).

Linhagens

O frango tipo caipira (*Gallus gallus domesticus*) pertence ao grupo de aves galiformes e fasianídeas, sendo encontrado em todos os continentes do planeta, com mais de 24 bilhões de cabeças (PERRINS, 2003).

A introdução foi na época do descobrimento do Brasil, originária de quatro ramos genealógicos distintos, o americano, o mediterrâneo, o inglês e o asiático, o frango tipo caipira, não recebendo as práticas de manejo adequadas, adquiriu resistência a algumas doenças e se tornou adaptada ao clima local (BARBOSA *et al.*, 2007).

Através de acasalamentos entre várias raças e linhagens, inclusive consanguíneos, as galinhas do tipo caipira atuais, apresentam semelhanças com as principais raças que as originaram. Os frangos tipo caipira são derivados de raças de origem europeia e americana, tais como: Andalusia, Plymouth Rock Barrada, Hamburguesa, Australorp, Wyandotte e Brown Leghorn). As semelhanças se refletem não somente em termos de plumagem e porte, mas também em características de carcaça (BARBOSA *et al.*, 2007).

Atualmente no mercado brasileiro existem várias linhagens comerciais de frangos caipiras ou coloniais. Normalmente para produzir o tipo de frango recomendados para criação colonial, é através do cruzamento entre raças pesadas de corte com raças semipesadas de postura, o que o caracteriza como menos exigente e mais resistente a adversidades que o frango de corte industrial (CARRIJO, 2003). A raça mais utilizada na criação de frango tipo caipira é a *Label Rouge* – de origem francesa, pescoço pelado e que chegou ao Brasil há cerca de dez anos. *Label Rouge* significa selo vermelho e foi criado em 1965 pelo Ministério da Agricultura da França, para garantir um produto de qualidade tanto no paladar quanto nas condições de produção, processamento e comercialização. Segundo informações do Instituto de Seleção Avícola da França (ISA), que é um dos maiores centros de pesquisa genética do mundo - ela “é uma ave pesada, que atinge 1,80 quilos em 70 dias; é forte para viver em campo ou semiconfinada e sua dieta é um cardápio misto de pasto e ração” (RESSUTTI, 2009).

Instalações

Os sistemas de produção para produtos colonial ou caipira, em geral, são de escala pequena, com tamanho de 100 a 500 aves em média. O criador precisa dispor de áreas pequenas e pode utilizar como aviário um rústico galinheiro ou um sofisticado galpão avícola, para abrigar este tipo de ave. O nível de sofisticação depende de cada criador, lembrando sempre que deve usar ao máximo os materiais disponíveis na propriedade ou na região, reduzindo assim os custos.

O local de escolha da criação deve ser de fácil acesso, evitando baixadas, pois pode haver muita umidade e o risco de ocorrência de geadas é maior. A rede elétrica é dispensável, mas é fundamental que a água seja potável, abundante e de boa qualidade. Deve-se evitar água de açudes e riachos. O galpão em potencial pode ser considerado como todo local coberto e cercado, dependendo apenas da quantidade que se deseja criar. Partindo deste conceito, o galpão pode ser novo ou pelo aproveitamento

de alguma instalação da propriedade. É necessário apenas adequá-lo às exigências básicas para a criação. Como não requer tanta tecnologia de construção quanto o galpão de frango tradicional, é mais fácil construí-lo.

Portanto o local destinado à criação pode ser um galpão de alvenaria, madeira, telado ou construído de maneira rústica, com bambu, sapê, folhas de palmeiras ou coqueiros, assim como qualquer outro tipo de material disponível na propriedade ou na região (CARRIJO, 2003).

Na construção do galpão é importante que a sua cumeira esteja orientada no sentido leste/oeste, para que haja menor incidência de raios solares no interior do galpão no calor, e mais insolação nos períodos de frio. As instalações devem ser dimensionadas de acordo com o tipo de criação que se deseja, considerando-se uma lotação máxima de 10 aves/m². Por menor ou mais rústica que seja a criação, as normas técnicas nunca devem ser negligenciadas para não correr riscos de perdas.

Galpão para o frango caipira

O piquete é de grande importância, já que a ave tem o hábito e a necessidade de pastar. O frango caipira precisa andar e desenvolver sua musculatura, o que lhe garante uma musculatura mais firme e o sabor peculiar. O piquete deve ser cercado com telas de aproximadamente 1,80 m de altura, podendo ser de arame, bambu, madeira, alvenaria, ou mesmo pré-fabricados.

O pasto deve ter cobertura vegetal resistente, altos teores de proteína, boa digestibilidade, crescimento estolonífero e boa capacidade de rebrota, já que os brotos fornecidos às aves devem ser novos e tenros. Os capins e gramas mais usados são os mais proteicos, como o capim Quicuiu, Coast-cross, Tifton e Estrela Africana. Em terras fracas, o capim Brachiaria pode ser utilizado, associado com leguminosas como o feijão guandu e a leucena. Recomenda-se dispor de 2 a 3 m²/frango, pois desta forma, o piquete resistirá ao pisoteio das aves até a retirada do lote.

Equipamentos

Em qualquer atividade avícola, por mais rústica que seja, alguns equipamentos são fundamentais. Necessita-se, portanto de: cortinas, círculos de proteção, bandejas de alimentação, campânulas ou lâmpadas, comedouros e bebedouros.

As cortinas são tão importantes quanto os outros equipamentos do aviário, tendo a função de proteger e aquecer as aves nos primeiros 15 a 20 dias de vida. Podem ser feitas de sacos de ração reaproveitados, bambu, sapé, madeira ou ráfia, desde que sejam seguros e permitam a passagem de luz solar para o interior do galpão.

O círculo de proteção é utilizado para proteger as aves, quando ainda pequenas, de correntes de ar frio, de predadores e ainda delimitar a área mais próxima possível da fonte de aquecimento, dos comedouros e bebedouros. Geralmente estes círculos são feitos de chapas de madeira do tipo eucatex ou duratex. A altura do círculo deve ser de 50 cm e a circunferência pode ser variável, de acordo com o número de aves alojadas. Para o alojamento de 500 pintinhos, recomenda-se de 5 a 7 m².

As bandejas de alimentação são comedouros usados apenas nos primeiros dias do pintainho, na proporção de uma bandeja para cada 50 aves. Podem ser de madeira, alumínio, lata, plástico ou papelão. Os comedouros, que diminuem a mão de obra, são os tubulares comerciais ou mesmo de fabricação caseira.

Podem ser de plástico, alumínio ou galvanizado. A capacidade é variável de 5 a 20 kg e permitem acesso de 30 a 50 aves em média. Podem-se usar adaptações mais rústicas, de fabricação caseira, com materiais reaproveitáveis existentes na propriedade, tais como bombonas de óleo lubrificante (20l), pequenos tambores, canos de PVC cortados ao meio, caixas de madeira e até mesmo bambu, de preferência com um metro de comprimento.

Os bebedouros podem ser fabricados na propriedade com canos de PVC, calhas usadas, garrafas plásticas de refrigerantes e bambus. Porém, os mais práticos são os copos de pressão, com capacidade para três litros, que pode ser usado nos primeiros 10 dias de vida; e o pendular automático, do tipo chapéu mexicano, que

pode ser utilizado durante todo o período de criação. Este último é mais fácil de limpar e permite o acesso de 50 aves.

As campânulas são usadas como fonte de calor artificial, sendo encontradas no mercado com diferentes tamanhos e capacidade. Geralmente, usa-se a campânula com capacidade de aquecimento de 500 pintos, podendo ser a gás, com resistência elétrica, lâmpadas incandescentes de 100 a 150 Watts ou até mesmo à lenha. A utilização do aquecimento pode variar de 1 a 21 dias, dependendo da temperatura ambiente e da região do Brasil. Em Mato Grosso do Sul e em toda região do Centro-Oeste, devido ao calor ser muito intenso e dependendo da época do ano, o aquecimento pode ser retirado em 5 a 7 dias, sem qualquer prejuízo ao desenvolvimento das aves.

Cama para o aviário

Mesmo sendo uma ave muito rústica o frango caipira também necessita de cama, pois, esta, é um importante fator que interfere nas condições sanitárias e no bom desenvolvimento do lote. O material usado, quando espalhado no galpão, deve cobrir todo seu piso, com o máximo de uniformidade, com a altura ideal variando de acordo com a época do ano: 5 a 8 cm no verão, e de 8 a 10 cm no inverno. Uma cama de boa qualidade deve apresentar algumas propriedades indispensáveis:

- Excelente capacidade de absorver umidade, evitando o empastamento da mesma dentro do círculo;
- Baixa condutividade térmica (bom isolamento do piso);
- Partículas de tamanho médio;
- Liberação rápida da umidade;
- Liberação das substâncias indesejáveis (fungos, toxinas, substâncias tóxicas, etc.);
- Fácil disponibilidade;
- Baixo custo.

Dentre os materiais mais usados, encontra-se a maravalha ou cepilho de madeira e a casca de arroz. Outras matérias primas, como sabugo de milho picado, casca de café ou mesmo qualquer material que seja altamente absorvente de umidade, também podem ser utilizadas, desde que disponíveis na região e estejam bem secas, sem resíduos químicos ou fungos.

Manejo

O manejo deve iniciar-se na véspera da chegada dos pintinhos do incubatório. O criador deve certificar-se de que as instalações, cortinas, sistemas elétricos, hidráulicos e materiais a serem usados como cama, comedouros, bebedouros, círculos, campânulas estejam em perfeitas condições de funcionamento limpeza e em números suficientes para a criação.

O galpão deve estar pronto para o recebimento das aves há 10-15 dias, lavado e desinfetado, com círculos montados e todo o equipamento revisado, pelo menos 24 horas antes da chegada dos pintainhos. Os comedouros e bebedouros devem estar distribuídos dentro dos círculos de proteção, e as campânulas pré-aquecidas, de forma a proporcionar bem-estar das aves.

Durante os primeiros dias de vida, os pintainhos são muito sensíveis ao frio. Portanto, é necessário que o galpão seja mantido fechado para que a temperatura no seu interior fique mais estável. Deve-se lembrar que o frio ou a falta de aquecimento podem ocasionar mortalidade entre os pintainhos no início da criação. A temperatura de conforto é de 31- 33°C, nos primeiros dias de vida, devendo ser diminuída a cada 2 a 3 dias, até ao alcançar a temperatura ambiente, e o diâmetro do círculo deve ser aumentado à medida que as aves vão crescendo.

Nos primeiros 25-28 dias as aves podem ser alojadas em pinteiros ou criadas diretamente nos galpões, de acordo com a possibilidade do avicultor. Todo dia se faz uma vistoria no pinteiro ou no galpão, observandose existem aves mortas ou mesmo aleijadas que devem ser retiradas. A ração deve ser administrada à vontade e o programa de iluminação deve ser o de luz natural

evitando-se, assim, o crescimento muito acelerado e o aumento de mortalidade.

Quando as aves tiverem completado o empenamento, entre 25 e 28 dias de idade, elas devem ter livre acesso à área de pastejo, com no mínimo 2m²/ave, e a ração até completarem 85 dias de vida, quando então poderão ser abatidas. Com este tipo de manejo, o frango adquire uma musculatura mais consistente e saborosa. Na criação são necessários alguns procedimentos sanitários, onde a higiene dentro e fora do galpão independe do seu tamanho e é muito importante, pois evitam muitos problemas de ordem sanitários, sendo necessários:

- Aquisição de pintainhos de incubatório idôneo, credenciado pelo Ministério da Agricultura e livre de doenças.
- As aves devem vir vacinadas contra a Doença de Marek (obrigatória) e Bouda Aviária.
- Verificar o estado dos pintainhos ao chegar à granja, ou seja, cor das patas amarelas, plumagem seca, umbigo fechado e se não apresentam defeitos genéticos.
- Manter os galpões limpos e desinfetados após cada criação.
- Aplicar corretamente as vacinas e medicamentos necessários.
- Evitar o trânsito de pessoas e animais ao redor do galpão.
- Não guardar restos de cama do lote anterior no galpão, onde se está alojando o novo lote.
- Recolher todas as aves mortas diariamente e depositá-las em composteiras.
- Realizar vazio sanitário de pelo menos 15 dias entre os lotes.
- A limpeza e desinfecção devem ser tratadas como medidas profiláticas de grande importância para a criação. Procedendo da seguinte maneira:
 - Retirar toda a cama antiga;
 - Varrer todo o galpão;
 - Pulverizar desinfetante (pode ser formol 5% ou 8%);
 - Fazer uma calção (8 sacas de cal/ 200 litros de água);

- Espalhar a cama nova;
- Desinfetar todos os equipamentos;
- Recolher entulhos ao redor do galpão;
- Lavar a caixa d'água e encanamentos do galpão;
- Clorar a água de bebida com hipoclorito de sódio (de 1 - 3 ppm), ou água sanitária (100ml/ 1000L de água);
- Manter os equipamentos em perfeito estado.

Escalonamento da produção

Para a organização da atividade avícola no Assentamento Juncal foi essencial o controle da produção e o treinamento dos participantes do programa. As mulheres foram divididas em grupos de quatro ou cinco pessoas e ficaram incumbidas de se auxiliarem dentro de cada grupo, desenvolvendo assim, o espírito cooperativista e participativo. Os pintainhos foram alojados de modo que a produção fosse escalonada e não ocorresse excesso de produção.

Foi montado um cronograma de produção para cada grupo de modo que não ocorresse um excesso de produção que viesse a interferir na comercialização (Figura 2).

Figura 2 – Cronograma de produção de frango tipo caipira por grupo no Assentamento Juncal, Naviraí/MS (Carrijo, 2008 dados não publicados)

Prod	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11
01	Pr	Pr	Pr	A/V	Pr	Pr	Pr	A/V	Pr	Pr	Pr
02		Pr	Pr	Pr	A/V	Pr	Pr	Pr	A/v	Pr	Pr
03			Pr	Pr	Pr	A/V	Pr	Pr	Pr	A/V	Pr
04				Pr	Pr	Pr	A/V	Pr	Pr	Pr	A/V

Pr = Produção; A/V. = Abate/Vazio Sanitário. Nº de aves/criadas = 100 – 150 - 250

Considerando a produção em um galpão com período de criação de 85 dias, limpeza e descanso de 15 dias, tem-se um total de 100 dias. Dividindo-se 365 dias por 100, obtém-se a criação de aproximadamente quatro lotes por ano (3,6).

Alimentação

O frango caipira pode ser alimentado com ração comercial ou alternativa, adquirida no comércio ou preparada na propriedade. Existem vários programas alimentares recomendados e que podem apresentar de dois a quatro tipos diferentes de rações. Para facilitar ao pequeno produtor, pode-se trabalhar com um ração inicial (1 a 28 dias) e uma ração de crescimento/ engorda ou de terminação dos 29 aos 84 dias de idade. Uma ave do tipo caipira consome de 6 a 7 kg de ração comercial ou alternativa, geralmente o macho é 20% mais precoce do que da fêmea, podendo ser retirado uma semana antes.

Na exploração da avicultura industrial, alternativa ou caipira, que utilize como base alimentar a ração concentrada, o custo da alimentação será 70% do custo total da atividade. Isto se deve à utilização de produtos considerados nobres na alimentação humana, ou seja, os animais estão competindo com o homem por estes produtos, que são principalmente o milho e a soja, aumentando o valor dos mesmos.

Aliados à alimentação alternativa utiliza-se o manejo como uma forma de diminuir ainda mais o custo de produção, já que o confinamento intensivo gera um aporte maior na quantidade de ração fornecida pelo fato de esses animais terem única e exclusivamente o concentrado como forma de alimentação. O método semi-intensivo tem como objetivo fornecer aos animais um local de pastejo onde as aves vão encontrar outras fontes de alimentação, diminuindo, desta forma, o consumo da ração e diminuição do custo de produção.

Os ingredientes que podem ser utilizados na produção de rações para frangos de corte tipo caipira são divididos em três grupos: energéticos, proteicos e suplementos.

Energéticos: representam 65 – 70 % da composição da ração – milho, sorgo e farelo da raiz integral de mandioca.

Proteicos: representam 25 – 30 % da dieta – farelo de soja, farelo de arroz, farelo de trigo, aveia e folha de mandioca.

Suplementos: são os minerais, vitaminas, aminoácidos, sal, cálcio, fosfato bicálcico.

A especialização requerida pelas atuais linhagens de frangos de corte deve ser acompanhada por um equilíbrio ideal da dieta, quanto à qualidade da matéria-prima, do aspecto físico da ração e quanto ao atendimento dos requerimentos nutricionais mínimos para o máximo desempenho (TEIXEIRA, 1998).

Uma forma de baratear os custos da alimentação na avicultura seria a utilização de produtos alternativos como, por exemplo, os subprodutos da mandioca (folha, raiz integral, casca, ponta da raiz e farelos). A Tabela 2 apresenta algumas formulações com diferentes níveis de farelo de raiz integral de mandioca utilizado em substituição ao milho.

Tabela 2 - Composições centesimais e nutricionais das dietas experimentais contendo diferentes níveis de farelo de raiz integral de mandioca

Ingredientes	Níveis de inclusão (%)			
	0	15	30	45
Farelo raiz integral de mandioca	-----	15,0	30,0	45,0
Milho	65,76	48,65	30,14	11,50
Farelo de soja 45%	29,84	32,13	33,40	35,00
Óleo de soja	-----	0,91	2,23	3,60
Calcário Cacítico	1,00	0,92	0,82	0,73
Fosfato bicálcio	1,82	1,85	1,86	1,90
DL- Metionina (99,0%)	0,08	0,09	0,10	0,10
Caulim	1,05	-----	0,05	0,03
Protelose (60%)	-----	-----	0,95	1,70

Ingredientes	Níveis de inclusão (%)			
	0	15	30	45
Sal	0,35	0,35	0,35	0,35
Premix vitamínico	0,05	0,05	0,05	0,05
Premix Mineral	0,05	0,05	0,05	0,05
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Composição nutricional				
Energia Metab. (Kcal/Kg)	2900,45	2900,05	2900,46	2900,43
Proteína bruta (%)	19,00	19,00	19,00	19,01
Metionina digestível (%)	0,36	0,35	0,35	0,34
Metionina + cistina dig. (%)	0,63	0,61	0,59	0,56
Lisina digestível (%)	0,90	0,92	0,92	0,93
Cálcio (%)	0,93	0,93	0,93	0,93
Fósforo disponível (%)	0,44	0,44	0,44	0,44
Na (%)	0,16	0,16	0,16	0,16

Os resultados de desempenho obtidos estão apresentados na Tabela 3, onde se pode observar que não houve diferenças significativas ($P>0,05$) entre os tratamentos, indicando assim, a possibilidade de se utilizar o FRIM como substituto energético do milho sem prejuízo do desempenho zootécnico das aves.

A Tabela 4 apresenta os dados de rendimento de carcaça e de cortes verificando-se que não houve diferenças significativas ($P>0,05$) entre as variáveis observadas, exceto para gordura abdominal, onde foi constatada uma diminuição do percentual de gordura com o aumento do nível de farelo de raiz integral de mandioca.

Tabela 3 – Desempenho de frangos de corte do tipo caipira submetidos a dietas contendo diferentes níveis de farelo da raiz integral de mandioca (FRIM) no período de 1 a 84 dias de idade

Variedade	Níveis de FRIM (%)				p-valueCV (%)	
	01	15	30	45		
1 – 28 dias						
Ganho de peso (g)	374	376	380	379	0,892	4,404
Cons. Ração (g)	792	792	816	799	0,900	7,055
Conv. Alimentar (g/g)	2,11	2,11	2,16	2,12	0,980	10,237
Viabilidade (%)	100,00	96,00	92,00	93,00	0,197	6,697
29 – 56 dias						
Ganho de peso (g)	875	880	833	824	0,004	2,632
Cons. Ração (g)	2249	2228	2249	3525	0,382	4,532
Conv. Alimentar (g/g)	2,57	2,53	2,70	2,82	0,019	5,128
Viabilidade (%)	100,00	100,00	100,00	99,00	0,261	0,971
57-84 dias						
Ganho de peso (g)	739	751	752	771	0,642	6,071
Cons. Ração (g)	3094	3084	3035	2950	0,611	7,420
Conv. Alimentar (g/g)	4,20	4,11	4,04	3,83	0,181	6,776
Viabilidade (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	0,000	0,000
1-84 dias						
Peso corporal (g)	2029	2050	2010	2022	0,896	2,982
Ganho de peso (g)	1989	2008	1966	1978	0,852	3,079
Cons. Ração (g)	6084,44	6041,33	6131,11	6264,69	0,365	3,678
Conv. Alimentar (g/g)	3,06	3,01	3,12	3,17	0,216	3,840
Viabilidade (%)	100,00	96,00	92,00	92,00	0,137	6,417

Fonte: Adaptado de Ribeiro et. al. (2006a).

Tabela 4 – Rendimento de carcaça e de corte de frangos de corte do tipo caipira alimentados com diferentes níveis de farelo de raiz integral de mandioca (FRIM) aos 85 dias de idade.

Variáveis	Níveis de FRIM (%)				p-valueCV (%)	
	0	1	3	5		
Peso de carcaça (g)	1.481,50	1.487,65	1.425,05	1.468,35	0,278	2,642
Carcaça (%)	78,58	78,38	78,73	78,38	0,982	1,275
Peito (%)	26,22	25,07	25,69	26,21	0,074	2,591
Coxa + sobrecoxa (%)	27,58	27,82	27,54	27,79	0,881	1,201
Dorso (%)	20,91	20,58	20,70	20,05	0,045	1,971
Asa + coxinha (%)	11,57	12,05	11,81	11,66	0,487	4,292
Pés (%)	4,57	4,41	4,78	4,76	0,103	4,083
Cabeça + pescoço (%)	8,66	8,97	8,75	8,94	0,560	3,129
Gordura abdominal (%)	2,79	2,36	1,65	1,63	0,0095	24,637

Os resultados obtidos com a produção e comercialização do frango tipo caipira no Assentamento Juncal demonstraram que a iniciativa da ITCP/UFMS, com o apoio da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da UFMS, apresenta condições de serem expandidos a outros assentamentos rurais, permitindo que o pequeno produtor possa produzir um alimento de qualidade e obtenha renda suficiente para permanecer na propriedade.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, F.J.V.; NASCIMENTO, M.P.S.B.; DINIZ, F.M. **Sistema alternativo de criação de galinhas caipiras**. Embrapa Meio-Norte, Sistema de Produção, 4ª, versão eletrônica, novembro de 2007.

BRASIL. **Ofício Circular DOI/DIPOA Nº 007/999**, de 19 de maio de 1999. Normatização e Comercialização do Frango Caipira ou Frango Colonial, também denominado “Frango Tipo ou Estilo Caipira” ou “Tipo ou Estilo Colonial”. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, MAPA, Brasília, DF, 19 de maio de 1999.

CARRIJO, A.S.; MENEZES, G.P.; OLIVEIRA, M.S.SI. Utilização do farelo de raiz de mandioca como fonte alternativa na engorda de frango tipo caipira. In: **REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA**, 39, 2002, recife. Anais... Recife: Sociedade Brasileira de Zootecnia. CD-ROM.

CARRIJO, A.S. Criação de frango tipo caipira. In: Medson Janer da Silva (Org.). **Métodos e Culturas Alternativas na Agricultura Familiar**. 1ª ed. Campo Grande, 2003, p.201-218.

FANÁTICO, A.C.; CAVITT, L.C.; PILLAI, P.B . **Evaluation of slower-growing broiler genotypes grown with and without outdoor access: meat quality**. Poultry Science, v.84, p.1785-1890, 2005.

GESSULI, O.P. **Avicultura Alternativa**, Ed. OPG Editores Ltda, Porto Feliz – SP, 1999.

HELLMEISTER FILHO, P. **Efeitos de fatores genéticos e do sistema de criação sobre o desempenho e o rendimento de carcaça de carcaça de frangos tipo caipira**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2002. (Tese Doutorado em Agronomia).

KODAWARA, L.M.; MENDES, C.M.I.; DEMATTÊ FILHO, L.C. **Produção de frango orgânico** – desafios e perspectivas. Disponível em: <http://www.aval.org.br>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2009.

MENDES, A.A. **Efeito de fatores genéticos, nutricionais e de ambiente sobre o rendimento de carcaça de frangos de corte**. Botucatu: UNESP, 1990. Tese (Livre docência).

PERRINS, C. M. **Firefly encyclopedia of birds**. Buffalo: Firefly Books, 2003. 640p.

RESSUTTI, W. **Label rouge: a caipira melhorada galináceos geram renda para pequeno produtor**. Disponível em <http://www.asbraer.org.br/portal.cgi?flagweb=tpl_conteudo&id=451>Acesso em: 10 de março de 2013.

RIBEIRO, S.S. ; CARRIJO, A.S. ; ALLAMAN, I.B. Farelo de raiz integral de mandioca na dieta de frangos do tipo caipira. **Revista Brasileira de Ciência Avícola**. Suplemento 8: p.54. 2006a.

RIBEIRO, S.S. ; CARRIJO, A.S. ; SANCHES, J.F. Rendimento de carcaça e cortes de frangos tipo caipira alimentados com farelo de raiz integral de mandioca. **Revista Brasileira de Ciência Avícola**. Suplemento 8: p.161. 2006b.

SILVA, M.J. et al. Avicultura alternativa como fonte de renda e melhoria na qualidade de vida nas propriedades de produção familiar. Juiz de Fora: **Anais da SOBER**, 2003.

TEIXEIRA, A.S. Alimentos e alimentação dos animais. 4ª ed. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998.

ZANUSSO, J.T.; DIONELLO, N.J.L. Produção avícola alternativa – análise dos fatores qualitativos da carne de frango de corte tipo caipira. **Revista Brasileira Agrociência**, v.9, nº3.

PARTE III
**PROCESSOS PARTICIPATIVOS:
PERCEPÇÕES E METODOLOGIAS
DE INTERVENÇÃO NO CAMPO**

11.

O uso de técnicas participativas na interação social entre indivíduos: algumas reflexões sobre o processo de intervenção no contexto rural brasileiro

Cleiton Silva Ferreira Milagres

Introdução

A discussão a ser estabelecida neste texto fundamenta-se na questão do uso de técnicas participativas no processo de intervenção social e o papel do agente externo ao utilizar técnicas para a tomada de decisão no trabalho com grupos. Parte-se do pressuposto que as técnicas participativas desenvolvidas a partir da ótica das representações sociais do meio rural poderiam colaborar no entendimento das interações que envolvem as relações entre indivíduos e, ainda, fornecerem elementos que contribuam de forma positiva para as questões consensuais do trabalho com grupos. Nesse sentido, este trabalho tem como perspectiva discutir a seguinte questão: Como as decisões tomadas mediante o uso de técnicas participativas podem refletir os reais interesses do público envolvido nas intervenções?

A fim de propor uma discussão teórica que possa auxiliar em respostas para essa questão, este texto argumentativo pretende compreender o sentido de participação atribuído nos processos de intervenção ao longo das últimas décadas, bem como os papéis desempenhados pelos indivíduos nesse processo. Para tanto, recorrer-se-á a autores como GOFFMAN (1985), SANTOS (1991), MOSCOVICI e DOISE (1991), BROSE (2001), COELHO (2005), entre outros que

possam aprofundar tanto na discussão em torno do universo das interações sociais, quanto das intervenções participativas.

O processo de intervenção no contexto do rural brasileiro

Os trabalhos de desenvolvimento comunitário no Terceiro Mundo apareceram primeiro na África e na Ásia realizadas pela Inglaterra, em meados da década de 40 do século XX, o objetivo era que as comunidades se integrassem aos programas de desenvolvimento proposto pelo governo daquele país (FJP, 1982). No final da década de 40, estas experiências foram difundidas também na América Latina, e na década de 50 se iniciava no Brasil com a implantação das Associações de Crédito e Assistência Rural – ACAR que tinham como um dos objetivos prestarem assistência às famílias rurais, principalmente através do crédito supervisionado e atividades de intervenção.

A partir da década de 60 o desenvolvimento comunitário passa a ganhar mais espaço nos discursos desenvolvimentistas. A participação passa a ser incorporada nos programas do Estado que, como argumenta Ammann (2003), foi um dos grandes responsáveis pelo bloqueio participativo, pois estimulou a participação da população em seus programas oficiais que mais serviam para garantir a manutenção das desigualdades qualitativas e quantitativas da população beneficiária das políticas de desenvolvimento.

Apesar de proclamar a participação popular como ingrediente necessário ao processo de desenvolvimento nacional, o desenvolvimento comunitário apresenta o conceito de participação de forma muito vaga e, na prática, se afirma como um instrumento do Estado para favorecer o consentimento espontâneo das classes subordinadas às estratégias por ele definidas (Ammann *apud* Alves e Silveira, 1987).

Desde então, programas criados pelo governo passaram a adotar em seu discurso a participação local alegando que a própria comunidade poderia ministrar os recursos materiais e o trabalho exigido para a implantação. Porém, o programa não

propunha a participação real da população na etapa de definição e avaliação, ou seja, a forma de como esses recursos deveriam ser alocados na comunidade não era objeto de discussão.

Na definição de Ammann (1978) a participação social representaria “o processo mediante o qual os membros de uma sociedade (ou organização) tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens dessa sociedade” (AMMANN, 1978, p.61).

Pinto (1987) citado por Eisenlohr e Couto (2007) alerta que “a participação tem um quadro histórico e político que a define (...) não é um termo neutro, é uma prática social e política e que se movimenta nas relações de poder”(PINTO *apud* EISENLOHR e COUTO, 2007, p. 44).

Com uma participação bastante restrita passou-se a buscar métodos mais eficazes que pudessem contribuir para o desenvolvimento. Surge então na década de 70, os primeiros manuais de Diagnósticos Rápidos Rurais²⁸ – DRRs que possibilitariam adquirir rápida e eficientemente novas informações e hipóteses sobre a vida e os recursos no meio rural (GOMES *et al.*, 2001).

Assim, na busca de alternativas participativas que pudessem promover o desenvolvimento e a fim de dar um passo a mais na direção de uma aproximação entre técnicos e população rural, o DRR sofre algumas modificações e surge o Diagnóstico Rural Participativo – DRP

Num processo invariavelmente diferente do planejamento tecnocrático, a postura da equipe técnica no DRP é de criar um caminho para estimular e apoiar os membros de grupos sociais num espaço de tempo significativo, para que esses possam investigar, analisar e avaliar seus obstáculos e chances, assim como tomar decisões fundamentais e na hora certa, relacionadas aos projetos a seu respeito (Chambers *et al.*, 1989). Nessa forma de diagnóstico, o propósito, em primeiro lugar, não é o dado academicamente tratado, mas o processo de

²⁸ O DRR e o DRP foram originados nos Estados Unidos e desenvolvidos por Robert Chambers (GOMES *et. al*, 2001).

aprendizado dos envolvidos, despertando-os para valorizar o que sabem e o que podem saber mais (GOMES *et al.*, 2001, p. 66).

Com o processo de redemocratização do país na década de 80, os métodos e as técnicas participativas ganharam amplitude, e o conceito de participação passou a ser tão comum nos debates, nos textos, nos projetos e *sites* quanto, por exemplo, os conceitos de desenvolvimento ou sustentabilidade (BROSE, 2001).

Com base nos estudos de Brose (1997), Gomes *et al.* (2001) apresenta de forma sintética os princípios que regem a participação:

1) é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas; 2) justifica-se por si mesma, não por resultados; 3) é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e da aquisição de poder; 4) leva à apropriação do desenvolvimento pela população; 5) é algo que se aprende fazendo e se aperfeiçoa; 6) pode ser provocada e organizada, sem que isso signifique necessariamente manipulação; 7) é facilitada com a organização e a criação de fluxos de comunicação; 8) devem ser respeitadas as diferenças individuais na forma de participar; 9) pode resolver conflitos, mas também gerá-los; 10) não se deve sacralizar a participação: não é panacéia nem indispensável em todas as ocasiões. (BROSE *apud* GOMES *et al.*, 2001, p.67).

Assim, a participação se consolidava no campo dos estudos dos métodos como uma metodologia pautada no enfoque participativo. Desde a década de 90, as técnicas participativas têm-se constituído num instrumento muito utilizado nos processos de intervenção que visam à mudança social e auxiliam em muito nas tomadas de decisão do público envolvido nas ações. Entretanto, a

metodologia participativa não poderia tratar apenas dos aspectos técnicos, pois

da mesma forma que ao trabalharmos com Sistemas de Informação nosso foco não deve estar na tecnologia, mas na informação; quando trabalhamos com enfoque participativo, nossa atenção não deve estar centrada nos instrumentos, métodos e técnicas, mas naquilo que constitui a questão central da participação: o poder. Ou melhor, as disputas sobre o poder. Instrumentos participativos têm como função principal ajudar a estruturar disputas sobre poder entre atores sociais, torná-las mais transparentes e, dessa forma, contribuir para uma distribuição mais equitativa de poder (BROSE, 2001, p.11).

Como ressalta Gomes *et al.* (2001) acerca da participação, esta “pressupõe divisão de poder no processo decisório, passando pelo controle das partes sobre a execução e avaliação dos resultados. Participar é tomar parte das decisões e ter parte nos resultados” (GOMES *et al.*, 2001, p. 67).

Nesse contexto, é notório perceber que a participação dos atores tem ganhado cada vez mais espaço em virtude das disputas por poder, principalmente no que se refere às práticas intervencionistas no meio rural. As inúmeras técnicas de metodologias participativas utilizadas, por exemplo, permitem “uma interação interdisciplinar e multissetorial, facilitando o surgimento de soluções mais criativas e ajustadas a cada realidade” (CORDIOLI, 2001, p.26).

Além disso, o uso de métodos participativos não implica em “pacotes técnicos” prontos. É necessário ajustar a técnica à realidade da comunidade local sem preocupar tanto com sua aplicação pura e simplesmente, mas também com os valores presentes na interação social com os indivíduos. É importante que a comunidade tome a decisão sobre o que ela considera melhor e não simplesmente o que acha aquele que conduz o trabalho de

intervenção. Mas, como saber se a técnica escolhida é a que melhor se adequa à realidade? Como garantir que o uso de técnicas participativas reflita os reais interesses do público envolvido nas intervenções?

Analisando o uso das técnicas participativas na pesquisa agrícola, Gomes (2001) acrescenta que o uso dessas pode promover tanto uma melhor articulação dos conhecimentos de pesquisadores quanto de agricultores. O papel daquele que conduz o processo intervenção participativo deve ser o de neutralidade.

Para Colette (2001) o moderador é o responsável por trabalhar a qualidade do processo de discussão, não é seu papel, porém, o de participar ativamente na discussão do grupo, mas sim, de otimizar a discussão em torno de interesses conjuntos.

Em consonância com os argumentos expostos por Collete (2001), Cordioli (2001) acrescenta que o moderador deve auxiliar metodologicamente o grupo, orientando e sintetizando os seus objetivos, propostas e decisões. Com isso, cabe ao papel daquele que modera a intervenção orientar sobre o processo a ser desenvolvido, criando também um intercâmbio de experiências entre os indivíduos presente no grupo e evitar a dominação de alguns sobre os demais – sobre este assunto retomaremos mais à frente quando referirmos as dissensões e consensos no trabalho com grupos.

Nota-se, portanto, que o papel do moderador, tratado aqui como agente externo, é o de saber conciliar “o poder” exercido pelas pessoas, de modo que propicie uma maior participação dos indivíduos além, é claro, da escolha da técnica participativa que possa orientar melhor na tomada de decisão.

Brose (2001) esclarece que “toda decisão humana está impregnada tanto de elementos objetivos como de opiniões subjetivas, (...) a escolha de instrumentos participativos também se dá muitas vezes com um bom grau de subjetividade” (BROSE, 2001, p. 14). Em muitos casos as técnicas participativas precisam ser adaptadas em virtude da realidade local do processo de intervenção e cabe ao agente externo o papel de reconhecer a melhor forma de promover a interferência. Para Gomes *et al.* (2001) “trata-se de reconhecer a intersubjetividade que existe em qualquer relacionamento humano” (GOMES *et al.*, 2001, p. 68).

Este mesmo autor acrescenta que o comportamento é um dos pilares a ser considerado durante a escolha da técnica a ser utilizada e que compete ao indivíduo participante colaborar no processo de intervenção social.

O papel dos indivíduos no processo de intervenção participativa: entre consensos e dissensos

Goffman (1985) em sua obra *A representação do eu na vida cotidiana* compara a vida cotidiana dos indivíduos a uma representação teatral. O palco seria o local onde ocorrem as simulações de indivíduos (atores) que desempenham papéis diferenciados e que estabelecem interações com outros indivíduos (plateia), e que o papel que um indivíduo desempenha pode ser apropriado de outros papéis desempenhados tanto por atores como pela plateia.

A metodologia proposta por Goffman pode ser aplicada no cotidiano das intervenções sociais uma vez que é possível identificar os atores presentes no processo de estruturação do cotidiano e, ainda, entender o modo como os indivíduos são influenciados em suas ações pelas representações assumidas.

Para GOFFMAN (1985) “a sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada” (GOFFMAN 1985, p. 21). Assim,

quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo (GOFFMAN, 1985, p. 41).

Dependendo do ambiente onde se encontram, como nos processos de intervenção participativa, os indivíduos precisam agir segundo as normas, os valores, as regras, em suma, segundo os

atributos particulares da realidade a qual pertencem, pois caso contrário podem sofrer ações coercitivas no intuito de se adequar às normas estabelecidas. Existem também nessas interações normas e valores que precisam ser respeitados para que as relações entre os indivíduos possam caminhar em harmonia e possibilitar que as ações sejam mais solidárias e sociais.

considerada como unidade básica da vida social, a interação é entendida como encontro face a face de um número limitado de sujeitos; agregações causais e espontâneas motivadas por atividade quotidianas a que estão associados a movimentos expressivos, de ordem verbal e não-verbal (GOFFMAN, 1985, p. 56).

Quando o encontro dos indivíduos se dá através das interações sociais, como é o caso do processo participativo de intervenção numa comunidade rural; essas são contínuas, mas podem ocorrer rupturas que ocasionam certo desconforto entre os indivíduos que atuam nessa representação. Para Santos (1991) “quando o indivíduo é chamado a participar numa decisão em grupo, a questão consensual pode alterar-se, de acordo com a coesão do grupo” (SANTOS, 1991, p.125). Nessa relação, a coesão ajuda na busca por um compromisso, pois o consenso é interiorizado e as divergências diminuem no grupo. De acordo com Santos (1991) os grupos são fundamentais para mudar e inovar em matéria de regras e de normas, alterando os comportamentos enraizados. “Os grupos são motores da mudança, coisa impossível para os indivíduos” (SANTOS, 1991, p.126).

Tomando como base os argumentos sobre o trabalho com grupos e orientando-os no sentido de proporcionar uma real mudança social, ao agente externo compete estimular a busca por informações que orientem na tomada de decisão. Segundo Santos (1991) há um capital de informações (valores) e de métodos usados pelo indivíduo, para com eles elaborar novas discussões e negociações com os outros. Para este mesmo autor,

Os valores ganham importância no decorrer da discussão. A tendência definida pelos valores e pelas atitudes dominantes é acentuada no decurso dos debates, das reuniões, e determina o sentido das decisões que conduzem ao consenso do grupo (SANTOS, 1991, p.127).

De acordo com Moscovici e Doise (1991), “conforme os indivíduos estão sob a influência de uma maioria ou de uma minoria, (...) o seu pensamento se torna convergente ou divergente” (MOSCOVICI e DOISE, 1991, p.214). E acrescentam que, nestas condições é normal que a qualidade da discussão e alternativas sobre as quais nos colocamos de acordo se ressentam disso, ou seja, conforme realça ou não as posições da minoria, assegurando-lhe ou recusando-lhe a oportunidade de participar e de exprimir até o fim, de modo que facilita, ou entrava, a tensão habitual do conflito social e cognitivo que está sempre subjacente (MOSCOVICI e DOISE, 1991).

Citados por COELHO (2005), Moscovici e Doise (1991) alertam também para a questão da construção de dissensões e consensos em grupos onde os participantes podem agir de modo a criar consensos quando suas representações individuais coincidem com as representações sociais do todo. Segundo Coelho (2005) os processos participativos que visam a decisões socialmente partilhadas, carregam em si um grau de intersubjetividade que podem explicitar ou gerar desacordos quando uma argumentação não contempla a grande maioria, cabendo ao agente externo perceber a possibilidade dessa situação, pois em alguns casos, não há como fugir dos confrontos e/ou escamotear o problema. Mas, como garantir que as decisões tomadas sejam de fato participativas a ponto de não prejudicar os resultados?

Segundo Santos (1991) “a discussão produz novos motivos para favorecer a atitude ou a solução que a maioria prefere desde o princípio” (SANTOS, 1991, p. 129). Dessa forma,

o discurso persuasivo, embora se pense o contrário, não muda as atitudes e as opiniões de modo durável ou na proporção da quantidade de argumentos. É necessário algo mais, uma representação ou uma crença partilhada (só convence quem já está convencido) ou ainda a implicação de um objetivo comum. Para chegar a um consenso é preciso tocar em convicções mais vastas, como fazem as religiões e os movimentos sociais (SANTOS, 1991, p. 129).

O agente externo ao pensar no uso de técnicas participativas é preciso levar em consideração alguns aspectos como: o comportamento, a ação e o papel desempenhado por cada indivíduo no processo de intervenção.

Para Coelho (2005) não há uma resposta automática que possa ajudar na melhor conduta para o agente externo que vai atuar com o grupo. O que não pode deixar de ocorrer em momentos como estes são as problematizações sobre as responsabilidades e consequências que os membros do grupo assumem (COELHO, 2005). Além disso, a autora chama a atenção para a formação teórica, pois esta oferece ajuda para perceber os fundamentos estruturais presentes nos momentos de dissensões e consensos presentes no trabalho de intervenção social que se pretende.

Considerações

Com base nas concepções conceituais estudadas acerca das técnicas participativas e de sua relação nas interações sociais dos indivíduos em exercer sua participação, pode-se inferir que as metodologias participativas, teoricamente, não devem ser vistas plenamente como a solução de todos os problemas, mas sim, como um “processo diferenciado de relacionamento humano, (...) de construção participada de conhecimento entre agentes externos e grupos sociais impactados por um empreendimento” (BROSE, 2001, p. 67).

Sobre o uso das técnicas participativas e como estas podem garantir que as decisões tomadas reflitam os reais interesses do público envolvido na intervenção, pode-se dizer que estas dependerão da percepção que o agente externo terá no encontro face a face com os indivíduos que compõe o grupo onde ocorre o processo de intervenção social e, como afirma Goffman (1985) através de sua abordagem sobre a representação do Eu no cotidiano, a compreender a importância de analisar as representações sociais. Além disso, o agente externo no seu papel de compreender o comportamento pode, através da metodologia participativa, analisar a situação social dos indivíduos e dos grupos.

Enfim, a discussão desenvolvida nesse trabalho fundamentou-se na ideia de que as técnicas participativas a serem utilizadas pelo agente externo estariam relacionadas à intersubjetividade presente no relacionamento humano, e que o sucesso dessas na tomada de decisão dos indivíduos dependeria das ações consensuais tomadas pelo grupo.

BIBLIOGRAFIA

AMMANN, S. B. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidades no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

AMMANN, S. B. **Participação Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1978.

BROSE, M. Indicadores em projetos, programas e políticas públicas. Sua definição, seus potenciais e limites, e a aplicação prática. Grupo de estudo no enfoque participativo, Porto Alegre. **Texto 1**, 10p., 1997.

BROSE, M. (org.). Introdução. In: **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. 312p.

COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo**. Viçosa: UFV, 2005.

COLETTE, M. M. Moderação. In: BROSE, M. (org.). **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. 312p.

CORDIOLI, S. Enfoque participativo no trabalho com grupos. In: BROSE, M. (org.). **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. 312p.

EISENLOHR, Z. F.; COUTO, A. S. Extensão rural e participação: uma prática-educativa. **OIKOS: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa, ABED, v.18, n.2, p.39-50, 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Avaliação da política e programas de desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro: BNH/DEPEA, 1982.

GOFFMAN, Irvine. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOMES, J. C. C. As técnicas participativas na pesquisa agrícola: fundamentos teóricos e algumas dificuldades práticas. In: BROSE, M. (org.). **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. 312p.

GOMES, M. A. O. *et al.* Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos socioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários. In: BROSE, M. (org.). **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. 312p.

MOSCOVICI, S.; DOISE, W. O problema. O trabalho de decisão. In: _____. **Dissensões e Consensos: uma teoria geral das decisões coletivas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

PINTO, J. B. Planejamento Participativo: rito ou prática de classe. **Vozes: Revista de Cultura**, v.18, n.1, p.71-89, jan/fev. 1987.

SANTOS, R. Serge Moscovici e Willen Doise, dissensões e consensos: uma teoria geral das decisões coletivas. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, Cosmos, nº14, p.125-130, Dez. 1991. (Resenha).

SILVEIRA, L. L.; ALVES, M. O. **Entre o tutorial e o participativo: a abordagem de intervenção na estratégia de ação do banco do nordeste**. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Artigos/docs/tutorial_participativo.pdf. Acesso em Jun. 2009.

12.

Processos participativos de elaboração de diagnósticos situacionais: a metodologia DRP aplicada a extensão universitária²⁹

Alan Ferreira de Freitas
Alair Ferreira de Freitas
Marcelo Miná Dias

Introdução

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP/UFV) desenvolve seus trabalhos com grupos populares organizados de forma coletiva, que possuem a economia solidária como princípio e pretendem se constituir em cooperativas ou associações. No ano de 2008, um destes grupos, composto por agricultores e agricultoras familiares, estava organizado na Associação dos Pequenos Agricultores de Taquarassú (ASPART) no município de Paula Candido³⁰, na Zona da Mata de Minas Gerais. O objetivo do trabalho com a ASPART partiu de uma demanda da própria associação para auxiliar a elaboração e execução de um projeto de implantação de uma agroindústria de produção de açúcar mascavo e derivados.

A equipe da ITCP/UFV, formada por um estudante do curso de economia, um de gestão de cooperativas, um de agronomia

²⁹ Uma versão deste artigo foi originalmente publicada na Revista Em Extensão, v. 11, nº 2, 2012.

³⁰ A cidade de Paula Candido situa-se na Zona da Mata Mineira. Tem uma população de 9.037 pessoas, sendo 5.151 residentes na zona rural. É caracterizada como uma cidade basicamente rural com economia de Baixa Renda Estagnada, classificação adotada pelo BNDES para caracterizar economias locais com carências sociais e econômicas.

e uma estudante de economia doméstica, acreditava na premissa de que o associativismo e o cooperativismo podem ser instrumentos capazes de oferecer mecanismos para solução de problemas políticos, sociais e econômicos que se encontravam presentes em diferentes realidades sociais, desde que sejam adequadamente orientados e geridos democraticamente, levando em consideração seus princípios éticos de igualdade e respeito mútuo. Em suma, a ideia da equipe multidisciplinar era promover os princípios do cooperativismo e do associativismo na comunidade de Taquarassú, a fim de que esse grupo construa suas próprias formas de trabalho, baseados na autogestão de seus próprios empreendimentos, promovendo o desenvolvimento sustentável local e os princípios da economia popular solidária. Nesse sentido, “a ITCP/UFV cumpre um papel fundamental para o desenvolvimento da região como prática de extensão universitária” (PEREIRA *et al.*, 2003).

O primeiro passo dado à realização do trabalho de extensão pela citada equipe foi analisar a demanda colocada pela associação, pensar a realidade e construir as ações que poderiam ser executadas. Obviamente, havia uma clareza sobre a limitação de recursos e tempo para a execução do projeto. E essa é uma dificuldade da grande maioria dos projetos de extensão em várias universidades! A grande questão era saber quais resultados se queria alcançar frente às limitações e às possibilidades.

A metodologia inicial de trabalho foi composta pelas diversas técnicas do Diagnóstico Rápido Participativo. Utilizou-se essa metodologia de trabalho pelas possibilidades de diálogo e interação que o diagnóstico permite. O DRP foi muito utilizado em processos de intervenção social nos trabalhos de Extensão Rural, principalmente pelo seu caráter participativo e por permitir que os agricultores se tornem agentes ativos do processo.

É com esta experiência de aplicação das técnicas do DRP que construímos nossas análises e resultado. Pretendemos apresentar os resultados conseguidos pela equipe da ITCP/UFV nos trabalhos realizados junto à Associação dos Pequenos Agricultores de Taquarassú dando ênfase ao DRP como metodologia participativa usada junto à incubação deste grupo. Assim, nosso foco será discutir em que consiste o diagnóstico e quais são seus pressupostos. Mas

muito mais que isso, iremos mostrar os resultados da realização do DRP na comunidade de Taquarassú.

Adiantamos que neste trabalho de extensão o DRP objetivou, especificamente:

- Construir um diagnóstico sobre a trajetória histórica e a situação atual do grupo;
- Identificar os problemas, suas causas e possíveis soluções a partir da interação entre as pessoas;
- Identificar limites e potencialidades (infraestrutura social; produção; mercado; meio-ambiente; organização; assistência técnica) da comunidade;
- Estabelecer as prioridades, avaliando as ações que podemos realizar e aquelas que caberiam às instituições;
- Elaborar um planejamento inicial das ações a serem empreendidas para enfrentar os principais problemas diagnosticados.

Metodologia

A metodologia de trabalho da ITCP/UFV envolve três fases, sendo que na primeira, por meio de metodologias participativas, dinâmicas de grupo e entrevistas semiestruturadas, busca-se levantar quais são as condições socioeconômicas e culturais das pessoas envolvidas e quais são os motivos que levaram os indivíduos à participação no trabalho coletivo. São realizadas discussões com vistas a confirmar se a organização coletiva do trabalho é a saída mais apropriada para atender as necessidades de todos. Ainda na primeira fase do trabalho junto aos grupos incubados³¹, promovem-se discussões de temas relacionados à cidadania e às possibilidades de inclusão social, assim como são ministrados cursos básicos sobre os princípios que regem a Economia Solidária e o cooperativismo/associativismo. Por fim, realiza-se junto aos grupos incubados um

³¹ São assim denominados os grupos assessorados pela ITCP/UFV. O acompanhamento contínuo dos grupos é então denominado incubação.

diagnóstico participativo, objetivando identificar suas potencialidades e limitações.

Na segunda fase, o grupo incubado capacita-se na busca de mercados potenciais para seus produtos e/ou atividades, aperfeiçoando suas práticas por meio de cursos de capacitação oferecidos ou assessorados pelas ITCP/UFV. Essa fase se caracteriza por um acompanhamento mais próximo por parte da incubadora junto ao grupo de modo que suas atividades e sua organização possam se tornar sólidas o bastante para se concretizarem como instrumento de geração de renda e inclusão social.

Na última fase, inicia-se o processo de desincubação do grupo e a sua certificação, ou seja, nesse momento o coletivo começa a se emancipar da necessidade contínua de assessoria e é certificado como cooperativa ou associação autêntica, cumprindo as etapas burocráticas com a sua formalização e legalização.

No caso da Associação dos Pequenos Agricultores de Taquarassú, na primeira fase de incubação, foi realizado um diagnóstico rápido participativo com a finalidade de possibilitar aos agricultores (as) problematizarem sua própria realidade, identificarem suas potencialidades e limitações além de mostrar a viabilidade de incubação do grupo através dos levantamentos e caracterização dos aspectos socioeconômicos. Para refletir sobre o DRP é necessário argumentarmos sobre seus princípios e suas peculiaridades.

Participação e empoderamento como princípios do DRP

Em qualquer trabalho com grupos, organizados ou não, surge como característica intrínseca ao processo de intervenção a participação de todos os envolvidos. De acordo com o educador popular Paulo Freire, trabalhar métodos e técnicas com perspectiva participativa e crítica, nada mais é do que uma ação educadora. É necessário criar e estimular relações dialógicas e problematizadoras, ou seja, estimular a reflexão das pessoas sobre sua realidade, a conscientização sobre as causas radicais de seus problemas e capacitá-las à ação transformadora. Numa proposta investigativa,

há o esforço de propor aos indivíduos sua situação como problema, levando-os a uma reflexão crítica da realidade. Segundo Freire (1988), quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela.

A interação entre os envolvidos pode configurar um processo de aprendizagem, tanto sobre a realidade organizacional ou local quanto sobre a interação entre as pessoas do lugar que aqueles que vêm de fora, de outros contextos e lugares sociais, com a proposta bem intencionada de ajudar o grupo. Neste caso, o Diagnóstico é considerado participativo porque possibilita ao grupo tomar parte, expressar visões, falar e refletir sobre sua própria realidade, suas experiências, conhecimentos, expectativas, desejos e necessidades mais imediatas. Essa participação ajuda a construir um plano de ações mais próximo da realidade vivenciada e das necessidades prioritárias além de propiciar a interação e o intercâmbio de saberes.

Os processos participativos de diagnóstico dos problemas, causas e consequências são o primeiro passo para a construção de relações de respeito, confiança e cooperação entre agricultores e facilitadores externos. Faz parte, portanto, do aprendizado institucional de intervenção e da capacitação dos técnicos em suas relações com o público envolvido com o processo. Por isso, o DRP é um processo que ajuda a construção coletiva de conhecimentos e habilidades. Torna-se ambiente de aprendizado, pois possibilita considerar visões, ideias, leituras e análises de todos os interessados pelos processos de promoção de mudança na organização. Funciona, portanto, como meio de comunicação entre pessoas, os quais estão unidos por objetivos comuns. Esta comunicação coletiva é uma ferramenta fundamental para mobilizar o grupo e identificar soluções de possíveis problemas.

Na perspectiva da participação surge outro elemento importante para o desenvolvimento do grupo e de uma organização cunhada pela solidariedade: o empoderamento. Este conceito vem ganhando destaque recentemente em pesquisas acadêmicas, mais especificamente quando se trata de processos de promoção do

desenvolvimento. O empoderamento diz respeito ao resgate de valores, dignidade, cidadania, se relaciona principalmente ao grupo ou organização, “tornar-se capaz”, capaz de transformar sua própria realidade.

Tratamos aqui o empoderamento enquanto um processo, mediado e desencadeado pela participação dos membros de uma organização no diagnóstico e na elaboração de ações transformadoras através de métodos participativos e de uma relação dialógica. Romano (2002) expõe que o empoderamento devolve poder e dignidade a quem deseja o estatuto de cidadania e, principalmente, a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino com responsabilidade e respeito ao outro.

Fundamentos dos Diagnósticos participativos

As metodologias participativas contribuem com as oportunidades de expressão, pois visam facilitar a capacidade de tomada de decisão do cidadão que tem uma trajetória de socialização política muito precária e não está acostumado a participar ativamente de processos coletivos de tomada de decisões. As metodologias participativas são mecanismos na busca de alternativas de intervenção que pretendem estimular a participação das pessoas na sua realidade. Para isso, utiliza técnicas que visam facilitar a participação da população de forma crítica e consciente.

Estamos muito limitados a pensar em metodologias como uma aplicação de métodos e técnicas. Contudo, Pinto (1987) nos mostra algo além desta perspectiva. Há necessidade de ter um plano com a sequência de procedimentos, que inclui as técnicas e instrumentos, deve-se ter uma relação com os sujeitos envolvidos e, por fim, é necessário gerar conhecimentos. Para que assim possam identificar as melhores técnicas para uma determinada situação.

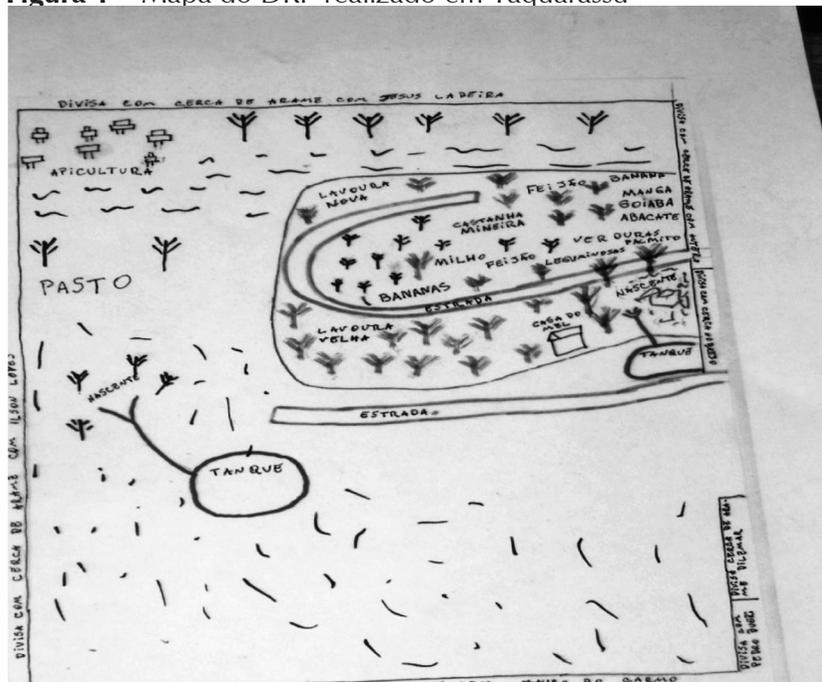
As técnicas do DRP assim como os outros métodos utilizados nas metodologias participativas procuram problematizar a realidade local, remetendo os problemas identificados a realidades causais mais amplas, respeitando, no entanto, os valores da cultura local.

O diagnóstico é uma técnica e um método para obtenção e construção coletiva de informações sobre uma determinada realidade. Ele é chamado de participativo porque o processo de obtenção destas informações é feito de modo a envolver as pessoas que vivem a situação diagnosticada, para que elas construam, juntamente com os mediadores que coordenam a aplicação do DRP, o conjunto de dados e informações que comporão o diagnóstico. A interação entre estes atores pode configurar um processo de aprendizagem, tanto sobre a realidade local quanto sobre a interação entre as pessoas do lugar que aqueles que vêm de fora, de outros contextos e lugares sociais, com a proposta bem intencionada de ajudar a comunidade. O DRP se diz participativo porque possibilita ao grupo falar e refletir sobre sua própria realidade, suas experiências, conhecimentos, expectativas, desejos e necessidades mais imediatas. O DRP possibilita a expressão dos mediadores, principalmente por meio das técnicas e dinâmicas utilizadas para construção coletiva de informações. Ao apresentarem as técnicas, mediarão os debates e “animarem” as discussões, os mediadores estão expressando determinadas concepções, visões ou intenções relacionadas aos processos que desejam fomentar naquele grupo ou comunidade.

Duas outras características do DRP são também muito importantes. Ele se autodenomina “rápido” porque pretende, em pouco tempo, reunir e sistematizar informações sobre a realidade diagnosticada. A “rapidez” também está relacionada à escassez de recursos para o investimento em processos mais demorados e custosos de diagnóstico. Rapidez não implica necessariamente superficialidade de informações ou análise. O outro pressuposto importante do DRP é que o conhecimento é dinâmico, em permanente mudança, por isso não deve haver a pretensão de construir diagnósticos finais ou definitivos. O DRP é um processo contínuo de construção de informações e análise, nunca pode ser dado como “acabado”, pois há sempre novas formas de rever o diagnóstico inicialmente construído, seja lançando sobre ele um outro olhar ou perspectiva analítica, seja complementando-o com informações e dados fornecidos pela realidade diagnosticada ou pela literatura especializada.

Os Mapas, Calendários e Diagramas são as três ferramentas utilizadas no Diagnóstico Participativo para se chegar aos resultados esperados. Os Mapas servem para o planejamento, a discussão e análise da informação visualizada. Permitem a participação de todos os membros da comunidade ou grupo. A partir da criação de Mapas é possível levantar informações sobre as condições de vida, acesso a recursos (água, energia elétrica, estradas, terra, etc.), qualidade de moradia. O objetivo é criar uma percepção compartilhada sobre a situação atual da comunidade em relação aos seus potenciais e suas limitações (VERDEJO, 2006). Na figura 1 é possível visualizar um dos mapas construídos no processo de trabalho na comunidade de Taquarassú. Nele vemos a distribuição das plantações e demais culturas agrícolas. Mas o mais importante é a discussão gerada a partir de sua elaboração.

Figura 1 – Mapa do DRP realizado em Taquarassú

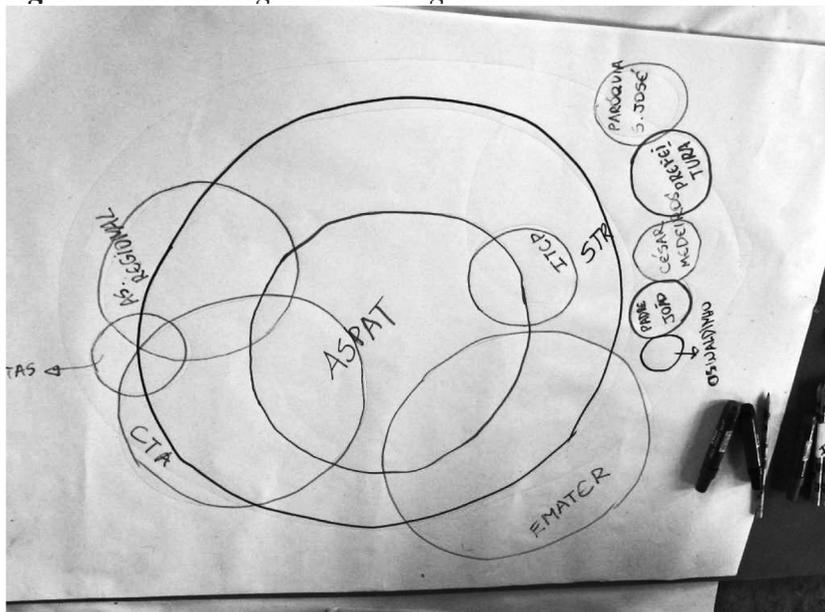


Fonte: Registros fotográficos do trabalho de campo.

Os Calendários permitem analisar aspectos relacionados ao tempo: distribuição dos cultivos, uso da força de trabalho, mudanças históricas da paisagem e dos recursos naturais. Com essa ferramenta é possível mostrar informações sobre as estações agrícolas e as atividades produtivas da comunidade referentes ao cultivo, ao tipo de criação, ao tempo adequado para cultivá-lo e às atividades agrícolas realizadas. Permite também perceber os papéis e esforços de mulheres e homens (VERDEJO, 2006).

Os Diagramas permitem analisar de maneira acessível todos os aspectos complexos e inter-relacionados de um determinado problema. A intenção é identificar e analisar um problema com a finalidade de estabelecer as causas primeiras (ou radicais). Estas causas primeiras são o ponto de partida para a busca de soluções. A ferramenta também identifica e mapeia os grupos organizados da comunidade e as relações que estes mantêm entre si e com outras instituições locais (VERDEJO, 2006). Na figura 2 é possível visualizar um dos diagramas construídos no trabalho na comunidade de Taquarassú. A figura é o resultado gráfico do Diagrama de Venn, que consiste na discussão das relações institucionais que a ASPAT possui. É feito um círculo central representando a associação e outros círculos representando as instituições na qual a ASPAT possui relação. Quando maior e mais próximo do círculo da ASPAT mais estreita e importante é a relação. Assim como em todas as ferramentas, o mais importante foi a discussão e não o desenho em si.

Figura 2: Resultado gráfico do Diagrama de Venn



Fonte: Registros fotográficos do trabalho de campo.

Resultados alcançados com a realização do DRP

Serão apresentados a seguir os resultados da aplicação do DRP na comunidade de Taquarassú, técnica por técnica, além de uma breve explicação dos objetivos de cada uma delas:

Mapeamento histórico– Consiste na elaboração do desenho do mapa da comunidade e dos limites geográficos das propriedades na percepção dos próprios moradores, visando instigar o debate sobre a transformação do espaço, a estrutura da comunidade e o que os associados esperam para a organização futura. Através do mapa os agricultores (as) identificaram os limites das propriedades, as nascentes e suas importâncias para a irrigação das plantas, um latifúndio que existe próximo à comunidade e que se apropria do uso excessivo de agrotóxico em suas lavouras, mas

que nas épocas dacolheita do café acaba empregando alguns moradores (as). Além disso, fizeram um levantamento de toda a área da comunidade, abordando questões ambientais relevantes como a preservação das matas que circundam as nascentes.

Entra e sai– Esta técnica visa detalhar as atividades produtivas e econômicas praticadas pelos associados. É adaptada para coleta de informações de dados econômico-administrativos das pessoas envolvidas. Permite que estas pessoas tenham uma melhor visualização dos seus gastos e receitas em cada atividade desenvolvida: “DE ONDE VEM? O QUE ENTRA? O QUE PRODUZ? O QUE SAI? PARA ONDE VAI?” são as perguntas que devem ser respondidas. Foram levantadas durante o desenvolvimento desta técnica, questões relevantes sobre a produção e comercialização. Os Agricultores (as) elencaram todos os gastos incorridos no cultivo do milho e do feijão. Em relação aos aspectos climáticos relataram que a plantação de milho é mais resistente, o que poderia acarretar em maior produção, o que não ocorre com o feijão, entretanto este tem maior valor agregado gerando mais renda para os agricultores (as).

Diagrama de Venn – Procurou-se estabelecer de maneira comparativa a importância e a influência de cada instituição, organização ou pessoa com que o grupo está envolvido. Durante a intervenção, o primeiro passo foi levantar todas as parcerias em que a Associação de Taquarassú está envolvida. A relação em que se chegou e o que foi apontado sobre cada parceiro foram:

1. Relação de Parceiros: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM); EMATER; Associação Regional de Trabalhadores Rurais da Zona da Mata Mineira (ARTRZM); Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – UFV (ITCP – UFV); Igreja São José; Cáritas; Gabinete do Ex-Deputado César Medeiros; Padre João; Vadim Baião; Prefeitura; UFV.
2. Sobre os parceiros:

A EMATER foi citada como parceira mais importante, pois auxilia nas questões técnicas. Porém, foi colocado que possuem postura muito impositiva e reproduzem pacotes tecnológicos que não estão ao alcance dos agricultores. Em relação ao CTA, foi colocado que o enfoque que dão aos aspectos agroecológicos da produção agrícola converge com o interesse da comunidade, contudo questionam o maneira pouco flexível de trabalho muito preso a outras experiências que a instituição tem na região.

STR: é o primeiro contato da comunidade com os parceiros. Caracteriza-se como importante instrumento de representação e reivindicação.

As demais instituições, pelo que foi posto, não apresentam elos consolidados com a comunidade.

Na aplicação da técnica, primeiramente os círculos começaram a ser feitos no chão, porém não estava facilitando a visualização devido às condições do terreno (íngreme e compactado). Decidiu-se, então, por utilizar folhas de cartolinas dispostas no chão para traçar a circunferências que compõe o Diagrama de Venn (assim como mostrado na Figura 2). Tanto o tamanho da circunferência quanto à distância em que ela foi traçada em relação à comunidade, caracterizam a relação de parceria. Assim, quanto mais longe e menor, menos importante e de menor influência é a parceria, sendo o contrário também verdadeiro.

Realidade/Desejo – Através desta técnica buscou-se diagnosticar, em grupo, a realidade em que estão inseridos, levantando as principais dificuldades, potencialidades, etc. Posteriormente há o momento em que são elencados os desejos e expectativas que o grupo tem.

Os pontos levantados na caracterização da realidade foram: dificuldade de comercialização; falta de conhecimento e de tecnologia gerando baixa produtividade; faltam beneficiamento e industrialização dos produtos; falta de capacitação para produção e para comercialização;

esclarecimento sobre técnicas que não agridam o meio ambiente e a saúde dos agricultores; dificuldade de acesso a crédito; falta de apoio jurídico; baixo conhecimento em administração e gestão; vontade de instalação de agroindústria; falta lazer para crianças, jovens, homens e mulheres; falta creche para as crianças, o que prejudica as mães com o trabalho no campo; há problemas com a prostituição e drogas; faltam vagas nos hospitais; há problemas com a divisão dos padrões de distribuição de energia.

Os desejos envolveram: ocupação para a juventude com escolas e atividades culturais; apoio ao grupo de mulheres; capacitação para produção e gerenciamento; apoio jurídico; Incentivo à cultura; creche solidária; maior cooperação entre os agricultores; maior cooperação dos maridos em relação às atividades das mulheres; aplicar o conhecimento dos cursos que são realizados para trazer benefícios para comunidade.

O levantamento de todos os pontos se deu por meio de indicação por parte de um participante e comentários dos demais. Foram montados dois cartazes como os pontos de comum acordo, um para os pontos de realidade e outro para os de desejo.

Eleição de Prioridades – Com esta técnica procurou-se organizar atividades determinadas pelo grupo em graus de prioridade. A partir da realidade levantada pela técnica Realidade/Desejo, foram listados pontos a serem trabalhados somando um total de seis. Houve eleição com voto secreto onde cada participante elegia suas escolhas prioritárias por meio da atribuição de pontos (1,5 e 10). Ao final, realizou-se a contagem dos pontos e determinou-se a ordem das prioridades.

As prioridades foram:

1. Produção;
2. Prostituição e drogas;
3. Creche;
4. Lazer;
5. Falta de iniciativa;
6. Luz para todos.

Calendário agrícola – Consiste na construção de um esquema onde é representada a demanda relativa de força de trabalho e os períodos de maior incidência de trabalho ao longo de um ano agrícola. Permite avaliar os períodos de maior demanda de força de trabalho e as atividades desenvolvidas. Poderá ainda contribuir para que os agricultores (as) possam organizar trocas em serviços, conforme a disponibilidade de cada um. A técnica foi utilizada na comunidade de Taquarassú a partir das produções individuais dos agricultores em seus lotes. Assim, foram disponibilizadas matrizes a cada um deles para que estes pudessem construir seus próprios cronogramas de atividades durante o ano. Ao todo, foram levantados dados sobre o clima, períodos de chuva, além das produções de milho, feijão, cana e café. Com relação aos fatores climáticos, segundo os agricultores, em outubro inicia-se o período mais caloroso, porém neste mês a incidência de chuvas ainda é menor que nos meses seguintes. Assim, entre novembro e fevereiro concentram-se os períodos mais quentes e chuvosos, sendo o último com menor intensidade de calor e chuva. Já no mês de março começa a esfriar, no entanto, até o mês de maio ainda faz calor durante o dia, esfriando geralmente nos fins de tarde. Entre os meses de Junho e Julho, o frio se intensifica e o mês de agosto é marcado por ventos fortes. Setembro é o mês onde se começa a dar sinais de retorno do calor e fim do período seco, iniciando assim o período chuvoso. As chuvas, em geral, iniciam-se em setembro, aumentando gradativamente a intensidade durante os meses seguintes. A partir de fevereiro parece ser o momento aonde as chuvas vão se reduzindo até que se cheguem os períodos mais secos, concentrados nos meses de junho, julho e agosto. Vale ainda ressaltar que um dos agricultores afirmou que “10 anos atrás chovia mais, era mais fresco e as chuvas eram controladas”. Também foram levantados dados de culturas específicas.

Milho: Quanto aos plantios, em geral, há uma maior variação nos períodos de concentração e “folgas” no trabalho, de acordo com os interesses dos agricultores. Setembro, para muitos é o marco inicial do “ciclo do milho”, com o plantio. Assim, a partir de setembro começa a concentração das atividades com esta cultura, através do preparo do solo, plantio e capina. Em dezembro, alguns já trabalham na colheita de milho verde, enquanto outros esperam o período de maturação do milho que, em geral se intensifica entre os meses de março a junho,

dependendo do período de início de plantio de cada um. Segundo um agricultor, “A colheita em março só dá se o milho for precoce, é difícil ter colheita em março”. As mulheres, basicamente, trabalham no período de capina, de adubação do solo, plantio do milho e preparo de alimentos, por isso, a maioria delas trabalham durante os meses de setembro a dezembro. Geralmente, só os homens “quebram” o milho. Vale ainda ressaltar que, alguns agricultores mantêm os trabalhos com o milho durante todo o ano. Isso ocorre porque estes dependem do milho para o tratamento de suas criações de galinhas.

Feijão: É possível identificar que a sazonalidade no manejo com o feijão torna-se ainda maior que a do milho. Uma vez que o ciclo do feijão seja mais curto, ele possibilita dois plantios/colheitas ano. Em geral, os plantios se dão em outubro e março. Os períodos de colheita se intensificam em Janeiro e Junho.

Cana-de-açúcar: Apesar de terem uma intenção no beneficiamento da cana devido a sua rentabilidade e facilidade no plantio, a grande maioria dos produtores rurais não faz uso do plantio da cana. Segundo depoimento de um deles, “O único que vive da cana mesmo é o Pedro, o resto têm cana, mas só com subsistência. Antes faziam rapadura para vender, mas agora acabou a demanda”. Para Pedro, “a cana dá trabalho o ano inteiro. Na época que dá menos trabalho no milho e feijão é que a cana dá mais trabalho”. Segundo ele, a melhor época para plantio é dezembro.

Café: O período de maior concentração no trabalho com o café é o momento da colheita que inicia em abril e vai até agosto. Nesta fase da colheita as mulheres costumam trabalhar muito. Segundo uma agricultora “o café dá muito trabalho e ainda tem de chegar a casa e fazer o serviço”.

Planejamento participativo - Após a elaboração de todas as técnicas foi realizado um planejamento a partir da eleição de prioridades com a participação de todos (as) os envolvidos no projeto. Estabeleceu-se então um curso de ação após o levantamento das demandas e dos recursos existentes.

Na Etapa do planejamento participativo foram utilizadas tarjetas contendo os seguintes questionamentos: AS CAUSAS DOS PROBLEMAS; COMO RESOLVÊ-LOS; QUANDO; QUEM RESOLVER; E COM QUEM, que serão citadas a seguir no quadro 1:

Quadro 1 – Planejamento participativo

Causas	Como Resolver?	Quando?	Quem?	Com quem?
Falta de preparo adequado do solo/ - Falta de recurso.	Mais recurso.	Dia de campo-depois de outubro.	Advogado.	ITCP.
Falta de conhecimento diferenciado.	Manejo adequado.	Industrialização-cana-projeto janeiro.	Empresa Junior de Agrimensura.	RENAP.
Falta de aceitação de tecnologias alternativas.	Acompanhamento.		Dia de campo.	Empresa Junior de Agrimensura.
Falta de produção em escala.	Uso de tecnologia de cobertura.		Industrialização.	UFV.
Falta de organização.	Dia de campo/ Curso prático.	Fevereiro.		EMATER.
Falta de recurso.	Capacitar a Associação. - Motivar/mobilizar			Rio Branco.
Falta de documentação das terras.	Trabalho de Agrimensor. Advogado.		Empresa Junior de Agrimensura.	
Lazer-Substituição e drogas.	Ter um local.	A partir de segunda.		Cursos da universidade.
Não tem tempo.	Comunicação.	Ligado a organização.		SENAR.
Falta de incentivo.	Gerar renda.		ASPART.	EMATER.
Dificuldade do funcionamento da creche no meio rural.	Rodizio entre as mães, para cuidar das crianças e possibilitar que todas trabalhem na produção.	Panha de café de maio a agosto.	As famílias se organizarem por proximidade.	

Fonte: Trabalho de campo.

Antes do início da etapa de planejamento foi realizado um resgate de todas as técnicas e respectivos encaminhamentos para que fossem lembradas questões mais relevantes e que incluíssem algumas alterações que achassem necessárias.

Os maiores problemas e dificuldades encontrados pelos produtores foram apontados como sendo a produção e a comercialização, a necessidade da criação de uma creche e um local para lazer, além de destacarem a constante preocupação acerca da prostituição e das drogas que crescem a cada dia na comunidade. Um dos problemas mais destacados trata-se da industrialização e comercialização dos produtos, pois para efetivar a comercialização é necessário organização para que se tenha uma produção em volume e, assim, se tornaria possível o empacotamento dos produtos, garantindo uma agregação de valor gerando renda aos produtores (as). Outro aspecto importante é a legalização das terras, muitas vezes deixadas como herança. Algumas propriedades não têm a documentação de suas terras, impossibilitando o acesso ao crédito, agravando ainda mais as questões da produção e gerando conflitos familiares.

Nesse sentido o problema da legalização vai além das questões jurídicas, sendo maior empecilho à medição das terras que deve ser feito por um agrimensor, o que requer um alto investimento. A criação de uma creche e de uma área de lazer também foram elencadas como uma das necessidades. A creche deve ser criada para que as mulheres tenham mais disponibilidade para trabalhar nas lavouras. As drogas e a prostituição que são um problema para a comunidade este problema seria minimizado com a criação de um centro de lazer, com atividades esportivas e culturais, com oficinas de artesanato. Os agricultores consideram que a família é a base na formação dos jovens, o que fica claro na fala de uma das moradoras da comunidade: “A família faz a diferença, a família é a peça mais importante, é preciso ter lazer para ocupar o tempo dos jovens”.

Considerações

O DRP é um processo de pesquisa e coleta de dados que pretende incluir a perspectiva de todos os grupos de interesse integrados em uma comunidade, impulsionando uma mudança nos papéis tradicionais do pesquisador e do pesquisado, já que ambos participam da determinação de quais dados devem ser coletados e como coletar além de funcionar como meio de comunicação entre aqueles que estão unidos por problemas comuns.

De acordo com Weid (1991), os agricultores têm cultura, conhecimentos, habilidades, limitações, vontades, experiências, gostos e tendências, além de condições materiais bastante diversificadas. Cada vez que se ignora esta realidade em função de alguma proposta reducionista esbarra-se em impasses e fracassos. De ante desta ideia o uso de metodologias participativas torna-se altamente viável na incubação de grupos populares levando-se em conta a realidade do grupo e aproximando o saber científico das realidades cotidianas dos trabalhadores.

Os resultados apresentados neste trabalho representam os problemas, os desejos e as possíveis soluções apontadas pelos associados para uma melhor organização do trabalho na associação. Durante o convívio com os agricultores e agricultoras observou-se uma grande expectativa por parte deles com a elaboração do DRP e com a oportunidade de estarem construindo um diagnóstico de sua realidade e propondo caminhos para melhorarem sua situação de vida.

As várias técnicas do DRP forneceram inúmeras informações sobre como está a organização atual do trabalho e a produção na associação, o cotidiano e a rotina de trabalho dos associados e as instituições que são importantes à Associação. A eleição de prioridades demonstrou bem as principais preocupações dos associados. A produção e comercialização foram eleitas como a prioridade principal e, segundo eles, só será resolvido com uma cooperação maior no grupo, essa maior união do grupo fará com que os ideais de cooperação e associação possam estar sendo realmente aplicados. Os próprios associados entendem que só assim conseguirão desenvolver-se economicamente e obter melhores relações de trabalho e uma melhor qualidade de vida.

BIBLIOGRAFIA

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Extensão ou comunicação?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977b.

PINTO, J.B. Planejamento participativo: rito ou prática de classe? **Revista de cultura**, Rio de Janeiro, v.81, 1987.

PEREIRA, J.R. **Relatório de implantação da ITCP/UFV**, Universidade Federal de Viçosa 2003.

WEID, J. M. von der. Diagnósticos rápidos participantes de agroecossistemas (DRPA). **Alternativas: Cadernos de Agroecologia**. Rio de Janeiro, ASPTA, s/n, jun. 1991. 302 p.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo – guia prático DRP**. Revisão e adaptação Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília: DATER/SAF/MDA, 2006. 62p.

13.

O poder dos mapas e as abordagens participativas: O uso da cartografia social na representação territorial dos assentamentos rurais

Cleiton Silva Ferreira Milagres
José Ambrósio Ferreira Neto

Introdução

A formação dos assentamentos rurais no Brasil foi e ainda é, o resultado de uma ampla luta social pela posse da terra, envolvendo vários trabalhadores em inúmeros conflitos, gerando uma nova organização social, econômica e política.

Debater sobre os assentamentos rurais e a dinâmica de sua criação nos aproxima da discussão de como tem sido formulados os diversos estudos sobre a política de reforma agrária no Brasil e, principalmente, a forma como esta vem sendo realizada. Entretanto, não se trata aqui de discutir a reforma agrária em si, pois como pontuou Sparovek *et al* (2005, p.11) a “reforma agrária é um tema amplo e complexo. Qualquer tentativa de simplificação, generalização, defesa, ou desqualificação completa ou incondicional, certamente tem como origem a predisposição (...)ou a insuficiência de informações”. Sendo assim, este trabalho pretende apresentar os projetos de assentamentos no seu contexto geográfico, entendido como um espaço social que abarca um grupo de famílias beneficiadas por programas governamentais de reforma agrária (SAUER, 2005) em suas complexas relações de poder.

Entretanto, como ressalta Sauer (2005, p.59) o assentamento “é fruto de um ato administrativo, que delimita o território,

seleciona as famílias a serem beneficiadas, etc., sendo, portanto, artificialmente constituído”. Por isso, a formação dos assentamentos rurais é tratada como um enfrentamento constante no que tange os poderes políticos, pois envolve uma disputa entre os que detêm o direito de propriedade sobre o uso da terra com aqueles que necessitam da posse da terra, tudo isso mediado pelo Estado.

Compreender a dinâmica de criação de um assentamento focalizando o trabalho coletivo no planejamento das intervenções no meio físico e na construção de espaços sociais dentro de uma abordagem participativa é elemento fundamental que nos colocará também num debate sobre a representação territorial através do conhecimento tradicional espacial da comunidade.

Nas discussões acadêmicas cujos temas são os projetos de assentamentos é recorrente a abordagem teórica sobre a questão agrária e do acesso a terra, entretanto, torna-se importante também debater a forma como os órgãos governamentais responsáveis pela política de reforma agrária no país vem criando esses projetos, uma vez que, em vias legais muitos desses projetos não levam em consideração as condições do meio físico e a participação local na organização territorial, como apontam os estudos de Freitas (2004); Santos Junior (2007); Soares (2008); Ferreira Neto *et al.* (2010).

O papel de promover a reorganização fundiária e a implementação de assentamentos rurais é desempenhado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)³², órgão estatal que juntamente com outras instituições públicas e/ou privadas elaboram o Plano de Desenvolvimento do assentamento (PDA), documento que irá orientar o processo de organização social e produtiva dos projetos, ou seja, o PDA é um instrumento que possibilita um retrato físico, social e econômico da área ocupada pelos beneficiários da reforma agrária e sobretudo, constitui-se como uma ferramenta de planejamento para os Projetos de Assentamentos (PA). Envolve todas as fases do processo de implementação, iniciando-se com a instalação das famílias na área

³² O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia federal criada em 1970, com a missão de realizar a Reforma Agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

do assentamento, suas participações efetivas e a capacitação para construção e elaboração do plano, até a completa emancipação e sustentabilidade do projeto, obtidos com o progresso socioeconômico e produtivo.

É por meio do PDA que se define a organização do espaço, com indicação das áreas para moradia, produção, reserva florestal, vias de acesso, entre outros. Além disso, o PDA relaciona as atividades produtivas a serem desenvolvidas no assentamento, as ações necessárias à recuperação e à preservação do meio ambiente, o programa social e de infraestrutura básica, toda a elaboração do plano deve contar com a participação das famílias assentadas (Incra, 2010).

Assim, a elaboração de uma metodologia de intervenção fundamentada num trabalho coletivo visando atender às necessidades da comunidade, a orientação dos técnicos e uma melhor interação com as instituições que atuam no local contribuiria no planejamento das intervenções a serem delineadas dentro de uma abordagem participativa sobre o uso e ocupação espacial dos lotes familiares num projeto de assentamento rural. Deste modo, este artigo pretende abordar o desenvolvimento de uma metodologia participativa que articule o uso do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) aos princípios da cartografia social para a elaboração de mapas participativos georreferenciados acerca da representação territorial que os assentados produzem sobre o espaço onde vivem.

O uso das Técnicas participativas nos processos de intervenção no campo

A disseminação de informações, conhecimentos e o uso de tecnologias estão sistematicamente vinculados aos modelos de pesquisa e desenvolvimento e que as ações de intervenção há muito tem se restringido apenas ao papel de transferência de tecnologias, realizadas de cima pra baixo (Diniz, 2007). Nas decisões que envolvem o público rural, por exemplo, nos deparamos com modelos de pesquisa que se mostravam, no início, menos preocupados

em estabelecer um processo de aprendizagem que envolvesse a pesquisa, o técnico e o usuário.

Diante desse contexto, em que a pesquisa passou por algumas transformações, e na tentativa de uma interação entre atores, Gibbon (1994) apresenta um novo modelo, *Farming Systems Research /Extension (FSR/E)*, com algumas sugestões para o processo de abordagem, a fim de superar os equívocos, como: uma interação dinâmica na relação entre pesquisador, extensionista e produtor, em que este último tem papel de igual importância no processo; a necessidade da abordagem interdisciplinar para a qual a participação de cientistas sociais possa interagir com pesquisadores das ciências naturais; e a necessidade de considerar o importante tema da sustentabilidade. Este último tem se colocado como fator fundamental a ser considerado, frente aos problemas ambientais surgidos, seja pela ação humana ou não, este tema ocupa hoje importante pauta de discussão para adequação dos modelos de pesquisa e de extensão na atividade agrária.

Chambers (1993), citado por Diniz (2007), propõe que os atores presentes na comunidade sejam os reais agentes de seu próprio desenvolvimento, definindo, por sua vez, um novo modelo de pesquisa – *Farming First (FF)*. Neste modelo, a comunidade é chamada a fazer o uso da tecnologia, conforme suas capacidades e prioridades, pois o objetivo não é transferir a tecnologia para a comunidade, nem tão pouco que a análise seja feita pura e simplesmente pelos agentes externos, mas sim, empoderar a comunidade para aprenderem, adaptarem e fazerem o melhor uso da tecnologia. Ou seja, “o conhecimento local é único, sendo sistematizado e avaliado para a assimilação e incorporação ao conhecimento científico” (DINIZ, 2007, p.24).

No mesmo período em que os modelos de pesquisa buscavam edificar os esforços para um diálogo maior com os usuários que se beneficiariam das inovações propostas, os primeiros manuais de Diagnóstico Rápido Rural (DRR) surgiam na década de 1970, como ferramenta, que possibilitava obter, de forma rápida, novas informações sobre a vida e os recursos no meio rural.

Os diagnósticos participativos surgiram com um propósito de

criar um caminho para estimular e apoiar os membros de grupos sociais num espaço de tempo significativo, para que esses possam investigar, analisar e avaliar seus obstáculos e chances, assim como tomar decisões fundamentais e na hora certa, relacionadas aos projetos a seu respeito (Chambers *et al.*, 1989). Nessa forma de diagnóstico, o propósito, em primeiro lugar, não é o dado academicamente tratado, mas o processo de aprendizado dos envolvidos, despertando-os para valorizar o que sabem e o que podem saber mais” (BROSE, 2001, p. 66).

Percebe-se, portanto, que o uso de técnicas participativas no processo de intervenção social e o papel assumido ou atribuído aos agentes externos que as utilizam, passou a ganhar espaço nas discussões sobre as ferramentas utilizadas para a tomada de decisão em grupos sociais. A participação vem se consolidando no campo dos estudos dos métodos e as técnicas participativas constituem-se em instrumentos muito utilizados nos processos de intervenção, auxiliando no processo de aprendizagem e visando à mudança social do público envolvido nas ações.

No que se refere aos métodos de pesquisa e desenvolvimento, Dias (2006) acrescenta que os diagnósticos rurais apareciam como meios para melhor compreensão dos processos de promoção do desenvolvimento e de estímulo à participação dos beneficiários das ações. Os diagnósticos defendiam a ideia de que não seria possível intervir em uma realidade sem antes conhecê-la. Neste caso, a introdução de novas tecnologias dependeria de sua adequação à realidade diagnosticada.

Neste sentido, o DRP consolidou-se como uma importante ferramenta participativa junto às comunidades rurais a favor do desenvolvimento. No entanto, de todos os métodos visuais que foram adotados e obtiveram sucesso, McCall (2006) acrescenta que o mapeamento participativo – com suas muitas variantes e aplicações – foi o mais difundido no trabalho com comunidades, não apenas no manejo de recursos naturais, mas também em muitos outros domínios.

Segundo Andrade e Santamaría (2009) existe um conjunto de métodos que tem enfatizado o mapeamento participativo como um instrumento para a compreensão sobre como as comunidades utilizam o espaço, e para o empoderamento de comunidades para resolver conflitos de gerenciamento territorial. Essa forma de produzir mapas tem encorajado os habitantes a desenhar e modelar seu território e recursos, decidindo o que incluir, o que apagar e como modificar detalhes.

Cartografia Social: A representação do território através da elaboração coletiva de mapas georreferenciados

Com a tarefa de envolver as comunidades na produção de cartogramas georreferenciados sobre o local que habitam, novas ferramentas têm surgido de forma que contemplem as representações dos indivíduos e permitam melhor entendimento das múltiplas realidades existentes em uma mesma comunidade. Através da cartografia social, por exemplo, a elaboração de “mapas participativos” é capaz de considerar o conteúdo simbólico presente na identidade dos indivíduos, estabelecendo um campo de construção de metodologias e uso de tecnologias que aponta para uma abordagem cartográfica participativa, criando condições para que grupos sociais se auto-cartografem (ALMEIDA, 2009).

Segundo Herrera (2009) a cartografia social é uma proposta conceitual e metodológica que permite construir um conhecimento integral de um território, utilizando instrumentos técnicos e vivenciais na elaboração coletiva de mapas.

Andrade e Santamaría (1997) esclarecem que a cartografia social consiste em utilizar a elaboração coletiva de mapas para poder compreender o que tem ocorrido e ocorre em um determinado território, como forma de fugir de si mesmo para começar a olhar para processos de mudanças. Para a autora,

El ejercicio de Cartografía Social es una herramienta que sirve para construir conocimiento

de maneira colectiva. La construcción de este conocimiento se logra a través de la elaboración colectiva de mapas, el cual desata procesos de comunicación entre los participantes y pone en evidencia diferentes tipos de saberes que se mezclan para poder llegar a una imagen colectiva del territorio (ANDRADE e SANTAMARIA, 1997, p.3).

Percebe-se, portanto, que a cartografia social pode oferecer à comunidade, de forma efetiva, uma melhor discussão a respeito do planejamento territorial, diferentemente da cartografia convencional (institucional) que privilegia o caráter hierárquico e mais centralizador. O quadro 1 mostra um comparativo entre a cartografia social e a cartografia convencional.

Quadro 1 – Análise comparativa da Cartografia Social e a Cartografia Convencional

Elemento de Comparação	Cartografia Social (cartesiana ou não)	Cartografia Institucional (cartesiana)
Território	Representa as variáveis importantes para cada território desde um auto-reconhecimento da comunidade que participa.	Representa o que desde a modernidade se define como prioritário para a definição de Estado-nação.
Método	Procedimentos qualitativos onde a comunidade é o ator principal. Entre eles estão a linguagem oral e a representação simbólica.	Utilização de instrumentos rígidos para recorrer à determinada informação e metodologias estatísticas.
Posição Política	Existe uma clara intencionalidade e postura política.	Assume-se uma aparente objetividade e imparcialidade dos dados obtidos.
Poder	Legitima-se um processo em que se reconhecem os interesses da comunidade como motor dos processos sociais. Assim, se cobra consciência do poder de autodeterminação e transformação do território.	É levado em conta só o interesse institucional ou empresarial.

PARTE III - PROCESSOS PARTICIPATIVOS: PERCEPÇÕES E METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO NO CAMPO

Elemento de Comparação	Cartografia Social (cartesiana ou não)	Cartografia Institucional (cartesiana)
Representação do espaço	Combinação do espaço percebido, concebido e vivido. Representações das relações (redes de fortalecimento, fluxos) que conformam um território.	Representação do espaço percebido (euclidiano) onde prevalece o georreferenciamento.
Metodologia	Métodos qualitativos e participativos onde aporta a comunidade e os agentes: na elaboração conjunta do mapa se perpetua o conhecimento coletivo; no entorno cultural, que está mediado pelas necessidades da comunidade, e as potencialidades do território que se pretende representar.	Métodos quantitativos. Grupo de especialistas. Representam o interesse da instituição e do Estado.
Tempo de execução	O uso de metodologias qualitativas leva a um trabalho mais dispendioso, mas com resultados menos excludentes.	Existem uns procedimentos que são <i>standard</i> , que são facilmente sistematizados.
Sistematização	A sistematização é incipiente. É necessário implementar algum sistema de documentação da informação coletada.	Continua trabalhando na sofisticação de <i>software</i> e políticas de sistematização.
Escala	Definida pelo nível de participação. Geralmente escalas detalhadas.	Nível de agregação. Várias escalas e níveis de generalização.

Fonte: Adaptado de Lobatón, Susana Barrera. (2009).

Nota-se que, no caso da cartografia social a comunidade é capaz de reconhecer seu território de forma diferenciada se comparada com a institucional, porém esta última pode oferecer uma melhor sistematização para a medição e análise. Em todo caso, ainda que a cartografia convencional possibilite que dados acerca do território possam ser trabalhados em diferentes escalas por especialistas, há uma dificuldade por parte da comunidade de compreender como são originados esses dados.

Desenvolvendo a metodologia de Cartografia social no Projeto de Assentamento Itatiaia – Minas Gerais

Criado em 2004, o projeto de Assentamento Itatiaia possui 38 famílias distribuídos em seus lotes com uma área média de cada parcela em torno de 41,1550ha. A área de Reserva Legal corresponde a 431,964ha, cerca de 21% da área total do assentamento e as Áreas de Preservação Permanente – APPs correspondem a 81,1889ha, mais a área efetiva de preservação permanente (preservada) de 32,464ha. Além disso, o assentamento possui uma área de plantio comunitário com cerca de 42ha, além de uma área comunitária para a sede e outra para o curral.

Segundo o diagnóstico apontado pelo PDA, o PA Itatiaia está sobre espessos pacotes de sedimentos argilosos, originalmente de cores amarela e marrom-avermelhadas, além de área cascalhada. A exploração desse solo acontece sob forma de pastagens e lavouras de ciclo curto e, ou longo no nível de manejo A e regular nos níveis B e, ou, C. Já a distribuição da vegetação no PA Itatiaia se divide na predominância de áreas de Cerrado *Strictu sensu* e Campos, havendo também uma vegetação de transição entre esses extremos. Destacam-se, também, as áreas de Savana Parque. Na área do assentamento existem duas veredas, porém não são as responsáveis pelo abastecimento de água nas casas, este é oriundo de cisternas e cacimbas.

Deste modo, com o objetivo de desenvolver uma metodologia de mapeamento, os pesquisadores e autores deste trabalho entraram em contato com a presidente da Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Itatiaia para esclarecer sobre como seriam conduzidos o estudo e se o mesmo poderia contar com a participação dos moradores. Com a resposta positiva dos assentados sobre a execução da pesquisa de campo, optou-se, num primeiro momento, por uma reunião como forma de despertar e fomentar acordos coletivos entre os pesquisadores e assentados e, ainda, esclarecer os próximos passos a serem dados.

Uma observação importante a ser feita é a condição do pesquisador enquanto elemento externo que deve se inserir na

realidade do grupo a fim de compreender a realidade local sob a ótica dos próprios assentados e não somente de sua leitura teórica e documental sobre aquela realidade. Além disso, trabalhos que envolvem processos participativos envolvem também uma troca de saberes e uma confiança mútua em tornados acordos negociados coletivamente.

O trabalho de campo

Através do mapeamento participativo proposto pelo Diagnóstico Rural Participativo, o trabalho de campo foi direcionado em 5 fases para que a metodologia de cartografia social fosse incorporada à prática das abordagens participativas, são elas:

- Fase 1 – Identificação das características;
- Fase 2 – Elaboração do mapa participativo (ferramentas do DRP);
- Fase 3 – Capacitação para o uso do GPS;
- Fase 4 – Construção do mapa participativo georreferenciado; e
- Fase 5 – Integração, Validade e Utilidade da metodologia de cartografia social.

A etapa de identificação das características do Projeto de Assentamento Itatiaia foi a fase de preparação para o campo, através de coleta de informações secundárias sobre a área estudada, obteve-se os mapas já elaborados pelo INCRA-SR06 durante as fases de elaboração do PDA. Nesta etapa foram identificados e selecionados os informantes-chaves que contribuíram com todo o processo de pesquisa-ação que foi desenvolvido no assentamento. Após definição daqueles que participaram do processo de construção dos mapas participativos, iniciou-se o segundo momento que foi a construção dos mapas através do Diagnóstico Rural Participativo. Nesta etapa, identificou-se que tipo de ação poderia ser desenvolvida com a comunidade assentada, optando-se assim, por

realizar um mapa que envolvesse, principalmente, aspectos do meio físico como o uso do solo, tipo de vegetação e, ainda, um olhar mais amplo da paisagem em que vivem.

A técnica de mapeamento participativo do DRP possibilitou coletar dados sobre o meio físico e a ocupação dos espaços nos projetos, ao mesmo tempo em que serviram para capacitar os assentados na construção da cartografia social. Esses momentos foram utilizados pela presente investigação para sistematizar o conhecimento local a respeito das condições do meio físico.

Na elaboração dos mapas teve-se a preocupação de contar com percepções e conhecimentos de todos os segmentos da comunidade – homens e mulheres, idosos e jovens. Com este momento, discutiu-se com os participantes a localização dos componentes da paisagem: rios, montanhas, áreas comunitárias, limites dos lotes, as áreas de reserva legal e preservação permanente, etc. Além disso, foi realizado um trajeto transversal dentro do assentamento com os informantes-chaves para observar e anotar os diferentes sistemas de produção e uso da terra nos lotes. Após esta etapa, conduziu-se o processo para que os participantes pudessem identificar as áreas críticas do assentamento, sem deixar de fazer referência à informação que representa o mapa elaborado pela comunidade.

Para a construção do mapa participativo georreferenciado, os assentados tiveram uma capacitação sobre o uso do GPS (Global Position System), de modo que todos pudessem compreender os conceitos básicos, como: escala, orientação, localização e coordenadas, e ainda de um conhecimento sobre espaço geográfico que possibilitasse ler e decodificar os mapas a serem elaborados por eles. Cabe ressaltar, no entanto, que esta pesquisa demandou a identificação no assentamento de pessoas com maior interesse e conhecimento formal necessários para o uso do GPS.

Deste modo, deu início ao trabalho de campo para a elaboração do mapa do assentamento e de seus recursos naturais com a construção de uma representação cartográfica do espaço de vida e de trabalho, com o objetivo de criar uma visão gráfica e os conhecimentos que os assentados têm do seu entorno e dos recursos existentes. Além disso, a pesquisa propôs, antes do início

do trabalho de campo, a criação de um protocolo com as rotinas operacionais para a elaboração dos mapas comunitários georreferenciados, que foi testada, complementada e reformulada no decorrer do trabalho.

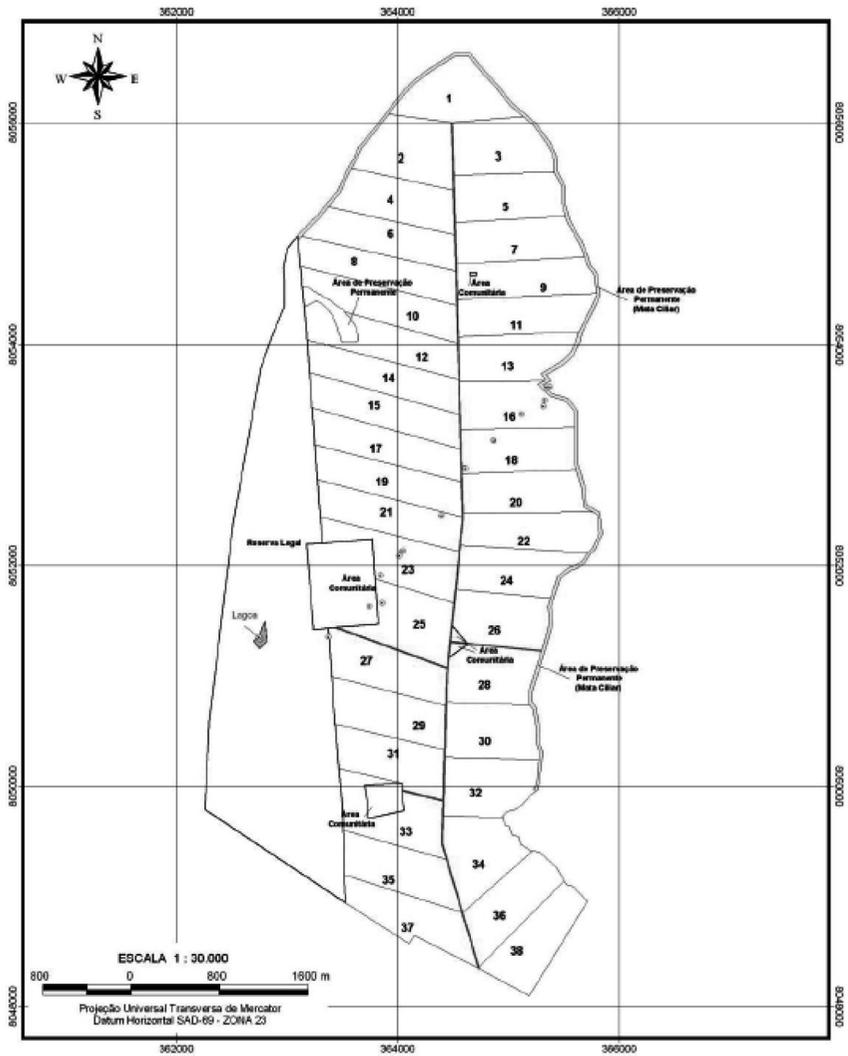
Figuras 1 e 2 – Assentados elaborando o mapa com dados obtidos pela cartografia social, dados da pesquisa – 2010



O próximo passo foi a integração do mapa participativo georreferenciado num sistema de informação geográfico (SIG), onde a partir dos componentes gerados, os assentados formularam recomendações sobre a tomada de decisão sobre os recursos naturais e como poderiam intervir nelas. A integração dos mapas participativos georreferenciados em um SIG foi feita com a utilização do software livre e possibilitou a definição de critérios para sua interpretação.

A validação da técnica de coleta de dados se deu com a obtenção do produto em SIG que integrou os elementos identificados pela comunidade como referência espacial.

Figura 3 – Pontos coletados pela comunidade inseridos no SIG



Existe ainda, a possibilidade de os elementos identificados estarem localizados numa forma equivocada, do ponto de vista georreferencial, deste modo, corrigimos os erros e permitimos uma relação dos dados gerados com outros tipos de dados de referência espacial. Já a etapa de utilidade apontou áreas para a utilização da técnica testada.

Considerações

No caso dos assentamentos rurais faz-se necessário debater sobre as abordagens participativas, sobretudo no que se refere à representação do território, onde os assentados, na qualidade de agentes podem atuar oferecendo sua participação para as ações a serem executadas. O mapeamento participativo georreferenciado permite que cada assentado possa desenhar e principalmente cartografar o espaço em que vive e, além disso, se inserir dentro de uma ótica de desenvolvimento local, possibilitando que os participantes possam melhorar a gestão e a tomada de decisão no assentamento, obtendo assim um controle sobre as mudanças que possam ocorrer no território.

A utilização da cartografia social junto às técnicas do DRP permitiu validar, no nível da participação, que a metodologia facilitou o empoderamento dos participantes na representação territorial do assentamento. Além disso, no nível técnico sua aplicabilidade se ajusta as capacidades locais e permite que tanto técnicos quanto os demais participantes se propiciem de um processo mais democrático.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, A. W. B. **Novas experiências em cartografia social**. Encontro Nacional da ANPUR, Florianópolis, 2009 Disponível em: http://www.xiiienanpur.ufsc.br/site/arquivos/4990_sLivres.pdf Acesso em 30 de maio de 2009.

ANDRADE, S. **La cartografía social para la planeación participativa: experiencias de planeación con grupos étnicos en Colombia**, 2009.

BROSE, M. (Org.). Introdução. In: Marcus Brose (org.). **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 312p.

CHAMBERS, R. **Famer First: innovation and agriculture research**. London: Intermediate Technology, 1993. 219p.

DIAS, M.M. **Uma abordagem introdutória sobre concepções e práticas da extensão rural no Brasil**.

DINIZ, F. H.. **Produção de Leite com Qualidade em áreas de assentamento: proposições de intervenção como inovação**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG. 2007.

FERREIRA NETO, J. A.; MILAGRES, C. S. F; SOUSA, D. N. O uso do aplicativo SOTER e da cartografia social na organização territorial em projetos de reforma agrária. In: FERREIRA NETO, J.A.; SOUSA, D. N; MILAGRES, C. S. F.. (Orgs.). **Recursos Naturais, Sistemas de Informação Geográfica e Processos Sociais**. Viçosa: UFV; Visconde do Rio Branco: Suprema/UFV, 2010. 248p.

GIBBON, D. Farming system research/extension: background, concepts, experience and networking. In: DENTON, J. G.; MCGREGOR, M. J. (Org.). **Rural and farming system analysis: European perspectives**. Tucson: CAB International, 1994. 276p.

INCRA – **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em: www.incra.gov.br Acesso em: 12/12/2010.

HERRERA, J. **Cartografia Social**. Universidad Nacional Cordoba, 2009. Disponível em: www.extension.unc.edu.ar/herrera_j_carto_social.pdf Acesso em 15 de novembro de 2009.

MCCALL, M. K. **PGIS–PSP–IK–(CB)NRM**: applying Participatory-GIS and participatory mapping to participatory spatial planning and to local–level land & land resources management utilising indigenous & local spatial knowledge, 2006. A bibliography. Disponível em: http://ppgis.iapad.org/pdf/pgis_psp_itk_cbnrm_biblio_mccall.pdf

PDA, Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Itatiaia, INCRA.2004.

SANTOS JUNIOR, E. C. **O ordenamento territorial em assentamentos rurais: uma análise utilizando algoritmos genéticos**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 92p, 2007.

SOARES, J. L. N. A organização territorial de assentamentos rurais para atender a legislação ambiental da Amazônia. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v.3, n.6, p.143-155, ago.2008.

SPAROVECK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. 204p.

14.

Uso de técnica participativa para diagnosticar a saúde de peixes de cultivo: A experiência do Projeto Divinópolis, Tocantins

Patricia Oliveira Maciel
Diego Neves de Sousa
Adriano Prysthon da Silva
Manoel Xavier Pedroza Filho

Introdução

O Projeto “Fortalecimento da piscicultura como alternativa de renda e diversificação da agricultura familiar no estado de Tocantins”, conhecido por Projeto Divinópolis, é uma iniciativa da Embrapa Pesca e Aquicultura para construir estratégias de melhoria da piscicultura em sistemas de produção familiar. O projeto, que tem duração de três anos e iniciou-se em 2011, vem sendo desenvolvido nos municípios de Divinópolis e Abreulândia, localizados na região centro-oeste do estado do Tocantins.

A iniciativa deste projeto originou-se de visitas a essa região, onde se constatou que o reduzido grau tecnológico dos agricultores familiares, associado a pouca experiência na piscicultura, poderia contribuir para o crescimento desordenado da atividade. Em síntese, as pisciculturas caracterizam-se por cultivos de peixes em pequenos viveiros e barragens (Figura 1), a maioria deles com captação de água de chuva, destinados em sua maioria, à desengorda do gado, uma vez que a bovinocultura é a principal atividade das propriedades. As espécies de peixes cultivadas são os redondos, como tambaqui (*Colossoma macropomum*), pirapitinga (*Piaractus brachipomus*) e híbridos, e com menor frequência

piabanha (*Brycon* sp), piau (*Leporinus* sp.) e o híbrido pintado-da-Amazônia (*Leiarius marmoratus* X *Pseudoplatistoma fasciatum*) (Figura 2). O cultivo é realizado com pouca ou nenhuma orientação técnica e a piscicultura tem como objetivo incrementar a segurança alimentar da família e gerar renda pela venda do excedente. Alguns piscicultores estão localizados em assentamentos da reforma agrária e outros em propriedades particulares, conhecidos como tradicionais ou autônomos.

Figura 1 – Estruturas de cultivo utilizadas por piscicultores de Divinópolis e Abreulândia (TO)



Figura 2 – Tambaqui (*Colossoma macropomum*) (embaixo) e pirapitinga (*Piaractus brachipomus*) (em cima), espécies de peixes redondos cultivados por piscicultores de Divinópolis e Abreulândia (TO)



Neste cenário, observou-se uma oportunidade de conhecer a realidade produtiva local e sugerir um caminho que levasse ao desenvolvimento sustentável do setor por meio da inovação tecnológica. Dessa forma, foram propostas cinco ações no projeto, sendo elas a realização do: (1) Diagnóstico Rápido Participativo – DRP; (2) Monitoramento das pisciculturas por um ciclo de produção a fim de entender melhor o sistema produtivo e realizar eventuais ajustes; (3) Dias de campo e publicações técnicas adaptadas à realidade local; (4) Apoio ao fórum de discussão dos piscicultores e organização produtiva e social dos mesmos; e (5) Ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação levantadas a partir de problemas detectados na fase de monitoramento. Destaca-se que a demanda, gerada após o DRP, relativa ao desenvolvimento e articulação das subsequentes ações do projeto de pesquisa partiu dos próprios piscicultores que, cientes de suas carências, sejam tecnológicas ou em outras áreas, perceberam no projeto uma oportunidade de melhorar a produtividade de suas pisciculturas.

O Diagnóstico Rápido Participativo é considerado o principal instrumento de reflexão utilizado com grupos sociais. Conforme explica Brose (2001), o propósito do DRP não é o dado academicamente tratado, mas sim possibilitar o processo de aprendizagem dos atores envolvidos, despertando-os para valorizar o que sabem e o que podem saber mais, indo ao encontro do que Paulo Freire relatou em uma entrevista: “Ao descobrir que sabe, descobre o que não sabe. Ao descobrir que sabe e não sabe, descobre que pode saber” (*apud* BROSE, 2011, p.66). É a partir deste momento que o conhecimento científico entra para ser complementar às análises e avaliações do conhecimento popular.

A escolha por esta metodologia se justificou por ser um caminho viável para estimular os piscicultores, para que pudessem, num tempo representativo, investigar, analisar e avaliar seus obstáculos e chances de desenvolvimento na piscicultura (Kalikoski *et al.* 2009). Segundo os autores, esse método de abordagem tem como características: a descentralização nas tomadas de decisão; o fortalecimento da cidadania; o direito de planejar projetos de uso sustentável da propriedade e subsidiar políticas públicas mais alinhadas nas decisões dos envolvidos no processo. Kalikoski *et al.* (2009) e Brown, Staples e Funge-Smith (2005) citam estes fatores como chave para o desenvolvimento organizacional e institucional de uma comunidade. A fim de captar informações da realidade local, durante a execução do DRP foram aplicadas diversas técnicas, como entrevistas semi-estruturadas, calendário sazonal, rotina diária, diagrama de Venn (jogo das bolas), entra e sai/de onde vem - para onde vai, croqui da propriedade, linha do tempo. Estas técnicas foram baseadas e adaptadas de manuais de campo, como os de Pido *et al.*, 1997; Geilfus, 1997; Bunce *et al.*, 2000; FAO, 2001 e Ortiz e Pompéia, 2005; Cordioli, 2009.

Nos últimos anos, muitas metodologias foram aplicadas em comunidades rurais de todo o Brasil contribuindo para a participação e empoderamento da população, a fim de melhorar o desenvolvimento da região em que estão inseridos, como verificado nas experiências de Oliveira *et al.* (2009); Freitas, Freitas e Dias (2012) e Milagres *et al.* (2013). Contudo, não havia registros de

diagnósticos no Tocantins focados na atividade piscícola inserida nos sistemas produtivos, fato que fortaleceu a escolha desta metodologia.

Além disso, o DRP pareceu uma abordagem que podia prezar pelo protagonismo dos produtores, conhecer as atuais condições do sistema de produção, possibilitando também discutir os problemas e potencialidades da piscicultura. Neste contexto, insere-se a discussão e análise dos principais problemas sanitários ligados à criação de peixes, assim como a avaliação dos conhecimentos técnicos e populares a esse respeito.

Neste contexto, o objetivo deste artigo foi descrever e analisar as informações relativas à saúde de peixes cultivados em sistemas de produção familiar, por meio da aplicação da técnica participativa Mapa de Saúde durante o DRP do Projeto Divinópolis.

Metodologia

Ao se fazer um trabalho sobrepráticas metodológicas com foco participativo, pretende-se estimular e conduzir a participação das pessoas dentro de suas realidades, por meio da utilização de diversas ferramentas, fazendo com que toda a comunidade participe de forma crítica e consciente, o que permite obter um ambiente de caráter mais dialógico. Indo a esse encontro, Brose (2001, p.14) explana que “a participação não é neutra, sem gosto ou cheiro. Participação é mudança, é distribuição de poder. Assim, é necessário ter clareza acerca do processo do qual estamos participando”.

Para possibilitar a aprendizagem num determinado processo de trabalhos que envolvem grupos, entende-se que a participação torna-se instrumento essencial à expressão de percepções, leituras de processos, demandas e projetos (BAAS, 1998). Neste sentido, as técnicas, dinâmicas e instrumentos de caráter participativo são utilizados pelos moderadores a fim de possibilitar e estimular a participação de todos os envolvidos, de modo a facilitar a construção de percepções compartilhadas e o comprometimento por meio dos acordos elaborados coletivamente (TATAGIBA e FILÁRTIGA, 2002).

Assim, é importante destacar a diferença entre método participativo e técnica participativa. O primeiro conceito é um caminho previamente estruturado pela equipe de técnicos que orienta o trabalho de intervenção com o público envolvido no processo a partir de uma sequência de etapas e que na maior parte se utiliza de diferentes técnicas. Já o conceito de técnica participativa é considerado uma maneira, uma prática ou uma forma de executar ações que possibilitam a potencialização da participação do grupo (BROSE, 2001).

No artigo aqui apresentado, foi selecionada e adotada a técnica participativa que denominamos de Mapa de Saúde como forma de ação conjunta capaz de abranger uma maior participação dos piscicultores familiares do Projeto Divinópolis, visando o crescimento coletivo e trazendo os indivíduos para o campo de tomada de decisões, além de elencarem suas próprias prioridades para as próximas ações do projeto.

Esta técnica foi adaptada do Mapa de Enfermidades descrito por Geilfus (1997). Segundo o autor, a técnica tem como objetivo avaliar junto à comunidade os principais problemas veterinários ligados aos diferentes animais domésticos, além de permitir realizar inventários, analisar os problemas e avaliar o conhecimento local. O autor pontua quatro etapas para a aplicação dessa técnica, conforme se verifica abaixo já adaptada para peixes.

- 1ª etapa: O desenho pode ser trazido pronto ou pode-se pedir para que os próprios participantes façam o desenho do peixe em tamanho que todos os participantes possam enxergar. Em seguida, é solicitado aos participantes indicar os sinais clínicos e enfermidades que são encontrados em cada parte do peixe, apresentando os órgãos e regiões onde os sinais se manifestam. Pode-se estimular a explanação de alterações de comportamento dos peixes, pois também podem ser indicativas de doenças. Assim, permite-se que os participantes apresentem seus saberes populares.
- 2ª etapa: Após as indicações dos sinais clínicos e enfermidades na elaboração do mapa de saúde, procede-se com a análise das causas em forma de fluxograma.

- 3ª etapa: A seguir são identificadas as possíveis soluções.
- 4ª etapa: Por fim, as alternativas de solução são numeradas e colocadas em ordem de prioridade.

Durante a aplicação da técnica foi preciso definir os papéis de cada participante da equipe para a adequada condução do trabalho. Nesta intervenção, foi necessário contar com um moderador, um facilitador e um registrador. O moderador catalisou as diversas ideias que apareceram decorrentes do processo grupal, procurando não interferir no conteúdo das discussões, tendo somente a responsabilidade de facilitar o processo metodológico para atingir os objetivos propostos. O facilitador atuou apoiando o moderador na aplicação e condução da técnica participativa e também nos registros. O registrador se preocupou exclusivamente em descrever os apontamentos das discussões, por escrito, vídeo e fotografia (CORDIOLLI, 2009).

Em suma, a técnica do Mapa de Saúde foi construída por intermédio de um diagrama em formato de peixe, onde se levantou com os piscicultores os principais problemas ligados à saúde dos peixes permitindo, assim, compartilhar, inventariar e analisar os principais problemas e em que fase ocorrem, além de levantar os conhecimentos locais. Ou seja, o que possibilitou construir e validar, de forma coletiva, as informações referenciadas pelos piscicultores familiares.

O Mapa de Saúde foi aplicado em dois momentos, um com os piscicultores do Projeto de Assentamento - PA Consolação e outro com os demais piscicultores de Divinópolis e Abreulândia. No total, cerca de quarenta piscicultores estiveram na coleta dos dados do DRP, sendo que no decorrer do processo foram divididos grupos que simultaneamente participarem das diferentes ferramentas aplicadas. A descrição dos resultados e a discussão se encontram abaixo.

Resultados e Discussão

A piscicultura é uma forma de exploração animal que vem se tornando tanto uma importante fonte de proteína animal para

a segurança alimentar de famílias oriundas do meio rural, quanto para venda do excedente. Neste intento, as pequenas produções de peixes também devem ser investigadas quanto aos aspectos sanitários, para se evitar surtos de doenças no cultivo, ocorrência de zoonoses, além de orientar o piscicultor sobre práticas de manejo mais adequadas.

No caso específico da técnica Mapa de Saúde, a aplicação foi realizada com dois grupos de produtores familiares, dez assentados da reforma agrária do PA Consolação (em 21/03/2012) e sete piscicultores familiares autônomos (em 03/05/2013) (Figura 3). Em ambos os casos, o tempo de aplicação da atividade durou aproximadamente uma hora, contando com a plena participação do público envolvido nesta ação, inclusive para desenhar na figura inicial do peixe exposta em cartolina. Percebeu-se que as informações levantadas nos dois grupos foram consenso entre os integrantes e, portanto, tratou-se de um retrato real das situações vivenciadas.

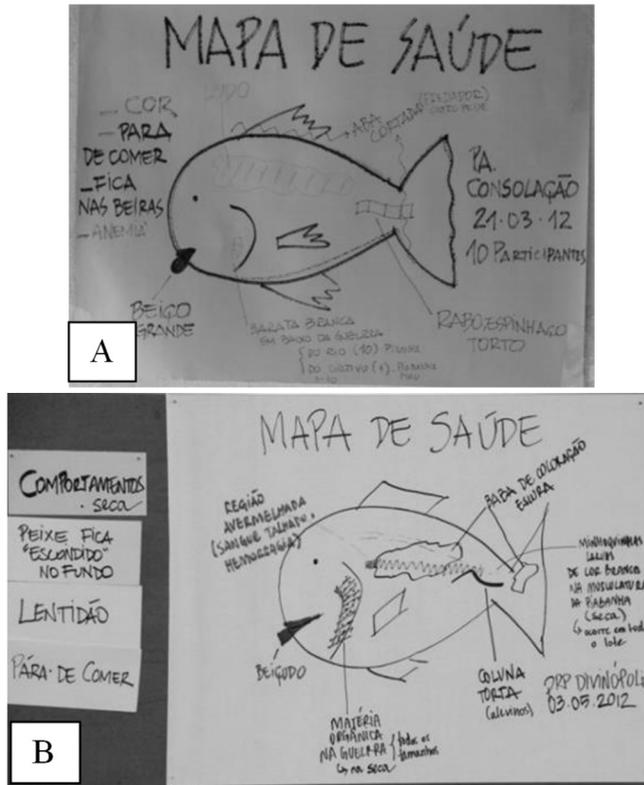
Figura 3 – Grupos de piscicultores familiares assentados da reforma agrária do PA Consolação (A) e autônomos (B) que participaram da técnica Mapa de Saúde, em Divinópolis e Abreulândia (TO)





De início, foi levantada uma diversidade de sinais clínicos que acometiam os peixes durante as fases da produção (Figuras 4), podendo-se destacar como ponto comum entre ambos os grupos: a incidência frequente de peixes redondos (tambáqui *C. macropomum*, pirapitinga *P. brachipomus* ou híbridos) com deformações no esqueleto (coluna ou espinhaço torto, segundo denominação dos produtores); apresentando respiração na superfície aquática (beijo grande); excesso de produção de muco (baba de cor verde ou escurecida) e hemorragias locais ou generalizadas ao longo do corpo (vermelhidão no corpo). O grupo do PA Consolação registrou ainda a ocorrência de peixes com a nadadeira lesionada (aba cortada) e a presença de parasitos isópodes (baratinha branca) nas brânquias de piabanhas (*Bryconsp.*), enquanto o outro grupo citou o aparecimento de larvas na musculatura dorsal desta mesma espécie de peixe. Além disso, alterações de coloração, e de comportamento como lentidão, peixes parados ou escondidos no fundo e nas beiras do viveiro, redução da alimentação (hiporexia) ou peixes que param de comer (anorexia) também foram registrados (MACIEL *et al*, 2012).

Figura 4 – Mapa de Saúde construído com (A) piscicultores assentados da reforma agrária do PA Consolação e (B) piscicultores autônomos de em Divinópolis e Abreulândia (TO)



A respiração na superfície aquática, denominada pelos produtores de “beijo grande” foi um sinal relatado com bastante frequência nas fases de alevinagem e engorda dos peixes. O mecanismo fisiológico denominado de respiração na superfície aquática é adotado pelos peixes redondos, principalmente os da espécie tambaqui, em condições de baixa concentração de oxigênio ambiental, onde os peixes expandem o lábio inferior na finalidade de formar um funil para passar a fina camada da superfície de água rica em oxigênio através da boca, melhorando sua capacidade de

trocas gasosas por meio das brânquias (Almeida-Val, Val e Hochachka, 2003). O comportamento observado nesses casos são os peixes nadando agrupados na superfície em conjunto, e quando há entrada de água no viveiro, eles se posicionam próximos a ela. Este comportamento foi observado nos peixes em um dos viveiros de um piscicultor familiar, como verificado na Figura 5. Estes relatos demonstram as semelhanças encontradas nas condições de cultivo aplicadas pelos dois grupos de piscicultores e a presença recorrente de problemas com qualidade da água durante a criação.

Figura 5 – Peixes redondos agrupados nadando na superfície da água devido à baixa concentração de oxigênio na água do viveiro



Por outro lado, o relato de peixes com “espinhaço torto” foi feito apenas para animais jovens ou alevinos comprados de diferentes fornecedores, sendo esta característica levantada por ambos os grupos trabalhados. Mesmo tratando-se de grupos com características distintas, observou-se que as dificuldades enfrentadas com a

origem dos alevinos comprados para seus cultivos são as mesmas e excluíram-se aí causas relacionadas à nutrição dos peixes nas pisciculturas familiares. É importante garantir a qualidade dos alevinos na origem, pois as condições de saúde dos peixes na aquisição irão influenciar todo o cultivo, uma vez que é comum casos de problemas com peixes adquiridos já parasitados ou com indicações errôneas de prevenção ou de aplicação de produtos químicos (TAVARES-DIAS *et al.*, 2013). Além disso, nos peixes jovens o sistema imunológico não está completamente formado, tornando-os mais susceptíveis aos parasitos e doenças, sendo esta uma fase onde ocorrem mais mortalidades (TAVARES-DIAS *et al.*, 2013).

Muitos dos sinais clínicos e alterações de comportamento levantadas pelos produtores ao final da construção do Mapa de Saúde foram confirmados e registrados em visitas *a posteriori* na fase de monitoramento da produção realizada durante as atividades do Projeto Divinópolis (Figura 6). Nesta fase, as pisciculturas de sete produtores familiares foram acompanhadas por um ciclo de produção. Os piscicultores foram orientados inicialmente quanto à adequada preparação das estruturas de cultivo antes do povoamento e receberam treinamento para utilização de *kits* de análises de água e equipamentos para monitorar a qualidade da água dos cultivos. Mensalmente, foram feitas visitas dos técnicos para realizar a biometria com o objetivo de acompanhar o crescimento dos peixes e ajustes na alimentação. Nesse momento fazia-se a avaliação geral das condições do cultivo e da saúde dos peixes.

A partir das informações coletadas com a aplicação do Mapa de Saúde foi possível correlacionar e associar o conhecimento tradicional com o conhecimento técnico para criar um panorama geral das condições de saúde dos peixes cultivados, como se verifica nos resultados apresentados na Tabela 1. De acordo com a maioria dos sinais clínicos e comportamentos levantados concluiu-se que a causa fundamental dos problemas sanitários vivenciados pelos piscicultores familiares nos municípios de Divinópolis e Abreulândia, relaciona-se com a baixa qualidade da água do cultivo, altas densidades de estocagem, alimentação deficiente e carência de informações básicas sobre cultivo de peixes, que culminam com

a diminuição da resistência dos peixes ao manejo e às doenças (PAVANELLI, EIRAS e TAKEMOTO, 2008).

Segundo Tavares-Dias *et al.* (2013), quando a captação de água é feita diretamente de corpos naturais, na entrada de água dos viveiros, é necessário colocar filtros para evitar o acesso de peixes invasores e a entrada de parasitos do ambiente natural. Ainda que sejam necessários mais estudos, sugere-se que a ausência destes mecanismos de biossegurança nos viveiros pode explicar a presença dos ectoparasitos isópodes no ambiente de cultivo, como relatado pelos piscicultores.

Além de erros básicos na construção das estruturas de cultivo e no manejo da água, a escassez desse elemento foi considerada um ponto crítico ao cultivo de peixes na região. Aliado a isto, a aplicação de altas densidades de estocagem (dado levantado no DRP) contribuem para a degradação da qualidade da água do cultivo precocemente. A escassez de água ocorre principalmente nos meses de julho a agosto, segundo os piscicultores do PA Consolação, e de junho a novembro conforme dito pelos outros piscicultores familiares. Os depoimentos dos piscicultores sobre as alterações no comportamento dos peixes nessas condições deixaram claros os problemas enfrentados:

“O peixe pára de comer ração e a gente observa que a guelra está marrom, pois o peixe só come matéria orgânica. Isso ocorre em peixes de todos os tamanhos, sempre na seca.”

“Em junho o peixe não sobe para comer”.

O confinamento animal e o trânsito de peixes para comercialização envolvem questões sanitárias, independente da escala de produção e, portanto, devem ser investigadas. A abordagem geral e rápida problematizada pelo Mapa de Saúde foi importante para acessar as condições de saúde dos peixes cultivados por piscicultores desta região.

Figura 6 – Validação das informações do Mapa de Saúde elaborado junto aos piscicultores familiares durante o Diagnóstico Rápido Participativo, com os dados coletados na fase de monitoramento

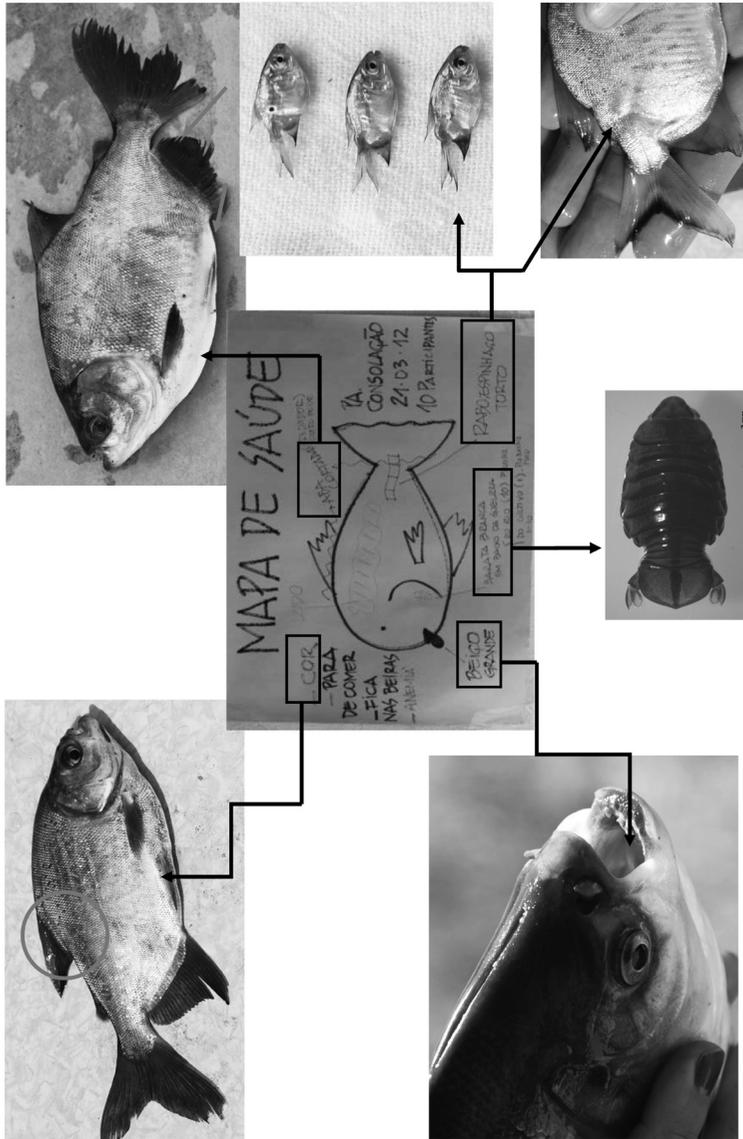


Tabela 1 – Resultado sistematizado do Mapa de Saúde realizado com produtores sobre a saúde dos peixes cultivados em Divinópolis e Abreulândia (TO)

Nome local	Nome técnico	Espécie*	Fase do cultivo	Diagnóstico presuntivo
Beicho ou lábio grande	Expansão do lábio inferior para realização da respiração na superfície aquática (RSA)	Tambaqui, Pirapitinga, Tambacu	Alevinagem e Engorda	Baixa concentração de oxigênio dissolvido na água; alta incidência de parasitos branquiais com consequente comprometimento das trocas gasosas.
Baba de coloração esverdeada ou escurecida, lodo	Excesso de produção de muco	Tambaqui, Pirapitinga, Tambacu	Engorda	Alterações na qualidade da água ou condições de saúde dos peixes comprometida que ocasionam como resposta o aumento de produção de muco; alta incidência de ectoparasitos que proporcionam alteração de coloração da pele dos peixes.
Aba cortada	Predação ou infecção bacteriana.	Tambaqui, Pirapitinga, Tambacu	Alevinagem	Predação por peixes invasores; erosão de nadadeiras decorrente de infecção bacteriana.
Espinhaço torto	Lordose e/ou escoliose, deformações no esqueleto	Tambaqui, Pirapitinga, Tambacu	Alevinagem	Deficiência nutricional ou genética.

PARTE III - PROCESSOS PARTICIPATIVOS: PERCEPÇÕES E METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO NO CAMPO

Nome local	Nome técnico	Espécie*	Fase do cultivo	Diagnóstico presuntivo
Matéria orgânica na guelra	Lesão de brânquias	Tambaqui, Pirapitinga, Tambaçu	Alevinagem e Engorda	Presença de excesso de partículas em suspensão na água do viveiro; decorrência de infecção bacteriana.
Baratinha branca na guelra	Isópode	Piabanha	Engorda	Incidência de parasito Isópode nas brânquias de piabanha**.
Minhoquinhas brancas no músculo do dorso	Larvas de nematóide na musculatura dorsal	Piabanha	Engorda	Incidência de piabanhas como hospedeiros interme diários de nematóides**.
Vermelhidão no corpo	Hemorragia local ou generalizada	Tambaqui, Pirapitinga, Tambaçu, Piabanha	Engorda	Infecção bacteriana secundária a ma nutenção de má qualidade da água.

* Tambaqui (*Colossoma macropomum*), pirapitinga (*Piaractus brachipomus*), tambacu (*C. macropomum* X *P. mesopotamicus*) e piabanha (*Brycon* sp).

** Não foram identificadas as espécies de parasitos mencionados.

Considerações

O uso da metodologia participativa contribuiu para que os piscicultores familiares expressassem seus conhecimentos e observações cotidianas sobre as questões inerentes à saúde dos peixes cultivados, o que também foi possível com as trocas de saberes entre os dois grupos de piscicultores da mesma região e a equipe de técnicos do projeto.

A aplicação da técnica Mapa de Saúde cumpriu seu papel de proporcionar uma visualização ampla da atual situação sanitária das pisciculturas da região analisada, com possibilidade de relacionar os sinais clínicos com possíveis problemas ambientais e de manejo enfrentados, e a partir daí propor mudanças. Contudo, a aplicação desta técnica não exclui a necessidade de realização de diagnósticos clássicos de doenças, com coleta de amostras de peixes e água para análises laboratoriais.

Os resultados desta experiência com os piscicultores familiares do Projeto Divinópolis foram positivos. Contudo, acredita-se que tal técnica deva também ser validada por meio da aplicação com piscicultores em outras formas de organização social e escala de produção, não só para avaliar as condições de saúde dos peixes no cultivo, como também para verificar o grau de conhecimento de um novo grupo com relação aos inúmeros problemas sanitários, devendo-se ponderar ajustes às diferentes especificidades de cada região e público-alvo. Salienta-se ainda que o uso de metodologia participativa foi fundamental ao proporcionar uma melhor visualização dos problemas que os piscicultores enfrentam com relação à saúde dos peixes.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA-VAL, V.M.; VAL, A.L.; HOCHACHKA, P.W. **Hypoxia tolerance in Amazon fishes: status of an under-explored biological 'goldmine'**. In:HOCHACHKA, P.W.; LUTZ, P.L.; SICK, T.; ROSENTHAL, M.; VAN DEN THILLART, V. **Surviving Hypoxia: Mechanisms of Control and Adaptation**. CRC Press, Boca Raton, 1993.

BAAS, S. **Participatory Institutional Development**. Roma: FAO, 1998. Disponível em: <<http://www.fao.org/SD/ppDIRECT/ppAN0012.HTM>>. Acesso: 5 de abr. de 2013.

BROSE, M. **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

BROWN, D; STAPLES D.; FUNGE-SMITH, S. **Mainstreaming fisheries co-management in the Asia-Pacific**. Paper prepared for the APFIC Regional Workshop on Mainstreaming Fisheries Co-management in Asia-Pacific Siem Reap, Cambodia, 2005.

BUNCE, L.; TOWNSLEY, P.; POMEROY, R.; POLLNAC, R. **Socioeconomic manual for coral reef management**. Global Coral Reef Management Network, NOAA, IUCN, 2000.

CORDIOLLI, S. **Enfoque Participativo – Um processo de mudança: conceitos, instrumentos e aplicação prática**. Porto Alegre: Genesis, 2009.

FAO. **Análisis Socioeconómico y de género: Manual para el nivel de campo**. , 2001.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. **O uso do DRP como metodologia de projetos de extensão universitária**. Em Extensão (UFU. Impresso), v. 11, p. 69-81, 2012.

GEILFUS, F. **80 Herramientas para el Desarrollo Participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación**. Prochalate-IICA, San Salvador, El Salvador. 1997.

KALIKOSKI, D.; NETO, J. D.; THÉ, A. P. G.; RUFFINO, M. L. (Orgs.). **Gestão compartilhada do uso sustentável de recursos pesqueiros: refletir para agir**.Brasília: Ibama, 2009.

MACIEL, P. O.; SOUSA, D. N.; PRYTHON, A.; PEDROZA, M. X.; BORGES, A. **Uso de métodos participativos para diagnosticar a saúde de peixes criados em sistemas de produção familiar em Divinópolis e Abreulândia, Tocantins, Brasil.** In: XII Encontro Brasileiro de Patologistas de Organismos Aquáticos, 2012, Bonito – MS.

MILAGRES, C. S. F.; SOUSA, D. N.; DIAS, M. M.; SOUSA, D. R. N.; MILAGRES, C. F. S. O empreendimento coletivo e seu papel no desenvolvimento comunitário: a ação extensionista na padaria artesanal Mãos de fibra. **Revista Ciência em Extensão**, v. 9, p. 80-93, 2013.

OLIVEIRA M. N.; XAVIER J. H. V.; ALMEIDA S. C. R.; SCOPEL E. (Ed. Técnicos). **Projeto Unai:** pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária. Brasília-DF. Embrapa Informação Tecnológica, 2009.

ORTIZ, M; POMPÉIA, S. **Diagnóstico Participativo.** Curso em Capacitação em DRP – El Paso, 2005.

PAVANELLI, G.C.; EIRAS, J.C.; TAKEMOTO, R.M. **Doenças de Peixes:** Profilaxia, Diagnóstico e Tratamento. Universidade Estadual de Maringá. 3ª ed., 2008.

PIDO, D. M.; POMEROY; R. S.; CARLOS, B. M.; GARCES, R. L. **A handbook for rapid appraisal of fisheries management systems.** ICLARM. Educ. Ser. 16, 1997.

TATAGIBA, M. C.; FILÁRTIGA, V. **Vivendo e aprendendo com grupos: uma metodologia construtivista de dinâmica de grupo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TAVARES-DIAS, M.; ARAÚJO, C.S.O.; PORTO, S.M.A.; VIANA, G.M.; MONTEIRO, P.C. **Sanidade do Tambaqui *Colossoma macropomum* nas fases de larvicultura e alevinagem.** Macapá: Embrapa Amapá; Manaus: Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Pesquisas da Amazônia, 2013.

